

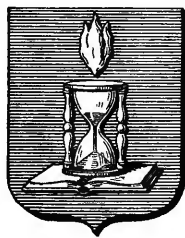
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM LXXXVII

*História da
Civilização Brasileira*

N.º 7

ALFREDO ELLIS JR.
"AMADOR BUENO E SEU TEMPO"



SÃO PAULO - 1948

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor:

Prof. Dr. Linneu Prestes

Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Mello

CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Catedrático:

Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior

1.º assistente:

Profa. Mafalda P. Zemella

Assistente extra-numerário:

Profa. A. Fernanda de Almeida

Profa. Myriam Ellis

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Toda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

“The “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” are edited by the different departments of the Faculty.

All correspondence should be addressed to the Department concerned, Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

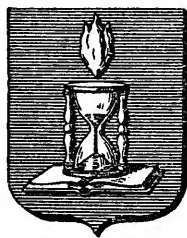
BOLETIM LXXXVII

*História da
Civilização Brasileira*

N.º 7

ALFREDO ELLIS JR.

“AMADOR BUENO E SEU TEMPO”



SÃO PAULO - 1948

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Este trabalho inédito e original, compreendendo enorme série de pesquisas, que renovam de modo completo e revolucionário a história paulista, dando novo e iluminado aspecto a muitos episódios antes inexplicados, se alarga em capítulos, que abrangem todos os acontecimentos dos primórdios da nossa terra.

Não é possível se traçar a biografia de quem quer que seja se não estudarmos esclarecedoramente o teatro em que agiu o indivíduo que se quer biografar. E' preciso se conhecer bem o ambiente não só o material, mas também o psíquico, o moral, ou o sentimental, para serem ressaltados bem os contornos do biografado. Caso se restrinja à biografia cronológica, a personalidade, sem vida, se não destaca com suas linhas evidenciadas e a sua figura ficaria resumida a nota de "Folhinha", ou a efemeride de jornal, como se fôra apagado e desinteressante recorte chinês, que como sombrinha, figura no espaço, sem chão e sem perspectiva.

Para que o perfil adquira vida, é preciso projetá-lo em cenário bem estudado, em suas minúcias. Só assim se destaca a individualidade. Por isso é que, o presente trabalho teve que abarcar o estudo de uma época.

* * *

Í N D I C E

PARTE I — AMADOR BUENO

CAPÍTULO I — Prólogo	9
CAPÍTULO II — Cronistas setecentistas e suas versões	12
CAPÍTULO III — Crítica	25
CAPÍTULO IV — Origens	36
CAPÍTULO V — Estirpe materna	44
CAPÍTULO VI — Estirpe paterna	53
CAPÍTULO VII — Nascimento de Amador Bueno	55

PARTE II — FORMAÇÃO SOCIAL PAULISTA

CAPÍTULO I — Alicerces	61
CAPÍTULO II — Evolução de espírito crioulo	73

PARTE III — O APRESAMENTO

CAPÍTULO I — Prólogo	81
CAPÍTULO II — A infância de Amador Bueno	98
CAPÍTULO III — O casamento de Amador Bueno	99
CAPÍTULO IV — Caráter de Amador Bueno	102

PARTE IV — A EVOLUÇÃO HISTÓRICA PLANALTINA CONTEMPORÂNEA A AMADOR BUENO

CAPÍTULO I — A soberania espanhola	115
CAPÍTULO II — A restauração portuguesa	123
CAPÍTULO III — A genese da aclamação	135
CAPÍTULO IV — A aclamação	144
CAPÍTULO V — Causas do fracasso	158
CAPÍTULO VI — O anonimato de Amador Bueno e o declínio do apresamento	177
CAPÍTULO VII — O ouro — Fim do apresamento	198

PARTE V — EPÍLOGO

CAPÍTULO I — A descendência de Amador Bueno	221
CAPÍTULO II — Síntese final	228

PARTE I

Amador Bueno

CAPÍTULO I

PRÓLOGO

Tudo quanto se tem sabido sobre o passado paulista vem sendo baseado nos cronistas setecentistas Pedró Taques e Frei Gaspar.

O planalto paulista foi durante os dois primeiros séculos, uma região paupérrima (1). Sem riqueza, sem população, sem rendimento fiscal, sem commercio, etc., o Planalto não era uma colônia lusa, que atraísse sobre si as atenções não só dos governantes, mas também não atraía a dos intelectuais coloniais e metropolitanos. Nulo sob todos aqueles pontos de vista, o Planalto não teve rebrilho intelectual, pois que éste é sempre consequência da situação econômica e da demografia regional.

Assim, sem poder apresentar nível intelectual de certa elevação, sendo os mais letrados na colônia, apenas alfabetisa-

(1) Para evidenciar isso, bastaria a seguinte estatística, que é absolutamente concludente e por esse motivo me abstenho de aduzir outros elementos probantes da asseveração acima, o que me seria facilimo:

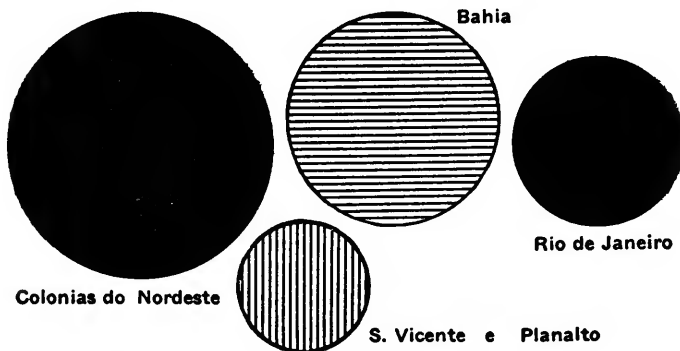
A estatística de Figueiredo Falcão, "*Livro de tôda a fazenda*", é concernente a um orçamento de despesa para o Brasil, em 1607. Esse orçamento estabelece as seguintes verbas para cada colônia:

Pernambuco	12:528\$417 réis
Itamaracá	398\$660 réis
Parahyba	2:255\$070 réis
Sergipe	296\$000 réis
Rio Grande	3:255\$180 réis
Bahia	19:732\$600 réis
Espírito Santo	353\$120 réis
Ihéus	40\$000 réis
Pôrto Seguro	40\$000 réis
Rio de Janeiro	2:015\$000 réis
S. Vicente e Sto. Amaro	1:467\$820 réis

Talvez a metade da última parcela fôsse referente ao Planalto.

sados, o Planalto não atraia sôbre si as penas dos cronistas exóticos, que resumiam as suas atividades às capitâneas do opulento Nordêste açucareiro. Eis que, o Planalto permaneceu ignorado!

O Brasil do início do século XVII, segundo Falcão



Levando em consideração as linhas desse painel, o Planalto não figurou nas páginas do passado brasileiro senão com um desfigurado bandeirismo. Em paralelo com isso, foi só no século XVIII, isto é, no século do ouro que, a Região planaltina produziu os dois vultos, que, de certa maneira, se elevavam, destacados da inferioridade geral. Foram Pedro Taques e Frei Gaspar.

Mesmo assim, estes não foram historiadores, pois apenas cuidavam de fixar através da genealogia, em grande parte, os acontecimentos, superficiais da crônica planaltina, tecendo lendas em torno dêles, sem se preocupar com as causas profundas, não emitindo nenhum raciocínio sôbre as mesmas (2).

(2) A concepção que tenho da História é de que esta é um conjunto de variadas noções científicas, mobilizadas com o objetivo de se reconstituir uma época, ou um capítulo da vida de um povo, ou ainda de um indivíduo, ou de um ciclo econômico, ou de uma formação social, etc. Assim sendo, quem apenas mobilizar a cronologia, para atingir os objetivos colimados, não só não logra chegar ao seu desideratum, como também envenena a verdadeira reconstituição histórica, dando da mesma uma idéia falsa e, às vêzes oposta mesmo a da realidade.

Foi assim que, o Planalto, região perfeitamente destacada, nítida e diferente, com características próprias na América lusa, permaneceu em anonimato, estado amorfo e anestesiado a que chegou até hoje. Devido a essa carência, os curiosos, que tem escrito sobre o nosso passado, nada ou quase nada sabendo sobre o mesmo, o reconstituíram horrivelmente mutilado, empregando para isso as mesmas linhas usadas para as colônias luso-brasileiras do Nordeste. Assim agiram Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Os culpados disso, em grande parte, foram os cronistas setecentistas do Planalto, que ou deixaram de relatar os sucessos desta colônia portuguesa, ou o fizeram erradamente. Foram eles cronistas genealogistas e coletores de lendas e tradições de família (3).

Assim sendo, Pedro Taques e Frei Gaspar, vultos eminentes da colônia vicentina, não podiam ter a bagagem cultural imperiosamente necessária para, como historiadores, reconstituir a formação planatina. Sem essa vastidão cultural, o monge e o linhagista ficaram na cronologia genealógica, que, para o tempo era o máximo cultural. Hoje, quasi duzentos anos passados, os conhecimentos científicos necessários para a reconstituição avançaram muito, deixando obsoletos os poeirentos dados setecentistas.

(3) As fontes históricas podem ser assim esquematizadas e ordenadas:

- 1.º DOCUMENTAIS.
- 2.º RELATOS DE TESTEMUNHOS COÉVOS, VIAJANTES, etc.
- 3.º ANALOGIA COM CASOS SEMELHANTES E VERSÃO NATURAL DAS COUSAS.
- 4.º TOPONIMIA.
- 5.º ENSINAMENTOS COLHIDOS EM

linguística, genealogia, geografia,	}	sociologia, biologia, economia, etc.
OUTROS RAMOS CIENTÍFICOS		
- 6.º REPERCUÇÃO DA EVOLUÇÃO DE OUTROS POVOS.
- 7.º LITERATURA, FOLK-LORE, LENDAS E MITOS.
- 8.º TRADIÇÃO ORAL.
- 9.º ENSINAMENTOS DE AUTORIDADES E DE MESTRES RECONHECIDOS.
- 10.º DEPOIMENTOS VÁRIOS.

Isso tudo deve ser interpretado tendo em consideração a lógica, o bom senso, a razão natural das cousas, sendo consideradas as situações especiais e sendo postos em ação além de maior dóse possível de espírito crítico, muita personalidade e espírito próprio.

CAPÍTULO II

CRONISTAS SETECENTISTAS

A história da Capitania vicentina, a do Planalto de Piratininga tem sido relegadas ao desprezo. Esta tem sido encarada cronologicamente, cuidada só sob os pontos de vista político-administrativo-militar, evidenciando as personalidades expoentes dos seus principais capítulos. Ela tem consistido em sobre-carregar a memória dos estudantes, com nomes espetaculares de governadores, de chefes militares de expedições de defesa ou de conquistas, de batalhas, de cartas regias, de alvarás, de regimentos etc., sobrepostos e empilhados, como se fossem fardos pesados de onus a carregar, sem a menor preocupação das consequências, como sem a menor correlação destas, entre si, ou com os eventos históricos de outros grupos humanos.

Ora, não só a história paulista-vicentino precisa ser tirada do olvido e reconstituída, como a própria história brasileira tem imperiosa necessidade de ser estudada de novo, em seus fundamentos sociais, econômicos, psicológicos, morais, etc., e nos seus ambientes varios. Só assim, baseados nisso, poderão ser reconstituídos e interligados, com eventos da evolução de outros povos, para então serem projetados em cenário, que assim for creado, os acontecimentos, que a crônica proporecionar. Até hoje, o estudo do passado planaltino tem sido baseado nos relatos coloridos de Pedro Taques e de frei Gaspar da Madre de Deus. Ora, esses dois vultos, sem embargo do muitíssimo que lhes tributo em homenagem, em acatamento, em reverência, em respeito e em admiração, foram apenas, coletores honestísimos de tradições verbais dos primórdios planaltinos, as quais transpuseram os séculos, passando de geração em geração, como meras histórias de famílias (1). Seria perfeitamente natural

(1) Esse juízo crítico a propósito de Pedro Taques, ainda que possa parecer severo, foi originado em ensinamento do erudito prof. Taunay, em "*Informações sobre as minas de S. Paulo*", 39, que, diz:

"A RESPEITO DE QUESTÕES HISTÓRICAS DE ANTIGAS ÉRAS, SOBRETUDO MUITO SE GUIOU O LINHAGISTA PELAS VERSÕES DE FONTE PATERNA; DA VIVAZ INTELLIGENCIA E RECTIDÃO DE CONCEITOS DE BARTHOLOMEU PAES FAZIA O MAIS ELEVADO E ALIAS JUSTO CONCEITO". — Prof. Taunay — Pref. da "*Informação sobre as Minas de S. Paulo*", 38 — Pedro Taques.

"APEZAR DE PAULISTA ATÉ A RAIZ DOS CABELLOS, SENTE-SE TAMBEM LUSITANO ATÉ O INTIMO

que esses dois luminares, que viveram varios centenios de anos depois do inicio da vida civilizada no Planalto, recolhessem material deturpado e coligissem versões menos seguras, transmitindo-as como noticias exátas. Pedro Taques e frei Gaspar eram elevações mentais que se sobressaíam da sotoplanura geral do Planalto setecentista, onde o índice cultural era muito baixo. Mas, por mais alto que, esses dois nobres varões tivessem erguido as respectivas mentalidades, estas não podiam deixar de se ater a uma grande inferioridade, bem como não podiam furtar-se às influências dos ambientes em que viviam. É imperioso que, ao se estudarem os nossos fastos, se leve em conta isso. Assim, por exemplo, sabemos que, na ocasião em que viveram esses dois vultos citados, havia verdadeira mania de linhagens, de nobreza, etc. Os escritores, que formam os pilares básicos da nossa cronologia, não podiam deixar de se influenciar por essa situação.

O planalto paulista, no século em que escreveram Pedro Taques e frei Gaspar, atravessava uma época de portuguesismo, elevado ao máximo expoente. Então, uma verdadeira avalanche de elementos reinois saturava a região, que se esqueceu até do idioma guaraní, que usava até essa época. Consequências do ouro, que quase despovoou o Reino!

Assim, o que esses dois cronistas escreveram, refletindo tudo sob o ponto de vista reinol, deturpando os acontecimentos, que para serem tidos nas suas justas proporções, devem ser revistos, sendo levadas em conta aquelas observações. Eis que a história planaltina aparece hoje formada de poucos acontecimentos, torcidos, mal encadeiados e só concernentes aos even-

DE SEU CORAÇÃO, ADMIRADOR INCONDICIONAL DE SEU REI E SEU GOVERNO". — Prof. Taunay — Pref. da "*Informação sôbre as minas de S. Paulo*", 50 — Pedro Taques.

PROVEM MUITAS ASSERTÇÕES DE PEDRO TAQUES DA TRADIÇÃO ORAL, DAS INFORMAÇÕES QUE DO PAI E DOS PARENTES, PESSOAS DA MAIOR SITUAÇÃO SOCIAL, HAURIRA, COMO POR EXEMPLO, A INTERPRETAÇÃO QUE, EM 1698, AOS PAULISTAS DERA O CAPITÃO GENERAL ARTHUR DE SA E MENEZES RELATIVA AS INSTRUÇÕES DE D. PEDRO II, ACERCA DA DEVASSA DOS SERTÕES. "*Informação sôbre as minas de S. Paulo*", Pedro Taques, 38 — Pref. do Prof. Taunay.

tos cronológicos, políticos, administrativos, genealógicos, etc., com a ausencia completa da formação sociológica, ou da psicológica da consciência nacional. Os dois cronistas planaltinos registram como importantes acontecimentos, cousas sem a menor valia, inteiramente despidas de consequências, como ridiculamente vãs de qualquer merecimento.

Pedro Taques, completamente envolvido pela atmosfera nobiliarquico-maniaca do tempo e sendo de pura estirpe européia, com caudais de sangue português a lhe influenciar o raciocínio, não podia deixar de nos transmitir relatos modelados por essa forma pouco nacionalista. Por outro lado, ainda, colaborando no ponto de vista que exponho, é preciso se ter em conta que, esses relatos de Pedro Taques foram escritos quando a mão de ferro de Portugal, com Rodrigo Cesar e principalmente com Pombal, mais pesava sobre o Planalto. Washington Luis, o eminente estadista, que, para felicidade nossa, presidiu o município da Capital paulista, o nosso Estado e a União, ensinou no seu "*Capitania de S. Paulo*", que, só nesse século XVIII, os paulistas reconheceram a soberania de Portugal.

De fato, esse foi o século de Rodrigo Cesar, o primeiro "*gauleiter*" que tivemos!

Esse foi o século do ouro nas Gerais, em Goiaz, em Cuiabá, em que S. Paulo era o caminho obrigatório para as minas!

Esse foi o século em que os reinos emigrados de lá atraídos pelo brilho do ouro, colmataram o Planalto aos borbotões, com as avalanches humanas. Essas circunstâncias especiais não podiam deixar de fazer com que a história planaltina sofresse vários vícios, até hoje não percebidos. É por isso que, as páginas do passado planaltino são escassas, desimportantes, deturpadas e visivelmente eivadas de demasiada influência do ponto de vista português, o qual não cessou com a Independencia. Pois bem, as crônicas e os relatos do passado planaltino foram escritos, nesse ambiente profundamente reinolizado. Seria natural que, os primórdios da região, bem como o seu evoluir, pelos séculos, vistos com olhos portugueses, se deformassem, fossem desfigurados, para que pudessem satisfazer os verdugos e para que se correlacionassem com as bitolas das linhas ambientais. Tudo corria paralelo, em estreito contacto, com as forças psíquicas, morais, sentimentais, etc., emanadas da Metrópole lusa. Seria pois, perfeitamente natural que, os cro-

nistas, que relataram a vida planaltina, respirassem a atmosfera profundamente lusa, escrevessem, como portugueses que eram, (2), (3), (4).

(2) Os erros que Pedro Taques e que frei Gaspar veicularam até nós, sobre o passado planaltino tem sido julgados com extrema indulgência pelo nosso conservatorismo, de maneira a transformá-los em verdadeiros "tabus", os quais nos negam o direito até de os discutir. Entretanto os erros, como eu disse, que o linhagista e o monge veicularam até nós, são alguns, verdadeiramente imperdoáveis.

Eis que, foi êle, Pedro Taques, que na "*Nobiliarchia*", intoxicou o espírito fulgurante de Oliveira Vianna, o induzindo no errado supor que, no Planalto haviam mirificas riquezas e opulências rebrilhantes, culminadas pelo maravilhoso Padre Guilherme Pompeu, que, seria uma espécie de rajah, pelo esplendor das suas manifestações de cultura e pelo trato, etc. Pela pena de linhagista, tudo, no Planalto corria pela bitóla, que êle havia emprestado ao Padre Guilherme Pompeu. Haveria riqueza, nobreza, grandes e patriarcaes propriedades, comércio, etc. Entretanto, vieram os documentos e a calva de Pedro Taques ficou bem à mostra! Verificou-se o quão prodigiosamente opulenta era a imaginação do linhagista! Iniciando as retificações, o livro "*Raça de Gigantes*", mostra que, o ambiente descrito pelo linhagista, a propósito do Planalto, não passava de mera fantasia.

Oliveira Vianna, que não estava ao par das retificações a propósito da "*Nobiliarchia*", se deixou iludir e reconstituiu o ambiente planaltino, tendo em conta as fantasias de Pedro Taques. Por isso, o ilustre sociólogo, tratando do Planalto, fe-lo similar ao opulento Nordeste.

Confronte-se, por exemplo, os relatos magnomaniacos da "*Nobiliarchia*", com as justas conclusões de Alcantara Machado, na "*Vida e Morte do Bandeirante*" e teremos uma noção do quanto fantasiou o nosso cronista dos setecentos! Os escritos de Simonsen estabelecem em algarismos a pobreza e a modestia do nosso Planalto, evidenciando o quão errado andou o linhagista, ("*História Econômica do Brasil*"). Além disso tudo, veja-se a estatística de Falcão, que reproduzi no capítulo anterior, em nota.

Ninguém mais discute êsse erro tremendo de Pedro Taques, que nos transmitiu um panorama, completamente errado. Bastaria isso, para que o cronista fantasista perdesse a sua autoridade!

Mas, há mais e entre os miríades de erros de Pedro Taques, dos mais indesculpáveis, podemos mencionar o seguinte:

LOURENÇO CASTANHO TAQUES, o velho, foi bisavô do linhagista. Pedro Taques, que tinha a obrigação de saber, ao menos por tradição da família, dados certos, sobre êle.

Na página 91 da "*Revista do Instituto Histórico Brasileiro*", tomo especial, em o título Taques Pompeu da "*Nobiliarchia*", Pedro Taques afirma que, seu bisavô:

"RECOLHIDO DAS CONQUISTAS DOS CATAGUASES O GOVERNADOR LOURENÇO CASTANHO TAQUES QUEBRADAS JÁ AS FORÇAS POR AVANÇADA EDADE DE ANNOS, POUCO TEMPO LHE DUROU A VIDA, QUE A PERDEU Á 5 DE MARÇO DE 1677".

Isso não quer dizer que, esses cronistas tivessem a intenção de fraudar a verdade histórica, a deformando, com o intuito prévio, para que os reinóis fossem agradados, em seus pruridos

e ainda:

“POR ESTE MOTIVO, ACHANDO-SE COM DISCIPLINA MILITAR NA GUERRA CONTRA BARBAROS INDIOS E PRATICÔ CONHECIMENTO DOS SERTÕES, QUE HAVIA PENETRADO NA CONQUISTA DE VARIAS NAÇÕES DOS MESMOS INDIOS, TENDO RECEBIDO UMA CARTA DO PRINCIPE REGENTE O INFANTE D. PEDRO, DATADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1674, SOBRE O DESCOBRIMENTO DE OURO E PRATA, PARA CUJA DILIGENCIA, TINHA JÁ PARTIDO FERNANDO DIAS PAES...”

Ora, êsse mesmíssimo Lourenço, de quem Pedro Taques era bisneto, faleceu em 1671, “*Inventários e testamentos*”, XVIII, 69 a 151!

Pedro Taques, poderia ter errado, sôbre outros capítulos que não lhe dissessem respeito tão perto, ou sôbre o que teria acontecido em data mais remota, etc., mas é indesculpável que, entre os seus erros, os quais sobem a várias centenas, figura êste sôbre um seu antepassado tão próximo, e que viveu em época tão aproximada à sua!

Com essa amostra, pode-se avaliar o que vale uma afirmativa de Pedro Taques!

Como erigir em “tabu”, INTOCÁVEL, uma asseveração do linhagista?

(3) Acho importantíssimo o detalhe de ter sido a “*Nobiliarquia*”, escrita em 1765, segundo nos ensina Azevedo Marques, “*Apontamentos*”, 9, pois, nessa ocasião, a influência lusitana, em S. Paulo era tão pronunciada que, até a individualidade da velha capitania havia sido suprimida, em 1748, quando foi ela incorporada a do Rio de Janeiro, só sendo restabelecida precisamente em 1765.

Foi no ambiente de anti-paulistanismo, que isso determinou, que, o trabalho nobiliárquico do linhagista foi eserito. E’ fácil se aquilatar como êle teria sido deformado.

(4) Paulo Prado, no seu “*Paulistica*”, 95, é mais rigoroso no seu julgamento sôbre Pedro Taques e Frei Gaspar, pois o brilhante historiador paulista contemporâneo, é de opinião de êles terem sido simples cronistas de lendas, atufadas de detalhes nobiliárquicos nas quais aparecem as figuras lendárias de João Ramalho, Tibiriçá, Raposo Tavares, Amador Bueno, etc.; além de que êles se subordinavam aos seus pruridos de cortezãos e de nobiliarquicomaniás.

A severidade dêsse juízo é evidente!

Sou de opinião de que os nossos cronistas setecentistas, ainda que, deformadores da verdade e pobres de autoridade, quando afirmavam, desamparados de documentos, eram de boa fé.

Paulo Prado, muito antes, concluía da mesma forma que eu, embora não me tivesse guiado a essa conclusão que expús e à qual eu cheguei por caminhos diversos.

nacionalistas. Penso que, os cronistas planaltinos dos setecentos foram homens honestos, apesar de eivados em saturação de intenso e evidente reinolismo, de profunda boa fé. Não os animava o desejo de prejudicar o Planalto, região à qual tributavam a mais enternecida dedicação. Mas, inconscientemente, as forças ambientais atuaram com energia nos escritos, que os cronistas planaltinos dos setecentos nos logaram, a relatar a vida civilizada, na capitania vicentina, durante os dois séculos anteriores.

Eis como, eu penso, não se poder entregar com inteira confiança, a interpretação dos acontecimentos históricos, segundo nos vem relatado pelos cronistas setecentistas, que foram Pedro Taques e Frei Gaspar.

Além dessa natural tendência em determinar que, os escritos desses dois planaltinos se desviassem da verdade histórica, ainda temos a consignar outra força, que teria feito, com que as notícias dos eventos do passado planaltino, nos cerebros parciais e cortezãos dos cronistas citados. Estes, ainda que inconscientemente e de inteira boa fé, nos transmitiram os relatos dos primórdios vicentino-planaltinos, deturpados pela vesguice, em os ver através da çortezania e da mania de linhagem, que fanatizava os dois cronistas acima mencionados. A nobiliarquicomania saturava todos os relatos de Pedro Taques, como os de Frei Gaspar, a ponto de iludir os historiadores contemporâneos, que nêles buscam os elementos para a reconstituição do passado regional. De fato, a preocupação do linhagista, em maior escala e do Frei Gaspar, em menores proporções, de esclarecer a parte genealógica dos protagonistas dos eventos históricos planaltinos, ressalta à vista, despercebida, dos que buscam contacto com êles. Parece que, o espírito cortezão em simbióse com uma onda de nobiliarquicomania invadia, na ocasião, todo o mundo intelectual setecentista e isso teria emprestado um vivo colorido de genealogistas, aos dois vultos, que os contemporâneos, filiados à ortodoxia e o conservatorismo querem promover ao nível de historiadores, posto ao qual jamais sonharam serem guindados, (5).

(5) Paulo Prado no seu "*Paulistica*" acha que Pedro Taques e Frei Gaspar foram apenas codificadores de lendas, as quais passavam verbalmente e portanto sujeitas a serem adulteradas, de pai para filho, de geração em geração. A mesma conclusão impõe-nos Taunay, no prefácio a "*Informação sobre as Minas de S. Paulo*", de Pedro Taques, 39.

"Onde nos parece que Pedro Taques se deixa arrastar tendências exagero é ao descrever os bens dos antigos "PO-TENTADOS" paulistanos. Dá-lhes situações de opulencia que

Estou na firme crença de que, tanto Pedro Taques, como o beneditino, devem ser tidos como genealogistas de alto valor. Eu os tenho, nisso, na mais alta conta. Eles trouxeram, com fidelidade absoluta, quando estribados em documentação, citados os elementos basilares, (6).

Com isso, não se pense que eu não tributo imenso culto a Pedro Taques e a Frei Gaspar. Pelo contrário! Reverencio profundamente as sacrosantas memórias desses dois eméritos escritores setecentistas. Eles deram ao Planalto, o que nenhum outro povo possui, isto é, o conhecimento de tódta a sua genealogia, com o maravilhoso encadear de todos os velhos povoadores. Penso que o planaltino seja, no mundo, o único agrega-

não condizem com a antiga pobreza do planalto piringano, a penuria pelos inventarios revelada: pois S. Paulo tornou-se rico da segunda metade do seculo XIX em deante''.

O caso do padre Guilherme Pompeu de Almeida, próximo parente do linhagista, e quase seu coevo, sobre o qual Pedro Taques cometeu uma das suas grandes cingadas, não escapou à perencência do Prof. Taunay, que na página 63 de seu trabalho citado sobre o linhagista, diz:

“Nós mesmo percorrendo o inventario da prata do creso parnahybano Padre Guilherme Pompeu de Almeida por elle proprio feito, encontramos muito reduzida, a sua “COPA” onde, no dizer do chronista, deviam figurar dezenas de dezenas de arroubas em prataria e — curiosa demonstração de amor ao luxo — nada menos de cem vasos nocturnos, tambem em metal nobre, destinados á comodidade menos nobre dos seus hospedes por occasião das grandes festas da Conceição”.

(6) A mania de nobreza, grande e obsecada preocupação do linhagista, é ainda ressaltada pela pena doutrinadora e respeitável do insigne Prof. Taunay, que no prefácio às “*Informações*” de Taques, 42, diz:

“Dominado aliás pelas idéas de casta e sentindo-se um pouco parente de todos os seus biographados, dava Pedro Taques expansão e fortissimo, visceral sentimento aristocratico de preconceitos de familia, senão de classes”.

Continuando, em longa série de considerações à propósito dessa marca nos relatos do venerável linhagista, ensina o Prof. Taunay, *loc. cit.*, 44:

“E’ que para o linhagista sentimento mais arraigado, talvez não houvesse do que o da imprescindivel necessidade da seleção aristocratica”.

Concluindo doutos ensinamentos, sempre à respeito desse assunto, o Prof. Taunay, diz na página 46, *loc. cit.*:

“Teve o espirito nobiliarchico colonial o seu maximo representante em Pedro Taques, por elle viveu empolgado, pretendendo ao Brasil transplantar idéas e sentimentos que não se coadunavam inteiramente com as condições sociologicas da vida portugueza setecentista”.

do humano a conhecer o catálogo completo de todos os seus antepassados, ligados de uma forma admirável em relação consaguíneas, magnificamente documentadas pela paciência memorável de dois indivíduos privilegiados, (7).

S. Paulo, de hoje, grandioso em sua inegalável "*vis propulsiva*" que evidencia um transbordamento de vitalidade, pujança, opulência, civilização e eficiência, etc., ainda não prestou a esses dois vultos imortais de seu passado setecentista, a sua gratidão devedora. Deveríamos tributar as mais altas homenagens a Pedro Taques e a Frei Gaspar, pois se, o nosso agregado humano atual tem raízes conhecidas nesta terra, devemos aos seus escritos. Sou dos apologistas mais dedicados e mais estranhados em reconhecer que, neste caso se devia aplicar as palavras de Churchill: "*Nunca tantos deveram tanto a tão poucos*", pois se temos consciência das nossas origens, devemos a Pedro Taques e a Frei Gaspar.

Não obstante todo êsse imenso culto que tributo aos dois ilústres varões planaltinos, sou de opinião de que êles não devem ser erguidos ao nível de semi-deuses infalíveis. Não devemos e não podemos abdicar do nosso intelecto, reproduzindo, sem análise prévia e sem exame raciocinado o que relatam, sem base documentária, os dois luzeiros do setecentismo paulista, mesmo porque, sou de opinião, que o historiador não se deve estribar no "*magister dixit*", para afirmar qualquer postulado. Um raciocínio baseado na lógica e no bom senso deve se emparelhar com qualquer pesquisa. Aquela norma de idéias é tanto mais de se verificar, no concernente à história planaltina, quanto se me afigura, que Pedro Taques e o monge beneditino, não se dedicaram a pesquisas em documentos, senão em escala mínima, pois me parece que, êles se limitaram a recolher as tradições históricas, que oralmente passavam de geração em geração, naturalmente nessa marcha, sendo adulteradas, embora conservassem um fundo de verdade. Raramente Pedro Taques abandonava essa norma de ação, para evocar algum fato concreto, mencionando os dizeres de algum autor! Isso acontecia, porém, com certo desamor pela opinião alheia, voltando êle, quasi sempre, para o trabalho de fixar os relatos verbais, que com infidelidade, eram transmitidos através dos séculos.

(7) Aliás para encontrar quem, antes de mim, apontasse falhas no trabalho de Pedro Taques, eu não deveria ter muito trabalho, pois o Prof. Taunay ensina no seu prefácio no livro de Pedro Taques: "*Informações sobre as minas de S. Paulo*":

"Muitas das suas notícias, deixou-as Pedro Taques truncadas".

Assim sendo, as crônicas de Pedro Taques e as de Frei Gaspar devem ser revistas, de novo analisadas e sob a luz dos documentos, que possuímos, referendadas com a confirmação, ou com a retificação. Bem sei que, isso é trabalhoso e representa um esforço a mais. É muito mais difícil se reconstituir uma época histórica, se elaborando os elementos, tirados diretamente dos documentos ou encadeados de um raciocínio, com base na lógica, do que os buscar já elaborados por cronista como Pedro Taques ou o monge beneditino. O historiador honesto, que visa apenas a verdade histórica, sem outra preocupação, deve agir recorrendo aos diversos elementos que o saber humano coloca a disposição da História e raciocinando com lógica, correlatando o que aconteceu no Planalto, com os eventos que tiveram lugar alhures. Quem agir desta forma, a intuição o guiará ao objetivo, por certo.

Este trabalho procurou trilhar esse caminho.

* * *

A versão dos dois cronistas setecentistas, envolvidos pelos ambientes psicológico, sentimental, político, econômico, social, etc., mencionados era a transmitida pela tradição oral, que caminhava zigzagueante, adulterada, através de gerações, sem a menor base documental, sem o menor esteio no bom senso, etc. (8). Assim, dizem os cronistas setecentistas, Pedro Taques e Frei Gaspar que os paulistas, dominados pelo elemento espanhol, conspiraram contra a restauração portuguesa e com o fito de perpetuar o domínio espanhol, aclamaram um rei filho de espanhol —. Porque?

Amador Bueno, em virtude de seus sentimentos de lealdade teria recusado a aclamação e procurando com sucesso, fazer o povo aceitar a solução bragantina da restauração lusa, que era a da elevação ao trôno português de D. João IV.

Essa versão ingênua, inverosímil, bebida, evidentemente na lealdade e nos sentimentos exageradamente reinóis dos Autores setecentistas, não pode resistir, pela sua falta de lógica, ao menor exame raciocinado, pois não foram consideradas as situações militar, demográfica, econômica, psicológica, setecentistas. Eles não podiam escrever de outra forma! Reinóis, com as respectivas formações mentais profundamente orientadas no

(8) A história romana, no seu início, também é apenas lendária, pois o primitivismo da cultura humana de então, não permitia a fixação escrita nem mesmo da crônica. Só depois, já no período republicano de Roma, na proporção em que a civilização avançava, é que a crônica romana foi se encorpando.

Com o Planalto se deu idêntico fenômeno.

sentido metropolitano português, pois que nossa época o Planalto se lusitanisava, envolvidos por uma atmosfera extremamente lusitanófila, êles não podiam refletir outras idéias que não fossem essas. Em abono das suas afirmações não existe a menor documentação, nem estão em paralelo com o espírito de lógica.

Para alicerceá-las só há o "*magister dixit*" e o desejo de proporcionar capítulos favoráveis ao reinolismo, contrariando, em antagonismo manifesto, a voz da terra e os anseios coloniais, manifestados na Conjuração mineira. Os cronistas setecentistas transmitiram a lenda, não tendo em consideração o verdadeiro sentido do apresamento, os interesses econômicos regionais, tão contrários a continuação de ficar o Planalto atrelado ao carro português, o fato de estar na ocasião a Região completamente esvasiada de sua população masculina, as datas, os antecedentes, a evolução psíquico-econômica do povo paulista etc. Os cronistas setecentistas legaram uma fantasia que não pode achar guarida em cérebros esclarecidos, e que só poderia ser crível na época em que a cultura engatinhava e que ainda gemiamos sob o peso do jugo de Lisboa (9).

(9) Nós sabemos da aclamação de Amador Bueno pelos rêlatos que chegaram até nós, das duas únicas retentivas da história planaltina, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus.

Na maneira econômica em que viveu o Planalto, não podia ter resultado nenhuma cultura que se sobrelevasse no Brasil. Tudo estava localizado no Nordeste. Toda cultura do Brasil seiscentista estava monopolizada no Nordeste açucareiro, como resultado da prosperidade econômica proporcionada pela indústria agrícola, credora da civilização brasileira nos dois primeiros séculos. O Planalto, sem riqueza apreciável nada produziu. Depois, no século XVIII foi o ouro o credor do monumento cultural evidenciado no Brasil desse século. O Planalto continuava em situação modesta, mas devido às vizinhanças com as Gerais e devido a ter sido S. Paulo a capital e o entreposto mercantil da região mineira de Goiaz e de Cuiabá, a modestia em que vivia o Planalto não foi tão acentuada como no século XVII. Daí a pequena melhoria cultural revelada pelo Planalto, nesse século. No domínio da crônicas histórica tivemos, então, como manifestações dessa cultura, os dois vultos que tanto falam ao nosso carinho planaltino:

Pedro Taques e Frei Gaspar.

Sabíamos, pois, da efetivação desse capítulo memorável que foi a aclamação de Amador Bueno, por êsses dois veneráveis cronistas de nosso imortal passado.

Mais tarde, porém, o ódio de um brilhante escritor maranhense se concentrou contra Frei Gaspar procurando Candido Mendes, que foi êsse brilhante escritor maranhense, mostrar que a aclamação de Amador Bueno não passava de invenção do grande beneditino.

O egrégio Prof. Taunay, porém, pulverizou, do modo mais completo e absoluto as objurgatórias do escritor maranhense e os créditos a propósito da aclamação de Amador Bueno foram repostos novamente no ter-

Imagine-se como teria sido desfigurada a gloriosa Inconfidência mineira se tivesse de ser descrita pela pena de Pedro Taques!

reno da verdade. Frei Gaspar havia sido reabilitado, do modo mais cabal, graças ao Prof. Taunay, cujos méritos foram encarecidos por esse imenso serviço prestado em benefício da verdade histórica.

Estava o conhecimento dêsse importantíssimo capítulo da história planaltina, assim reconstituído quando o dr. Arthur Motta Alves incumbido pelo dr. Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto Histórico de S. Paulo, assinalou ter descoberto na Torre do Tombo de Lisboa e original da obra de Frei Gaspar, no seu título verdadeiro, antes de ter sido adulterado pela inominável e drástica censura de Portugal. Esse códice, encontrado pelo dr. Motta Alves é um maravilhoso apógrafo da obra do monge, setecentista e tem para a tese que sustento um valor imenso, porque é um documento que confirma, de modo mais completo, tudo quanto eu vinha dizendo.

Eis o que escrevia Frei Gaspar!

“Chegando a S. Paulo a not.a de q. Luiz Dias Leme (lusitanófilo) havia aclamado na V.a Capital de S. Vic.te ao Sr. duque de Bragança, com o nome de D. João 4.º por ordem q. lhe dirigio em carta pa. D. Jorge Mas. ear Marq.z do Monte Alvaó, o Vice-Rey do Brasil, foi esta notvid. e hum golpe sencivel a varios Hespanhoes, q. se achavão estabelecidos na d. a V. a Eles desejavaó conservar as povoações de Serra cima na obediça de Castella, mas se naó descubrir seu pençamt.º por recearem victima do furor da plebe, q. então resolveráo uzar de artificio esperando conseguir por meyo dele o q. não poderião alcansar, se fossem penetrados os seus int.os. (E’ preciso recordar, o autor precisava mascarar seu pensamento em virtude da censura reinol, que certamente impediria a impressão do trabalho se este não estivesse de acordo com a psicologia reinol).

Dvaó p.or certo q. a cap.ta. de S. Vic.te e quazi todo o Certaó Brasilico, antes de int os annos tornariaó a unir-se as Indias de Hespanha se os Paulistas se desmembrassem de Portugal, supposta a communicação q. havia por diversos rios entre as villas de Serra acima, e as Provincias da pratta, e Paragoay. Com esta vista figuraó-se pentrados de amor da Patria, onde estáó naturalizados, propuzeraó aos n.os da Serra, que não quisessem perder a melhor occasiã de quebrar as Cadeas, q. arrastavaó opprimidos pelos Magistrados Reynós, os q.s os a f.os de Portuguezes, nascidos em huá Collonia Luzitana. (Este trecho que confirma a minha tése, não figura no texto do livro de Frei Gaspar, *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*. A censura portuguesa cortou-o, naturalmente, achando-o muito pouco portuguez) —. Ponderavaó diversas razoons p.a persuadirem aquellas gentes pouco intrhidas q., sem encargo de suas consciencias, nem faltar a obrig. am de honrados e fieis Vassallos podiaó não reconhecer p.or Soberano a hum Principe a q.m não havido jurado obediencia.

Vós Senhores (disseraó depóis de varias propostas) Estais na m. ma linha dos mor. es de Lx.a (Lisboa) e se quarenta Fidalgos poderão elleger p.a seu Monarcha a hum Vassallo de Hespanha, que era o Duque de Bragança, por. não poderaó fazer o m.es desta Capitania na sua Patria? (Tudo isto foi cortado pela censura portuguesa!)

Comentavaó a vaid. e dos Ouvintes, exagerando os merecimentos dos Paulistas principaes q. suas qualidades pessoases, Nobreza hereditaria

Teria sido evidentemente o ponto de vista de Portugal!

os habilitavao pa. outros Imperios mayores: p.a os livrarem de temores (prova de que havia temor, do qual Amador Bueno teria sido a principal vitima) lembravao os milhares de Indios seus escravos e administrados com q.m podiam levantar exercitos de m.tos mil combatentes; o recurso e facil meyo de evitarem a falta de Soldados conduzindo dos Certoens recultas, q. substituissem os lugares dos mortos; e a cituacão de S. Paulo summam.te deffensavel, como descreve Charlevoey, q. do diz — Erao prezios (p.a submetter a V.a de S. Paulo) numerosos exercitos, q. o Brazil e ainda menos o Paraguay (note-se que o Paraguay era espanhol!) não estavao em extado de formar, alem de q. hum pequeno n.º de ge.te determinada podia facilmente deffen. as entradas, q. fossem prezios p. reduzir — Isto he certo p.r q. neste tempo so.e havia p.a S. Paulo a estrada de Paranapicaba de qualidade taó má, q. bastaria lançarem pedras pela Serra abaixo p.a se retirarem os expugnadores. (A censura portuguesa cortou, igualmente este trecho que enaltecia a posição privilegiada do Planalto!)

Erao sinceros os Paulistas, e ainda q. fieis não tinhão instrução da Serenissima Casa de Brag.ça agradou-lhes a Con.ço fraudulento, e seduzidos por este modo assentarao a Coroa a algum Patrieio seu, q. os governasse com independ.ça de Portugal. Tomada esta resolução a escolha do sujeito em q. assentasse bem a Suprema Dignid.e, foi elleito Amador Bueno. Publicada a elleiçã concorréo o POVO (não foram os espanhóis apenas) alvorçado a casa do novo Rey a congratularse com elle.

Pasmou Bueno q. do ovio sim.e propoziçã, dettesta o insulto de seus Compatriotas, e com razoens efficazes procura dar-lhes a conhecer a obrig.am q. tinhao de se conformarem com os vottos de todo o Reyno, e a ignominia de sua Patria, se não reparaes sem até com voluntaria e prompta obediencia e desacato de seu criminal attentado.

Nada basta p.a os convencer e a repugnancia do elleito augnta a obstinaçã do POVO ignor.te, chegaó ameaçalo com a morte se quiser empunhar o Sceptro (essa obstinaçã não sugere nada?); vendo-se nesta consternaçã o fiel Vassallo sahe de sua casa furtivam.te e com a espada na maó encaminha-se apressado p.a o Mosteiro de S. Bento, onde intentava reffugiar-se, adverte o POVO q. havia sahido pela porta do Quintal, e todos correm apos delle gritando Viva Amador Bueno Nosso Rey e S.r. pelo qual darei a vida.

Assim o foraó seguindo, e chegando elle pr.º ao Mestr.º entrou e fechou a porta.

Como os Paulistas antigos Veneravao summam.te os Sacerdotes, principalmente os Regulares, nunhm insultou ao Convento, e todos parados da banda de fóra requeriao ao Prelado com vozes desentoadas, q. acompanhado de sua Communid.e, e com attençoens detteve a multidao. Entretanto Bueno p.r. outra p.te mandou chamar com preça os Ecclesiasticos mais respeitaveis da terra, e algum sujeitos (ERAM POUÇOS) (A censura portuguesa cortou isso!) dos principaes, q. se haviaó portado com indifferença (A censura portuguesa cortou isso, que revela a existência de lusitanófilos em S. Paulo) e por isso não se achavao, no concurso vieraó logo huns e outros e todos unidos a Bueno fizerão comprehendendo ao POVO (A censura portuguesa substituiu “povo”, como está no apógrafo, por “circunstantes” como ficou no livro de frei Gas-

Silverio dos Reis teria sido um heroe e os magníficos conjurados deformados em "infames"!

par, porque aos reinois não convinha dar vulto ao movimento) q.o Reyno pertence a Casa de Bragança, e que delle se achava esta de posse pacifica desde o dia da morte do Cardeal Rey D. Henrique se a violencia dos Monarchas Castellhanos naó houvesse suffocado o seu dir.to.

Nada mais foi necessario p.a se conduzir a multidaó arrepend.a do seu aburdo gostozos faráo acclamar o Sr. D. João 4.º com magoa excessiva dos Castellanos, q. disfarçavaó o seu pesar mas não podiam encubri-lo. (A censura portuguesa inventou que a aclamação de D. João IV foi feita pelo próprio Amador Bueno).

E tanto verd. e o que tenho referido, que em huma Patente do Cap.m da Comp.a dos offic. de Guerra reformados, passada por Arthur de Sá, a M. elda Fon.ca Bueno aos 3 de Março de 1700 dis o seg e — E q. naó bastaraó estes servios era merecedor de grdes cargos por ser netto de Amador Bueno, q. sendo chamado pelo povo pa. o acclamaram Rey, obrando como leal, e verdad.ro Vassallo, com evidente perigo da sua vida chamou dizend q. vivesse El Rey D. Joaó o 4.º seu Rey e Sr. e q. pela fidelidade e q. devia de Vassalle. gra. morrer nesta defenza; e respeitanto tão louvavel Vassallo, digo de gr. remuneração Hei por bem nomear — A margem: Arch. de C. de S. Vic.te L. de Reg. q. principiou em 1684 f 125 —

O Sr. D. Joaó 5.º de saudosa memoria conservava a lça da louvavel conducta daquelle honrado Paulista, como mostra o Alvará de 20 de 9bro de 1704, p.a o effeito de armarem Cavalheiro da Ordem de Sp.to ao d.º M.el da Fon.ca Bueno com a clauzulla seguinte. (Note-se que em 1704, o rei de Portugal era Pedro II que só morreu em 1706).

— Por ser netto de meu m.to honrado e leal Vassallo Amador Bueno — A margem: Arch. da C.S.P.L.º de Reg. de 108 fl 15. "Rev. Inst. Hist. S. Paulo", XL, 58-60.

Dêse apógrafo conclue-se os seguintes itens:

- a) A aclamação de Amador Bueno foi um fato indiscutivel.
- b) Frei Gaspar escreveu sóbre isso, além de seu livro conhecido.
- c) O escrito de Frei Gaspar foi sujeito a rigorosa censura portuguesa que o modificou em muitas partes moltando-o ainda mais de acórdio com o espirito luso.
- d) Essa censura existente denuncia um verdadeiro despotismo no sentido de impedir que no Brasil tivesse evolução crescente o espirito da terra e os escritores, inclusive Frei Gaspar e portanto Pedro Taques, que quisessem ter seus escritos publicados, deveriam se amoldar ao lusitanismo que era o espirito único permitido pela censura. Assim o relato de Frei Gaspar, já ao ser escrito teria sido moldado no sentido de poder passar pelo filtro luso da censura. Se, por ventura não tivesse sido, não passaria por essa seleção.
- e) Frei Gaspar se conformou com as mutilações, cortes, modificações e aumentos introduzidos pela censura portuguesa no relato da aclamação de Amador Bueno, em que tóda a idéia de Pátria nova era eliminada e modificado qualquer período mais denunciador disso, tolerando Frei Gaspar qualquer modificação.

CAPÍTULO III

CRÍTICA

Pedro Taques e Frei Gaspar, em suas crônicas, ao descreverem a aclamação de Amador Bueno, o fazem, atribuindo ao movimento dois característicos, um dos quais antipático e o outro leviano, os quais desvirtuam os nobres fins objetivados pelo movimento, o qual ficaria desfigurado, de tal modo, pelos dois característicos, a êle emprestados por Pedro Taques e pelo beneditino que, o glorioso movimento aparece, ante os nossos olhos embriagados de espanto, como sendo uma aventura incompreensível e isolada, despida de bom senso, sem o menor nexó causal, sem verosimilhança, sem lógica, e sem a menor projeção de consequências. Assim, segundo o linhagista e Frei Gaspar, o movimento da aclamação de Amador Bueno continha no seu bojo as seguintes finalidades :

- a) O movimento seria fruto de uma reação espanhola, contra a orientação política do Planalto vir a se atrelar ao carro português, obedecendo às ordens do Marquês de Montalvão, as quais haviam sido trazidas por Arthur de Sá. Seriam os elementos hispânicos, que, numerosos no Planalto, quizeram, em golpe de força, fazer com que a região não acompanhasse as demais colônias luso-americanas, que já se haviam manifestado em favor do rebelde bragantino.
- b) O movimento teria sido levado a efeito brusca e repentinamente, sem prévia preparação, sem plano, sem que a psicologia da massa popular houvesse recebido uma doutrinação prolongada, ou sem que ela tivesse dado mostras de evolução psicológica, etc.

A versão dos cronistas do setecentismo planaltino, já pecava, por não levar em conta uma série de elementos, entre os quais a evolução dinâmica da psicologia coletiva da gente moradora do Planalto, a qual, ainda se mostra em falha absoluta, de modo que, ela se apresenta, ante os nossos olhos, como um rendilhado de inverosimilhanças.

Para que se verifique logo a inverdade dessa versão, que é a de Taques e de Frei Gaspar, graças à qual, vem sendo o movimento da aclamação de Amador Bueno, desvirtuado, não sendo evidenciado o seu grande mérito, como pedra inicial da nacionalidade, bastaria que, repetíssemos as citações dos depoimentos jesuíticos da grande bandeira raposiana (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 124, 161, 162, etc.). no Guairá.

De fato, a uma arguição do padre Montoya, precisamente o fidalgo espanhol D. Francisco Rendon do Quebedo, o genro

do aclamado Amador Bueno (que admirável coincidência, a qual pode significar muita cousa!), respondeu: "*affirmaram estar em companhia por mandado del Rey que teniam em el Brasil*". Ora isso significava que, os planaltinos estavam em rebelião e se consideravam desligados da Metrópole, que era *ESPAÑHOLA*, em 1628.

O próprio Montoya verificou isso, pois êle teria replicado, segundo ensina o Prof. Taunay. "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162: "*Surprezo lhes retrucara Montoya, arguin-do os de traidores*". *SOLO NUESTRO REY DON PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERAN TRAYDORES*". (1) (2)

A conclusão, que eu tirei, de que é atestado pelo egrégio sacerdote peruano, no seu precioso depoimento no processo contra D. Luiz de Cespedes y Xeria, não é baseada em palavras isoladas, as quais pudessem ter sido mal interpretadas, mas ha uma grande abundância de fatos e de frases, bem como de ações, revelendo a existência de um espírito crioulo, o que confirma, in totum, as conclusões da tese, que sustento. Essa con-

- (1) Taunay comentando ("*Hist. Geral das Bandeiras*", II, 162) diz:
 "Para elle Montoya, fizera-se evidentissimo que, os paulistas projectavam tornar-se independentes, aclamando rei algum dos bastardos do já bastardo prior do Crato..."

Esse maravilhoso trecho do sábio mestre, significa duas cousas importantes:

- 1.º) Para Montoya, segundo o prof. Taunay, os planaltinos, já em 1628, tinham idéias de separação em relação a Espanha. Para Montoya segundo o prof. Taunay, já havia crioulistomonal, no Planalto o qual vinha de se manifestar, então, de uma forma inequivoca.
 Isso é exatamente o que eu digo! Custa a crer que, outros já, não tenham visto, pois tudo isso me parece tão claro!
- 2.º) A aclamação, que se faria em 1641, estava delineada nas intenções planaltinas. Já o padre Montoya diz isso, mencionado pelo Prof. Taunay.

(2) E' muito interessante o comentário do Prof. Taunay, a respeito desse trecho de Montoya. Diz o Mestre:

"Era, com effeito, o caso dos mais graves, essa questão de lesa majestade, *de lesa patria*".

Que pátria? Espanha, Portugal ou Brasil?

Perdoe-me o Mestre, mas não posso concordar com as suas palavras! Eu não sei porque o Prof. Taunay attribue aos planaltinos uma pátria, que eles nunca haviam visto e pela qual não poderiam sentir senão indiferença!

firmação é de maneira tão evidente e tão nítida, como, em história, é difícil de se conseguir obter semelhante! Eis, por exemplo, este outro documento, a confirmar, do modo impressionante, o acima citado. Trata-se de um tópico do "*Relacion de los Agrabios*", citado igualmente pelo Prof. Taunay, no qual há testemunhos dos dois jesuítas, que o escreveram, os padres Mancilla e Mazzeta, que assistiram o assalto paulista de 1628-29. Eis o tópico documental confirmativo de que eu mencionei acima:

"Levantaron sus capitanes y otros oficiales de guerra con vanderas, COMO SI FUERAM LEVANTADOS Y AMOTINADOS CONTRA SU REAL CORONA".

Ora, jesuítas autores do documento, os reverendos Mazzeta e Mancilla, afirmaram a mesma cousa que o padre Montoya, provando que a minha conclusão é certíssima.

Além dêsse irretorquível trecho, dizem essas testemunhas citadas, no seu documento, que me está servindo de estribo:

"*las vanderas que levavan no tenian las armas del Rey, sino otros señales*".

Isso seria perfeitamente condizente com o fato dos apresadores planaltinos serem "*levantados y amotinados*", ou "*traydores*" contra "*su real Corona*", que era precisamente da Espanha. Como, pois, êsses amotinados, traidores, etc., contra a Espanha, iriam, mais tarde, promover, no Planalto, uma reação a favor dessa mesma *Espanha*, dêsse mesmo rei, contra os quais se haviam tão violentamente manifestado, treze anos antes, a ponto de terem merecido serem chamados de rebeldes, etc.?

E' difícil ser encontrada lógica mais esmagadora do que essa, que afasta a versão dos dois únicos cronistas planaltinos, que nos veicularam a aclamação de Amador Bueno. Vê-se, por aí, como era absurda a lenda de Amador Bueno, veiculada pelo frade e pelo linhagista! Nem a mais infantil ingenuidade levaria a sério a lenda, que mais parece um fantástico sonho, digno da inferioridade mental planaltina da época.

E' preciso resaltar que, o "*traydor*" da soberania espanhola, segundo o documento citado acima, era, precisamente o fidalgo espanhol Dom Francisco Rendon de Quebedo, o genro e aclamador de Amador Bueno. Isso quer dizer que, Rendon já tinha espírito próprio e estava bem divorciado da espanholidade. Não se pode conceber, em sã consciência, como é que êsse mesmo Rendon iria promover, 13 anos mais tarde, uma

reação a favor dessa mesma espanholidade, da qual, êle se mostrava tão divorciado!

Vê-se com meridiana clareza, como era infantil, frágil, sem lógica e impossível, como absurda e sem nexa a versão de Frei Gaspar e de Pedro Taques!

Mas além dessa argumentação abafadora e irrespondível, temos o documento registrador do depoimento do Padre Crespo, outro jesuíta, que presenciou o assalto paulista, contra o Guairá, documento êsse constante de um memorial enviado a Felipe IV, e citado pelo Professor Taunay, na sua tão recorrida quão insubstituível "*Hist. das Bandeiras Paulistas*", II, 124. Diz o padre Crespo, nesse documento, a propósito dos apresadores planaltinos:

"SIN CONOCER A LA DIVINA Y UMANA VUESTRA
MAGESTAD".

Ora, se os planaltinos demonstravam tanto desamor a Felipe IV e tanta independência da Espanha, segundo o testemunho unânime de sacerdotes, que presenciaram as manifestações concretas disso, como iriam êsses mesmos "*tráydores*" e esses mesmos "*amotinados*", tentar um movimento alucinado e aventureiro, em favor dêsses mesmos espanhóis, dos quais os planaltinos se mostravam tão inimigos? Vê-se bem como êsses documentos citados apoiam a tese, que sustento.

• • •

Quanto à segunda irrogação, que, dos relatos de Frei Gaspar e de Pedro Taques, transparece, vê-se, pelos depoimentos acima referidos, que, ela é igualmente inverídica, pois que o espírito, que a presidiu estava preparado e vivo de longa data, gerado, com uma antecedência sabida e documentalmente comprovada, pelo menos de treze anos.

Não sei, ou pelo menos, não há documentação assertiva de que, em Portugal, o movimento restaurador tivesse tido, nas massas, uma preparação tão antecipada e que, o estado da alma popular estivesse tão ajustado para uma deflagração!

O Planalto estava, segundo a amplíssima documentação jesuítica, perfeitamente preparado para o movimento, que deveria faltamente sobrevir.

Onde manifesta improvisação, precipitação mesmo, a qual lançou por terra a causa planaltina, foi a execução do movimento, a concretização das idéias longamente firmadas pelos

exponentes planaltinos. Essa execução do movimento foi desastrosa, pois fez recair a escolha do seu chefe na pessoa errada de Amador Bueno, que pela sua timidez, não era quem deverla fazer vingar o movimento, que assim, confiado a mãos impróprias, teve um destino lamentavel.

Parece que, a atmosfera psíquica estava perfeitamente preparada em toda a população planaltina, mas os acontecimentos surpreenderam moradores do Planalto, que não tiveram a visão de que a ocasião, para ser deflagrado o movimento se aproximava, e, não obstante tudo concordar para que a Restauração lusa fosse tentada, nessa ocasião, os planaltinos fizeram partir para o sertão distante do Uruguai, o totalidade da população masculina regional, de modo que, ao ter o Planalto de por em prática o movimento, longamente acalentado, teria sido surpreendido, em flagrante delicto de esvaziamento de gente máscula, assim fracassando o que vinha povoando de sonhos a imaginação do morador da região, a longo tempo e o que tinha saturado a mentalidade do povo, sempre altivo, arrogante e amantíssimo da liberdade.

De fato, o depoimento de Montoya é claríssimo e nitidissimo, em afirmar perentóriamente que, o fidalgo espanhol, o genro de Amador Bueno e o expoente máximo da sua aclamação, D. Francisco Rendon de Quebedo, dissera-lhes que: "*TE-
NIAN REY EN EL BRASIL*", em cujo mandado estavam. Não emana disso, o espírito de que a aclamação de um rei próprio estava no horizonte planaltino, aguardando, apenas a oportunidade, que poderia se apresentar a qualquer momento? Não está aí o embrião daquilo que foi o movimento de aclamação do primeiro rei americano? Não se espelha nessas palavras de Montoya, um estado de alma popular, que, apenas esperava uma ocasião propícia para se concretizar? Note-se que, o padre peruano, procedeu com inteira isenção de espírito, a este respeito, depondo sôbre um assunto do qual êle não era interessado (3).

Parece que, a surpresa dos acontecimentos colheu desprevenidos os planaltinos, que, no momento estavam com a sua gente masculina e a melhor parte dela, no sertão do extremo sul, junto as ribanceiras do rio Uruguai. Essa surpresa evidente, teria feito com que os moradores do Planalto se precipitassem e fizessem o movimento de independência anteceder

(3) O próprio Montoya, ensina a Prof. Taunay, *loc. cit.* II, 152, estava na evidentíssima crença de que os "*paulistas projectavam tornar-se independentes*". A conclusão lógica se impõe!

a volta dos homens apresadores, então, retidos em M'Bororé. Não tiveram paciência, os planaltinos, em esperar a volta dos expedicionários de Jerônimo Pedroso e de Manuel Pires!

Essa bandeira, acima referida, foi derrotada pelos jesuítas (Prof. Taunay, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*", II; Padre Carlos Teschauer, "*Hist. do Rio Grande do Sul*" Padre Luiz Gonzaga Jäger, "*Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul*"; Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*").

De fato, a gente paulista foi estrondosamente batida, todos unânime o afirmam, baseados em ampla documentação jesuítica, confirmada pelos indícios apoucados da documentação paulista, mas a maior derrota dos planaltinos, apresadores, não consistiu, evidentemente na simples perda militar de um combate encarniçado, ferido a cerca de 2.000 quilômetros do Planalto, mas sim na falta, que os componentes da bandeira fizeram, por ocasião da deflagração do movimento da independência.

Seriam, cerca de 400 homens brancos, com 2.500 a 3.000 tupís, os apresadores, que, nessa ocasião estavam muito longe do povoado paulistânico, ensina-nos o Professor Taunay, na sua tão citada "*Hist. Geral das Bandeiras Paulista*", II. Mas os depoimentos jesuíticos, talvez exagerando, aumentam esses números. Assim, o padre Teschauer, na sua "*Hist. do Rio Grande do Sul*", eleva esse total, para 600 paulistas e 4.000 tupís. Ora, o que esse sensível desfalque representaria para o Planalto, que então, não contaria com população total muito superior a isso, pode-se observar bem, tendo-se em consideração um trecho de Montoya em um memorial, feito em 1643, no qual êle diz:

"Que la villa de San Pablo y otra circunvecinas echen quatro o cinco compañías de quatrocientos y quinientos hombres mosqueteros con quatro mil y más indios flecheros..."

Confirma a tese acima o pequeníssimo número de assinaturas, que, em 3 de abril de 1641, subscreveram a ata da aclamação de D. João IV, ("*Registo*", v. VII, suplemento, 251).

Esses documentos, mostrando como tinha ficado reduzida a população masculina do Planalto, durante o período de tempo em que a bandeira de M'Bororé esteve no sertão, evidenciam como teria sido impossível o movimento independentista vingar contra os reinóis lusitanos, protegidos pela lusitanófila governança de Salvador Corrêia de Sá.

De acôrdo com a lenda de Frei Gaspar, adulterando o fato da aclamação de Amador Bueno, transfigurando-a e defor-

mando-a, a ponto de torná-la irreconhecível monstrego, Amador Bueno passou a história, como sendo um expoente de um sentimento, que teria imbuido à população toda. Esse sentimento comum a todos os planaltinos teria sido a lealdade, para com Portugal. Para os superficiais, esses que aceitam as explicações sumariamente, sem as examinar, para os que, por preguiça de pensar, abdicam do próprio raciocínio em favor do "magister dixit", o caso de Amador Bueno, ao ser aclamado rei, é na verdade, de ser adotada a lenda dos cronistas setecentistas. Na verdade, é muito mais comodo e simples não ter o trabalho de raciocinar! Mas, convenhamos, para os que preferem usar o próprio cérebro, para resolver, segundo a lógica e a verosimilhança, os problemas sociais, que a história brasileira antepõe, a lenda da lealdade popular, extremada na pessoa de Amador Bueno, tal qual nos transmitem Frei Gaspar e o linhagista, não convence não satisfaz e é necessário ser feita a luz de um raciocínio, sobre esse sentimento.

Duas perguntas surgem imperiosas sobre essa pretensa lealdade.

Por quê o povo planaltino havia de manifestar lealdade a Portugal?

Por quê essa lealdade haveria de ser extremada por Amador Bueno?

Lealdade ou sentimento de dedicação, só se alimenta para com pessoas, que se destaquem, por virtudes inherentes aos seus perfis psicológicos, físicos, mentais, sentimentais, morais, etc. Não seria possível, lealdade para com pessoas, que não fossem providas de qualquer traço de superioridade. Da mesma maneira, o povo planaltino só deveria tributar lealdade a Portugal, ou aos Braganças, se, porventura, houvessem ligações de ordem sentimental, psicológica, sociológica, moral, linguística, mercantil ou econômica com a Metrópole lusa. Ora, nós já demonstramos abundantemente que, o Planalto se achava isolado do mundo, sob todos esses aspetos. Portugal estaria quasi que, esquecido, esmagado na memória dos planaltinos, pelo domínio espanhol. Portugal deveria manter, no ânimo dos moradores seiscentistas da região vicentina de Serra-acima, muito pouco prestígio.

Em abono dessa conclusão, são de se evocarem as palavras do Prof. Taunay, impulsionadas por uma aguda observação:

"..., do alto de suas montanhas RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES" DO BRAGANÇA, recémposto no throno e PARA ELLES LETTRA MORTA".

("Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo", 1, 166)

Ora, como se admitir lealdade dos planaltinos para com D. João IV, se este, em suas determinações, era ridículo, aos olhos desses mesmos planaltinos, segundo a felicíssima observação do erudito Prof. Taunay?

Vê-se pois, com clareza, que, qualquer sentimento de lealdade tributado a Portugal, como a D. João IV, era absurdo!

A confirmar, de modo evidente, esse ridículo, em que era tido pelos planaltinos a figura de D. João IV, há notar o seguinte fato, que é, por si, bem eloquente, na sua significação:

A 3 de Outubro de 1643, o rei D. João IV ordena, por alvará, baixado nesse dia, a reintegração dos jesuítas no Planalto. Esse decreto real não foi obedecido pelos moradores da região. Quatro anos mais tarde, a 7 de outubro de 1647, o rei D. João IV volta à cena e decreta novamente medidas tendentes à reintegração dos jesuítas, promovendo a anistia aos planaltinos, desde que, os reverendos fossem, de novo admitidos nos Planalto. Nova desobediencia e isso não pode ser taxado de muita fidelidade ao Bragança senão com muito desprezo pela intelligencia alheia!

Naturalmente, tendo em vista êsses fatos, pelos quais é facilimo se descobrir a pouca devoção, inspirada nos planaltinos pela personalidade vasia de D. João IV e mesmo, enovelada com esse sentimento de pouco acatamento, uma certa dose de ridícula conta, em que era tido o soberano de Bragança, é que Washington Luis, na sua esplêndida "*Capitania de São Paulo*", diz que, só no século XVIII, reconheceu, o Planalto, a soberania portugueza.

Por certo, em virtude de procedimentos como esse, é que o Prof. Taunay, na sua tantas vezes recorrida "*História seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 175, diz:

"E' preciso notar, contudo, que, em S. Paulo, desde muito, era o poder municipal absolutamente soberano".

Aliás o povo planaltino, arrogante, altivo, intratavel, particularista, atrevido, e belicoso, como nos contam os depoimentos jesuíticos, como consciente da sua fôrça, que lhes emprestava o isolamento geográfico, em que vivia, o da impotência do reino, para o atingir, sempre se mostrou de uma intratabilidade, de uma rebeldia, de uma irritabilidade e de uma insubordinação, que não demonstram muita fidelidade ao reino.

Atestam-nos isso, não só as observações inteligentes e agudas, acima citadas, mas tôda a vida seiscentista do agregado humano planaltino, constante dos relatos e percucientes comen-

tários do Prof. Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*".

O modo pouco sereno e impetuoso, como os planaltinos conduziram o seu procedimento, nos diferentes casos, em que tiveram oportunidade de se manifestar, fazendo ressaltar a sua alta e destacada individualidade, revelou sempre uma consciência ardorosa e independente e um espírito altaneiro e, in-submisso, que não se curvam ante a medidas legais, ainda que, provenientes da governança.

Em 1660, Salvador Corrêa de Sá e Benevidos, o jesuitófilo e lusitanófilo almirante-lusitano, restaurador de Angola, para o que abandonou os brasileiros, na sua guerra encarniçada de restauração, contra os flamengos, teve ocasião de experimentar o quanto era ativa e destacada a alma particularizada do planaltino. Ante a ameaça desse governante, de vir a S. Paulo, os moradores mandaram dizer a êle, que se tivesse ordens régias que as mandasse de Santos, pois excusava a êle vir a S. Paulo.

Mais tarde, Arthur de Sá e Menezes deveria, também, sentir a faceta cortante da alma audaciosa e vincada da gente de S. Paulo, ao receber as palavras admiráveis de Pedro Ortiz de Camargo, dizendo que, os paulistas sabiam muito bem se governar e que por isso, êle não viesse a S. Paulo. Aliás esse sentimento de arrogância ousada, nada mais era do que a reedição, das palavras do rústico filho de João Ramalho, que, ao ser ameaçado com a inquisição, respondeu que acabaria a mesma a flechadas.

A herança secular, transmitida pelas gerações, se ampliou enormemente, pelo modo da vida livre e em constantes correrias, bem como pelo isolado esquecimento em que se manteve o Planalto, até o fim de seiscentismo. Teria sido por isso, que, os planaltinos se mostraram tão senhores dessa psicologia, tão especial e própria, como vem sendo assinalada, como o fizemos acima. Teria sido por isso, que os viajantes, impressionados com a destacada mentalidade dos planaltinos, a mostraram como relevo, na comunidade lusitana, o que salientava de um modo todo especial. Assim escreveram todos, desde Ulrico Schmidel, até Frogger, no seu "*Relation d'un voyage fait em 1695, 1696, et 1697 aux cotes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brezil, Cayenne, Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandé par Monsier de Gennes!*"

Óra, esse traço em que se perfilava a psicologia planaltina, evidenciado de modo unânime por todos os observadores, coevos ou não, ressaltado por todos os transes tumultuosos da evolução

seiscentista da sua vida, não condizia com a fidelidade a Portugal, o que é fácilima a conclusão de que, o grupo humano planaltino teria muito pouco apêgo a Portugal.

Vimos que, teria sido a literatura panegirista e ditirâmbica, que fez com que Portugal, ocupado pela Espanha, durante sessenta anos, portanto em mais de uma geração, (o que quer dizer que os que restauraram a soberania lusa, já haviam nascido em pleno regime de domínio espanhol), resistisse vitoriosamente à assimiliação espanhola. Entretanto, os planaltinos, como vimos, não participaram dessa literatura salvadora. O isolamento intelectual, em que se encontravam, não permitia a êles sorver o espírito de lusitanidade, nessa esplêndida resêrva conservadora da nacionalidade lusa que era o patrimônio literário português, rebrilhantemente desenvolvido no quinhetismo, unanimemente declamando as glórias da estirpe enaltecidas nos líricos canticos de Camões ou nas décadas entusiasticas de João de Barros.

A indigência mental dos habitantes da capitania vicentina, a qual pode ser comprovada, pelas páginas carunchadas dos documentos, teria os isolado hermeticamente do fulgor espiritual lusitano, impedindo, portanto, que êles aquecessem o seu já empalidecido e frígido lusitanismo em contato, com o calor desprendido dessas páginas e dessas estrófes, que eram clarinadas vigorosas de patriotismo.

Nossa situação, sendo conservados, fóra do alento, que deu persistencia e vida a alma lusitana, que a Espanha ameaçava, não seria de esperar que a gente isolada da capitania vicentina fosse conservar muito apêgo a Portugal! Constatando isso, é, também, de ser posta em linha de conta a especial circunstância de que, os planaltinos apesadores tinham o máximo interesse, em que a Restauração lusa não se operasse, pois com ela, as fronteiras dos domínios americanos dos dois reinos ibéricos se restaurariam também, e isso viria dificultar a continuação do apresamento, que tão lucrativo se mostrava, ainda, antes de haver a primeira metade do século atingido ao fim.

A lusificação do Planalto só se deu no século XVIII, isto é, na época do ouro, quando as enormes massas de reinóis invadiram as minas, avassalando tudo, na avalanche da sua passagem. S. Paulo foi, nessa ocasião, o entreposto das minas goianas, das mato-grossenses, bem como das situadas no sul de Minas Gerais, as quais ficavam pouco ditantes do Planalto, via Atibaia e via morro do Gravi, em Itapira.

Só, então, com a imensa sedimentação da espessíssima camada de reinóis, sobreposta à dos preexistentes paulistas, pro-

cedentes das velhas estirpes planaltinas dos séculos XVI e XVII, formando-se a população reinolizada do Planalto, a qual foi elevada a cerca de 116.000 almas, segundo Machado de Oliveira; o elemento português predominou, na indómita, arrogante, e particularista região planaltina.

No começo do século XVIII, ainda, os planaltinos da velha cêpa quizeram se opor à onda, que tudo submergia. Daí a guerra dos emboabas, que não foi outra cousa, senão o resultado do encontro antagonico de duas correntes contrárias! Dêsse encontro, não poderia ter havido outro resultado, senão o esmagamento da corrente crioula ou nativa, pois, a outra, era imensamente maior em número, além de ser protegida pela governança, em mãos reinóis. Só, com o avançar do século, é que, se foram desaparecendo os reinóis, que foram morrendo, não sendo renovados, pois as minas, se empobrecendo, não mais atraíam a onda reinol, que quase se paralizou, no fim do setecentismo. Os filhos e netos dos reinóis, vindos do início do século, já eram elementos da camada crioula e daí, ter havido, só nesse fim de setecentismo, em 1789 e em 1798, rebeldias, contra o govêrno da Metrópole. Eis, a conjuração de Tiradentes! Eis, a gente, que, paralizada, durante quinze anos, pela vinda da Corte, em 1808, fez o movimento incoercível, que culminou no 7 de Setembro de 1822!

Com a dominação do elemento reinol, no Planalto, no século XVIII, tudo passou a respirar intenso lusitanismo. O ambiente planaltino, antes no seiscentismo, tão acrioulado, foi profundamente modificado. O poder aquisitivo do planaltino, majorado, graças ao ouro das diversas minas de cuja regiões, S. Paulo era o entreposto mercantil ou uma espécie de capital econômica, fez com que, o paulista fosse subtraído do isolamento mental e sentimental, em que vinha vivendo secularmente. O isolamento psíquico, moral e sentimental, bem como o econômico e por consequências o administrativo, encontrou o seu termo e o geográfico pode ser diminuído sensivelmente, pela melhoria das comunicações entre o Planalto e o Litoral. Sim, porquê, aumentado o seu poder aquisitivo o planaltino pode sorver a cultura portuguesa, nas arcadas das universidades reinóis, ou em mais assíduo contacto com as letras, as tradições, as artes, as cenas, as notícias e os homens de Portugal, etc.

Além disso, que fazia com que, o Planalto fosse galvanizado, em um banho de lusitanoplastia, o qual o obrigava a tomar um vivo colorido reinol, o govêrno português, antes tão esquecido da região, fe-la se incorporar violentamente nos

quadros de um aceso lusitanismo. Para isso, empregou as armas da virulência, da compressão e do terror, sobre a infeliz parte, antes abandonada de suas colônias. Seguindo essa política os reinóis mandaram a governar o Planalto, verdadeiros tipos de cães de fila e de satrapas violentos e carniceiros, como Rodrigo Cesar, Caldeira Pimentel, Assumar, Cunha Menezes outros mais, que, com séquito de reinóis do tipo do' guloso de Sebastião Fernandes do Rego, do maquiavélico Godinho Manso e outros, calcaram a alma crioula e a submeteram a um infernal jugo português, que deu ao Planalto um ambiente profundamente luso. Só então, a região paulista, deixou de usar o idioma guaraní, para falar o português. Foi essa a metamorfose, que fez, com que, o Planalto mudasse subitamente de corido, de uma acriolização, que se processava com rapidez, para uma lusitanização evidente, com uma paralização daquele processo, o qual só continuou, quando os descendentes dos reinóis, imigrados no começo do setecentismo, se acriolaram assimilados.



CAPÍTULO IV

AS ORIGENS

Amador Bueno era elemento que reunia três etnias, física, psicologica e sentimentalmente destacadas, as quais passaremos rapidamente em revista :

- a) a espanhola por seu pai, o sevilhano Bartholomeu Bueno, a qual iremos analisar no nosso capítulo 6, desta parte.
- b) a portuguesa, pelo seu costado materno, que será objeto de nosso estudo no capítulo 5, seguinte.
- c) a nacional, ainda pela sua estirpe materna, com a qual estava entremeiada, como se dava aliás com o povoamento da colônia vicentino-planaltina.

Como as primeiras etnias serão vistoriadas em capítulos independentes deste trabalho biográfico, iremos estudar agora o povoamento da região vicentino-planaltina porque com isso revistamos a terceira etnia da qual era amestiçado Amador Bueno, como acontecia de resto, com quase tôdas as individualidades paulistas da sua época, além de se ver como o elemento

européu, aos poucos, foi evoluindo na sua psicologia e na sua sentimentalidade, de um modo mais rápido ainda do que no seu físico.

* * *

O povoamento da capitania vicentina se realizou, em grande parte, em ondas sucessivas de gente, vinda em armadas oficiais, que, destinadas pelos governos a realizar missões especiais, traziam, para S. Vicente, porto muito pouco frequentado, porque não havia o que comerciar com êle, camadas de gente povoadora, as quais vinham às dezenas e mesmos às centenas, se estabelecendo por sôbre as massas preexistentes. Foram assim, se formando de elementos de diferentes estágios e níveis na evolução das respectivas mentalidades, sentimentalidades, etc., as populações fixadas na colônia planaltina.

Sim, porque êsses atributos psicológicos e sentimentais não podem ser muçulmanamente estáticos. A psicologia de um agregado humano qualquer, se modifica constantemente, como se fosse um bloco de cêra mole, constantemente submetido a moldes rijos diferentes, que lhe obrigam a se alterar nos perfis que apresentam (1).

Os primeiros povoadores, que para aquí vieram, naturalmente traziam um espírito reinol bem pronunciado e nele se refletiria toda a mentalidade lusitana, então elevada ao auge, pela culminância, em que estava a pátria de Camões, de Albuquerque, de Duarte Pacheco, de Gil Vicente, etc. A sentimentalidade desses pioneiros, naturalmente, se enternecia com os motivos reinóis, que a prosperidade da Índia exacerbava. Seria natural que, eles tivessem os seus pensamentos orientados pelos motivos reinóis, cuja gloria resplandecente infundia justa ufania no nome português, então unguido de maior prestígio em todas as terras civilizadas. Na retina lacrimosa e saudosa dessa gente reinol, se refletiria tôda a paisagem, que ela havia

(1) Não estamos vendo, porventura, como se modifica, ou antes como se vem modificando o estado psicológico e sentimental da população paulista atual?

Nas primeiras décadas d'êste século, os elementos italiano da corrente migratória vigente eram de se fazer notar, com o linguajar híbrido de português e de italiano, com o japonês, o sírio, o espanhol, o servo, ou o hungaro se observa o mesmo fenômeno.

Evolutivamente os quadros dos primórdios d'êste século se foram modificando na fisionomia hoje apresentada pela população paulista, que já não consta de elementos estrangeiros, pois que êsses foram levados pela idade e seus filhos ou netos, já têm complexos mentais e sentimentais diferentes, pois que são já indivíduos assimilados.

deixado no velho reino dos Aviz. Nelas se reviveriam, tremeluzindo, as doces ribanceiras do Mondego, como as acolimadas margens do Douro, as arcadas solenes de Coimbra, o soffregio tumulto da rua Nova dos Mercadores, as alcantiladas penedias das Astúrias, da Galizia, ou das Beiras, os arcos manuelinos dos Jerônimos, como as flechas espigadas da Batalha, as paragens ensolaradas do Alentejo, ou as charnecas tórridas do Algarves, ou, ainda as rocas douradas da Estremadura.

À medida, porém, que os tempos iam correndo, fazendo aumentar o acervo de novas impressões, proporcionadas pelo novo meio vicentino, aquelas imagens, nítidas a principio, se iam esfumando, nas recordações estratificadas dos povoadores, que envelhecendo iam substituindo a saudade suave daquelas memórias por novos estratos, que se foram paulatinamente depositando na alma desses, que se haviam tornando colonizadores, formando nelas, novas mentalidades psicológicas, morais e sentimentais. As dificuldades da navegação dessas épocas distantes, a falta de ligação econômica, a modéstia extrema de recursos desses povoadores, tinham imperiosamente determinado que elles nunca mais veriam o Reino.

Assim, quando uma onda de povoadores, trazidos por alguma frota reinol, divisava ao longe no horizonte vicentino, a azulada montanha, que em recortes sinuosos perturbava a placidez erma do lagamar vicentino, via na linha perfilada do seus cumes as mesmas frases soturnas, que o imortal Alighieri, escrevera nos portais do Inferno:

“Lasciati ogni speranza, o voi che entrate.

Paranapiacaba, a imensa e escura cordilheira, fatalizava-lhes um destino, de nunca mais volver ao Reino. Era assim não mais espelhavam a doce imagem da clássica Torre de Belém que ficára na boca hiante do Téjo, a se desenhar nos olhares emperlados da saudades dos que se ex-patriavam definitivamente!

Eis que, os velhos povoadores lusos não podiam reter, para transmitir para a sua posterioridade o pensar e o sentir que haviam, no início, chamado a saudade, entronizada nos seus corações! Assim, aos poucos, os descendentes dos velhos povoadores reinóis foram creando novas mentalidades, fruto de novos interesses, que se abriam em novas perspectivas, novos meios de vida, resultantes de outros capítulos do evoluir, enristado de accidentes e arrecifado de prélios, travados contra tôda sorte de obstáculos, proporcionados por uma natura gigante e por mil inimigos próprios do Novo Mundo.

Depois, no Planalto se iriam repetir em gráu mais elevado ainda, o que já era patente nas plagas litoraneas de S. Vicente. Aí o isolamento ainda era maior! Não havia, no Planalto piratiningano, o menor contato com o reino, que entrava em acelerada decadência.

Era o isolamento econômico!

A região não produzia nada, que obrigasse a uma manutenção de ligação exportadora para o Reino, como no Nordeste, em relação ao açúcar. Com isso, as idéias, os sentimentos, os pensamentos, etc., não atravessavam o oceano, deixando os lusos, aqui radicados, entregues aos seus próprios exercícios cerebrais e sentimentais, os quais como vimos, não podiam deixar de ser os que os ambientes externos proporcionavam. A região, por sua vez, pobre e fracamente povoada, não exigia comércio importador de gêneros reinóis, os quais deixaram de ser imprescindíveis. A capitania vicentina paupérrima e com pouca população, em fraco estado de civilização, não consumia muito. Aliás, a importação de qualquer grupo humano é sempre consequência da sua exportação. Como a capitania quasi nada exportava, a não ser escravos ameríndios, também quasi nada importava. Daí, a nenhuma navegação regular para os portos de S. Vicente e de Santos! Daí, as idéias, os sentimentos, os delineamentos morais lusitanos que não se reavivavam! Daí, a nenhuma influência da mentalidade, da sentimentalidade, ou da formação moral de Portugal, na gente que, no Planalto, havia sido esquecido, em fenômeno de palpavel amnésia.

A extrema pobreza da gente planaltina acarretou, ainda uma outra espécie de isolamento, em que ficou a região do Mundo português. É o que eu denomino isolamento cultural.

O Nordeste, enriquecido pelo açúcar, poud alimentar as suas camadas de moradores, que se foram sucedendo através de muitos séculos, na velha cultura lusa, pois era uma região na qual sobravam os recursos para mandar anualmente a estudar nos colégios reinóis, os chefes futuros das linhagens nordestinas, que se perpetuavam em lusitanismo contínuo, em patriarcalismo reconhecido na economia açucareira, e na aristocracia rural, que aí se foi formando e solidificando. Aí, os motivos reinóis foram, sempre, renovando a influência lusa, no cerebro e nos corações nordestinos, cavando neles, bem fundo, sulcos de lusitanidade, os quais não podiam se apagar com os sucessos do evoluir histórico, que colocavam, não poucas vêzes, em antagonismo o Reino e o Nordêste colonial.

Com êsses acontecimentos, fatalizadores de um estado de psicologia coletiva, se foi estratificando um estado de alma

especial, nos moradores estabelecidos no Planalto, que jamais haviam ido ao Reino, não tendo lá nada que os prendesse, pois estavam em Aquem-mar, todas as suas relações. Nem mesmo conheciam, de nome, sequer, os figurantes do teatro reinol, ou do tableiro europeu, onde todos os assuntos lhes eram profundamente indiferentes e desinteressantes. Assim, como não compreender nos moradores planaltinos uma super-estrutura própria e diferente da que traziam os reinóis, vindos em ondas, ou gotejados de uma imigração que se perpetuava, em filete imperceptível? Estes, com suas mentalidades, traçadas mais pela saudade e pelo sabor agri-doce da recordação, se acamavam em separação psicológica e sentimental dos preexistentes, que haviam sedimentado as suas psicologias de modo diverso.

Teria sido assim que, os Pires, formando um conjunto psicológico vicentino-planaltino, não poderiam ter transmitido à Maria Pires, uma herança mental, moral e sentimental, etc., que não fosse a moldada no cadinho regional, único a lhes preocupar os sentidos e único a lhes fundir as almas.

Por outro lado, a mestiçagem com a índia guianá, filha do maioral Pequerobí, teria importado, para a estirpe Pires, não só um estado físico, que se perfilava em maior amongoilamento do facies, com maior enegrecimento e alizamento capilar, etc., mas ainda em notável influência moral e mental. Aliás, isso acontecia a quase todas as estirpes planaltinas mestiçadas com ameríndios. Até o idioma guaraní, era o corrente no Planalto! Por isso, se poderá fazer uma idéia do quão importante teria sido a influência indígena, na constituição do nosso grupo planaltino.

No Planalto, durante os dois primeiros séculos, a influência lusa foi diminutíssima e, apenas, perceptível (Sergio Buarque de Holanda, "*Raizes do Brasil*", 76). Ela só exerceu um papel dominante no decorrer do século XVIII, quando o ouro atraiu para Aquem-mar, as atenções dos reinóis e principalmente a imigração lusa, que se fazia, então, como se fora verdadeira avalanche.

Com o exposto, se poderá compreender facilmente que, via materna, não era de ter Amador Bueno, recebido muita influência reinol; pelo contrário, a estirpe lusa, que lhe era ascendente, já se achava absolutamente assimilada. Aliás, a etnia portuguesa é das que se fazem assimilar mais depressa, perdendo logo as suas características em favor de outras que se superpõem, as quais derivam das novas erosões que nos lusos cavam as ações dos ambientes, nos quais eles estão mergulhados.

Amador Bueno, no concernente à sua constituição mental, moral, sentimental, física, etc., não deveria ter fugido do que teria acontecido aos mais moradores do Planalto, nessa época. Ele carregava com a sedimentação e a formação de três gerações de indivíduos, que nunca se tinham apartado da capitania vicentina, do seu ambiente físico, do seu meio social, do seu conjunto econômico de interesses, etc.. Essa sedimentação de três gerações, isto é, de um século de estadia no novo meio, já tinha tido tempo de se cristalizar, com o cordão umbelical, completamente cortado de Portugal, ao qual não havia mais laços que prendessem, a não ser o político.

Aliás, é bem essa marcha evolutiva que hoje se pode observar, ao se dar uma colonização qualquer. Na primeira geração o imigrante exótico, ainda traz certa saudade da pátria, a qual se desvanece, logo à segunda geração. A terceira se sucede, trazendo os traços de exótismo, apagados.

Se isso se pode observar hoje, com maioria de motivos era acontecer nos primeiros séculos, quando o estado de isolamento seria muito maior, com a falta de uma base econômica, o que teria determinado contatos obrigatórios com o mundo exterior, com a falta de comunicações regulares, com a falta de correio, de telégrafo, de imprensa, de rádio, de cinema, etc., que trazem constante e continuamente notícias do mundo exterior, etc.. Além disso, hoje há muito mais cultura e muito mais civilização, do modo que, as evocações literárias, noticiosas, pitóricas, etc., da pátria de origem, podem ser absorvidas com certa facilidade. Outrora, os povoadores lusos, que aqui vieram, tinham um cérebro temperado de tal estado de ignorância e de analfabetismo, que não seria permitido absorver a cultura lusa, transmitida às gerações pelas penas fulgurantes de Camões ou de João de Barros, ou ainda pelo verbo flamante de Antônio Vieira.

Além desse fator, acima exposto, o qual teria sido de imensa valia no processo assimilatório do povoador reinol, ainda havia um outro que deve ser considerado.

Hoje, as etnias imigratórias mais prontamente assimiladas, são as que trazem as tradições políticas mais pobres e as menos causadoras de ufanias. Assim, por exemplo, a corrente imigratória italiana. Ela foi rapidamente assimilada, mesmo porque não trazia muitas recordações gloriosas, na sua bagagem psíquica, de modo a causar a ufanias, por elas gerada, durar mais tempo, a emoldurar de prestígio a origem itálica.

De fato a Itália, politicamente, recem unificada, sem glórias militares, sem nomes aureolados no campo da luta, não tinha para oferecer muito prestígio ao seu imigrante.

Ao contrário do imigrante italiano, o germânico, ou o anglo-saxão, ou ainda o nipônico, traziam consigo uma tradição de passados lambrequinados de glórias de nações, que conquistaram o prestígio, que possuíam, em árduas pejejas militares ou navais, ou que cimentaram os seus primórdios nacionais com o sangue do sacrifício e o suor de esforço, alinhados em mil refregas e em embates sem conta. Gente assim, é muito menos assimilável! O seu ponto de fusão é muito mais elevado! O enquistamento de gente assim, é muito mais de se receiar!

Ora, o elemento português do fim do quinhentismo apresentava todos os característicos possíveis de baixa temperatura fusional. Não poderia acompanhar a gente lusa uma grande ufania pela sua procedencia! Os capítulos da cronica iberica dos fins do quinhentismo não emprestavam muitos laureis a Portugal. A' decadência joanina, o milésimo de 1578, acrescentava ao país a tragédia de Alcacer-kibir, em que as armas lusas conheceram o pó da derrota esmagadora. Depois, tivemos as cenas vergonhosas do fim enriqueano, em que a velha Lusitânia agonizou dolorosamente, no sugar moribundo dos peitos carnudos de Maria da Motta, a alimentar ridiculamente o último Aviz português, a quem arterio esclerose prematura havia amolecido o cérebro na imbecilidade, que deixava o Reino sem sucessão nacional. Depois, ainda a vergonha se tornou maior, enxovalhando toda a nação, com os episódios em que foram protagonistas o "quinta coluna" Christovam de Moura, a comprar, para o rei estrangeiro, o voto da fidalguia portuguesa, que em Thomar exibiu a sua carcaça carcomida, no mercado de consciências, em que naufragou o pundonor e a verticalidade da estirpe. Desse afundamento moral da velha pátria dos Aviz só se salvou a figura quixotesca, mas honesta do prior de Crato, a quem os reinóis chafurdando na miséria de seu proceder inconfessavel, presentearam com uma falsa barra de bastardia, para justificar a ação negregada de abandono em que ficou o filho do infante D. Luiz.

Portugal, sem independência política, que não soube defender, não poderia infundir orgulho ou ufania aos seus emigrantes!

Portugal, cadaver material, com a sua soberania perdida aos pés dos Felipes espanhóis e cadaver moral, com a sua dignidade amortalhada na triste debandada de Alcântara, não podia

oferecer ufania aos da estirpe lusitana, que no fim do quinhen-tismo procuravam nas quebradas de Paranapiacaba, um isola-mento, no qual ficassem esquecidas as suas mazelas nacionais!

Depois, no seiscentismo, Portugal não melhorou! A figura de abutre de Miguel de Vasconcellos, com a sua conduta de “*quisling*”, enxovalhava a procedência reinol dos que vinham se emparelhar com os “crioulos” planaltinos, cuja ação indô-mita, ousada, bravia, em luta perene contra tôda a sorte de inimigos não podia deixar de ser ressaltada. Ele, o Laval por-tuguês do seiscentismo não poderia impingir trunfos a um estirpe que quizesse disputar prestígio com os aureolados pla-naltinos.

Quem haveria de se ufanar em ser reinol, ante esses qua-dros, em que patenteava o contraste, para com os planaltinos! Que lusitano não haveria anéiar em ver a sua descendência se fazer “*crioula*”, comungando no proceder dessa gente tão altiva!

Esse fenômeno, por fôrça, teria tido lugar, nos primórdios do povoamento.

É preciso se levar em conta o que acima fica apontado, a bem da verdade.

Um outro fator, que muito favorece o processo assimila-tório, é o referente ao estado cultural do imigrante, em relação ao de seus descendentes, já nascidos e educados no novo meio.

A inferioridade absoluta do estado cultural dos primeiros povoadores, nos é atestada, de uma forma documentada, pelos atos oficiais, em que eles figuram. Assim, os documentos, cons-tantes das publicações municipais e das publicadas pelo Govêr-no do Estado, nos mostram o estado de incultura dessa gente, que mais facilmente manejava a escopeta, a espada, o arco, ou a flexa do que a pena, ou o livro. Esse estado roçava pelo analfabetismo, do qual, sem imensa dificuldade escapavam, graças aos garranchos incompreensíveis, com os quais grafava-mos os nomes, quase todos entremeiados de cruces e de outros sinais.

Já os filhos, netos, bisnetos e trinnetos, dessa gente, assim mergulhada na maior das humildades e das indigências men-tais, foram educados pelos jesuítas, chegando em 1549, pelos frades bentos, carmelitanos, ou franciscanos, aqui aportados em fins do quinhen-tismo. Com isso, eles puderam revelar um maior primor intelectual que os seus maiores. E’ isso que, nos demonstram os documentos referentes aos atos da administra-ção municipal, nos quais, na proporção em que as gerações se vão sucedendo, podemos observar uma nítida melhoria na cali-

grafia, na ortografia e na redação, bem como na sintaxe, etc., com que foram escritos. Disso teria forçosamente, resultado um certo prestígio intelectual dos descendentes, perante os ascendentes menos lustrados nas letras, etc.. Daí um mais rápido processo assimilatório. E' o que se vê hoje! E' o que teria acontecido nos primórdios!

Com êsses raciocínios, a estirpe Pires, ao atingir ela a sua terceira geração, já estaria perfeitamente assimilada ao novo ambiente vicentino, não restando mais residuo algum de lusitanismo, ao ser transmitida a herança psíquica, moral, sentimental, etc., de Maria Pires para seu filho Amador Bueno, que teria sido mais radicado a terra do que nós, que recebemos tanta influência de fóra.

Ele não deveria se orgulhar em ser procedente de estirpe lusa, a qual, tão destacadamente contrastava no seu proceder com o dos "crioulos" indómitos e altaneiros, que ameaçavam enfrentar a inquisição a flexadas e que não hesitavam em hostilizar os reverendos da Companhia, apesar do prestígio imenso, que gosavam no mundo os membros do agregado inaciano!

Devemos fazer pesar todas essas circunstâncias, em qualquer reconstituição histórica, que se queira fazer, a bem da mais estrita verdade. Caso não procedessemos assim, iríamos deixar de fazer sentir a sua força na orientação dos acontecimentos, uma série de circunstâncias que são de cristalina evidência. A verdade seria empanada!

CAPÍTULO V

A ESTIRPE MATERNA — OS PIRES

Segundo Pedro Taques, na sua "*Nobiliarchia*", pela via materna, Amador Bueno procedia de Maria Pires. A cronica planaltina do século XVI é muito nebulosa e reconstituída a custa de muitas lendas e fantazias. Como a História romana, nos primeiros tempos de sua fundação, toda ela eivada de mitos, assim também é o passado planaltino, cujo conhecimento exato não se firmou ainda em escritos livres de dúvidas. Quase tudo quanto se sabe a respeito dos primeiros anos de Piratininga, é lendário. A fantazia aí estabeleceu sólidamente o seu domínio e, as únicas luzes, que bruxoleiam sobre êsses primeiros tempos, são inseguras e procedentes de recolhimentos de tra-

dições verbais, feitos dois séculos mais tarde por duas pessoas, que são as únicas de certa cultura a emergirem da inferioridade intelectual, em que sempre esteve mergulhado o Planalto.

Sabemos que, todo o progresso cultural é um reflexo do estado econômico. Assim, o Planalto não tendo tido, nos dois primeiros séculos, o menor índice de prosperidade econômica, também não produziu acervo cultural e do estado de sotoplana, em que esteve afundado, essa região não teve quem, com segurança e baseado em documentação, lembrasse os seus primórdios modestos.

Só, mais tarde, já no século XVIII, quando duzentos anos eram decorridos, desde os seus primeiros tempos, quando o ouro esplendorava nas Gerais, em Goiás ou em Cuiabá, a região planaltina cuidou de reviver os seus pródromos. Então, foram as duas figuras, que tanto nos enternecem, de Pedro Taques e Frei Gaspar, as que escreveram, recordando o neblinado passado piratiningano. Então, porém, já era muito tarde para o fazer com segurança e a modéstia, como a analfabética incultura dos habitantes do Planalto, negaram elementos, para que êses dois abnegados planaltinos dos setecentos pudessem agir com fidelidade, na missão a que se haviam devotado. Êles, então, foram obrigados a recorrer à tradição oral, essa, que caminheira, passa de geração em geração.

Mas, essa forma de reconstruir a vida de um povo é passível de um sem número de erros, pois a tradição oral, nem sempre se conserva pura e ela, quando não recebe a base do documento, quase sempre se adultera, mormente quando tem de atravessar, sem ter sido fixada em escritos, a vastidão de duas centúrias. Seria natural que, quando Pedro Taques e Frei Gaspar quizeram recolher essas tradições, já elas estivessem adulteradas, não só pela distância do tempo, mas ainda por haverem elas sido veiculadas através de gerações de gente inculca e rude.

Mas, além dêsse óbice formidável, que menciono acima ainda, os dois escritores planaltinos dos setecentos tinham que varar mais uma barreira difícil, para atingir o que, naturalmente seria a sua méta, isto é, a verdade histórica.

Essa barreira, que, a meu ver, seria um obstáculo muito mais vultuoso, consistia no domínio português. Quando Pedro Taques e Frei Gaspar escreveram, reinava em Portugal, D. José I e era seu primeiro ministro o famoso Marquês do Pombal. A atmosfera política de então era a do nacionalismo mais estreito, fazendo Portugal cair a sua mão de ferro do despotismo mais tirânico sôbre o Planalto. Então, a governança

reinol, havia enviado para cá os cães de fila, como o vulto soturno do Conde de Assumar, o “*gauleiter*” Rodrigo Cesar, de tão funesta memória, o rapínico Caldeira Pimentel ou o prepotente Bobadela, ou ainda o iracundo Barbacena, para não falar no fanfarrão Cunha Menezes, etc.. Como Portugal agia, contra qualquer ruído, por menor que fôsse ele, a denunciar a vitalidade de um espírito “crioulo” ou nativista; então aí, para se observar a forma trágica e sanguinolenta como procedeu, em Minas, contra o martir heroico Felipe dos Santos, a figura torva de Almeida Portugal; ou como agiu, irradiando felonias e torpezas, contra os irmãos Leme, a ferocidade voraz e gulososa de D. Rodrigo; ou ainda como pautou a sua misera conduta, contra os perigrinos da nossa soberania, os taumaturgos da Inconfidência, o vulto empoadado do Visconde de Barbacena, o tirano de Vila Rica, o satrapa de Cachoeira do Campo.

Portugal, com êsses cães de fila, creara no Brasil, uma atmosfera de domínio e de terror, que é fácil se reconstituir, em se analisando o processo contra os mártires, companheiros de Tiradentes, em se vendo aí os termos empregados, contra os que haviam concebido o idealismo sublime de ver creada, nestas bandas americanas, uma pátria livre, que não fosse explorada pela ganância de Além Mar, de onde tinham vindo os bobotões dos reinóis emboabas.

Ora, Pedro Taques e Frei Gaspar, deante desse quadro, não podiam fugir de serem influenciados. Seria fatal! Eles, escrevendo nessa época torva, não podiam deixar de receber o bafejo dessa atmosfêra, que varria toda a região colônial, envolvendo nela todos os espíritos.

Seria preciso que, eles tivessem tido o condão da super-humanidade, que constrangia, que determinava, que tudo quanto saísse publicado e escrito sôbre a crônica de alguma parte no Brasil, fosse vazado, de acôrdo com o espírito luso, fosse bitolado pela mesma atmosfêra de terror, que os reinóis faziam soprar sôbre a América portuguesa.

Mas, além dessa pressão indiréta, porém incoercível que os lusos obrigavam, cultura brasileira, havia ainda outro instrumento de coerção e de intolerância mental. Era a censura reinol, exercida pela Acadêmia de Ciências, como nos faz certo o documento publicado no vol. 4 de “*Documentos interessantes*”. Esse documento prova que, havia um instrumento de coação sôbre a mentalidade brasileira, por parte dos reinóis. Todos, que quizessem publicar, qualquer escrito, deviam pas-

sar por esse odioso filtro, que fazia tudo que, fosse publicado, se bitolar pelo espírito reinol (1).

O povoamento da capitania se realizou de duas maneiras:

- a) *Por imigração individual.* Esse gênero de imigração se deu durante um século, mas foi o quase insignificante filtrar ou antes gotejar de indivíduos tangidos da Europa, pelo seu espírito aventureiro. Os povoadores vinham escoteiros, mas em número muito apoucado, mesmo porque a navegação de então para a capitania vicentina era muitíssimo rara, difícil e caríssima, além de irregular e muito sujeita a naufrágios e outros acidentes. Só mesmo os desesperados, vinham, pois seria muito mais preferível uma colonização de regiões prósperas, onde houvesse uma fonte de riqueza qualquer, como a de Nordéste, por exemplo.
- b) *Por imigração coletiva,* em armadas, que vinham a realizar qualquer objetivo a mandado de Governos luso ou espanhol. Essas armadas, aqui aportando, traziam gente, que se estabelecia na capitania.

Assim a primeira camada de povoadores da Capitania vicentina foi naturalmente a pre-martimafonsina, já aqui encontrada pela expedição chegada em 1532.

A segunda camada foi composta de indivíduos vindos da armada de Martim Afonso. A gente vinda nessa ocasião teria sido bem numerosa. Infelizmente não temos relação nominal dos povoadores martimafonsinos. Frei Gaspar dá alguns nomes, nem todos concordando com os mencionados por Pedro Taques, que dilata a capacidade em passageiros dos navios martimafonsinos, para que pudessem conter todos os troncos iniciais dos títulos da "*Nobiliarchia*". Infelizmente Pedro Taques não invoca documentação alguma, para nela embasear as suas afirmações, que assim ficam entregues unicamente à autoridade de Pedro Taques. Ora nós sabemos que, o insigne linhagista recolheu grande parte de suas crônicas em tradições orais que corriam e sem fixação, pelas gerações e sabemos mais como errou o linhagista.

(1) Tudo dos escritos de Pedro Taques, ou de Frei Gaspar, evidencia que um espírito reinol os animava. Eles, por certo, manifestavam um certo regionalismo, mas esse colorido dos escritos do autor da "*Nobiliarchia*", ou do beneditino não lograva apagar o reinolismo, manifestando inequivocamente no estilo ou no próprio mérito dos legados desses expoentes das nossas letras do século XVIII.

Uma simples inspeção confirma o que eu sustento baseado em outros argumentos.

E' por isso que Taunay, no seu prefácio ao livro de Pedro Taques: "*Informação as minas de S. Paulo*", diz à página 50, se referindo ao linhagista:

"Apezar de paulista até a raiz dos cabelos, sente-se também lusitano até o intimo de seu coração, admirador incondicional de seu rei e seu governo".

Eis o retrato perfeito do Lusitanófilo!

Com isso, as afirmações de Pedro Taques devem ser controladas, sempre que êle, não mencione a fonte onde as obteve, ficando muito reduzido o número de povoadores martimafonsinos identificados.

Em 1549, com Tomé de Souza deveria ter vindo gente povoadora. Infelizmente desconhecem-se os nomes dos que não se fixaram em Salvador e preferiram se estabelecer em região paupérrima, sem qualquer fonte de riqueza, porque nessa época, já ter-se-ia decidido a batalha do açúcar, que deu a vitória ao Nordeste, deixando o litoral vicentino entregue à miséria.

Em 1583, na armada de Diogo Flores de Valdez, teria vindo gente numerosa, principalmente os elementos espanhóis tais como os Camargo, os Bueno, os Godoy, os Martins Bouilha, os Tenório, etc.

Em 1599, com D. Francisco de Souza, teriam vindo outros etc.

• • •

Eis porque a história planaltina não chegou até nós em grande grau de pureza!

Ela recebeu uma força seletiva que previamente eliminou do que fosse público, qualquer cousa que não fosse do interesse de Portugal.

Assim, temos que refazer, em suas linhas gerais, os capítulos do passado planaltino, mas a parte genealógica, parece-me ter sido a menos adulterada pelo espírito luso, pois não teria sido do interesse português a modificar.

Por isso, dou mais crédito nos ensinamentos de Pedro Taques que se referem à Genealogia.

No seu capítulo 1.º, tit. Pires, "*Nobiliarchia*", Rev. do Inst. Histórico de S. Paulo", XXXIX, 12, Pedro Taques nos diz que Amador Bueno, era filho de Bartholomeu Bueno, o sevilhano e de Maria Pires, consorciados a 4 de agosto de 1590. Maria Pires, segundo Taques, era filha de Salvador Pires o moço, o qual teve de seu segundo casamento com a mameluca Mécia Fernandes, ou Mécia Ussú, oito filhos. Este Salvador Pires, o moço, tendo falecido em 1592, teria nascido, provavelmente em 1540, para que tivesse tempo de se casar duas vezes e ser pai de 11 filhos, segundo nos diz o mesmo Taques.

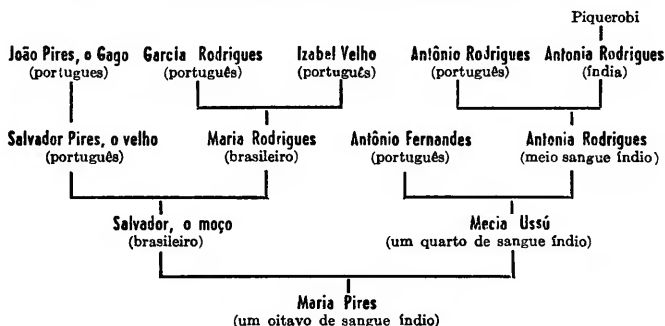
Salvador Pires, o moço foi filho de Salvador Pires, o velho e de sua mulher Maria Rodrigues, esta filha dos dois povoadores portuenses, Garcia Rodrigues e Izabel Velho.

Salvador Pires, o velho, teria nascido aproximadamente em 1510 e era filho do povoador João Pires, o Gago.

Não pode restar dúvida de que estes dois povoadores vieram na primeira metade do quinhentismo, isto é, nos primeiros anos vicentinos. Pedro Taques, *loc. cit.*, diz que, eles

vieram com Martim Afonso de Souza, Frei Gaspar, tambem cronista setecentista, nas suas "*Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*", nada diz sôbre isso. Não sei porque essa discrepância, entre os nossos dois cronistas setecentistas!

Podemos sintetizar a genealogia ascendente de Amador Bueno, pelo lado materno, da seguinte maneira:



Por aí, verifica-se que, entre Amador Bueno e seus ascendentes portugueses, havia cinco gerações. Os primeiros aportados, vieram em 1532, e Amador Bueno, teria nascido, segundo Taques, em 1591, pois o casamento de seus pais foi, diz a "*Nobiliarchia*", em 1590, se baseando em documento. Temos que, para 59 anos de diferença, nada menos de 5 gerações, o que é muito pouco provável, mas possível, pois a Sociologia outorga uma média de 30 anos, para cada geração. Mas, para que se realizasse o que nos diz Pedro Taques, bastaria que Maria Pires tivesse nascido em 1578, para poder se casar em 1590 e ter o primeiro filho com 13 anos de idade (difícil, mas possível) que, Salvador Pires o moço, tivesse nascido em 1560, para poder procrear, 18 anos depois (difícil, mas possível); que, Salvador Pires o velho, tivesse nascido em 1510, para poder ter vindo com Martim Afonso, já casado como nos diz Taques; tendo seu pai, nascido em 1490, para poder em 1555, ainda estar com vida para ser Juiz Ordinário em Sto. André, como se vê de "*Actas*", II.

Por aí se verifica, ainda que, a porcentagem de etnia portuguesa, a qual era portadora Maria Pires não era grande, pois dos seus pais, nenhum era português; de seus quatro avós, apenas um teria sido português, o chamado Antônio

Fernandes, pois os mais eram todos nascidos no Planalto, de seus 8 bisavós, sete teriam sido reinóis.

Assim, é fácil se compreender que, Maria Pires, já teria sido de mentalidade "crioula", perfeitamente consolidada, pois a sua ascendência reinol, seria bem remota, para que ela pudesse ter o seu espírito assimilado ao da região em que vivia.

Eis, como Amador Bueno pelo lado materno, isto é, pelo qual o sangue português lhe fora infundido, e pelo qual êle poderia ter recebido pressão psicológica ou sentimental, na sua formação mental ou moral, já tinha afastada a origem lusitana, pois só em distância longínqua, ele procedia de estirpe lusa. Óra, em gerações, mais ou menos, recuadas todos nós procedemos de europeus, sem que, entretanto, sintamos qualquer prurido de saudade pela terra de origem de algum dos nossos antepassados, vindos de outra margem do Atlântico. Não seria, de se crer que, Amador Bueno fosse sentir alguma ternura, mais entranhada, pela Metrópole lusa! Tudo nos faz crer que, ele teria sido um individuo já bem assimilado pela terra, em que vivia, na qual tinha todos os seus interesses, de onde êle recebia tôdas as pressões, que lhe modelavam o intellecto ou lhe tangiam as cordas sentimentais. Seus maiores, dêses que mais lhe falavam à alma, tinham regado o solo planaltino, com o suor esforçado de trabalhos hercúleos, em labutas diurnas, que uma magra agricultura requeria, ou que um pastoreio diminuto exigia, nas correrias tonitroantes e teatrais, que a incipiência primitiva impunha, ou na defesa do litoral, ameaçado pelos corsários e piratas, sôfregos de saqueio e de pilhagem. Êses mesmos maiores, que o seu pensamento enternecido alcançava, haviam embebido êsse solo sagrado em que viviam, com o seu sangue generoso, da defesa do mesmo, contra as arremetidas selvagens dos tamôios ou dos carijós. Ainda havia pouco tempo, em 1562, o avô, o bisavô, e os trisavós de Amador, haviam, ao lado de outros, defendido essa mesma região, contra os tamôios e seu pai, juntamente com seus tios, porfiava, com outros, na defesa contra os audaciosos carijós que vinham até o rio Pinheiros, em constantes ameaças ao aglomerado civilizado. Em 1592, quando Amador tinha apenas um ano de idade e iniciava os seus primeiros passos e começava a balbuciar as primeiras sílabas, em uma mal articulada algaravia, os carijós se arrojavam, sôbre o grupo luso-planaltino, que ousava se localizar em serra acima. Furiosa luta, então se travou na defesa da região planaltina. Amador Bueno conservava viva na memória, a lembrança dessa homérica defesa do Planalto, pois ela se dera nos primórdios de sua vida e

seu pai com seus tios, encarniçados no prélio pela augusta região, em que viviam, foram partes esforçadas, de modo que, tôda a sua família acompanhou com angústia, anciedade, temor, alacridade, etc., os quadros da refrega, que haviam dado possibilidades aos civilizados em continuar os capítulos de estabelecimento de nova cultura nessa parte brasileira.

Com tantas lembranças, que lhe traziam à mente tantos sentimentos concernentes ao Planalto, os quais lhe haviam embalado o berço e lhe moldado os afetos, como lhe modelado o intellecto, Amador não podia deixar de ser pessoa solidamente enraizada na terra, sentindo, senão aversão pelas metrópoles européias, ao menos profunda indiferença, pois que elas não lhe recordavam senão o egoismo reinol e a gelidez marmórea, em relação ao Brasil, quando os pioneiros planaltinos aprofundavam a ardida avançada ibérica, pelas selvas americanas.

Além disso, que fatalmente devia lhe produzir na consciência um profundo arraigamento pela capitania vicentina, a qual seus entes caros haviam defendido com sacrifício de seu sangue, ante a indiferença das metrópoles ibéricas, ainda, Amador Bueno, deveria considerar êsse Planalto, com profundo carinho, pois em suas terras repouzavam os restos mortais de quase todos os entes, que lhe faziam o coração estremecer de ternura. Aí estavam, seu pai, sua mãe, seus avós, seus bisavós e aí, havia ele crescido e sentido todas as agruras da vida, bem como todas as incertezas de um destino, que, para os européus, não era muito promissor, além de todas as angústias da dúvida de capítulos, que se sucediam turbilhonantes, em sua vida acalorada pelo apresamento, que lhe bafejava indireta, mas influenciadoramente.

Com tudo isso, Amador Bueno sempre e ininterruptamente vivera na capitania vicentina, jamais dela se afastando para receber influxos estranhos. Sua vida coincidira exatamente com o magno ciclo do apresamento exacerbado. Eram os mesmos horizontes, que se cinematizavam ante seus olhos embevecidos! Eram as mesmas sensações, provocadas pelo mesmo ambiente externo, que o pressionava, na sua obra contínua de modelação dos seres, que nele se engolfavam! Eram as mesmas novas, oriundas de sucessos, que se desenrolavam, sob a égide das mesmas causas particulares à região! Não havia o menor contacto com o mundo exterior! Não vinha da Ibéria a menor influência intellectual ou sentimental, moral ou material.

Com todos esses liames a agir, durante largo período de tempo, Amador Bueno não teria podido fugir ao entranhamento

sentimental e moral, pela terra vicentina, essa que havia presidido a todos os atos de sua vida.

Mas, além de tudo isso, Amador Bueno havia mais se enraizado na terra americana, pela sua indisfarçável procedência americana, pois ele era trineto da índia Antônia Rodrigues, filha de Pequeroby, um dos caciques guaianás. Amador Bueno assim, tinha 1/16 de sangue ameríndiano, era portanto mameluco, ainda, que, em distante geração. Seus maiores ameríndios haviam chefiado na região vicentina, isso infundia uma certa ufanía em Amador Bueno, o que, por força, havia de determinar nele, maior arraigamento a essa terra, que era profundamente dele, como houvera sido de seus maiores.

Com todos êsses liames sentimentais e morais, além dos materiais ou econômicos a lhe prender, bem como à sua geração, como não se sentir Amador Bueno acorrentado à terra vicentina?

Assim, teria sido fatal que, Amador Bueno tivesse sido um crioulo completo e não sentisse por Portugal, senão essa mesma afeição, que nós sentimos pela pátria dos nossos avós, sentimento, que nos obriga a destacar o passado lusitano, como páginas gloriosas, que remotamente também dizem respeito a nós, pois que nelas comungaram os nossos maiores com o seu denodo os seus sacrifícios, etc.

Amador Bueno, o planaltino, que teve a sua vida a se adaptar exatamente com o período, em que mais se encarniçaram os seus coevos e correligionários no turbilhão agitado do aprensamento, fatalmente teria sido um crioulo, dotado dos mais acentuados traços dos nativos e se, porventura isso não tivesse acontecido, teríamos nos defrontado com o mais salientado dos absurdos a contrariar os mais comesinhos delineamentos dos mais incipientes raciocínios. É essa rígida conclusão, que nos determinam os silogismos mais evidentes, tirados da lógica a mais cristalina. Querer o oposto é rezar pela cartilha do absurdo! Por isso, em parte, é que repugna ao bom senso, se levar a sério, o que conta Pedro Taques e repete Frei Gaspar a propósito de Amador Bueno e da sua aclamação!

CAPÍTULO VI

A ESTIRPE PATERNA — OS BUENOS

Pelo lado paterno, Amador Bueno era procedente de etnia espanhola, pois não ha menor discrepância em ser seu pai, tido como dessa origem.

Bartholomeu Bueno, o velho, ou o sevilhano foi o progenitor de Amador Bueno.

Pedro Taques, que é a fonte original onde se foram buscar todos os conhecimentos sobre o passado planaltino, afirma que, Bartholomeu veio da Espanha em 1571, em companhia de seu pai, Francisco Ramires (*"Nobiliarchia"*, tit. Buenos de Ribeira; *"Revista do Inst. Hist. Brasileiro"*).

Alicerçando essa afirmativa, o vetusto linhagista emba-seia a sólidamente com um documento indestrutível, o que empresta à sua asserção tal firmeza, que se faz temerária qualquer dúvida.

Entretanto, para que a verdade se faça, de modo absoluto, examinemos com atenção e com inteligência o texto de Taques. Diz ele:

"...passou-se para S. Paulo nos princípios de sua povoação em 1571, na companhia de seu pai Francisco Ramirez de Pórrros (Carta da proc. da fazenda, liv. do reg. n. 2, tit. 1602 até 767, pág. 58).

O período de Taques, analisado, tem duas sentenças afirmativas, separadas por uma virgula:

- 1.º) Passou-se para S. Paulo nos princípios de sua povoação em 1571,
- 2.º) na companhia de seu pai Francisco Ramirez de Pórrros.

O documento invocado por Pedro Taques, poderia servir de base, apenas à 2.ª sentença, deixando a primeira sentença sem que esse documento a englobasse.

Esse raciocínio, está visto que é apenas hipotético, pois é possível que ele não tenha razão! Eu já tive ocasião de aplicar esse sistema analítico de interpretação documental e logrei obter sucesso. É possível, entretanto, que, no tocante a este caso, eu não acerte, em buscar essa explicação. Eu fiz aplicação do método analítico, para poder acomodar a afirmação do linhagista, com outra, feita pelo padre jesuíta Pablo Pastell's de ter Bartholomeu Bueno, vindo em 1582 na armada do nauta espanhol Diogo Flores de Valdez. Essa afirmativa do

reverendo espanhol, entre nós divulgada pelo próbo e brilhantíssimo historiador patricio Carvalho Franco, na sua magnífica publicação sobre os Bartholomeus Buenos, na revista Genealógica Brasileira, é igualmente baseada em documento idoneo, qual seja uma lista de componentes de membros dessa armada, que já no tempo de Felipe, II, andou pelo nosso litoral, aquí deixando não poucos povoadores. (*"El descubrimiento del estrecho de Magallanes"*, Madrid, 1920, vol. II, 141).

A não ser o recurso da hipótese que invoquei, não se poderiam conciliar as duas afirmativas contrárias, acima enunciadas.

Teríamos duas asseverações, ambas documentadas, a se repelir:

- a) Oriunda de Pedro Taques, baseado em sólido documento, pelo que Bartholomeu Bueno, o velho, teria vindo em 1571.
- b) Oriunda do jesuíta Pastell's pela qual Bartholomeu Bueno, o velho, teria vindo em 1582.

Qual dessas afirmações é a verdadeira?

Teria Pedro Taques acertado, dessa vez, visto que, o que ele diz tem o sustentáculo sólido de um documento indestrutível? Certo, ele tem errado e tem induzido em erro grave um sem número de escritores, que evocam cênas do passado planaltino, mas desta vez, o linhagista está amparado com um documento! Isto dá tal força à sua afirmação, que, a menos que, se lance mão da explicação, mencionala acima, não se pode pôr em dúvida o que afirma Taques.

Por outro lado, o jesuíta Pastell's é também merecedor da fé, a mais absoluta, pois ele documenta solidamente também a sua afirmativa.

Mas, essas afirmações são realmente antagônicas? Não seria possível, as conciliar, sem atirar, ao outro a pecha de falseador de documentos, ou sem se recorrer a um erro de interpretação? Bartholomeu Bueno poderia ter vindo da Espanha em 1571, com seu pai, com o que Pedro Taques teria acertado e depois poderia ter embarcado na armada de Diogo Flores de Valdez, vindo pela segunda vez, com essa armada, ou embarcando nela, quando o nauta espanhol, passou pelo nosso litoral, demandando o Prata e o fim da América, no extremo da Terra fuegiana, para depois tornar a desembarcar na capitania vicentina.

Enfim, tudo é possível, mas não me parece que tenha grande valor a controvérsia. Quer Bartholomeu Bueno, o velho

tenha vindo em 1571, como quer Pedro Taques, quer ele tenha aportado em 1582, como ensina o padre Tastell's, quer ainda ele tenha vindo duas vezes, quer, por fim, seja mais verdadeira a análise interpretativa do período da "*Nobiliarchia*", como eu disse acima, o fenômeno não se altera e nem modifica as consequências dele decorrentes (1).

CAPÍTULO VII

O NASCIMENTO DE AMADOR BUENO

Em 4 de Agosto de 1590, Bartholomeu Bueno, o velho, se casou, em S. Paulo, com Maria Pires, segundo afirma Pedro Taques na sua "*Nobiliarchia*", tit. Pires; "*Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*", XXXIX, 12), apresentando um sólidíssimo e indestrutível documento, qual seja uma escritura de dote, passada no 1.º cartório de notas de S. Paulo, no caderno de 1590, fs. 65.

Essa afirmação do linhagista é absoluta e concludente!

Não se pode admitir a mínima dúvida sobre ela, pois que, ela está documentada e nada há em contrário, senão como uma méra hipótese conjetural.

E' importantíssimo esse ponto, porque dele decorre a idade de Amador Bueno, que teria nascido, cerca de sete a nove meses depois do casamento de seus pais.

Ora, como êste teve lugar a 4 de agosto de 1590, segue-se que Amador deveria ter nascido, entre fevereiro a abril de 1591.

(1) A propósito da data da vinda de Bartholomeu Bueno, o velho, há uma passagem documental que confirma a versão de ter êsse povoador vindo na armada de Diogo Flores de Valdez, a qual foi rememorada pelo sábio historiador patricio Carvalho Franco, e referida pelo padre Pastell's, com base no documento, que é a lista de membros dessa armada, negando viabilidade à versão adotada por Pedro Taques e mencionada na "*Nobiliarchia*".

Trata-se de um documento existente em "*Sesmarías*", I, 143, pelo qual o velho Bartholomeu, declarou em 1610, que estava na terra a 30 anos.

Ora, 1610 menos 30, resultam 1580, que é a data aproximada da passagem pelo litoral vicentino, da expedição de Diogo Flores de Valdez, que, por aqui andou de volta da Patagonia, em 1582.

Quanto a isto, não pode restar dúvida alguma! (2).

O fato de Amador Bueno ter sido filho de espanhol, não deveria ter determinado um menor gráu de nacionalismo da sua parte.

As relações do Planalto para com a Metrópole espanhola não se afinavam por um carinho muito acentuado. A colônia havia, em 1580, voluntariamente e sem protesto, passado para dominação espanhola dos Felipes. Não se encontra na docu-

(2) A propósito de Amador Bueno, eu havia coligido as seguintes notas:

Quando teria nascido Amador Bueno?

Essa pergunta é importante, para que se possa avaliar a idade que êle teria, por ocasião dos diversos surtos do bandeirismo e por ocasião da sua aclamação.

Estou firmemente certo de que Amador nasceu em 1591, de acôrdo com o precioso documento citado por Pedro Taques, conforme já vimos no texto.

Mas não só êsse documento, isso faz certo seguríssimamente, como os indícios, que rodeiam a figura de Amador Bueno confirmam.

As idades prováveis de todos os irmãos e filhos de Amador Bueno, como as datas prováveis dos seus casamentos respectivos, conduzem ao mesmo ponto, unanimemente a afirmar de acôrdo pleno com o documento mencionado por Pedro Taques que Amador Bueno veiu ao mundo em 1591.

Seu irmão Francisco faleceu, no sertão, em 1638, e seu irmão Jerônimo faleceu em 1644 e isso nos levaria a admitir que, êles não poderiam ter sido muito idosos, para ter fôrças de penetrar no sertão.

Mas os indícios documentais não param aí!

A primeira referência documental que encontrei sôbre Amador Bueno, depois de buscas cuidadosíssimas, é de 1611 ("Sesmarias", I, 146), quando êle, então já casado e com filhos, mas não com netos, pede que lhe seja concedida uma sesmaria. Êle poderia ter, então, cerca de vinte anos, se tendo casado com 18, o que faz com que o documento, citado por Pedro Taques, seja confirmado.

A segunda referência documental, concernente a Amador Bueno, é de 1615, quando êle ingressou como governante da terra ("Atlas", II, 365). Nessa data, Amador teria 24 anos.

O fato de não ter êle ingressado antes, como homem da governança da terra, comprova bem que, êle não deveria ter nascido antes de 1591, ou proximidades.

Outra circunstância, que apoia o documento sôbre a data do casamento de seus pais referido por Pedro Taques, é o fato de em 1642, ser vivo, ainda, seu pai, Bartholomeu Bueno, o velho, segundo se vê de ("Sesmarias", I, 480). Para se conciliar a vinda de Bartholomeu Bueno, o velho, que por êsse documento, ainda era vivo em 1642, com a data mencionada por Pedro Taques, na "Nobiliarquia", devemos atribuir a êle a idade de, pelo menos 72 anos, em se tendo em conta que para Bartholomeu, vir em 1571, deveria, ter nascido, pelo menos em 1570. A ser isso verdade, temos que Bartholomeu, por fôrça só poderia ter sido

mentação, de publicação oficial, o menor vestígio de qualquer soberania, a que estava o Planalto sujeito.

Não está isso chamando bem alto de que era indiferente à região, estar sob uma soberania ou outra?

Até a soberania espanhola deveria ter sido mais vantajosa economicamente ao Planalto, pois ela acarretava a vantagem inestimável de suprir as fronteiras dos dois reinos ibéricos na América. Com essa facilidade, os planaltinos, no exercício do

18 mais velho que seu filho Amador. Não seria possível que fôsse menor a diferença de idade, entre pai e filho.

Dai conclue-se que, Amador, teria então, no máximo 54 anos, tendo nascido nas visinhanças de 1590. Com êsse encadeiamento de raciocínios, fica confirmado, de modo indestrutível, o documento que serve de base a Pedro Taques, para estabelecer o nascimento de Amador em 1591.

Confirmando isso, há a notar uma circunstância significativa para se concluir a idade de Amador Bueno. E' que o biografado, entre os seus nove filhos legítimos, teve um de nome Diogo Bueno, que faleceu em 1700, de acôrdo com ensinamento ministrado por Silva Leme, na sua "*Genealogia Paulistana*", I, 432, tit. Bueno da Ribeira, que o colheu no cartório de Órfãos de S. Paulo. Ora, para que um filho de Amador Bueno tivesse vivido até 1700, necessariamente êle teria nascido entre 1615 e 1620, devendo, ao falecer, ter o filho de Amador, cerca de 80 a 85 anos, mais ou menos (podia ter tido mais, tendo nascido antes, mas isso seria improvável).

Esse fato, confirmando o que acima fica estabelecido, parece-me ser absolutamente conclusente para se estabelecer a idade aproximada de Amador Bueno.

Ainda a confirmar o documento de Pedro Taques no qual eu me baseio para afirmar que Amador Bueno nascera em 1591, temos que, entre a data de casamento de sua mãe Maria Pires, a qual foi dada documentadamente por Pedro Taques, como tendo sido 1590, e seu antepassado Pequeroby que viveu, mais ou menos velho, na primeira metade do quinhentismo, são consignadas cinco gerações, como eu calculei mais acima. Ora, para que essas gerações pudessem ter tido lugar, seria preciso que Maria Pires tivesse casado de 1590 em diante. Um casamento de Maria Pires, antes de 1590, não teria sido possível, pois não se poderia conciliar êsse fato, com o de ter havido entre ela e seu antepassado Pequeroby, nada menos de cinco gerações. Isso quer dizer, que Maria Pires, mãe de Amador Bueno, tendo sido trineta de Pequeroby e bisneta de João Pires, o gago, que viveram em pleno quinhentismo, na sua primeira metade, temos de interpor entre êles, várias gerações. Como se poderia fazer isso não colocando muito adiantada a época do nascimento de Amador Bueno?

Pode-se fazer o mesmo raciocínio no concernente à Bernarda Luiz, que em 1610, mais ou menos, teria casado com Amador Bueno. Como colocar êsse casamento em época mais recuada, se entre Bernarda Luiz e seu tetra-avô Tibiriçá, que viveu, mais ou menos velho, na primeira metade do quinhentismo, temos de acomodar cinco gerações!

apresamento, não encontravam obstáculo de monta, deante de si. A prova disso está que, ao se iniciar o domínio espanhol, logo depois, o apresamento se fez ofensivo, saindo da sua timidez primitiva e iniciando uma penetração audaciosa, por terras espanholas.

Quando teve termo o domínio espanhol, também verificamos um súbito arrefecimento no apresamento, o qual iniciou visível declínio, como se fosse contrariado por algum obstáculo!

Tenho a impressão, porém, que Amador Bueno, só por isso não iria perder o seu criolismo, pelo contrário!

PARTE II

**Formação Sociológica
Planaltina**

CAPÍTULO I

ALICERCES

Nós sabemos que, Portugal ao colonizar a terra brasileira, mandou para cá gente da burguezia, de formação urbana, ou semi-urbana comercial e não perfilada no ruralismo. O Nordéste açucareiro e opulento, transformou a formação de seus elementos fixados no indivíduo que constituiu a aristocracia rural e latifundária, de que nos dá descrições exuberantes a pena fulgurante de Gilberto Freyre.

O português comerciante, marítimo, senhor da pequena propriedade semi-urbana, das redondezas das aldeias, as quais eram as quintas, que amozaicavam, aos enxames, as ribas do Minho, do Mondego, de Tejo ou do Guadiana, transplantados para a vastidão territorial do Nordéste, teve que modificar a sua formação sociológica, ao se entregar ao fabrico indústrial do açúcar, o qual exigia, na sua parte agrícola, o latifúndio, etc.

Mas no litoral vicentino, a estreita nesga de terras comprimidas, entre o mar e a terra, bem como no Planalto, as poucas terras livres do perigo indígena, além de outras circunstâncias, oriundas do isolamento obrigatório e rigoroso do clima e da economia agrícola na sua faceta de região absolutamente autarquica principalmente, impuzeram aos povoadores, a continuação do estrato semi-urbano, mercantil e guerreiro do luso.

Daí, ter-se formado em S. Vicente e principalmente no Planalto, um grupo social, que, mantendo a formação portuguesa, logo divergiu, patentemente da formação social do Nordéste, agrícola-indústrial, latifundário, opulento, patriarcal, etc., se estribando na pequena propriedade e na psicologia nômade, mercantil e guerreira, que se foi estratificando na alma do grupo, cada vez mais solidamente, à proporção em que se sucediam as gerações.

O isolamento rigoroso obrigatório pela absoluta separação do Planalto do resto do Brasil, em virtude da Serra do Mar,

abrupta e econômica e comercialmente intransponível, cristalizou uma formação social profundamente particular ao Planalto e completamente diferente das que eram concernentes ao resto da América lusa.

Nas sociedades, segundo os perfis em que se estratificam, se vão operando as diversificações sociais. Assim, por exemplo, nas sociedades caçadoras, são os que se distinguem, como mais hábeis caçadores e portanto os mais audazes, os mais ágeis, os mais fortes fisicamente, os mais espertos nas ciladas, etc., os que galgam as mais elevadas camadas da hierarquia do prestígio, as mais altas culminâncias da nobreza, que assim é formada entre os indivíduos mais destacados pelas qualidades próprias para o exercício do mister básico dessa sociedade. Nas sociedades pescadoras, são os mais hábeis fisgadores de peixes os que conquistam as mais altas posições. Nas sociedades pastorís, são os pastores mais hábeis e portanto os mais prudentes, os mais envelhecidos nesse mister, os mais experientes, que sobem aos mais encimados postos, formando as camadas mais afidalgadas. Daí o velho patriarcado bíblico!

Na idade-média européia, sociedades formadas pelo exercício do músculo, em que o físico, a valentia e o esforço bélico eram as virtudes mais valorizadas, as camadas sociais se foram formando com essa base. Eram nobres e aristocratas nos prélios, em que o manejo da arma branca exigia qualidade físicas de fortaleza e de agilidade.

Depois, com o aparecimento da arma de fogo e com o advento da época moderna, com a queda espetaculosa do feudalismo, com a Renascença, com a época mercantil, houve na estruturação da sociedade européia uma modificação terremótica. O intelecto, a habilidade mercantil e a navegação passaram a constituir padrões para a transformação social sofrida pela humanidade de então.

No povoamento do Brasil, se pode observar idêntico fenómeno.

Seria natural que, Portugal, tivesse mandado para cá gente de toda extração social.

Se é verdade que, no povoamento do Brasil predominara a burguezia, fatalmente teriam vindo para cá, nos primeiros tempos, gente da velha aristocracia, homens blazonados, que encontravam facilmente as suas estirpes representadas na sala de Cintra, gente, que enferrujára os esmaltes dos braços, ou esmaeceram as côres de seus lambrequins, ou se prenomeavam com títulos ribombantes, desde o de simples "doms", até ao

de Marquêses”, passando pelo de “cavaleiro fidalgo”, ou de “moço da câmara”. Com êsses homens, que se haviam despegado dos degraus do trono e que constituem as origens de quase todos os títulos de Pedro Taques, vieram os plebeus, os burgueses, e, dizem, que, até degredados pelas violações das normas absurdas do famoso livro 5.º das Ordenações!

Óra, essa gente toda, aquí se teria nivelado, igualada em bitoladas qualidades que se faziam mister para ser enfrentado o novo mundo. As virtudes, necessárias para serem vencidos os obstáculos americanos, não eram as mesmas que haviam engrinaldado os seus possuidores, que, na Europa, haviam conseguido subir aos mais altos degraus sociais.

De fato, que adeantava a um “Marquês”, ou a um “Dom”, em uma luta contra uma féra ou contra uma turba de antropófagos! Seria mais vantajoso, nesses embates, no novo mundo, qualidades, que podiam estar a ornar a um plebeu ou a um degredado!

Assim, logo ao chegar ao Brasil, a onda povoadora teria nivelado os seus componentes, ficando, de início, estabelecido um só padrão. Só depois, paulatinamente, com o contato com as condições do novo meio, alguns se foram destacando, pelas suas virtudes, aptas à novas lutas, e, com isso, se coroando de prestígio, o qual o foi consolidando com o perpassar das gerações e portanto dos tempos.

Dessa maneira, pois, se teriam estabelecido as camadas sociais no novo mundo.

As hierarquias se foram diferenciando e as camadas sociais se estabelecendo. As mais aptas destas às condições ambientais, foram sobrepujando as mais, de modo que, logo nos diferentes núcleos coloniais, alguns foram galardoados com a aura do prestígio e outros foram relegados ás geenas da inferioridade.

No Planalto, êsse fenômeno, por certo, ocorreu, também, com a diferença, que aí, as virtudes, que fariam alguns vencer as condições do novo meio e das respectivas economias, como das suas particulares situações, não eram as mesmas que, as que se faziam mister alhúres, ainda que no Brasil.

Como as circunstâncias, que rodeiaram os moradores do Planalto, quer as de origem na mesologia física, quer as decorrentes da economia regional, ou as derivadas da psicologia dos moradores, altaneira, ousada, bravia, amante de independência, arrogante, etc., ou as próprias ao seu gênero de vida aventureiro guerreiro, semi-nômade, etc., eram as que exigiam energia,

firmeza, audácia, altivez, bruteza, etc., as personalidades, se destacavam pelas suas qualidades próprias para enfrentar essas circunstâncias.

De fato, o Planalto era uma região rudíssima. Os indivíduos, para aí viverem, deveriam se revestir de couraça psicológica e se armar com elementos próprios para os fazer vitoriosos. O modo de vida do morador planaltino, era o bandeirismo de apresamento, aventureiro, bravio, nômade, agreste, audacioso, esforçado, guerreiro, cruel, etc. Quem tivesse feito para se destacar nesse meio e estivesse armado para se sobressair nessa vida, que roçava com a barbaria, deveria fatalmente galgar as altas culminâncias do prestígio. Por outro lado, quem não tivesse aperfeiçoado o seu físico e o seu moral, para vencer prélio vital, eram suplantados, na marcha fatídica e implacável das seleções sociais, pelos mais aptos.

Isso é o que, ensina a lógica e o bom senso, além de serem os ditames que a Sociologia espelha, sem contestação possível.

Só os indivíduos bem perfilados de qualidades de, bravura, de intrepidez ou de ânimo, poderiam vencer no Planalto, ganhando prestígio, nesse meio arestoso, formado por gente que estava sempre em convívio familiar com a morte e a aventura. Os tímidos e os amedrontados não podiam encontrar vitória, e, perante o conceito de seus parceiros, eram deixados em planos inferiores.

Com isso, temos que, no Planalto, eram os moradores, que mais se evidenciavam no apresamento, nas correrias atraz do índio, ou nos rebates, em que os paulistanos se enfileiravam, militarizados, em socorrer o litoral ameaçado, etc., os que mais alto se nivelaram.

Em síntese, o Planalto albergando uma sociedade econômico-militar, só outorgava prestígio e valimento aos homens de proceder másculo e truculento. Os que não se bitolavam por êsses delineamentos, poderiam ser prestigiosos, mas não na sociedade planaltina.

Os povoadores portugueses, aqui aportados, haviam também trazido uma tradição eminentemente municipalista, avivada de profundo sentimento de "self-government". Foi estabelecido aqui, pois, o regime municipal, elevado ao máximo de sua intensidade. As células governativas municipais, estabelecidas na capitania vicentina, atingiam às raias de verdadeira soberania. Penso que, podemos sintetisar as causas dessa feição municipalista da nossa célula municipal no seguinte quadro:

- 1.º) Tradição portuguesa.
- 2.º) Revolução comercial nos fins da idade-média.
- 3.º) Feição militar das células municipais brasileiras.
- 4.º) Conquista e defesa da terra pelos crioulos e governantes municipais.
- 5.º) Constituição da governança municipal pelos "*homens bons*" da terra, isto é, pelos melhores elementos da população, os quais deveriam ter o máximo prestígio.
- 6.º) Isolamento e meio físico de difíceis comunicações com a Metrópole.
- 7.º) Pobreza intensa dos núcleos vicentinos, determinando a Autarquia, a Pequena propriedade e a Policultura.
- 8.º) Abandono pela Metrópole.
- 9.º) Seleção rigorosíssima.

Essas causas podem ser analisadas da seguinte forma :

A tradição portuguesa, trazida para o nosso continente pelos primeiros povoadores, teria sido cunhada no espírito do povoador pela configuração geográfica do sólo enrugado da península ibérica, cavada de valados profundos, que se alternam em desordem com as serras formadoras dos limites das bacias fluviais do Minho, do Douro, do Vouga, do Mondego, do Tejo, do Guadiana, do Guadalquivir, do Ebro, etc.. As populações ibéricas localizadas em pequenas aldeias e em quintas isoladas, como minúsculas propriedades de um grande jardim, separadas por essas rugosidades de uma configuração ingrata, ficavam relegadas e abandonadas pelo poder central, à sua própria governança. Assim, devido à incuria e à desídia do centro, as células municipais foram se desenvolvendo em "crescendo" incontido, a ponto de absorver grande soma de poderes, antes exercidos pelo centro, que pelas dificuldades de comunicações se viu na contingência de abandonar a si mesmo, as partes menos acessíveis. Com isso, durante milênios, a alma portuguesa foi se forrando de um localismo, o qual, mais desenvolvido pelo comercialismo aventureiro dos portugueses na Índia e nos mares, nos foi transmitido por herança, que aqui proliferou.

A revolução comercial, que se operou nos fins da idade média, realizou uma série grande de fenômenos, que podem ser constatados pelo observador percuciente da história humana.

Essa revolução comercial, que poz termo ao feudalismo, que determinou a extinção de quistos econômicos e autárquicos, amosaicados pela Europa, teve como instrumentos causadores de todas essas modificações, as invenções da pólvora, da cara-

vela, da bússola, do papel, da imprensa, etc. Essas inovações, aplicadas no fim da escura idade média, fizeram com que, surgisse uma nova sociedade, uma nova organização política, uma nova ordem econômica, iniciaram o intercâmbio interlocal, interregional, internacional e intercontinental, para o que foi preciso que, estradas fossem traçadas, que linhas de navios fossem estabelecidas, etc..

Pode-se dizer que, então, a história da civilização humana começou a viver, pois havia terminado a era tétrica e trevosa da idade média, durante a qual o homem, abarbarado e carniceiro se engolfou em misticismo impenetrável, passando mil anos a marcar passo no desenvolvimento social, mental, o qual se atrofiou completamente.

Ora, isso tudo sulcou na alma do povoador um rasgo marcado, no qual se firmava um espírito urbano, comercial, e aventureiro, como vimos. Esses traços, foram transplantados para os que formavam as nossas incipientes câmaras municipais, as quais tinham que se revestir dessa feição, que lhes davam os seus componentes.

Isso tudo forrava a formação dos povoadores da terra brasileira de um tal particularismo municipal, que não houve força centralizadora, que pudesse deter a marcha político-social na trilha de ter o poder municipal o máximo do seu desenvolvimento.

Correndo em paralelo com os elementos acima mencionados, temos que, o contorno dos nossos antepassados quinhentistas, marcava profundos traços de psicologias rudes e com decididos pendores militares, pois êsses nossos maiores do século XVI, guerreiros e aventureiros, conquistavam e defendiam a terra brasileira, contra o índio e contra o corsário francês, holandês, ou inglês. Assim, providos de mentalidade bélica, os moradores eram muito mais másculos e falavam muito mais fortemente, do que se fossem outros indivíduos. Naturalmente os poderes, por essa gente exercidos o eram de forma mais varonil. Êles absorveriam muito, do que lhes era deixado por gente fragil, que empunhava, na Metrópole o leme do Govêrno, com mãos túbias. Assim, os organismos próprios, crioulos e municipais, foram adquirindo consistência granítica e volume bojudo.

Isso adquiriria uma coloração mais acentuada, em se tendo em conta que, os poderes municipais eram exercidos pelos legítimos conquistadores, e defensores da terra, contra os seus inimigos externos e internos. Isso teria dado a êles, ante os

olhos perplexos dos reinóis, governantes metropolitanos, um prestígio tão grande que, ninguém, lá, ousava se antepor a êles, com o que os poderes municipais, graças a isso também, foram se dilatando.

Para aumento do prestígio desses homens, que eram os verdadeiros senhores da terra, pois que, eles a haviam conquistado, como a haviam defendido, havia a circunstância de que eles eram os melhores elementos da região, isto é, formavam os "homens-bons", os quais se constituíam da nobreza da terra, da sua verdadeira elite, dos elementos, que mais se destacavam nos diversos misteres a que se dedicava a região (1).

A pobreza, que era o estado econômico, em que se estarcia o agregado humano vicentino e principalmente o planaltino, como vimos alhures neste trabalho, produziram as seguintes consequências, as quais, por sua vez, se fizeram causas de eventos cheios de importância no evoluir da nossa região.

A pobreza, teria, como é curial que tenha sido, gerado a fraqueza do poder de compra ou o poder aquisitivo dos planaltinos e isso teria impedido o comércio importador de cousas reinóis. A lógica e o mais rudimentar raciocínio nos conduzem à essa fatal conclusão.

O isolamento, em que se achava a colônia vicentina, afastada de Portugal, por uma navegação difficilima incomodíssima e ineficientíssima, bem como enferrujadíssima, teriam concorrido para que a região vicentina fosse afastada da comunhão portuguesa. O Planalto, ainda elevava êsse isolamento a um nível, que se majorava em espantosas dificuldades na transposição quasi impossivel de um meio fisico ingrátissimo. De fato, uma cordilheira eriçada de obstáculo, os quais se viam alternados, em sucessão, desordenada de rudíssima morraria, com profundíssimo abismo e precipícios sem conta, no meio de pedregais arestosíssimos e de mataria intransponível, era a

(1) A êsse respeito, diz Paulo Prado:

"Do typo ancestral falta, porem, ao Paulista moderno, a ancia de liberdade e independencia que deu um cunho, tão caracteristico ao habitante da velha capitania. O amor e a devoção ao poder, herdados da estúpida tyrania dos governadores do seculo XVIII, completavam a obra de decadencia que se iniciára nos primeiros quartéis desse seculo pelo phenomeno dispersivo de desaglomeração individualista e que tinha transformado o pioneiro e aventureiro em povoador, mineiro ou fazendeiro. O velho Paulista aos poucos se mudára no arrivista pacifico, que a tudo antepõe a paz submissa e duvidoso enriquecimento". — "*Paulistica*", 41 e 42.

barreira separadora do Planalto de seu litoral amornado pelo sol tropical tórrido e por miasmas pestilenciais (2).

(2) No seu admirável "*Paulistica*", 15, o atico historiador patriótico Paulo Prado já dizia, à propósito do isolamento do Planalto:

"Nessa lenta desagregação, nessa decomposição que foi a morte de Portugal heroico, no deserto piratiningano, "NO MEIO DESTESERTÃO E CABO DO MUNDO", como dizia o padre Cardim, ISOLAVA-SE, ao findar o século XVI, um núcleo de rude população quinhentista, que ia aumentar e proliferar protegido pela própria natureza hostil.

Importância capital ia ter o Caminho do Mar na constituição da individualidade histórica de S. Paulo. Foi elle mais do que qualquer outro, o elemento que preparou e facilitou o desenvolvimento da raça, constituindo o que Moritz Wagner denominou, na formação das espécies, um "*centro de isolamento*".

Segundo a theoria de Wagner, desenvolvida pelo grande Ratzel, pai da Anthropogeografia, os factores principaes desse processo da formação são a adaptação dos individuos immigrados ás novas condições de vida que encontram, a transmissão dos característicos individuaes dos pioneiros colonos aos seus descendentes, produzida pela reprodução entre consanguíneos trazendo o desenvolvimento dessas mesmas características — e afinal, a acção niveladora e compensadora do cruzamento, (Moritz Wagner, "*Die Entstehung der Arten durch ähnliche Sonderung*", Basel. 1889. — Frederich Ratzel: "*Anthropogeographie*").

Admirável applicação tem esta lei biológica na constituição ethnica do typo paulista, habitante segregado do mundo num altiplano que defendia uma quasi intransitável via de comunicação, como na antiguidade grega o interior montanhoso do Peloponeso era a suprema roca defensiva de toda a hellade".

Mais adiante, à página n. 34, ainda sobre o isolamento planaltino, diz o douto Paulo Prado, no seu magistral "*Paulistica*".

"Agrupamento isolado e longínquo, só ligado ao resto do paiz pela origem primitiva da lingua e religião pela antiga e vaga fidelidade ao rei, a reunião de Portugal e Hespanha veio ainda mais favorecer e desenvolver os intentos de vida própria e independente desses aventureiros que se fiavam "EN LAS ELEVADISSIMAS ROCAS QUE HACEN INACCESSIBLE SU PAIZ A LOS SOLDADOS DE FUERA", como informava um documento jesuíta, e como já o experimentava nas Thermopilas do alto da serra a milícia de Salvador Correia. Essa independência e isolamento foram os traços característicos do povo de S. Paulo durante todo o desenrolar da historia do Brasil".

Seria crível, então que um povo, assim caracterizado, não tivesse se insurgido, contra Portugal? — Como se vê, eu nada inovei! Apenas conclui!

Como vencer essa barreira, que para a atravessar, eram demandados prodígios de acrobacia, em que os mais ágeis e os mais fortes, conseguiam passar, mas os que não podiam realizar a ginástica e o equilíbrio não conseguiram galgar? Eis, o isolamento em que se via o Planalto! Como pensar em estabelecer uma corrente, mais ou menos volumosa, de importação do Reino? Isso teria sido impossível, se, porventura o planaltino, pelo baixíssimo teor de seu poder aquisitivo, já não tivesse um motivo imperioso de importar muitíssimo pouca cousa do Reino, não mantendo, com a Metrópole, uma ligação comercial qualquer. Um isolamento, quase que absoluto, se teria feito imperiosamente, com essas causas facilmente verificáveis.

Desse isolamento, acima referido, de modo irretorquível e claro, o Planalto teria sido obrigado a um regime de autarquia a mais rigorosa. Não podia importar nada da Metrópole, visto como a sua pobreza não lhe outorgava o necessário poder de compra e além disso um isolamento geográfico, o mais completo e hermético, que se possa imaginar encerrava qualquer via de acesso ao Planalto, por uma corrente importadora do Reino.

Os documentos em mais de duas centenas de inventários dos 2 primeiros séculos, confirmam, de modo absoluto, essa conclusão. E' raríssimo se encontrar, nas páginas desses papéis velhíssimos, publicados pelos poderes públicos, cousas vindas da Metrópole!

Essa autarquia, que todos podem verificar, em que vivia o Planalto, para poder ser vigente, teria imperiosamente exigido a policultura. De fato, para que o Planalto tivesse podido se suprir de tudo quanto necessitava para viver em civilização, uma vez que não podia importar do Reino, teria que produzir aqui. Daí a policultura forçada! (3).

Dessa policultura forçada, mas que condizia com a pequena propriedade, no Planalto vigente, (Ellis, "*Raça de Gigantes*"), ainda mais se coadunava com a formação portuguesa, segundo se pode verificar acima, resultou a democracia reinante, de modo absoluto, no Planalto. Já temos constatado esse espírito no qual esteve empolgado toda a região piratiningana. Havia, no Planalto, um nível igual para todos. Não havia saliências desse nível. Aí estão os documentos dos dois primeiros séculos, para comprovar essa conclusão. Em mais de duas centenas de inventários publicados, encontramos estupenda paridade econô-

(3) V. trabalho de Gerson Costa e Eli Picolo no Boletim da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras.

As pesquisas publicadas aí nos oferecem base solidíssima para essa conclusão e confirma os raciocínios alinhados acima.

mica, média de todos os acervos. Pelas suas posses excepcionais, o que os marcava como pessoas muito abonadas, destacavam-se alguns. Isso era, entretanto aberrações da normalidade, que, estabelecida a média dos bens arrolados, que vigorava para a quasi totalidade dos que foram inventariados, tinham especial destaque.

Esse espírito democrático, irmanado com a pequena propriedade, com a policultura e com a autarquia aparece em todas as instituições planaltinas, que se tem podido reconstituir. Assim é que a organização da bandeira espelha nitidamente êsse espírito. Isso reflete nitidamente o que, havia no Planalto, que se encontra a sincronização desses elementos todos, com a pequena propriedade, a autarquia, a democracia e a policultura. Um estudo sociológico dos "puritanos", colonizadores britânicos da New England, nos mostra a perfeita veracidade da tésé que sustento, obtendo-se a contra-prova com a observação do que aconteceu com o patriarcalismo escravocrata e latifundiário da Virgina, empolgada pela monocultura esterilizante, exatamente como acontecia ao Nordeste brasileiro, admiravelmente bem observado, pela sociologia percuciente de Gilberto Freyre, no seu magnífico "*Casa Grande e Senzala*".

A essas causas todas, que militavam unânimes em fazer resultar o municipalismo o mais intenso, devemos acrescentar uma última, a qual também teria impulsionado o corpo social nessa mesma direção. Quero me referir ao abandono, em que esteve a região vicentina, durante muitos séculos, esquecida pela Metrópole, que a relegou à uma situação de absoluta inferioridade.

Essa causa, que parece não ter sido a que menos influência teve no "self government" local, não foi extensiva a outras regiões brasileiras, como muitas das que foram enunciadas. A atuação dela, em favor do municipalismo é facilmente compreensível.

Nós sabemos que, do Brasil, o Nordéste era opulento e mantinha um intercâmbio ativo com a Metrópole europeia, enquanto que o Sul vicentino, pobre relegado mesmo à miséria, não mantinha com a Europa corrente exportadora ou importadora. O único comercio exportador da região consistia em escravos ameríndios, apresados pela indústria planaltina.

Não havia outras cousas, para serem exportadas. Essa exportação, entretanto, não era dirigida para a Metrópole, mas sim para o Nordéste açucareiro, que imperiosamente exigia mão de obra. Os documentos, por mim analisados, confirmam esplendidamente, essa afirmação que é concluída pelo simples bom

senso, pela lógica, como por um raciocínio, que constitui preferencialmente a minha orientação. Nada concluo, que não convença o meu raciocínio, bem como que não se estribe na verosimilhança e no espírito de lógica, amparado pelo bom senso.

Assim, o único gênero de exportação, da longiqua capitania vicentina, era o escravo ameríndio. Nem seria crível que, houvesse outra exportação, por parte do Planalto, isolado por uma serra, que era uma seriação infundável de arestas, que se alternavam com precipícios e valados os mais profundos (4)!

Para fazer com que a mercadoria, atravessasse essa barreira, ela iria chegar ao consumo muito onerada, em situação de não poder arcar com a concorrência de outras congêneres, provenientes de zonas mais baratas. Além do que, todos os gêneros vegetais, que poderiam ter sido produzidos pelo Planalto, já o eram, em muitos melhores condições por outras regiões tropicais, mais próximas do opulento Nordeste, ou pela Metrópole européia, situada em clima temperado, que podia os fornecer a esse mesmo mercado nordestino, com o qual estava relativamente bem ligado por boas comunicações marítimas.

Assim, segundo o raciocínio exposto acima, a capitania vicentina exportava unicamente escravos, para o Nordeste, ávido de mão de obra. Era nisso que repousava toda a organização econômica regional planaltina.

Quanto à importação, a situação não se fazia melhor. Pelo contrário! Sabemos que, a importação, em tese, é apenas um resultado da exportação. Esta dosa aquela. Ou, antes a exportação regula a importação. Esta não pode ser maior do que aquela. Se a exportação é pequena, o poder de compra do grupo humano, também é pequeno e tem forçosamente que se regular pelo que êle vende. Como os vicentino-planaltinos exportavam muito pouco e viviam em regime autárquico, também importavam o mínimo que se possa pensar. Confirma

(4) À propósito da serra de Paranapiacaba cujo caminho do Planalto ao Litoral atravessou, em meados do século XVII, assim se exprime o jesuíta padre Simão de Vasconcellos, na sua "*Chronica da Companhia de Jesus*", publicada em 1663:

"Não é caminhando que se faz a maior parte da viagem, é de rastros sobre as mãos e os pés, agarrando-se ás raizes das arvores, em meio de rochedos pontegudos e de tão terríveis precipícios que eu tremia, devo confessal-o, quando olhava para baixo. A profundez do vale é aterrorizante e o numero de montanhas que se elevam, umas por cima das outras, faz quase perder toda a esperança de chegar ao fim. Quando se acredita estar no cume de uma delas, chega-se ao sopé de outra mais alta ainda".

plenamente êsse raciocínio, lógico e claro, a amplíssima documentação publicada oficialmente. Percorri, em pesquisas minuciosas tôda essa documentação, como principalmente os inventários planaltinos, encontrando, nessas buscas, a confirmação mais absoluta da conclusão que expôs acima, a qual se pôde resumir em que o Planalto não mantinha comércio apreciável. Ao par disso, temos que, a população da capitania era mínima, dotada de fraquíssima capacidade tributária.

Essas premissas fazem certo de que, a arrecadação, fiscal da Metropole, na capitania vicentina e portanto no Planalto, era insignificante.

O mesmo fenômeno não era de se observar no Nordeste baiano ou pernambucano, onde a indústria-agrícola da cana de açúcar, outorgava a essas regiões valores econômicos, em média, quinze a vinte vezes maiores que os relativos à capitania vicentina. Assim, a Metrópole, não só, era atraída a dedicar mais atenção a essas partes brasileiras, que mais rendiam em arrecadação fiscal, como constituíam para a indústria e para o comércio metropolitano os melhores mercados compradores e consumidores.

Seria, natural que, pela sempre ávida e gulosa Metrópole fosse dedicada muito atenção e carinho a essas partes que lhes rendiam muitíssimo mais do que a miserável região vicentina, relegada e esquecida no extremo sulino das partes lusitanas na América, sem arrecadação fiscal e sem poder constituir mercado para a produção reinol.

Dessa insignificância econômica teria fatalmente resultado o esquecimento e o abandono da Metrópole e desse esquecimento e dêsse abandono resultou, como é fácil se concluir, o aumento da independência local e, portanto, o fortalecimento do poder municipal.

* * *

Essas causas todas militando no mesmo fim colimando o mesmo objetivo, caminhando na mesma direção, impulsionando a nossa organização político-social-administrativo, na mesma orientação diretiva, todas sincronizadas em torno do mesmo princípio, teriam feito resultar o grande avultamento da célula municipal, a qual no Brasil todo, chegou à grande porte, mas na capitania vicentina, atingiu ao auge no seu desenvolvimento.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DO ESPIRITO CRIOULO

Deante dos quadros descritos, o acrioulamento deveria se ter operado no Planalto, muito antes, de modo que, ainda em pleno quinhentismo, êle deveria se ter manifestado.

E' provável que, entretanto, uma completa assimilação pela terra planaltina tenha se realizado só em 1628-29, de quando temos amostras concretas, palpaveis e evidentes do seu aparecimento no Planalto, (1).

Duas circunstâncias, entretanto, não devem ser esquecidas. A insignificância numérica do núcleo civilizado planaltino e a continuidade da pequena imigração reinol, a qual avultou no decorrer do quinhentismo e no princípio do século seguinte. O núcleo planaltino, sendo minúsculo, nele atuava, com muita eficiência influenciadora, o gotejar, contínuo, dessa imigração reinol. Êsse núcleo planaltino, fraco em número, como se viu, deveria ter sofrido também, a influência das personalidades reinóis, que formavam seus quadros administrativos. Isso teria feito retardar qualquer manifestação do espírito crioulo, que se elaborava lentamente.

Eu penso que, a luta contra os jesuítas, talvez fosse a primeira manifestação vital do espirito da terra, embora não se haja o mesmo patenteado por qualquer forma, mais visível.

Em 1611, essa luta anti-inacina manifestou as suas primeiras hostilidades contra os jesuítas, as quais se tornaram,

(1) A transmutação da psicologia da gente habitadora do Planalto, se teria efetuado rapidamente não só em razão do isolamento em que se achava a região e da distância de cerca de três meses de viagem caríssima, incerta, insegura, inconfortável, etc. de Portugal, como também da vida extraordinariamente acidentada do quinhentismo planaltino, sempre às voltas com ataques de índios bravios, na região planaltina e de forasteiros, no litoral.

Sabemos que as emoções psíquicas recentes, com profundidade subtiuem, apagando mesmo as mais remótas e pouco intensas.

Sendo assim a gente lusa do Planalto, em virtude dos quadros acidentados da vida que levava, tingidos pelas indeléveis e vivases côres, do drama, da angustia e da tragédia, intercalados com momento de anciedade e outros de alegria, de dôr e de alívio, logo perdiam os contornos que traziam.

Essa vida tempestuosa e eriçada de tremores encadeiados com intensos e empolgantes capítulos "*guerra de nervos*", naturalmente tendia a perfilar novos contornos psíquicos e sentimentais, que faziam empalidecer os remotos e não profundos painéis metropolitanos, que assim desapareciam da lembrança rude dos povoadores, sempre às voltas com a dramática e angustiante defesa da terra.

mais ou menos violentas até o fim do meio século, tendo alcançado as fases mais agudas, em 1633 e em 1640, se acalmando admiravelmente na segunda metade do século, com o declínio do apresamento e portanto com a diminuição dos motivos de atritos entre as duas partes.

Isso é significativo!

Entretanto, eu não acho que, essa luta, no Planalto tenha patenteado evidências nítidas da marcha nacionalizadora. Não há um só documento, que denuncie que essa marcha fatal tenha tido início em 1611. Eu sou levado à suspeita acima, por que, em 1611, encontra-se como uma das primeiras marcas da altivez, da arrogância, da rebeldia, etc. no paulista (2).

Mas se a luta no Planalto não mostra nada, que obrigue a se concluir diretamente pelo que eu acredito, temos que a citar a luta, entre paulistas e jesuítas, no Guairá em 1628, encontramos os mais sólidos elementos, em apôio, do que eu afirmo acima. Esses elementos, consistentes em documentos inatacáveis, são de tal eloquência que, marcam a mais absoluta confirmação das idéias que eu venho externando. Eles asseguram, de um modo completo e irretorquível, a marcha evolutiva para o acrioulamento, oferecendo verdadeiras fotografias, nas quais se refletem, concretamente, os estados da alma popular planaltina.

Consistem êses elementos, em três preciosíssimos depoimentos jesuíticos, constantes da obra monumental do prof. Taunay, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*", II, os quais são os seguintes:

(2) Não há dúvida de que o espírito emanado da Companhia de Jesus pairou sempre a favor da Restauração lusa.

Quem se dispuzer a estudar êsse capítulo da história portuguesa, nos seus antecedentes, bem como nos sucessos que a constituíram, ou nos que a sucederam, quer os desenrolados na Europa, como nos que se cenicaram em Aquem-Atlântico, encontra a absoluta concordância de uma diretriz basilar.

Como testemunhas do que afirmo, bastaria lembrar a situação do jesuíta padre Antônio Vieira, no reinado de D. João IV, ou o perfil vincado de Salvador Correia de Sá e Benevides, lusitanófilo e extremamente jesuitófilo, chefe do grupo, que, em S. Paulo, obedecia a atitude, a qual foi, em 1653, que momentaneamente predominou fazendo com que os padres, expulsos em 1640, fossem readmitidos. Esse grupo lusófilo e jesuitófilo foi que, em 1641, fez fracassar o primeiro movimento "crioulo nacionalista", em tôda a América, usando da pouca varonilidade de Amador Bueno e do fato de estar o Planalto, momentaneamente esvaziado de sua população masculina, apresando índios, em além rio Uruguai, no sul mesopotâmico, a uma distância de mais de 2.000 quilômetros do centro planaltino, exatamente nessa mesma data de março de 1641 e lutando contra os jesuítas em M'Bororé.

1.º) Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162, reproduz um trecho do depoimento do padre Montoya, no processo contra o Luiz de Cespedes o infeliz governador do Paraguai. Diz o Mestre:

"Quanto a Antonio Pedrozo e Dom Francisco Rendon de Quevedo (genro de Amador Bueno), estes ao proprio depoente afirmaram estarem em campanha, por mandato DEL REY QUE TENIAN EN EL BRASIL".

Surprezo lhes retrucara Montoya, arguindo os de trahidores. "SOLO NUESTRO REY DON PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERA TRAY-DORES".

2.º) Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 79, cita um trecho do "Relacion de los Agrabios", o qual testemunha:

"Levantaron sus capitanes y otros officiales de guerra con vanderas, COMO SI FUERAM LEVANTADOS Y AMOTINADOS CONTRA SU REAL CORONA".

3.º) Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 124, menciona um tópico do padre Crespo, o qual confirma magnificamente as conclusões que se tira dos acima referidos. Assim, o jesuíta padre Crespo, em memorial dirigido à Felipe IV, se referindo aos apresadores:

"SIN CONOCER A LA DIVINA Y UMANA VUESTRA MAGESTAD".

Por esses preciosísimos documentos, merecedores da mais absoluta fé, além de serem eles admiravelmente concordantes, no tocante à conclusão, verifica-se que, no Planalto, em 1628, já se cuidava de um rei próprio, o que quer dizer de soberania própria, no Brasil e portanto de uma desligação com a Metrópole, a qual, nessa ocasião não era lusa, mas sim *espanhola*.

Com isso tudo, ve-se, pois, com notavel evidência e grande clareza que, a alma nacional, que se forjava, no Planalto paulista iniciava vigorosa e iniludivelmente os primeiros passos, em manifestações soberbas contra a Espanha, bem como contra o domínio espanhol, com demonstrações positivas da existência de um espírito de independência indisfarçavel.

Não se fazem evidentes essas manifestações?

Esses três documentos não formam uma impressionante unanimidade, indicando maravilhosamente êssas conclusões, em magnífica previsão do que iria acontecer?

Sintetizando temos que, essa documentação acima firma os seguintes postulados:

1.º) O Planalto manifestava iniludivelmente uma alma já acrioulada, moralmente independente dos Reinos metropolitanos.

Sim, por que, se no Brasil havia, ou os apresadores proclamavam, a existência de um rei próprio, ainda que não

houvesse, de fato, mas, apenas, na vontade dos planaltinos, isso quer dizer que um espírito nacional então no Planalto bastante forte, de maneiras a se concluir que, o episódio da aclamação de Amador Bueno, ocorrida no Planalto, 13 anos mais tarde, foi uma continuação ou uma concretização do que diziam os apresadores, segundo o depoimento de uma testemunha de vista, da estatura de um padre Montoya. O sentimento popular seria êsse.

- 2.º) O espírito de rebeldia, evidente no depoimento de Montoya, não era dirigido, contra Portugal, em favor da Espanha, tal qual vinha sendo interpretado o ânimo de alguns hispano-paulistas, entre os quais D. Francisco de Rendon de Quebedo, segundo o que vinha sendo evocado como hispanófilo, pelos ortodoxos que seguem cegamente o "tabú" relatado por Pedro Taques e por Frei Gaspar.

Sim, por quê dos depoimentos unânimes, dos mencionados acima, transpira cristalivamente o pouco acatamento e a pouca dedicação ao rei da Espanha, cujas autoridade e majestade eram desconhecidas e substituídas por outras, de origem diversa e de côr local.

Eu, apenas, me admiro como êsse fenômeno tão claro, tão evidente, tão fácil de ser apreendido, deixasse de ser vislumbrado antes! Explico essa lacuna lamentável, em que o conservatorismo, em torno dos "tabús", creados pela moldagem psíquica especial de Pedro Taques e de Frei Gaspar, tem vendado os olhos dos nossos intelectuais, a ponto de privar a justa interpretação dos fatos de nosso passado, de uma parte de seu patrimônio. A lenda de Taques e de Frei Gaspar, já feita, influenciou os nossos intelectuais, no sentido de não cuidarem mais do assunto como se o seu esclarecimento fosse cousa concluída.

Depois do capítulo bélico-econômico do apresamento nas reduções jesuítas seria natural que, êsse início, tão claramente denunciado, por reverendos, absolutamente desinteressados no caso, fosse progressivamente evoluindo no sentido nacionalista, pois o Planalto, depois dêsses eventos, no período do auge do ciclo do apresamento, deveria se ter acrioulado, ainda mais. As idades correndo, foram gerações, que se foram sucedendo, sob a égide das mesmas forças, determinadoras do nascimento da alma planaltina, as quais a deveriam ter tornado cada vez mais independente da Metrópole, fôsse esta espanhola ou portuguesa. Com a persistência das forças causadoras do nacionalismo no Planalto, êste devia, fatalmente, continuar a sua evolução na diretriz, seguida até então.

E' de se notar, a profunda e admiravel similitude de linhas marcadoras, entre o acontecido no início da conquista do Guairá e relatado pelos padres Montoya e outros e a aclamação de Amador Bueno. Isso não sugere que, o fato relatado pelo padre Montoya, teria sido o embrião ou o projeto da futura aclamação? O objeto da crônica-depoimento do padre guai-renho-peruano não teria sido um desejo do fidalgo espanhol, desejo êsse, que ele tentou por em prática 13 anos depois, isto é, quando julgou de oportunidade? Essa similitude não é uma quimera, mas é de evidência notória!

PARTE III

O Apresamento

CAPÍTULO I

PRÓLOGO

O APRESAMENTO foi um ciclo econômico, como foi o do açúcar, e não um simples movimento idealista, com base na necessidade de lucro imediato, como o supõe o vulgo ignorante. O apresamento não foi uma mera epopéia de aventuras voluntárias, fruto de espíritos exaltados, que não tinham o que fazer. Esse capítulo da nossa história não pode ser apresentado como conjunto de aventuras de “gangsters” seiscentistas, que isso faziam, unicamente impelidos por seu ânimo bélico-aventuroso e a crueldade própria do tempo. Nada disso! Não podemos conceber o apresamento como uma série de atos voluntários e esportivos, em que o mobil pretensamento objetivado seria o engrandecimento de uma futura pátria, que não podia ser adivinhada e cujo conceito não estava, ainda, definido. (1).

(1) Não pode restar a menor dúvida de que o sertanista não realizava o apresamento, avançando pelos sertões, com o fito político de aumentar as terras portuguesas da Capitania de S. Vicente, as quais só muito indiretamente foram acrescidas. Profundamente incultos, os planaltinos visavam o objetivo imediato de conseguir uma fonte de renda que lhes desse algum poder aquisitivo, afim de que não fossem obrigados a voltar à selvageria. Não tiveram eles a fonte de riqueza do pau brasil, que só medrava, vigoroso em latitude, ao norte do Cabo-Frio. Não tinham tampouco a riqueza do Nordeste açucareiro. Buscavam, por isso, o apresamento do gentio, que, industrializado, lhes proporcionaria algum elemento de poder aquisitivo.

E' incontestável, aliás, que os planaltinos avançavam pelo sertão, porque iam dando desenvolvimento à sua indústria de apresamento. Roberto Simonsen, *loc. cit.*, estuda essa questão de modo bem convincente, mostrando, com clareza, que o apresador buscava mercadoria humana, não só para seu resumido consumo planaltino mas para vender pelos demais núcleos lusos ao longo do litoral atlântico, os quais ficaram empurrados de eseravos índios que o Planalto lhes vendia.

Aliás, desde o início da vida européia no Planalto, que esse comércio exportador tinha lugar.

No começo, antes da vinda de Martim Afonso, já o apresamento tinha lugar, mas em escala ainda diminuta, porque o mercado consumi-

O apresamento foi uma época econômica predeterminedada pelas circunstâncias que envolviam o Planalto, na qual o paulista não tinha a escolher seus meios de vida. Ele foi constrangido a aceitar o que o conjunto de circunstâncias lhe proporcionava. Caso, porventura, êsse meio de subsistência que que consistia no apresamento, lhe repugnasse, ela teria faltado ao mais primario dos instintos humanos, o famoso "*primo vivere*... "Se da epopeia resultou um alargamento das fronteiras da Capitania vicentina, as quais na ocasião, se confundiam nas terras espanholas, isso se deu indiretamente, mas não foi êsse o maior ativo do apresamento, que pode inscrever entre as parcelas do seu saldo, o seguinte:

AO APRESAMENTO, O BRASIL DEVE SUA EXISTÊNCIA COMO NAÇÃO.

Como os ambientes geográficos, econômico, social etc., não tinham outorgado ao Planalto possibilidades de grandes riquezas, tais como a do pau-brasil, ou o açúcar, os quais faziam a prosperidade de outras colonias lusas, os habitantes do Planalto buscaram um meio de viver. O apresamento foi, assim, uma taboa de salvação, uma questão de "*salus populi*"..., em

dor da mercadoria humana apresada e vendida se resumia unicamente em Portugal. Mas, logo depois da implantação do açúcar no Nordeste abriu-se para o apresamento industrial um mercado de consumo que absorvia vários milhares de cabeças, por ano.

E' uma carta escrita a 13 de janeiro de 1606, pela Câmara Municipal de S. Paulo, ao donatário da Capitania de S. Vicente, que tem êste trecho que nos assegura.

"Tornamos a lembrar, acuda Vms., porque de Pernambuco e da Bahia, por mar e por terra lhe levão o gentio do seu sertão o districto..." (Azevedo Marques, "*Chronologia*", 226).

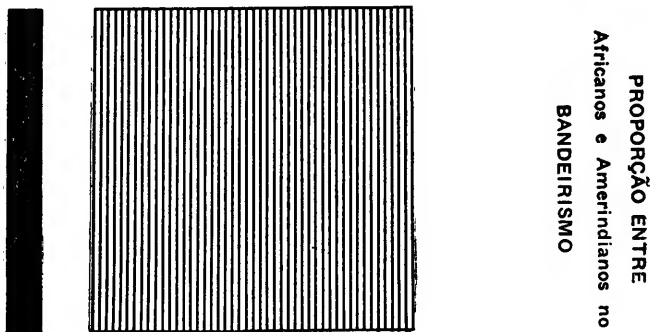
Depois, no decorrer da primeira metade do século XVII, o mercado nordestino, consumidor do que economicamente o planaltino produzia, aumentou muito.

E' que o flamengo, dominando os mares, com a hegenomia de suas frotas invencíveis, impedia o tráfico importador de escravos africanos. Sem concorrência e com o monopólio do fornecimento de braços para a opulentíssima indústria-agrícola do açúcar, o planaltino teve que fazer aumentar o apresamento proporcionalmente à procura, que crescia sem limites. Daí o incremento do bandeirismo apresador, nas terras hispano-jesuíticas, no decurso do segundo quartel do século XVII. Daí os ensinamentos de Taunay, na sua *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, II, citando documentos jesuíticos, em que a atividade exportadora do Planalto era referida, várias vezes, como enviando índios guairenhos para o Nordeste.

que não havia outro meio. Eles não escolheram! O problema lhes foi imposto!

Qual dos seus censores teria hesitado? Será crime terem eles procurado lucro imediato? Mas isso não é o que todos fazem, desde o sacerdote que batiza, o médico que clínica, o advogado, o magistrado, e o professor? Foi a desproteção das

Pesquisa realizada em 2.000 inventários dos séculos XVI e XVII nas quais foram encontrados 8.000 índios e 265 africanos o que significa uma proporção de 34 índios para 1 africano.



condições naturais que lançou os moradores do Planalto no apresamento, os quais buscavam, com afã, um meio qualquer que os suprisse das deficiências, em que foram abandonados.

Quando Martim Afonso aportou em S. Vicente em 1532, já encontrou início do apresamento, exercido pelo patriarca João Ramalho (2).

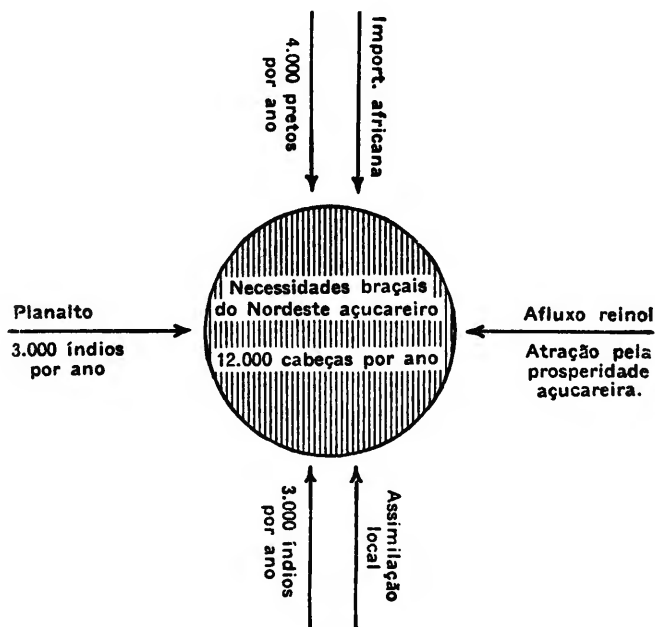
(2) O apresamento foi, antes consequência do que causa. Se não tivesse havido na Metrópole, a princípio, e depois no Nordeste açucareiro, procura de escravos ameríndios, procura essa refletida nos preços que eram oferecidos pela mercadoria, não teria havido apresamento, pois ninguém iria se dedicar a uma atividade menos lucrativa, cuja produção não tivesse remuneração. O apresamento, repito, era uma atividade econômica, a qual só tinha lugar porque o preço obtido pelo escravo ameríndio, dava para cobrir as despesas necessárias para o funcionamento da indústria apresadora.

Assim, como se percebe, o apresamento sendo um mero resultado dos preços oferecidos pelos nordestinos, temos que o apresamento foi uma consequência da atividade açucareira.

Com essa série de raciocínios lógicos e claros, percebe-se bem que não é fácil se atirar pedras no apresamento! Elas, com facilidade, vão cair no próprio telhado!

São muitos elementos que nos mostram, com evidencia, que o apresamento era exercido na capital vicentina, antes da chegada de Martim Afonso, ("*Islario*", Alonso de Santa Cruz). Jorge Lopes Bixorda nos lembra êsse apresamento nessa fase anterior a 1532.

Nesse tempo era a *Metrópole* que servia de mercado comprador para o pouco que era apresado em S. Vicente. Depois, foi o Nordéste que se avolumou como mercado comprador de



escravos ameríndios de S. Vicente, por que, aí se desenvolveu importantíssimo centro de trabalho, com o plantio da cana e o progressivo fabrico do açúcar.

Essa extraordinária região cumulada pela natureza, que fora pródiga em lhe facultar vantagens, como já tivemos ocasião de ver exigia, imperiosamente, braços que movimentassem sua máquina produtora. Essa exigência se fazia sentir

pelos preços altamente convidativos que a região, dotada de elevado poder aquisitivo, podia oferecer.

O escravo africano, muito melhor, mas muitíssimo mais caro, não podia, por si só suprir as necessidades braçais dessa indústria-agrícola açúcareira, as quais cresciam enormemente.

Roberto Simonsen nos apresenta um escravo africano, que, pela elevação de seu preço de aquisição, ficava fora do poder de compra de quem não fosse muito abonado, (*Hist. Econôm. do Brasil*) (3). Mas, mesmo que assim não fosse, o africano só, não seria suficiente para a produção do açúcar, tal como essa mercadoria foi produzida no Nordeste.

O apresamento local, outra fonte à qual os produtores nordestinos poderiam recorrer, não era de se fazer notar, pois o bandeirismo só teve lugar na Capitania vincentina. (Paulo Prado. "*Paulistica*"), (4).

O crescimento vegetativo das populações servís, outra fonte de aumento do braço a que os produtores nordestinos poderiam recorrer para enfrentar os desgastes anuais de sua gente trabalhadora, também não se poderia computar em grande escala, pois, a mortalidade, entre os escravos, naquelas eras de atraso da medicina e principalmente das condições sanitárias, teria sido imensa, (Eschwege, citado por Oliveira Vianna,

(3) E' porisso que a Capitania de S. Vicente não podia possuir muita gente africana. O argumento do poder aquisitivo é esmagador. Só por uma requintada má fé, ou por teimosia pouco inteligente, ainda há quem empaque, não aceitando-o.

O Planalto paupérrimo, sem fonte de riqueza alguma, não tinha com que comprar escravos africanos, muito mais caros. Entretanto, alguns poucos planaltinos mais afortunados como Afonso Sardinha e outros, dotados de maior poder aquisitivo, tiveram africanos nos seus respectivos séquitos. Estes existiram, mas foram exceccionalmente poucos.

Só por literatura, ou por capricho, se pode conceber o contrário!

(4) Um argumento que me faz concluir pela não existência do apressamento fóra do Planalto, é que no Nordéste não houve antagonismo violento entre jesuítas e moradores.

Porque houve êsse antagonismo no Planalto e no Maranhão?

Em virtude do apresamento. O jesuíta não queria que o índio fosse escravizado, pois o apadrinhava com tôdas suas fôrças. O morador precisava escravizar o índio, pois não tinha outra fonte de renda.

Dêsse antagonismo surgiu a luta entre morador e jesuíta.

Por que no Nordéste não houve essa luta?

Por que lá não houve o pomo da discórdia, que era o apresamento! E' o lógico raciocínio que está a nos ditar essa resposta.

"*Evol. do Povo Brasileiro*"), determinando um saldo demográfico respectivo, negativo.

Com êsses elementos contrários, que passamos em revista, os nordestinos foram obrigados a comprar escravos ameríndios, apresados pelos planaltinos, segundo já ensinou o Prof. Taunay, ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", "*Subsídios para a Hist. do Trafico Africano no Brasil Colonial*"), bem como Simonsen, ("*Hist. Econômica do Brasil*").

Assim, os planaltinos foram obrigados a lançar mão dessa oportunidade, que lhes deparava de, indiretamente, se associarem à riqueza açúcareira do Nordeste, fornecendo a ela uma parte importante da mão de obra da qual imperiosamente necessitava, sem a qual teria perecido.

Seria de se recriminar a função exercida pelos apresadores?

Deslustra êsse mister apresador, a nossa região planaltina?

No regime capitalista, em que vivemos não procedem todos da mesma maneira, isto é, em busca de um lucro econômico qualquer?

E' de se recriminar essa função apresadora, a qual é mal-sinada pelas leis e pela moral, hoje vigentes mas que no tempo em que foi praticada era benemérita, pois foi graças a essa atividade que tivemos o açúcar desenvolvido em fonte da civilização no Nordeste?

Quem nos garante que as atividades hoje admitidas não serão proscritas amanhã pelas leis e pela moral?

E' preciso que os que se dão à liberdade de anunciar palpites neste assunto, mesmo porque querem se manifestar sôbre todos os ramos de saber humano, o façam além de com conhecimento, com honestidade e isenção de ânimo, não se deixando impressionar pelas lamurias apaixonadas dos vencidos, os quais não se cançam de proferir os mais calorosos improperios contra seus vencedores.

Isso é perfeitamente humano! Eles, os jesuítas, que clamam chorosos contra os apresadores, estão no seu papel! Os que se deixam influenciar por escritos dos padres da Companhia, é que não estão fazendo cousa merecedora de consideração.

Os cronistas jesuítas que escreveram na época em que eles eram esmagados, tinham que truncar a verdade, pois êsse era o único meio ao seu alcance para se vingarem dos seus inimigos, na impotencia em que se encontravam. Assim, os cronistas tinham que preferir anátemas, pois eram os vencidos rangen-

do os dentes, em rilhados raivosos contra os apesadores. Aliás, êsses cronistas jesuítas eram useiros em investir furiosos contra todos aqueles que não se inclinavam ante a onipotência da Companhia.

Eis os numerosíssimos casos no Paraguai, entre os quais o do famoso bispo Cardenas e de outros governadores espanhóis, que não foram afeiçoados da Companhia, mencionados pelo Prof. Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*"!

Compreendo perfeitamente a paixão dos jesuítas, escribas da Companhia e particularmente a do padre Simão de Vasconcellos! Porventura, não escreveram eles quando estava mais acesa a luta entre paulistas e jesuítas? A natureza humana é susceptível de sentimentos, nem sempre angélicos, de acôrdo com os ensinamentos de Cristo. Por que se exigiria que êsses cronistas loiolanos tivessem sido forrados de contextura de vestais, niveas de imparcialidade, na luta de extermínio em que seus irmãos de roupeta eram partes inermes contra a sanha dos apesadores vitoriosos? Muitos desses jesuítas não escreviam seus relatos, ainda, afogueados pelo abraçamento intenso da luta bravía que se feria no Planalto? Entre êsses que nos legaram seus escritos, visivelmente exagerados e faltos de serenidade, alguns eram vítimas directas de agravos, que constavam de repetidas tropelias dos apesadores, que os expulsavam sistematicamente. Como querer que essa gente assim vergastada, escrevesse com suave imparcialidade e fosse serenamente fria, rígidamente verídica em suas crônicas?

Qualquer criança poderia perceber isso!

O que admira é que ainda haja quem se estribe nesses escritos, para apedrejar os apesadores!

O historiador honesto, inteligente, de bôa fé, animado do único propósito de reconstituir a verdade, deve compreender o que deixei explicado e não erigir êsses depoentes em julgadores! As crônicas jesuíticas devem ser tidas como peças informativas de um inquérito e jamais como setenças de magistrados. Estas, sómente poderiam ser lavradas por quem não tivesse o menor interesse no pleito.

Isso é de raciocínio primário e admira que quem vista fardão acadêmico não possa compreender! Sim, por que só faz que são rubras de cólera incontida, atacando com endemoninhada íra os que só pensavam em remediar sua pobreza e atirando sôbre o Planalto vicentino-paulista, toda sorte de diatribes e de visíveis exageros, nos quais podiam implorando

a destruição e o arrasamento da vila anchientana, como a maldição de toda a estirpe piratiningana, (5), (6), (7).

Infelizmente nem todos que se referem ao apresamento, o fazem tendo em conta o raciocínio acima. Uns por apoucada visão, ou por obnublação de intellecto, outros por simples ignorancia apesar de se emplumarem de historiadores, ou falta de cultura, outros por facciosismo ultra-religioso, animado de espirito anti-liberal e intolerante; outros, em virtude de invejosos

(5) Que esses relatos jesuíticos são enormemente exaggerados, é o próprio bom senso quem o diz, pois o amerindio preferia, às vèzes, o jugo dos paulistas aos meigos afagos jesuíticos.

Veja-se, por exemplo, o caso de Sebastião Preto, relatado pela pena magistral de Basílio de Magalhães, na sua "*Expansão Geographica*", 115:

"Isso não impediu que Sebastião Preto, em agosto de 1612, andando a procar escravos indigenas naquella zona reunisse cerca de 900 deles, com os quaes marchava para S. Paulo, quando o Governador de Ciudad Real sahio com forças superiores no encalço dos paulistas, conseguindo retomar-lhes mais de 500 guaranyes apresados dos quaes a metade ainda fugiu para DE NOVO JUNTAR-SE AO COMBOIO DO BANDEIRANTE".

Esse procedimento dos apresados desmente do modo mais cabal, as apaixonadas objugatórias dos cronistas da Companhia que tanto têm impressionado a ingenuidade ignorante de uns, a boa fé de outros e a má vontade comprovada de muitos medalhões, que, abelhudos, se metem a dar opiniões no que nunca entenderam.

Esse procedimento dos índios, apresados por Sebastião Preto, equivale a um depoimento pessoal das pseudo vítimas dos planaltinos, o qual desmente cabalmente os lacrimosos relatos dos escritores inacianos.

(6) Uma das acusações mais frequentes contra os bandeirantes é a de que eram perversos e procediam com crueldade. Dizem os cronistas espanhóis:

"Los portugueses em menos de seis años, habían destruído más de trescientas aldeas de indios que habia en los alrededores de San Pablo, haciendo perecer unas descientas mil almas. En la excursion que hemos reseñado del año del 1628, la sola compañía de Antonio Raposo Tavares habia traído veinte mil indios. Todo el camino desde las misiones hasta S. Paulo estaba casi despoblado. Asimismo, los portugueses llevablam sus excursiones hasta el rio Maraion y el de San Francisco. Los indios esclavos que no trabaja..."

Não sou dos que levam muito a sério as acusações de crueldade praticadas pelos paulistas escritas, pelos jesuítas. Estes estavam apaixonados, como era natural! Ainda afogueados pela luta, escreveram com ódio a embeber-lhes as penas, de mistura com as lágrimas, recentemente vertidas e talvez com o sangue aborígena derramado.

Certo que os paulistas não eram indivíduos de grande delicadeza! Todavia, seria preciso crer que fossem muito estúpidos, para admitir-se que deteriorassem, de propósito, a mercadoria que iam vender!

regionalismo; outros, ainda, por terem um pouco de cada um desses traços a lhes entorpecer o espírito de logica e de retidão, deturpam o capítulo máximo do bandeirismo, o qual tanto merece ser engrinaldado das maiores homenagens.

Teriam os jesuítas, ao se estabelecer na América, buscado aí constituir uma organização política teocrática, ou o fizeram altruisticamente tendo por objetivo unicamente catequizar?

Ora, isso não seria plausível!

Não posso, pois, dar muito crédito às lamurias dos jesuítas tanto mais quanto eram testemunhas interessadas no pleito! Depunham sobre uma causa, em que eram partes. Como erigi-los em juízos?

Eis porque, em parte, seus relatos não são verossímeis. Não é crível que os paulistas, por uma pretensa crueldade, fossem diminuir os resultados dos seus esforços, tornando mais escassa mercadoria ou prejudicando-lhe a qualidade.

Como já disse, os paulistas não podiam ser muitos delicados, na faina de apresamentos e tinham de empregar a violência. Mas, estou certo de que esta foi empregada só em último recurso. Pelo menos, a inteligência e o bom senso aconselham essa norma de ação.

(7) Simão de Vasconcellos não foi o único responsável, por essas afirmativas apaixonadas contra os planaltinos. Entre os muitos escritores jesuítas que se extremaram nesse sentido estão:

Padre Francisco Vasquez de Trujillo, "*Testimonio de una Informacion*". Francisco Jarque Dean de la Cathedral de Sta. Maria de Albarracin, "*Insignes Misioneros dcla Cia. de Jesús en la Prov. del Parag.*", cit. por Pedro Taques.

Padre Nicolau del Techo, *Hist. Prov. Paraguayae*, 1673.

Padre Pierre de Charlevoix, *Histoire du Paraguay*, 1761.

Conego João Pedro Gay, *Historia da Republica Jesuita do Paraguay*.

Padre Simão de Vasconcellos, *Chronica da Com. de Jesus, Vida do Padre José de Anchieta*.

Padre Carlos Teschauer, *Historia do Rio Grande do Sul*.

Padre Pablo Pastells, *Historia de la Com. de Jesus en la Prov. del Paraguay*.

Padre Montoya, *Conquista Espiritual, Cartas*.

Padre Lozano, *Historia de la Conquista*.

Depoimentos dos Padres Mancilla, Montoya, Domenech, Mazzetta, Ernot, Benavides Christovam de Mendonça, no processo contra D. Luís de Cespedes.

Relacion de los Agrabios, relatório feito na Bahia, pelos padres Mancilla, e Mazzetta, mencionando as depredações feitas no Guairá, pelos paulistas.

Cartas, pelos padres Duran, Taño, etc.

E há quem se extreme em recorrer a argumentos, no sentido de ser admitida a primeira alternativa.

Assim,

“Duas foram”, diz Basilio de Magalhães, na sua “*Expansão Geographica*”, 185 “as tentativas dos loyolistas no sentido de formarem um Império indiatico em territorio actualmente nosso:

A primeira ao sul, desde o Paranapanema até o Ibicuby, donde os bandeirantes os expelliram na primeira metade do seculo XVII e a outra no norte, no antigo Estado do Maranhão, abrangendo para o interior as duas margens do Amazonas, na segunda metade do século XVIII, tendo elles prolongado por lá o seu dominio até que Pombal os banisse em 1759”.

Ainda sôbre isso, diz Taunay, na “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”,

“E, si, em relação, ao embate generoso, então levantado entre jesuitas e traficantes, não cabe a gloria dos ignacianos uma areola sem jaça, é porque aos olhos de muitos na resistencia por elles opposta aos escravizadores muito entrava da ardua disputa em prol da formação de sonhado IMPERIO THEOCRATICO SUL-AMERICANO; VISÃO PERTINALMENTE ACARINHADA PELOS PROCERES COMO PELOS HUMILDES MEMBROS DA COMPANHIA”.

Eu também me filiei à corrente de idéias dêsses dois eminentes mestres que pesam indisfarçavelmente que os jesuítas tinham intuitos de aqui organizar um império político. Esse objetivo seria, por certo, levado a bom termo se não fosse o apresamento. Este foi a verdadeira “*blitzkrieg*”, que violenta e rápidamente exterminou o inimigo, o qual sem esse ataque furioso, teria engulido o Planalto, no avanço de sua expansão, esmagando a colonização lusa, aí estabelecida, detendo-se, talvez, nas ásperas fragas da Mantiqueira, muito ao norte, mesmo porque o rio Paranapanema logo seria transposto, pela expansão jesuítica, que avançaria, geometricamente, na proporção em que crescia.

* * *

Mas, sem embargo de tudo, êsses padres não eram angélicos!

Rudíssimos, como a época em que viveram, êles se mostraram, pelas crônicas iracundas contra seus inimigos, incapazes de aplicar os suavíssimos ensinamentos de Cristo, êsses

que o fizeram o expoente máximo da candura, do perdão, da bondade e da tolerância.

Eis que o padre Crespo, no auge exponencial de uma paixão incontida, incandescente e reveladora, afirmava:

“El dicho lugar de San Paoblo es poblado de los melchiores de todo el Brasil; muchos delles san christianos nuevos y se han hecho por domitos sin conocer a la divina y umana vuestra magestad”.

Eram tão grande a furia e a endemoninhada virulência dos cronistas jesuítas, que o Professor Taunay, na sua *“História Geral das Bandeiras Paulistas”*, II, 125, ensina:

Assim, portanto, pedia o padre Crespo se arrazasse a capital dos maloqueros”.

Só mesmo uma insensatez desmedida, em mistura evidente com má fé, emprestaria autoridade julgadora a êsses mavérticos depoimentos, tão manifestamente êles estão eivados das parcialidades.

Entregar os apresadores ao julgamento de tais juizes, tão faltos de serenidade, é, na verdade, revoltante e só pode encontrar excusa na ignorância e explicação na má fé.

* * *

A gente moradora do Planalto, como eu já disse, não tinha fonte de renda. Era paupérrima! O açúcar, fonte de renda, que constituía imensa riqueza no Nordeste, colocava essa região colonial num plano de superioridade econômica, demográfica, cultural, etc., sobre os demais núcleos coloniais.

A inferioridade de ordem econômico-financeira, cultural, demográfica, etc., de S. Paulo, cerca de vinte vezes menor, menos importante, menos rico e menos povoado que o Nordeste, repercutia, além disso, de modo proporcional nas demais esferas e campos da ação, de maneira que, o Planalto deveria ter um aspecto dos mais desoladores.

O páu brasil, sem vegetar, com intensidade, ao sul do Cabo Frio, não proporcionou aos planaltinos nenhum elemento de riqueza, a qual era outorgada aos demais núcleos coloniais situados ao norte desse acidente geográfico.

Por outro lado, devido a várias circunstâncias, o açúcar dava ao Nordeste, aquela prosperidade, que tanto impressionou Fernão Cardim e se refletia, dominadora, em tôdas as facetas rebrilhantes da civilização, a pulsar vigorosa na parte nordeste

da América portugueza. Relegados ao mais completo abandono da fortuna, os planaltinos não dispunham de elementos com os quais pudessem emergir da sotoplanura, em que viviam e, assim, foram obrigados a recorrer à fonte de riqueza que se lhes depa-rava e que dêles, apenas, exigia esforço, tenacidade, energia, espí-rito de aventura, etc. Lançaram-se ao apresamento do gentio, o que lhes proporcionava uma fonte de recursos, pois expor-tavam a mercadoria humana, apresada nos sertões, para as de-mais regiões da América portuguesa, auferindo daí elementos de importação, com os quais continuavam no viver modesto em que iam vegetando. Daí as repetidas palavras, escritas num doloroso tom de amargura mal contida, nos documentos que tratam da ida dos planaltinos ao sertão, em busca do remedio para sua pobresas, como se vê frequentemente nos documentos paulistas.

Os planaltinos tiveram a ventura conjugar-se à sua neces-sidade, como outra força, propulsora do bandeirismo, a que provinha da guia de riqueza, a qual empolgava a todas as imaginações da época, principalmente as reinóis. O brilho ofuscante das riquezas prodigiosas que a Espanha auferia ao seu quinhão ocidental das Américas, cegava as ambições lusi-tanas, que não cessavam de demandar aos coloniais, em es-forços dirigidos no sentido de serem desvendadas as lagoas douradas, as manoes e os Pactolos da entranhas terrenas. Fo-ram, pois duas forças que se uniram para realizar a penetração no continente virgem: a) A necessidade imperiosa, de ordem econômica, no Planalto, desprovido, de outras fontes de riquezas, e exigir o apresamento do gentio; b) a gula da riquezas, por parte dos elementos portuguezes, que exigiam a exploração do sub-solo. Eis os elementos de força, que levaram o morador planaltino a penetrar nos sertões!

Mas pergunta-se, por que não se realizou o bandeirismo em outra parte da região portugueza da América?

Se os restantes luso-coloniais eram mais numerosos, mais aparelhados, mais pujantes em recurso, porque permaneceram arranhando o litoral como caranguejo, na expressão de frei Vicente d Salvador, enquanto os planaltinos devassavam os sertões, em obediencia àquelas duas forças conjugadas?

E' que aquelas forças conjugadas só deveriam influir no Planalto; porque, se a segunda existia em relação a todos os nucleos coloniais, a primeira só se fazia sentir no Planalto.

Além dessa, havia ainda uma circumstancia que tornava o bandeirismo obrigatório no Planalto e o dispensava de existi-r alhures na América portugueza. E' que os cultivadores

de cana no Nordeste, opulentos como eram, enriquecidos pela indústria rendosíssima do fabrico, em monopólio, de uma mercadoria tropical, podiam comprar escravos africanos, em regra mais caros, mais efficientes, etc., do que os americanos, que, mais à mão se tornavam mais fáceis de serem apreciados.

Isso tudo fazia com que o bandeirismo tivesse existência no Planalto e não no Nordeste açucareiro, que só podia agir nas que lhe outorgariam lucros, desprezando atividades menos rendosas, como o apresamento.

E tudo isso fazia com que fosse formando no Planalto um núcleo bélico-económico, cheio de "*vis propulsiva*", destinado a indirectamente dilatar a esfera territorial da Capitania vicentina, ferisse essa dilatação a quem ferisse, fossem as regiões percorridas as epanholas, ou fossem simplesmente as selvas americanas.

Indirectamente, a zona luso-americana se foi dilatando, com a depressão correspondente da zona espanhola e com sacrificio da zona selvagem da América.

E' certo que, esse avanço luso-paulista não obedeceu a impulsos imperialistas, no que me alinhô de inteiro acôrdo com Calógeras, ("*A Política Exterior do Império*").

Por outro lado, nas terras castelhanas do Paraguai se haviam fixado os jesuítas, nova ordem católica, destinada a ser reacção contra a reforma religiosa que lavrava intensa na Europa.

Já vimos como tiveram ingresso no Paraguai os primeiros loiolanos, que foram os primeiros peregrinos da religião em selvas sul-americanas. Entretanto, só no começo do século seiscentista (1607), teve lugar o inicio da organização teocrática, em terras espanholas. Em 1609, foi fundada a redução de Santo Inacio, junto à foz do rio Pirapó, ao longo dos numerosos cursos que banham essa região. Assim, sobre o rio Pirapó, além da redução de Santo Inacio, foi estabelecida, logo acima, a de Loreto, cujas ruínas aí estão, testemunhando o esforço e a grandiosidade dos estabelecimentos jesuíticos, em terras do Guairá; sobre o Tibagi, firmaram-se os núcleos de S. José e de San Xavier, no baixo curso desse rio; o de San Pablo, Encarnacion, Santo Antônio e São Miguel, no alto Tibagi, no rio Ivaí, foram localizadas as reduções de San Tomé, nas nascentes desse rio; e, por sobre o alto Pequirí, foram fixados esses estabelecimentos a província de Guairá, que pertencia à organização jesuítica, que possuía as províncias do Paraguai, do Tape, de Itati, do Paraná, do Uruguai, etc..

E' natural que tendo diante de si índios já cristianizados, para além do Parapanema, não fossem os planaltinos em busca de índios, ainda bravos, nas selvas sertanejas. (Basilio de Magalhães, "*Expansão geographica*", 117 in-fine).

Com isso, é claro que teria de haver luta entre duas forças que tendiam a se encontrar, no seu desenvolvimento. Eram duas orientações contrárias, que, nas suas expansões, deveriam se chocar antagonicamente. Foi o que se deu, no decurso de seiscentismo, como iremos ver.

A bandeira Nicolau Barreto, no alvor primeiro do século, foi, sem dúvida, o primeiro acorde nessa luta, que iria se desencadear, fragorosa, no correr do seiscentismo. Mas, nesse tempo, ainda que não estivessem estabelecidas as reduções loiolanas, a ação dos sertanistas planatinos, felizmente, não passou incólume ao registro das lamúrias dos inacianos e a melhor prova disso está na carta de Mancilla, que Taunay fez publicar, ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", I).

Foi em seguimento a êsse alto feito do bandeirismo que, em 1606, encontramos cativando índios e voltando de uma peregrinação ao Guairá, o famoso capitão Manoel Preto, que trouxe de Vila Rica, bojudado carregamento de peças, como se pode verificar em "*Actas*", vol. II, 184. Nesse mesmo ano de 1607, no mês de fevereiro, preparava-se em S. Paulo muita gente "*que hya ao sertão carijó ao resgato com tendas de ferro*". Naturalmente, êsse sertão dos carijós, era o Guairá, que se fazia bem conhecido dos planaltinos. Creio que, igualmente nessa direção, teria penetrado um tal João Pereira, de quem falavam os documentos e que foi até onde pairavam os índios "*biobebas*" (pés chatos). Em 1611, em continuação a essas empreitadas e sob as instigações de Dom Luiz de Souza, foi ao Guairá, o planaltino Pedro Vaz de Barros. A respeito dêsse alto feito do bandeirismo, do qual foi protagonista o luso-paulista Pedro Vaz de Barros, o prof. Taunay na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", fornece mais minucias. Nessa ocasião, Diogo Fernandes levou ao sertão dos "*pés chatos*" uma expedição que supponho haver trilhado as terras guairenhas. No ano seguinte, em bandeira do Guairá, estava o capitão Sebastião Preto, filho do povoador Antonio Preto. Nesse ano de 1612, estava Sebastião Preto em terras do Guaiara, segundo estuda Taunay na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*". Basilio de Magalhães (*loc. cit.*), afirma então, Sebastião Preto prendeu cerca de 900 índios e com eles voltava para São Paulo, quando o governador espanhol de Ciudad Real, com forças superiores, foi no seu encalço e lhe

retomou cerca de 500 guaraní, metade dos quais, fugindo, foi de novo juntar-se aos paulistas, o que é indício da nenhuma crueldade dos habitantes desta terra, para com os índios. Ainda com destino ao sul guairenho e talvez mesmo ultrapassando-o, partiu em 1615 o capitão Lazaro da Costa, com grande acompanhamento, como certificam os documentos das publicações paulistas. De acôrdo com um deles, pudemos reconstituir os nomes dos apresadores dessa expedição, (*Inventários e Tests.*, III, 394 e 435). A bandeira estava em Dezembro no sertão dos carijós foi, na verdade, o Guairá, que ainda não era conhecido por êsse nome, pelos planatinos.

Em 1619, prosseguindo na campanha, entre o grupo lusoplanatino e o hispano-jesuíta-guaraní, encontramos o sertanista Manoel Preto, — segundo nos relata Basilio de Magalhães, (*“Expansão eGographica”*), tirando grandes contingentes de índios das aldeias de Jesus Maria e de Santo Inacio. Nessa ocasião deveriam

“ser constantes as arremetidas dos caçadores de escravos no rumo do sul, por tôda a segunda década do século XVII, porquanto, a 5 de julho de 1619 (*Rev. do Instit. Hist. e Geog. de S. Paulo*, vol. V, pág. 185), era expedido um alvará regio mandando tirar devassa aos culpados de fazer entrada no sertão dos patos, a resgatar gentio”, (Basilio de Magalhães, *loc. cit.*).

Os paulistas não deram sinais que tivessem estado em emprehendimento de bandeirismo, durante os anos de 1620-21 e 22. Não creio que sua faina estivesse paralisada, durante êsse lapso de tempo, e penso, mesmo, que a atividade dos nossos antepassados tenha sido contínua na penetração dos sertões do Guairá. Mas, os documentos dessa época silenciam a respeito de qualquer feito, não deixando a menor fimbria, pela qual se pudesse elucidar alguma empreitada, nesse período.

Em 1623, porém, noticiam os documentos que teria havido qualquer cousa, da máxima importância, em matéria de bandeirismo:

“.....que esta vila esta despejada pelos moradores serê idos ao sertão, pella qual rezão se não podia fazer o caminho do mar por não aver gente para o poder cóforme este mandado... (*Actas*, III, 41).

Não se sabe a que bandeira se refere êsse feito sertanista, nem quais os paulistas neles engolfados. E' deveras de estranhar-se que a gente do Planalto não se tenha importado com os negocios internacionais, entre a Espanha e a Holanda, pois

que, então, a trégua entre êsses países vinha de expirar, de modo que, em breve teriam de fazer se ouvir as vozes dos canhões e das colubrinhas, bem como dos arcabuzes e dos mosquetes! Quem sabe se nesses anos de sossêgo no bandeirismo, os paulistas estavam preocupados com os inimigos no litoral! (8).

Em fins desse ano, porém, encontramos internada no sertão dos carijós, talvez o Guará, uma bandeira da qual faziam parte: Henrique da Cunha Gago (falecido no sertão), João Gago da Cunha, Jeronimo da Veiga, Mateus Luís Grou, Jeronimo Alves, Diogo Barbosa do Rego e João de tal, (*Invs. e tests.*, I, 25). E' possível que êsses sertanistas tivessem feito parte da mesma bandeira, que, nessa mesma ocasião, foi assinada no sertão dos índios "abueus".

A indiferença dos planaltinos pela sorte dos baianos, às voltas com os holandeses, é deveras incompreensível pelos que não querem se dar ao trabalho de raciocinar, fazendo uma justa idéia das realidades da história do Brasil.

Explica-se, porém, essa indiferença, em virtude, em parte do isolamento geográfico, social, mental, demográfico, cultural, sentimental, etc., em que estavam segregados os habitantes desta parte do continente, além de outras circunstâncias, as quais analiso em outra parte dêste trabalho. Muito pouca coisa tinham os planaltinos com os demais moradores dos outros núcleos coloniais luso-brasileiros. Não se havia, ainda, formado a consciência da nacionalidade brasileira e os laços que prendiam o Planalto ao resto da comunidade luso-americana, não podiam deixar de ser muito frouxos e delgados. Estes ainda consistiam no espírito de lusitanidade e o Planalto, como vimos, era muito pouco luso.

Aliás o desinteresse por tudo quanto se passava fóra do Planalto, fére a atenção de quem percorre a documentação paulista.

(8) Esse desinteresse evidente pelas guerras holandesas que assolavam o Nordeste é uma consequência de isolamento, em que se achava o Planalto, o qual se manifestava, com clareza.

Infelizmente, nossos historiadores despidos de juízo crítico circunscrevendo as suas vistas às crônicas e ao exame da parte administrativa, não tiveram olhos para essa faceta do passado planaltino.

O isolamento, em que estava o Planalto, fazia com que os moradores da região circunscrevessem os seus interesses e limitassem os seus horizontes unicamente ao Planalto. Daí a indiferença da região por tudo quanto se passasse alhures.

Nem mesmo quando as colônias do Nordeste açúcareiro se angustiavam com os flamengos, nas guerras holandesas, tomavam os planaltinos qualquer interesse por elas.

Sabemos que foi pelo esforço dos coloniais desse Nordeste, que os flamengos foram expulsos, não tendo a Metrópole lisboeta de D. João IV se interessado em livrar as colônias de além-mar, das garras holandesas.

Sabemos mais que, os reinóis, levados pelo padre Antonio Vieira e pelo agarramento egoístico à dinastia, que, na Europa, se via aterrorizada ante os espanhóis, chegaram mesmo a querer entregar todo o Nordeste à Holanda.

Eram os efeitos anestesiadores da cocaina do "*papel forte*" de Vieira.

Perante êsse esforço dos pernambucanos, não encontramos o menor interesse dos planaltinos, para os quais era perfeitamente indiferente que se conservasse a tradição ibérica, ou que fosse ela substituída pela flamenga.

Tenho a nítida impressão, pela leitura atenta da ampla documentação paulistana, de que os habitantes desta região não tinham o menor apêgo à estirpe lusitana, a que pertenciam, pouco lhes interessando que a política passasse a ter as cores da Holanda. Aliás, essa observação já foi feita, muito anteriormente pelo Prof. Taunay, ("*Hist. Seisc. da Villa de São Paulo*").

O único apêgo que consigo descobrir nos Planaltinos à ibericidade, é a referente à religião católica. Nesse particular, nossos antepassados eram extraordinariamente aferrados e mesmo intolerantes. Mas, no que concerne à política, havia neles profundo indiferentismo. Pois, não estavam isolados, como sentinelas avançadíssimas, em um oceano de inimigos de toda espécie? Alguem se preocupava com eles? Não eram eles os únicos que faziam força, por se safar de dificuldades que erigiam as suas vidas?

Como exigir-lhes maior apêgo ao espírito de lusitanidade, se eles procediam de diversas gentes, vivendo secularmente isolados, em estado de soberania de fato, pois só a governança da Capitania, da Baía, ou de Lisbôa, intervinha com grande raridade e para lhes causar dificuldades!

Seria, pois, natural e compreensível a indiferença da rude gente planaltina pelo sofrer dos demais coloniais. Nunca êsses demais, que ainda estavam impregnados de forte espírito reinol, nos dias de felicidades, se haviam lembrado desses miseros planaltinos!

Como, pois, se desejar que êsses rudíssimos desbravadores das selvas e caçadores de escravos tivessem afeição pelos iberos-americanos das outras capitâneas?

Cientificamente, a sociologia explica-nos êsse indiferentismo, applicando ao caso em apreço a seguinte observação, que se conclue, com facilidade, do pensamento de Oliveira Vianna, no seu "*Evolução do Povo Brasileiro*":

"Os núcleos humanos se atraem, na razão directa das massas e das similitudes étnico-sociaes e inversa das distâncias".

Essa applicação aos núcleos coloniaes na América lusa, do famoso principio newtoniano torna claríssimo o espirito de indiferentismo que transparece da documentação.

A guerra dos Emboabas, no início do século XVIII, foi uma prova corrente do que ficou dito, tendo os nordestinos se enfileirado, então, ao lado dos reinóis, e contra os paulistas, coloniaes como êles.

CAPÍTULO II

A INFÂNCIA DE AMADOR BUENO

Tendo nascido em 1591, Amador Bueno tinha 8 para 9 anos, quando, no fim do século XVI, aqui aportou o Governador D. Francisco de Sousa, o verdadeiro impulsor do bandeirismo. Era pois um menino, ainda na infância, quando partiram para o sertão as expedições de André de Leão e de Nicolau Barreto. E' claro que, ainda em tenra idade, Amador não poderia ter tomado parte nesses primeiros passos de apresamento. Mas em 1607, tendo então Amador já 16 anos, se organizava e partia para o Guairá a bandeira de Martim Rodrigues e a seguir este feito, Belchior Carneiro fez o mesmo, tendo levantado mais uma quadrilha de assalto e, com ela penetrado no Guairá.

Porque Amador não se alistou em nenhum desses dois empreendimentos?

Não estava ele nesse periodo de vida em que o arrojo é maior que a prudencia? Isso faz com que o individuo se afoite em qualquer empreitada, não vendo perigos e encarando a vida com audacia.

A resposta a essa pergunta, só pode ser dada em se tendo em conta a interveniência de um fator decisivo na questão, o qual é o próprio caracter do jovem planaltino, que, já na sua infância e na sua juventude se revelava em seu perfil psicológico, um individuo acomodado, pacato e timido, contrario a occupaões violentas que eram as comumente seguidas pelos moços da época.

Nessa attitude sempre nivelada pela pacatez, Amador Bueno atingiu os 19 anos em 1610, quando se casou.

Qual seria, na época, a occupaão juvenil no Planalto? Os documentos nos revelam em várias passagens que, aos 12 anos, já era comum tomarem os individuos o caminho do sertão. Temos, com exemplos frisantes do que ficou asseverado, os casos de Antonio Pires de Campos e do — Anhanguera.

CAPÍTULO III

O CASAMENTO DE AMADOR BUENO

Nascido em 1591, no seu início, Amador Bueno, ao se organizar, em 1602, a bandeira de Nicolau Barreto, estaria com onze anos e, portanto ainda não poderia ter o seu nome emparelhado com os que formaram essa empreza, da qual se tem amplos esclarecimentos, mas em 1607, houve outro empreendimento de apresamento, chefiado por Belchior Carneiro, dirigido contra Guairá, então, Amador Bueno estaria com 16 anos e, portanto em idade de participar de movimento, que a todos, no Planalto empolgava. Conhecem-se cerca de vinte componentes dessa empreitada e desse total não se vê o nome de Amador Bueno.

No ano seguinte, houve a bandeira de Martim Rodrigues Tenório, a qual agiu na mesma região que a anterior. O nome de Amador Bueno, tambem não figura da lista dessa armação, da qual são conhecidos cerca de uma dezena de paulistas, não obstante, então, já Amador ter cerca de 17 anos, (*“O Bandeirismo Paulista”*).

Em 1610, isto é, ao ter Amador Bueno, cerca de 19 anos, eu penso ter ele se casado, o que não seria impossivel, visto como, com essa idade, a fisiologia nos ensina que, um homem normal pode perfeitamente se reproduzir.

Eu, me firmo em que o casamento de Amador Bueno foi em 1610 ou aproximadamente, em virtude do seguinte raciocínio:

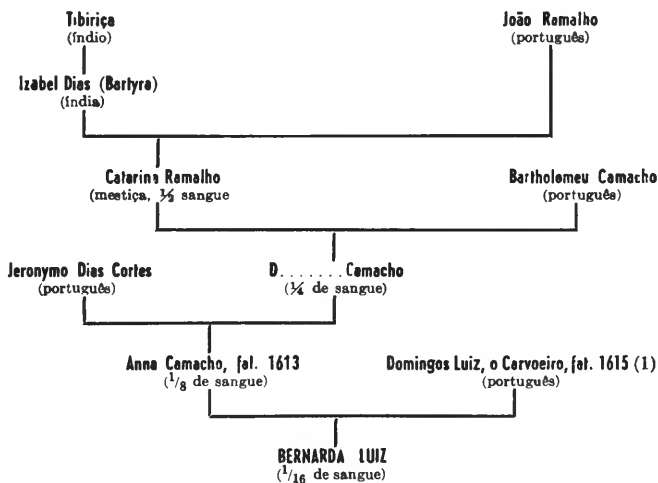
a) *Esse casamento não poderia ter sido antes, pelo seguinte:*

Bernarda Luiz, com quem se casou Amador Bueno, era filha de Anna Camacho; esta, filha de D... Camacho; esta, filha de Batholomeu Camacho e de Catharina Ramalho; esta, filha de João Ramalho e de Izabel Dias (Bartyra); esta, filha de Tibiriçá.

Por essa genealogia, temos que, Bernarda Luiz, a esposa de Amador Bueno, seria filha de Anna Camacho, neta de D... Camacho, bisneta de Catharina Ramalho, trineta de Izabel Dias (Bartyra), e tetraneta de Tibiriçá.

Isso quer dizer que Bernarda Luiz era descendente de Tibiriçá, na 5.^a geração, ou antes que, em menos de um século, decorreram 5 gerações entre Tibiriçá e a esposa de Amador Bueno.

Essa genealogia é ensinada pelo genealogista Silva Leme, na sua monumental "*Genealogia Paulistana*", I, 48, tit. Carvoeiros, que a obteve no livro *Razão* — do dr. Guilherme Pompeu de Almeida, e pode-se grafá-la da seguinte maneira:



Ve-se por aí que, decorreram cinco gerações, entre Tibiriçá e a esposa de Amador Bueno! Isso quer dizer que, em 100 anos, para se chegar de Tibiriçá à Bernarda Luiz, temos que perpassar cinco gerações.

Ora, a Sociologia nos ensina que, em média, cada geração tem 33 anos, com o que teríamos que, as cinco gerações do nosso caso, normalmente seriam 165 anos, os necessários para que, elas decorresse. Entretanto, temos que, as conciliar em 100. Só nos restaria um remédio, que é as comprimir. Esse é o único recurso, para poder se acomodar as cinco gerações, que Silva Leme, nos diz, que tiveram lugar, em espaço de menos de um século.

Assim, para acomodar a dificuldade, que Silva Leme, com o seu subsídio genealógico, nos outorga, teríamos de conceber a realização do casamento de Amador Bueno, em data seiscentista, isto é, deveríamos localizar esse casamento e antecipar a data do casamento de Amador Bueno, o localizando no fim do século XVI, teríamos incorrido em erro flagrante, pois Amador Bueno não se poderia casar com menos de 10 anos de idade. Assim, sou forçado a situar o casamento de Bernarda Luiz, em data posterior a 1610.

- b) *O casamento de Amador Bueno não teria podido passar de 1610, pelo seguinte:*

Encontramos, no documento de publicação oficial, (*"Semârias"*, I, 146), uma referência de 1611, a Amador Bueno. Ele nessa ocasião já se dizia casado e com filhos, com o que podemos concluir que, o casamento dêle foi, pelo menos um ano, anterior a essa data, isto é, em 1610.

Com o exposto, temos que, o casamento Amador Bueno-Bernarda Luiz, só poderia ter sido, depois de 1610 e antes de 1611.

(1) Supondo que Bernarda Luiz, um dos sete filhos de Domingos Luiz e de Anna Camacho, se casando em 1610, com 14 anos de idade, o que hoje é estranhavel, mas na época muito comum, temos que ela teria nascido em 1596, (cinco anos depois de Amador Bueno). Não teria sido provável uma sincronização de datas, muito diferente.

Sua mãe, Anna Camacho, teria nascido em 1561, pois ela, em 1588, já tinha uma filha casada e em 1594 essa filha já era viúva (Ignez Camacho, V. Silva Leme, *"Genealogia Paulistana"*, I, 49). Não teria sido possível outra sincronização de datas, muito diferente.

Sua avó D. . . . Camacho, possivelmente nascera em 1547 ou proximidades, afim de que com 14 anos, pudesse ser mãe de Anna Camacho, (não seria possível ter nascido muito depois).

Sua bisavó, Catharina Ramalho, teria nascido mais ou menos em 1533, para que 14 anos mais tarde, pudesse ser mãe de D. . . . Camacho, (não seria possível uma diversidade cronológica muito grande).

Sua trisavó Izabel Dias (Bartyra), teria nascido aproximadamente em 1519, para que, pudesse ser mãe de Catharina Ramalho, 14 anos mais tarde.

CAPÍTULO IV

O CARÁTER DE AMADOR BUENO

Amador Bueno nasceu no domínio espanhol. Não pôde mais restar a mínima dúvida, quanto à data de seu nascimento, deante da afirmativa de Pedro Taques, na sua "*Nobiliarquia*", a propósito da data do casamento dos pais de Amador Bueno, pois a asseveração do honestíssimo linhagista não está desacompanhada de provas documentais, em vista de o texto vir embaixado em uma escritura. Seria preciso, em primeiro lugar destruir êsse sólido documento, invocado por Pedro Taques, para depois ser posto em dúvida a sua afirmação, sobre o casamento dos pais de Amador Bueno. Caso o linhagista não houvesse citado um documento, em abono da sua assertiva, seria possível se duvidar da veracidade da mesma, pois sou de opinião que, Pedro Taques, quando desacompanhado de documentação, não merece fé integral e cega, pois êle tem errado muito, como se sabe. Mas quando a "*Nobiliarquia*" constrói sobre um documento, que menciona, quer me parecer, ser mostra de má fé, acoiimar de erro, uma vez que não se prove convincentemente essa alegação.

Assim, dou por certíssima a data do nascimento do Amador Bueno, como tendo sido em 1591.

Ele viveu, pois o período magno da sua existência, em pleno auge e fastígio do apresamento. Quando este capítulo epopéico da história planaltina atingiu ao seu auge, também Amador Bueno, coevamente ou concomitantemente, teve a oportunidade de nele participar, pois foi então que ele passou a sua adolescência e atravessou o seu período de idade, em que são permitidos esforços bélicos e desconfortos, bem como episódios de audácia, de aventuras e de conquistas, etc..

Amador Bueno viveu em plena primeira metade do seiscentismo, a fase do maior desenvolvimento do apresamento.

Dado o rumor, feito, em torno do nome de Amador Bueno, deveria ele ter sido um dos brilhantes azes dessa epopéia mi-

Tibirigá deveria ter nascido em 1500, mais ou menos, afim de aos 19 anos, poder ser pai de Izabel Dias (Bartyra).

Penso que, só dessa forma é possível acomodar as cinco gerações, que medeiam, entre Bernarda Luiz e seu tetravô Tibirigá. Realmente é admirável que, em menos de um século tenham vivido cinco gerações! Para conciliar êsse fato notável, é preciso admitir muita coincidência! Em regra, em um século só se passam três gerações. O nosso caso sai dessa regra, a menos que, Silva Leme esteja errado, o que é difícil.

rífica, que até hoje auréola de glória e lambrequina de fidalguia o Planalto piratiningano. Entretanto, isso não se deu!

O fenômeno fulgente do apresamento, revelador de importantíssimas virtudes psíquicas, físicas, morais, etc., dos que nêle tomaram parte, teve, durante o domínio espanhol, e maxime durante a invasão flamenga, o climax da sua expansão maior, como já vimos.

Entretanto, Amador Bueno, não tomou parte nele!

Não há, nem sequer o mais leve indício, de haver o nosso biografado se arrolado em qualquer expedição de apresamento!

Ninguém, dos que tem se especializado nos estudos de apresamento, menciona o nome de Amador Bueno, em qualquer expedição sertaneja, ou em qualquer data. Aí, temos o maior repositório cronológico de fatos de apresamento, a monumental "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", do eminente prof. Taunay!

Aí, temos trabalhos históricos do Capistrano, Calogeras, Paulo Prado, Southèy, Simonsen, Varnhagen, Aureliano Leite, Barros Brotero, Carvalho Franco, Belmonte, Ermelino de Leão, Washington Luís, Basilio de Magalhães, Silva Leme, Azevedo Marques, Machado de Oliveira, Nuto Sant'Anna, Alcantara Machado, Derby, Theodoro Sampaio, Frei Gaspar, Antônio Piza, Pedro Taques e outros!

Aí, temos as crônicas da Companhia de Jesus, com os escritos dos padres Montoya, Mancila, Mazetta, Ruyer, Duran, Techo, Simão de Vasconcelos, Jarque, Charlevoix, Pastells, Techauer, Jäger, Serafim Leite, e outros!

Aí, temos os documentos de publicação oficial do governo de São Paulo!

Aí, temos os documentos espanhóis, entre os quais, os referentes ao processo contra D. Luiz de Cespedes, o infeliz governador do Paraguaí!

Em nenhum desses trabalhos e em nenhum dos escritos dêsses nomes apontados ninguém anota um só ato de bandeirismo qualquer, ou em qualquer época, da parte de Amador Bueno.

Não há uma só bandeira com o nome dêle! Não há uma só nominata, um só ról de sertanistas, uma só referência ligeira, da qual se possa concluir alguma cousa sôbre o nome de Amador Bueno! Não consta que, êle tenha exercido qualquer cargo, em que virtudes másculas são exigidas! Ele não foi sequer capitão de índios, por exemplo, e não chefiou nenhuma expedição do Planalto, ao litoral ameaçado!

Da grande bandeira de 1628-29, que havia reunido toda a população masculina de S. Paulo, sob suas armas, não fez parte Amador Bueno!

Segundo Taunay, reproduzindo um documento jesuítico (“*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”, II, 79), nessa ocasião, só ficaram em S. Paulo, 25 homens em condições de tomar armas. Enquanto, essa grande empreza bélico-econômica arrasava empolgante e incoercivelmente para o sertão, todos os varões de Piratininga, Amador Bueno ficou mansa e pacificamente a lavrar sentenças, como Ouvidor Geral, que era então, (“*Actas*”, IV, 18 e 19).

A única referência vaga e imprecisa sôbre, ter sido Amador Bueno apresador de índios, é de Pedro Taques na “*Nobiliarchia*”, em que a respeito de Amador Bueno diz:

“Teve grande tratamento e opulência por dominar de baixo de sua administração muitos centos de índios, que de gênio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa santa fé, pela indústria, valor e fôrça de armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos”.

Óra, essa menção neblinada de Pedro Taques não pode servir de base para se emprestar a Amador Bueno, virtudes de masculinidade, necessárias para o apresamento. Duas são as razões para que êsse texto do “*Nobiliarchia*”, não sirva de base para conclusão alguma:

- a) As palavras de Taques são muito aéreas e abstratas, com a forma pragmática, se assemelhando às que êle usou para muita gente, das que figuram no seu trabalho citado, sem que êle emprestasse ao seu fraseado um sentido particular afim de que dissesse ter Amador Bueno pertencido ao “team” dos apresadores destacados. As palavras de Taques mais parecem elogios ou gentilezas, que êle teria bordado convencionalmente, sem querer, com elas significar nada de concreto.
- b) Taques, quando não documenta suas afirmações, costuma errar muito. A “*Nobiliarchia*” está recheiada de erros, os mais flagrantes. Isso acontece, quando Taques não indica onde foi colher o informe da sua crônica. Haja vista, por exemplo, para o caso de Lourenço Castanho Taques, o velho, bisavô de Pedro Taques, o autor da “*Nobiliarchia*”!

Êsse livro do seu bisneto assinalou o velho planaltino, no sertão dos Cataquazes em 1675. Ora êle, o velho bisavô do linhagista, havia morrido em 1671, como se vê do inventário de sua mulher Maria de Lara, (“*Inventárs. e testa.*”, XVIII, 69 a 151).

Com êsse erro indesculpável do linhagista, pode-se bem aquilatar do valor das suas afirmativas graciosas!

Pedro Taques poderia ter errado, a respeito do successo acontecido, em época remota e que não lhe dissesse respeito tão de perto. Isso seria desculpável, embora o qualificando mal.

Mas errar em cousas tão recentes e que lhe dizem tão de perto! Isso não só o deixa mal como cronista, como ainda faz com que êle mereça palmatória, pelo erro tremendo de sua afirmativa.

Será que tudo quanto êle diz é de igual quilate? Se êle errou de forma tão patente em matéria que tão de perto lhe dizia, imagine-se no resto!

Por essa e outras é que eu perdi a confiança, no que diz a "*Nobiliarchia*", quando não indica o seu esteio documental.

Com essas duas objeções, não se pode levar em conta o dizer da "*Nobiliarchia*" de Amador Bueno ter sido sertanista apresador. A afirmar ter sido Amador Bueno um "az" do apresamento, temos, apenas essas palavras ambiguas do ambíguo Pedro Taques!

E' pouco! Não basta arrojear abstrata e vagamente uma imprecisa alusão de que certa pessoa foi apresadora! E' preciso materializar e concretamente afirmar a ocasião e a data, em que teria havido o exercício do apresamento, por parte dessa pessoa. A fantasia povoava a cerebração de Pedro Taques! Vejamos a veracidade do tópico da "*Nobiliarchia*", referente à Amador Bueno!

O tópico reza que, Amador Bueno tinha grande tratamento e opulência.

Hoje, entretanto, com a publicação dos documentos officiais, sabemos que isso só podia ter sido imaginação do nosso ingênuo linhagista! Não havia opulência no Planalto, mas Taques, graças à fertilidade de sua imaginação, conseguiu iludir muita gente de boa fé, a êsse propósito! Eis, por exemplo, o que diz o linhagista sôbre o seu primo, o padre dr. Guilherme Pompeu de Almeida! Pedro Taques, que nasceu um ano depois da morte do "Creso colonial", tinha a obrigação de não errar! Entretanto, sabemos o que disse o linhagista a propósito de seu primo!

Eis, porque é perigoso se levar muito a sério a "*Nobiliarchia*", sem o necessário desconto compensador dos visiveis exageros, que foram o telescópio, com que se armou Taques,

ao nos relatar as crônicas de fatos ou de pessoas, que lhe eram agradáveis, sem se estribar em prova documental! (1) (2).

Nesse ano de 1610, Clemente Alvares e Cristovam de Aguiar, bandeiravam contra os "carijós", fazendo o mesmo João Pereira, em 1611, contra os "pés largos". Em nenhum desses empreendimentos, figura o nome de Amador Bueno, igualmente omitido, dentre os companheiros de Pedro Vaz de Barros em 1611, na avançada dêsse sertanista, contra Guairá,

(1) Que o caráter e o perfil psicológico de Amador Bueno não revelava muito vincados os traços masculinos de intrepidez, de audácia, de bravura ou de estoicismo, os quais não se adornavam de espírito de aventura, de esforço ou de tenacidade bélica, etc., a confirmar a tese que sustento acima, são os próprios termos de um requerimento do próprio Amador Bueno, feito para obter uma doação de uma sesmaria em Mogi, que, então, se povoava, os quais êle usou e estão publicados no volume I, páginas 145 de "Sesmarias". Aí, ao requerer terras, era hábito quasi inveterado, os requerentes alegarem os serviços prestados, afim de fazerem jús às doações. Quasi sempre êsses serviços alegados consistiam em lutas contra inimigos externos e internos, rebates contra desembarques ou ameaças, ou em lutas de defesa da terra da comunidade, etc. Assim agiam todos! Vejam-se, por exemplo, os termos inflamados e timbrados dos requerimentos dos outros peticionários os quais somam a mais de uma centena; todos a alegar essa espécie bélica de serviços. Assim é que Bartholomeu Bueno, pai de Amador, logo na mesma ocasião, em páginas 143 da mesma publicação e do mesmo volume, faz uso dêsses termos, salientando serviços bélicos prestados à comunidade. Todos faziam isso!

Logo à páginas 147, do mesmo volume I de "Sesmarias", encontramos um requerimento de Manuel Alvares Chaves, alegando, também, os mesmos serviços, etc. Só mais tarde, isto é, na segunda metade do século XVII, essa prática de alegar serviços foi abandonada e encontramos pedidos de sesmarias, sem que preciosos relatos de serviços prestados sejam lembrados para justificar os pedidos.

Entretanto, Amador Bueno, no seu requerimento, fez notável excepção à essa regra!

Ele, então, não alegou defesa da terra, ou que tinha acudido a rebates contra os inimigos, etc.!

Porque êle fez excepção e não requereu como os outros, ou não procedeu como seu pai!

E' que, êle não podia alegar o que não tinha, pois jamais defendera a terra e nunca acudira a rebate algum.

Assim, por êle mesmo, sabemos que Amador Bueno, ao emitir as alegações, contidas, como se fossem condecorados motivos de ufanía, em todos os requerimentos de pessoas notòriamente másculas, confessou um ponto de sua psicologia e deu mais base à tese que sustento, a propósito de seu perfil moral.

(2) Vejam-se as notas consignadas no Prefácio pelo prof. Taunay no citado trabalho de Pedro Taques "*Inf. sobre as Minas de S. Paulo*", à propósito do valor e da autoridade de Pedro Taques, erigido em semi Deus, digno de fé absoluta, pelos nossos ortodoxos conservadores.

coisa que, também, aconteceu, em relação à bandeira de apresamento, que em 1612, Sebastião Preto dirigiu ao sertão. Em 1613, assinala-se no Guairá, uma bandeira de apresamento, comandada por Garcia Rodrigues Velho e o nome de Amador Bueno igualmente não surge, fazendo companhia ao seu primo, pois ambos eram netos dos povoadores Garcia Rodrigues e Izabel Velho, (Silva Leme, "*Genealogia Paulista*", tit. Garcias Velhos), Ellis, "*O Bandeirismo Paulista*").

Em 1615, na sua primeira metade, o Planalto testemunhou a partida da bandeira do capitão Antônio Pedroso de Alvarenga, da qual são conhecidos duas dúzias de nomes.

Quanto à região trilhada por essa bandeira, eu estive muito tempo na crença de que ela tivesse ido ao sertão do Tocantins, mas hoje, penso que a razão está com Carvalho Franco em localizar essa empreza no Guairá ("*Bandeiras e Bandeirantes*", Cia. Editora Nacional, série Brasileira).

No ano de 1615, houve em S. Paulo, um rebate e que o litoral estava ameaçado.

Organizou-se a expedição planaltina de socorro ao litoral, entã às voltas com o corsário flamengo Van Spielberg, cuja viagem é objeto de revelações, pela pena magistral do prof. Taunay, ("*Na Era das Bandeiras*").

Por ocasião dessa situação de verdadeiro "*salus populi*", não se viu o nome de Amador Bueno figurar, entre os que correram em defesa da terra da comunidade.

Não é eloquente essa contínua omissão do nome de Amador Bueno, em tôdas as expedições em que era demandado esforço, não obstante êle ter, entã 24 anos?

Ainda nesse ano de 1615, é assinalado no sertão dos "carijós", isto é, de Guairá, uma bandeira chefiada pelo capitão Lazaro da Costa, e dentre os companheiros, identificam-se cerca de uma vintena de homens planaltinos. Amador Bueno, entã, com vinte e quatro anos, não figura em lista alguma e nem há o menor indício da sua cooparticipação nessas correrias de apresamento.

Depois disso, só, em 1623, vamos encontrar um empreendimento sério no apresamento. Quem nos revela isso é um texto de "*Actas*", III, 41, quando diz:

"...que esta villa despejada pelos moradores serê idos ao sertão, pella qual rezão se não podia fazer o caminho do mar por não aver gente pera o poder fazer côforme esta mandado..."

E' possível que, essa referência diga respeito a uma bandeira, internada no sertão dos carijós, da qual fez parte Henrique da Cunha, que morreu no sertão, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 48), graças a cujo inventário identificaram-se meia dúzia de nomes, aos quais podem-se acrescentar mais uma dezena de outros, de outra bandeira, em 1624, assinalada no sertão dos índios "abueus".

Nesse mesmo ano de 1624, além da atividade no apresamento, por parte do infatigável Manuel Preto, de Fernão Dias Paes (tio do futuro caçador das esmeraldas), de Paulo do Amaral, de Francisco Roiz da Guerra, de Alonso Perez Cañamares, de Jorge Rodrigues Deniza e de outros, podemos marcar uma expedição de socorro ao litoral, ameaçado pelo flamengo, organizada pelo capitão mór Alvaro Luiz do Vale, ("*Registro*", I, 1, 457). Tomaram parte nessa expedição de socorro ao litoral ameaçado, como chefes Manuel Preto, Antônio Pedroso de Alvarenga, André Fernandes, Fradique de Mello Coutinho, Salvador Pires de Medeiros, (Chefe dos aventureiros) e Pedro Vaz de Barros, ("*Actas*", III, 136 a 142) (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 52). De Amador Bueno não há a menor referência!

Depois disso, só em 1628, encontramos em atividade o sertanismo de apresamento.

Organizou-se, então, a grande bandeira raposiana. Taunay, a ela, se refere, com abundância de minúcias, de modo a esmiúça-la completamente. Conhecem-se cerca de uma centena e pico de componentes, graças à referências de nomes contida no "*Relacion de los Agrabios*", documento de procedência jesuítica e reproduzido pelo prof. Taunay ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulista*"), número êsse aumentado de uma vintena, devido à pesquisas feitas pelo prof. Taunay, no processo contra D. Luiz de Céspedes (Taunay, loc. cit.). Há a acrescentar à lista, de nomes, mais vinte e três, com a análise dos documentos de publicação oficial, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 1.a ed., 57).

Entretanto, em nenhum desses róis de nomes, se descobre o de Amador Bueno, que então tinha cerca de 37 anos!

A bandeira de 1628-29, chefiada por Antônio Raposo Tavares, empolgou, de tal modo o Planalto, que o Prof. cita um documento jesuítico (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 79), que diz que, em S. Paulo, só ficaram 25 homens, bons para tomar armas. E' o prof. Taunay quem ensina que, nessa ocasião "*todo S. Paulo se despejava atraz*

daquelas entradas". Pois bem, a-pesar-de tão empolgante movimento absorver toda a atmosfera planaltina, Amador Bueno não tomou parte nêle! Êle ficou, em S. Paulo plácida, confortavel e mansamente a dar sentenças, como Ouvidor, como se vê em "*Actas*", IV, 19, em companhia das mulheres, velhos e crianças, além dos inválidos.

Que não se diga que o movimento, alucinante na sua profundidade, como que poz em atividade todos os elementos varonís do Planalto, não empolgou, tambem, a mentalidade de Amador Bueno! Penso que ele, igualmente foi turbilhonantemente arrastado pelo avassalador impulso, que dominava toda a região! A prova disso é que, da lista dos expedicionários do Guairá, figurarem o nome de um filho de Amador Bueno, um genro e dois irmãos, (Basilio de Magalhães, "*Expansão Geographica*", 120), (3), além do tio Salvador Pires de Medeiros.

Depois dessa bandeira de 1628-29, tivemos várias outras, agindo no Guairá, mas delas não conseguimos organizar nenhuma lista de componentes e só em 1635, localizamos um empreendimento de apresamento no sertão de Aracambí. Conseguimos, estabelecer uma quinzena de nomes de planaltinos, como tendo feito parte da empreitada, mas da lista que organizamos, não figura o nome de Amador Bueno, apesar dêle estar nessa ocasião com, apenas, 44 anos e portanto em pleno vigor físico!

No ano seguinte, houve outra expedição ao Tape e esta, muito conhecida, obedecendo ao mando de Raposo Tavares, são dela identificados cerca de trinta e cinco nomes, não aparecendo, tambem, qualquer vestígio de Amador Bueno!

Em 1637, os irmãos de Amador Bueno, organizam nova leva de apresamento, a qual se internou no Tape (Ellis. "*Meio século de bendeirismo*", Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 9). Dessa expedição são identificados 33 nomes, entre os quais 3 irmãos de Amador Bueno, 2 filhos

(3) O filho de Amador Bueno assinalado na grande bandeira de 1628-29, foi Amador Bueno o moço, que nascido em 1611, na ocasião da bandeira raposiana teria 17 anos, em idade, portanto de acompanhar a bandeira. O outro filho de Amador Bueno, de nome Antônio, mais moço, só aparece mais tarde, pois em 1628-29, ainda não teria idade para seguir. O genro teria sido talvez D. Francisco Rendon de Quebedo, que já estaria casado com sua filha. Os outros genros, como D. Juan Matheus Rendon se casou com Maria Bueno, só a 17 de novembro de 1631, segundo Taques, na "*Nobiliarchia*" e Antônio Preto, só em 1632 iria se casar com Catharina Bueno.

e um genro do nosso biografado. Apesar disso, nada se encontra a respeito do nome de Amador (4).

Até 1641, os planaltinos, como se sabe (Ellis, "*Meio século de bandeirismo*"), destruíram e conquistaram o território rio-grandense e várias centenas de milhares de escravos ameríndios, os quais venderam para o Nordeste, então, em estado de não poder receber africanos. Pode-se identificar uma centena de planaltinos, que tomaram parte ativa e destacada nessa campanha memorável. Pois, apesar-de, nessa ocasião Amador Bueno ter menos de cinquenta anos, o seu nome não aparece, em qualquer lista, que se tenha conseguido organizar dos que tomaram parte nas lutas do extremo Sul!

O apresamento ainda continuou virulento até a metade do século XVII, mais ou menos.

Destruidas as províncias jesuíticas do Tape e do Uruguai, com a conquista de muitos milhares de escravos índios, os planaltinos se voltaram para o Maracajú, onde hoje é o sul de Mato Grosso. E' que, a vitória jesuítica de M'Bororé tinha desviado para o Oeste a avalanche apresadora do Planalto, a qual corria para o Sul.

Na destruição dos estabelecimentos jesuíticos do Maracajú, do que o prof. Taunay outorga magníficos relatos, das suas minúcias as mais detalhadas ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulista*"), conhecem-se mais uma centena de nomes identificados por documentos, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*") e, entretanto dessa epopéia maravilhosa não se encontra o nome de Amador Bueno, o mesmo acontecendo em relação ao corpo paulista de socorro ao Nordeste, em poder do flamengo, sem embargo de haver sido êsse socorro organizado pelo seu genro, D. Francisco Rendon (casado com Anna Bueno, segundo Pedro Taques, "*Nobiliarchia*", tit. Rendons), em 1639, sob o mando de Salvador Correia de Sá.

A ausência de Amador Bueno, nessa expedição é altamente extranhavel, pois na ocasião ele estaria com 48 anos, na plenitude de suas forças, (5).

(4) Parece que foi chefe desta bandeira o capitão André Fernandes (Aurelio Porto, "*Missões Orientais do Uruguai*").

Que André Fernandes teria sido êsse? Em S. Paulo havia com êsse nome o fundador de Parnayba e havia ainda o que teria sido o companheiro de Raposo Tavares em 1648 na campanha em que êsse caudilho travou na região de M'Botetei, no Paraguai.

(5) Pedro Taques, na "*Nobiliarchia*", enumerando os que fizeram parte da expedição de 1639 de auxílio ao Conde da Torre, para a Restauração do Nordésté é quem exclue dessa fôrça militar o nome de Amador Bueno!

Do exposto, temos que, a-pesar-de sabermos de 500 nomes de planaltinos, que puderam ser identificados no bandeirismo de apresamento de 1607 a 1651, isto é, durante o período em que Amador Bueno poderia ter tomado parte na arrancada notavel, não se encontrou o menor vestígio da participação de Amador Bueno no bandeirismo! E' mais de se notar a ausência do nome de Amador Bueno em todas as nominatas de apressadores, que se conhecem, pelo fato patente de ter feito parte do movimento, que tanto engrinalda o Planalto, pessoas muito aparentadas com ele. Seu tio Salvador Pires de Medeiros, irmão de sua mãe Maria Pires, foi um dos chefes da grande bandeira raposiana de 1628-1629; seus irmãos Francisco e principalmente Jeronymo, foram sabidos e infatigaveis caçadores de escravos; seus filhos Amador Bueno o moço e Antônio Bueno, também se destacaram na epopéia do apresamento; seus genros D. Francisco Rendon e Antônio Preto, como se sabe, se destacaram na grande arrancada. Em 1639, seu genro D. Francisco Rendon, com um trabalho imenso, conseguiu levantar uma expedição de, apenas uma dezena de homens para auxiliar a Armada luso-espanhola do conde da Torre. Qual deveria ser o procedimento de Amador Bueno, se ele tivesse o perfil psicológico adornado de másculas virtudes, fosse esforçado e muito interessado pela Restauração luso-espanhola do Nordeste? Caso Amador Bueno tivesse todas êssas virtudes deveria ter feito parte da expedição. Mas, ainda desta feita o seu nome não aparece! Porque?

E' claro! A resposta está em que, Amador Bueno era túbio, apasiguador, tímido, pacato, timorato, pacífico, contrário à violência, às guerras, etc.. Não é preciso de se usar de muito raciocínio para se chegar à essa conclusão. Ei-lo como precursor de Chamberlain na política de apasiguamento!

PARTE IV

**A evolução histórica
planaltina contemporânea
a Amador Bueno**

CAPÍTULO I

A SOBERANIA ESPANHOLA

Portugal se originara de uma porção da Iberia, no seu Nordéste em destaque político unicamente para premiar o esforço bélico de um nobre cavaleiro de além Pirineus, o qual se tinha arrolado sob o estandarte de Afonso VI, de Leão e de Castela. Assim, Portugal nasceu de uma parte física da Península, doada a um guerreiro de Borgonha, expressamente para satisfazer a um pagamento de dívida, contraída por um soberano, isto é, para realizar os interesses pessoais de um Monarca leonês, que tinha uma filha natural para casar e uma obrigação moral para saldar. Para concretizar êsses dois objetivos dinásticos, Afonso VI de Leão e de Castela creou o condado de Portocale. O povo não foi consultado. Os interesses desse povo, quer os econômicos, os sociais e mesmo os militares, não foram auscultados. Não havia razão geográfica alguma, militando a favor dessa criação, a qual obedeceu unicamente ao critério despótico do soberano, que, em um ato meramente administrativo, operou a cirurgia em seus Estados políticos, separando, casualmente, uma parte a que deu, também sem causa alguma o nome de Portocale. Essa unidade nova, porém, continuou a orbitar em torno do sistema sideral de Toledo. Nem poderia ser de outra forma, pois ela não era separada da metrópole leonesa por nenhum acidente geográfico de transposição difícil e sua população não se distinguia da leonesa por qualquer colorido especial que a diferenciasse. Nada havia no campo da sociologia, da geografia, da economia, da religião, da linguística, etc., que aconselhasse essa providência. A nova estrela, surgida na constelação dos Estados cristãos peninsulares, não se enquadrava em fronteiras naturais. Era o arbitrio humano que havia dado ao novo condado, ainda sem soberania, os limites concebidos pelo artifício leonês desses primórdios do milênio. Os homens néo-hispânicos, com fortes influências sarracênicas, sólidos, trigueiros e barbaçudos,

cultivavam as terras do Douro, do Minho ou do Mondego, quando não se viam obrigados a emparelhar com os seus senhores, nas correrias e incursões contra a mourama, da qual êles se diferenciavam apenas pela religião. As mulheres também mestiças de sangue agareno, com o velho estrato básico hispânico, eram também agricultoras. Até o falar português era o mesmo que o galego, o leonês ou o castelhano. Nenhum só ideal diferente animava a nova parte ibérica. Era a comunhão mais perfeita no pensar e no sentir de toda gente cristã da Península. A única idéia brotada dos acanhados cérebros medievais dos habitantes da nova parte ibérica, era a guerra contra a mourama. Em nada, pois divergiam do resto das zonas reconquistadas da Espanha.

Durante três séculos, êsse statu-quo foi dominante na Ibéria. Portugal, enfim, erigido em reino, nos meados do século XII, não se destacava por nenhum motivo. A raça continuava a mesma. A lingua se diversificava muito lentamente da velha base comum. O povo português continuava a se ocupar, apenas, em atividades campesinas, que eram iguais às que agitavam as demais massas populares no resto da Espanha. A crença fanática dos cristãos portugueses não divergia da que saturava os cérebros acanhados e os corações abundantes dos habitantes das outras partes peninsulares. Nesse marasmo decorreram os primeiros tresentos anos!

Assim foi durante todo o período medieval dos afonsinos borgonhenses, em Portugal! Não havia, ainda, uma pátria portuguesa, não formava a gente lusitana uma nacionalidade, pois não tinha ela um objetivo nacional! Não se arrolou, porventura, a nobreza portuguesa, sob as bandeiras castelhanas, galopando contra Portugal, enquadrada pelas hostes de um rei exótico, nas tranqueiras de Aljubarrota? E a plebe? Essa não importava, porque a organização medieval não lhe dava direitos. Por fim, surgiram os monarcas Aviz!

Castela e suas pretensões imperialistas foram batidas em Aljubarrota e nos turbilhões alucinantes desse entrevero, succumbiu a velha fidalguia portuguesa, essa que havia se originado com o conde Dom Henrique de Borgonha, nas suas aventuras alouçadas pela cruz, em que o músculo valia mais que o cérebro, em que a força bruta era mais que o raciocínio, em que o sentimento era mais pesado que o interesse e com ela morreu, também, o velho ideal continental da agricultura e da luta contra o mouro em agonia.

Alhures, no résto da Europa, desaparecera a sentimental Idade Média, levando com ela para o túmulo toda a organi-

zação do feudalismo, a arma branca, a cavalaria, as estratificações sociais rígidas, e com essas desapareições surgiu uma nova ordem, com a pólvora, os Estados Nacionais. Daí a idéia de patria, o espírito de nacionalidade!

Com o comercio com o longinquo Oriente, com a conquista dos mares e com o descobrimento de terras novas, Portugal viu ser substituida sua velha nobreza desaparecida em Aljubarrota, por uma camada de burgueses enriquecidos no prelio de interesses mercantis, que se abriam com o comercio oriental, com as terras novas, com o aparecimento de caravela, com o advento da Renascença e da Idade Moderna, que era o palco, onde se operava a revolução mercantil dos séculos XIV e XV. Com isso tudo, cada nacionalidade passou a ter um objetivo destacado, (*"Hist. de Portugal"*, Ameal).

Em Portugal, à velha nobreza dos afonsinos, sucedera a nova camada afidalgada dos Aviz. Era a antiga burguesia enriquecida, como eu já disse, que galgava os degraus da côrte. Com êsses eventos, um novo idealismo, povoando os anhelos da gente portuguesa, fazia com que esta se firmasse marcada como nacionalidade, perfeitamente destacada na Iberia. Por sua vez, o idioma, paulatinamente mais diferenciado, pela falta de communicações de então, ia aos poucos dando ao novo país o complemento da sua característica. Por outro lado, Portugal, sob o novo mando, buscava com ardor ser o herdeiro do comercio com o Oriente, que os Otomanos, ainda em barbaria, fazem cair das mãos fatigadas de Veneza e de Gênova. Disso resultou, Portugal ter de avançar nas brumas do mar tenebroso, dando volta à África, que a ciência geográfica de então acreditava fosse muito menor. Nessa ocasião, coincidiu de haver o espírito altamente eugênico conseguido infiltrar-se no infante D. Henrique o navegador, o qual lançando mão da nova invenção da época, o duplo velame, conjugado à caravela, fez com que Portugal se atirasse em busca de um objetivo, ou de um ideal nacional, que se evidenciava salientado da velha comunhão hispânica. As terras espanholas, desunificadas ainda, não haviam terminado a reconquista, pois, a dominação mourisca pesava ainda sôbre a Península, de modo que, elas persistiam no objetivo, que se fizera o ideal nacional de Castela, do Aragão, etc., de fazer a cruz imperar por sôbre a totalidade da Iberia. Daí, haver a Espanha, com suas monarquias ainda desunificadas, continuado no mister da guerra, a reconquistar terras aos mouros, cousa que Portugal havia terminado de o fazer, duzentos e cincoenta anos antes.

Enquanto isso, repito, a monarquia dos Aviz deixava êsse velho e obsoleto objetivo, para só cuidar do comércio e da navegação. Com isso, a população portuguesa se urbanizou, se adensou, se enriqueceu e se diversificou da espanhola.

Depois vieram os cronistas quatrocentistas como Azurara, etc., que cristalizaram em relatos essa divergência e depois, ainda, os poetas quinhentistas, com Camões à frente, a cantar os homéricos feitos dos navegadores portugueses, os quais elevados a grande nível, foram popularizados em ditirambos e divulgados entre a população portuguesa, que foi evoluindo, tendo chumbada na alma a visão de uma vida nova, de um horizonte novo, de um sonho de epopéia diferente etc., (*Hist. da colonização port. do Brasil*, III, Agostinho Campos).

Só no fim do século XV, duzentos e cinquenta anos depois do encerramento da reconquista portuguesa, cem anos depois da Aljubarrota, a Espanha descobriu a América e esparramou pelo seu território os seus expoentes, então, já desocupados pelos término da reconquista espanhola. Disso tudo, resulta que Portugal estava cem anos na frente da Espanha.

A Renascença, eliminando o Feudalismo e criando os Estados Modernos, coincidindo com isso tudo, deu a Portugal uma consistência inigualável. E, por outro lado, ainda, militando na tese, que ficou acima exposta, Portugal, graças ao comércio da Índia, pôde distanciar-se do resto da Península, também quanto ao estado econômico.

Portugal, já, em enorme distância, adiantado, sob os pontos de vista político, moral, etc., também se avantajou muito no mundo hispânico, sob o ponto de vista econômico. A Espanha, só algumas décadas depois, já com Carlos V, alcançava a prosperidade lusa, (mesmo assim, é preciso ter em mente que, D. Manuel de Portugal emprestou muito dinheiro ao Imperador).

Na Península, entrebatiam-se os interesses dinásticos, ameaçando constantemente sujeitar um país ao outro. Os casamentos, repetidamente consaguíneos, efetuados na realza dos países ibéricos, trouxeram para eles contingências eventuais.

Por várias vezes, Portugal esteve quase dominando a Espanha. Isso foi quando o filho do rei luso, D. João II, se casou com a herdeira da Espanha, a infanta D. Isabel, filha mais velha dos reis católicos. Desgraçadamente o português caiu do cavalo, deixando viúva a infanta espanhola.

Portugal perdia, nessa trágica queda de cavalo, uma oportunidade. Depois, essa mesma infanta, D. Isabel se casou com

D. Manoel, rei de Portugal, que assim, foi instituído herdeiro reis católicos.

Mas, Portugal estava com muito pouca sorte!

A infanta morreu no primeiro parto, morrendo também o recém nascido! Portugal, então, perdeu mais uma oportunidade, nesse parto infeliz!

D. Manoel, viúvo, casou-se com a espanhola infanta D. Maria, irmã mais moça da falecida D. Isabel. Mas, D. Maria não era herdeira do trono espanhol, pois mais velha que ela era D. Joana, que depois ficou louca e que já era casada com Felipe o Belo, de Habsburgo. Este, herdando a Castela, passou a seu filho, que depois recebeu o Aragão e foi o famoso Carlos V. — D. Manoel teve de D. Maria, vários filhos, o mais velho dos quais foi D. João III nascido em 1502, a seguir. D. Isabel de Portugal, que se casou com seu primo Carlos V; D. Duarte, duque de Guimarães, que foi o pai de D. Catarina de Bragança; D. Luiz, duque de Beja, que foi o pai de D. Antonio, prior do Crato; D. Henrique, o cardeal rei, D. Fernando, D. Beatriz e outros. Com isso, foram os seguintes os candidatos principais à sucessão na corôa lusa, quando morreu em 1580 o cardeal rei D. Henrique.

- a) *D. Antonio, o Prior do Crato*, filho do duque de Beja, D. Luiz.
- b) *D. Catarina, duquesa de Bragança*, filha de D. Duarte duque de Guimarães.
- c) *Felipe II, rei da Espanha*, filho da infanta D. Isabel de Portugal, que se tinha casado com seu primo Carlos V. Além disso, Felipe II se casara com a princesa portuguesa D. Maria, filha de D. João III.

Acontecia que, os dois últimos candidatos nomeados o eram pela via feminina, o que os colocava fora de concurso de títulos, uma vez que, para a ascensão ao trono português, era preciso ser filiado à estirpe real pela via masculina. Restava, então, o primeiro nomeado D. Antonio, o Prior do Crato. Sobre este recaía a acusação, aliás injusta, de bastardia. Injusta porque, segundo deixou amplamente provado Mario Brandão, seu pai, D. Luiz, se casou com sua mãe, a linda (pelicana) D. Violante Gomes. (“*Coimbra e D. Antonio Prior do Crato*”).

A causa principal do fracasso das pretensões de D. Antonio, o aclamado em Santarem, foi o inqualificável procedimento da duquesa de Bragança e a ação esbulhadora de Felipe II, que sendo rei da Espanha, dispunha do ouro das arcas espa-

nholas, com o qual comprou a fidalguia lusa, por intermedio do “*quinta coluna*” Cristovão de Moura e do ferro dos exércitos espanhóis.

Assim, Felipe II da Espanha, marchando sobre Lisboa, foi aclamado pelas cortes de Tomar e desbaratando as forças desorganizadas de D. Antonio, nas tranqueiras de Alcântara, entrou na capital. Com esses eventos, Felipe II pôde lançar à posteridade a frase, que se celebrou, referindo-se ao reino de Portugal:

“*Yo lo erdê, yo lo compré, yo lo conquisté*”.

Ele, de fato, havia comprado e conquistado, mas não havia herdado!

Portugal, assim, privado de sua independencia, reagiu e o homem que centralizou a resistencia foi esse magnifico vulto do Prior do Crato, abandonado por todos, até pela subserviente casa de Bragança, que dobrou o seu cerviz ante as forcas caudinas do jugo do rei da Espanha, para obter do usurpador “miserero prato de lentilhas”, migalhas escapadas à farta mesa dos Austrias espanhóis.

* * *

O domínio espanhol, para nós, só tem importancia, pelas consequências dele decorrentes, em relação ao passado brasileiro.

Estudemo-las!

* * *

As consequências do domínio espanhol, em relação aos núcleos coloniais brasileiros, podem se resumir nas seguintes:

- a) Atraír, para as colônias lusas a inimizade dos inimigos da Espanha e contra os quais, os domínios portugueses nada tinham. As hostilidades da Holanda advieram, unicamente motivadas pelo domínio espanhol. Tivesse o Brasil continuado estritamente com os lusos, os flamengos não teriam nos atacado, com as consequências e os resultados que as lutas holandesas proporecionaram à colonização.
- b) Integrar no Planalto elevado número de colonizadores espanhóis, que vieram nesse período, se fixar entre nós, tais como Batholomeu Bueno, o sevilhano, Juseppe de Camargo, Baltazar de Godoy, Francisco Martins Bonilha, Martim Rodrigues Tenório, etc., que se tornaram pontos de partida de estirpes, que se perpetuam, avolumadas até os nossos dias. (Essa consequência foi unicamente efetiva ao Planalto, pois aí é que houve colonização espanhola).

- c) Incrementação do apresamento, em razão da supressão das fronteiras entre a América lusa e a América espanhola e de se ter localizado na América espanhola, o viveiro de índios amansados que eram os componentes das organizações jesuíticas, (essa consequência só teve lugar, em relação ao Planalto).

De fato, tendo a Espanha, passado a formar um só corpo político com Portugal, as colônias dos dois reinos ibéricos, confundidas em uma só unidade, deixaram de ser separadas por fronteiras, que teriam sido obstáculos, bem defendidos, se, porventura, essa colônias ibéricas não se tivessem unificado nas cabeças amortecidas dos Felipes.

Com a unificação dos dois reinos em 1580, as suas colônias ficaram, também confundidas. Mas êsse evento, só de por si, não teria gerado os resultados que são de se observar.

Logo após haverem os austríacos tomado conta do trono dos Aviz, foi concedida aos jesuítas uma área imensa, nas terras pròpriamente da Espanha, para que se fôsse realizada aí a sua grande obra de cristanização e de civilização de ameríndios. Estes foram reunidos nos viveiros dos estabelecimentos jesuíticos de Guairá, de Tape, do Itatí, do Uruguai, etc., e aí amansados e tirados da selvageria, em que estavam antes.

Isso, constituiu um grande e poderosíssimo "imam", atraindo da gula planaltina.

Pois, se os moradores do Planalto viviam do apresamento dos ameríndios e estes eram reunidos em centenas de milhares, amansados, civilizados, ensinados, etc., pelos jesuítas, em regiões próximas ao Planalto e ligadas a ele, por caminhos cômodos, como o de Peabirú. Isso constituía um irresistível convite aos moradores de Piratininga, que assim tiveram o apresamento grandemente incrementado, durante o período do domínio espanhol.

De fato, o domínio espanhol começou em 1580, e logo após, os documentos nos relatam o início da ofensiva apresadora, com o capitão Jerônimo Leitão. O bandeirismo, que havia estado, até então, em defensiva prudente, em um raio de ação mínimo, em torno da "acrópole" anchietana, tomou a iniciativa de incursões mais distantes, sôbre os carijós.

Êsse domínio espanhol terminou em 1640, então, sendo sensível o declínio do apresamento! Este não terminou com o domínio espanhol, por certo, pois ele continuou, mas a diminuição da sua intensidade é notória! O auge do apresamento coincidiu com o domínio espanhol. Começou ele, em ofensiva, exatamente quando Felipe II abocanhou o velho reino dos Aviz, e diminuiu ou decaiu quando a conspiração Pinto Ri-

beiro, expulsava de Lisbôa a duquesa de Mântua, matava o "quistling" Miguel de Vasconcellos e fazia a Restauração, entronizando o Bragança.

Ainda, os que trataram de estudar as páginas do apresamento não tiveram vistas para essa coincidência, admirável, mas facilmente explicável e perfeitamente racional!

Se, antes do domínio espanhol já o apresamento era o fulcro das seleções sociais, que se operavam violentas, no Planalto, depois que Madrid passou a ser o centro do império fibero-americano, então o recrutamento do prestígio e do valimento passou a se fazer, de acôrdo com o que se processava no apresamento, que, então se fez, ainda, mais visceral no Planalto.

Quando, porém os flamengos, graças à sua hegemonia nos mares, ocuparam o Nordeste, então, no apresamento houve um grande reerudecimento de atividade, pois a indústria-agrícola açucareira, na impossibilidade de se refazer em suas precisões imperiosas de mão de obra na África, voltou seus olhos aflitos para o Planalto apresador. Então, essa região fez elevar aos últimos extremos o esforço da gente que se dedicava a descer dos estabelecimentos jesuíticos, a mercadoria que constituía objeto do seu ciclo econômico. As províncias jesuíticas, com isso, foram destruídas. Guairá, Itatí, Tape, Uruguai foram assaltadas, saqueadas e destruídas, tendo os planaltinos apreadores tirado de suas reduções fumegantes, cerca de 300.000 ameríndios, os vendendo para o Nordeste, seqüioso de braços para a sua lavoura e a sua indústria (1).

(1) E' facilimo se concluir que, os planaltinos venderam para as outras capitanias a quasi totalidade de seus ameríndios apresados, em se levando em conta três considerações:

- a) As lavouras no Planalto eram de tal modo apoucadas e pequenas, de vulto tão mínimo que, não poderiam ter absorvido grandes quantidades de braços. Houvessem essas lavouras absorvido grande quantidade de índios escravizados, por certo que elas teriam sido maiores do que os documentos nos atestam que foram. Com isso, a área cultivada planaltina teria sido mais extensa; a produção planaltina teria sido mais volumosa, com maior enriquecimento dos agricultores planaltinos, cousa que ninguém afirma e os documentos não atestam.
- b) Os índios teriam aparecido, em número proporcional aos apresamentos, nos acervos inventariados. Entretanto, os documentos, por mim analisados, em várias pesquisas ("*Inventarios e Testamentos*"), não constataam o aparecimento nos acervos, das muitas centenas de milhares de índios apresados nas províncias jesuíticas.

CAPÍTULO II

A RESTAURAÇÃO LUSA

Treze anos já eram passados, depois que tiveram lugar os acontecimentos desenrolados nos ataques à Guairá, testemunhados por vários reverendos da Companhia de Jesus, absolutamente insuspeitos, e êsse respeito, em impressionante unanimidade, segundo reproduz o Prof. Taunay, no seu "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II! Espelham êsses depoimentos jesuíticos, com expressiva nitidez e precisão absoluta, a alma ou o estado psicológico do povo, isolado no Planalto. Naturalmente, decorridos êsses treze anos, essa região isolada, perdida nas extremas lindes meridionais do domínio luso-americano, continuou, durante êsse lapso de tempo, a perulstrar as mesmas diretrizes, que haviam gerado o estado psicológico, denunciado pelos depoimentos acima citados. E' provavel mesmo que, êsse estado psicológico se tivesse acentuado, por que teria havido maior persistência nas causas, que haviam produzido as consequências assinaladas. Essas causas não foram removidas! Não sobreveiu nenhum só evento que as anulasse! Assim, elas continuavam exacerbadas a produzir, em maior escala, o estado psicológico anotado acima. Isso não é uma quimera, mas sim é o que um raciocínio lógico e honesto nos faz obrigatóriamente concluir.

Se a gente planaltina havia amadurecido a sua alma própria, em razão das causas, que analisei acima, também acontecia o mesmo a Portugal, dominado por Castela.

Se é verdade, como parece curial que o seja, que, o estado psíquico de um agregado humano, nada mais é do que um méro reflexo de suas condições internas e externas, temos que,

O planaltino que teve um acervo maior de índios arrolados no seu inventário, foi Antônio Pedroso de Barros, cujo total de ameríndios escravizados foi à cerca de 500; os demais planaltinos, ao morrer, deixavam em média 80 a 100 peças de ameríndios. O que seria feito das grandes quantidades apesadas?

- c) As ferramentas agrícolas nas fazendas dos principais apesadores, como Raposo Tavares, por exemplo, não iam além de uma trintena de peças, absorvendo quando muito, uma meia centena de escravos. O que era feito dos outros! Entretanto, Raposo Tavares apesou cerca, de 20.000 ameríndios! Veja-se, por exemplo o que nos ensina a propósito do número de apesados, o Prof. Taunay, na sua "*História Geral das Bandeiras Paulistas*".

Portugal conservava sua alma própria, a-pesar de haver passado quase um século sob o jugo de Espanha.

Disso, se verifica que, o Planalto não reteve em seu sólo grande parte da mercadoria, que a sua indústria de apresamento produzia. Esta foi impotente para assimilar a etnia nacional portugueza, diluindo-a, no território de toda Ibéria, da mesma maneira que, vemos o elemento italiano ser diluído, presentemente, em todo o território paulista.

E' que, o grupo nacional lusitano conservou o seu sentimentalismo superecitado pelos panegiricos, declamados nas estrofes ribombantes e ritmadas de Camões, ou pelos relatos ditirambicos, naturalmente exagerados de João de Barros ou de Damião de Góes, etc..

Os episódios que erigiam altos pedestais de virtudes, aos heróes portuguezes, eram embebidos no âmago da ardente alma portuguesa, dando a ela tal consistência e uma solidez tão cristalina, que os tempos dilatados dos domínios exóticos foram suportados, com exacerbação de sua ulcerada alma nacional, a qual assim comprimida e em virtude de essa coação contínua, obrigada a uma reacção constante e ininterupta, resistia enraivecida, muito mais. Essa atividade sentimental continuada, diuturnamente exercida, fatalmente teria criado uma atmosfera psicológica, na qual o amor enternecido pelas cousas espiritos portuguezes, com a nostalgia, amargurada pelo cativo, dos dias soberanos dos Aviz, era a melhor couraça protetora da etnia nacional portugueza, contra a assimilação espanhola. Esta tinha todas as vantagens, na luta pela assimilação do elemento portuguez; tais como identidade de raça, similitude de costumes, situação na mesma região geográfica, semelhança de idiomas, laços de parentesco consanguíneo, etc.. Não bastaram todas essas afinidades, pois a Espanha, sem embargo do período dilatado da comunhão política com Portugal, não logrou homogenizar as etnias ibéricas, integrando o rigidíssimo cristal de rocha portuguez, na comunidade dos seus Habsburgos. Portugal continuou a ser um quisto duríssimo e destacado na imensidão hispânica, a-pesar-de já haverem morrido e desaparecido os coévos dos tempos da soberania lusa e os portuguezes dessa época seiscentista já terem nascido em pleno domínio dos Felipes espanhóis. Era uma nova geração lusa que vivia no fim da primeira metade do seiscentismo! Nunca haviam visto a soberania de Portugal, pois, ao nascer, já sua terra gemia sob as fôrças caudinas dos espanhóis. Apesar disso eles teimavam em se considerar portuguezes, como se, porventura houvesse uma divisão de etnias. E' que, eles, portuguezes do médio seis-

centismo, se haviam embriagado com as lendas, as tradições, do "porque me ufanismo" das crônicas quinhentistas, as quais eram, ainda, lembradas com a saudade dos enternecidos e dos sentimentais, com o lustre que, no passado, engrinaldara o nome português. Eis, como a Espanha conservara no seu bojo, um estopim acezo que iria deflagar um barril de pólvora, pres-tes a explodir na ocasião oportuna! Essa ocasião se iria apresentar nos meados do seiscentos.

A encarniçada guerra dos Trinta Anos, iniciada em 1618 com a desfenestração de Praga, logo empolgou os imperiais Habsburgos e, com êles, as forças espanholas, então em acen-tuada decadência, foram arrastadas a um exercitar contínuo de armas, principalmente no norte da França e nas regiões trans-pirenaicas do Russilhão. A par dêsses acontecimentos, que entretrinham as atenções castelhanas em regiões afastadas da velha Lusitania, houve, concomitantemente uma rebelião na Catalunha, atraindo para Leste, os cuidados dos Felipes, que haviam sobrado de sua luta nos campos de batalha da Europa. Portugal, momentaneamente esquecido, por ter a Espanha de ocorrer uma cruenta guerra em várias frentes, ficou entregue à super-visão administrativa da duquesa de Mântua, a italiana, prima de Felipe IV, assistida pelo miserável "quisling" Miguel de Vasconcellos.

Era a ocasião azada para que o estopim da rebelião fosse comunicado com o barril de pólvora, que acima está referido, constituído por Portugal, que, por fim se iria levantar contra a inhabildade estática de Felipe IV, orientado pelo famoso Conde-Duque de Olivares e antes pelo titular de Lerma, os quais não foram capazes de remover o barril de pólvora portu-guês, acomodando com suavidade e tolerância os prúridos de uma etnia, que não morrera, quando Portugal fôra submetido ao jugo dos Felipes de Espanha.

Seria fatal a explosão portuguesa! Outras circunstâncias fatalizaram essa explosão em 1640! Essas circunstâncias foram oriundas da guera dos Trinta Anos, então no seu período fran-cês, o mais ingrato para a política espanhola, que teve que se haver com a habilidade vulpinica do cardeal Mazzarino, bem como para as armas espanholas, em decadência, que tiveram enfrentar a estratégia paciente de Turenne e a técnica enfure-cidade de Condé. Portugal, sob as instigações de Richelieu e de Mazzarino, (Calogeras "*A Política exterior do Império*", I), aproveitou-se da oportunidade em que a corte espanhola estava com a sua atenção presa na política externa e deflagrou a

explosão, a qual foi cenificar importantíssimas consequências na vida do povo metropolitano e do colonial.

O Planalto foi uma das regiões mais afetadas por essa explosão, a qual obteve espetacular sucesso, nada podendo a Espanha fazer contra o movimento de Dezembro de 1640. Geralmente desapercibidas as consequências no Planalto, tiveram visceral importância, que avultaram mais do que em relação a qualquer outro núcleo colonial, pois foi o próprio alicerce basilar do modo de vida planaltino, que tremeu, ante o golpe da Restauração lusa. Os demais núcleos coloniais, ainda que, afetados pela mudança política, não sofreram no âmago medular do seu modo de vida básico, como o Planalto, que, com a Restauração lusa, via um raio mavórtico cair impiedosamente sobre a mais acarinhada devoção da sua economia, que era o apresamento. De fato, o apresamento, com o domínio espanhol, isto é, com a supressão das fronteiras entre as terras portuguesas do Planalto e as espanholas do Paraguai, do Tape, ou ainda do Uruguai, pode se exercer livremente, sobre os estabelecimentos jesuíticos.

Ordinariamente, êsse fenômeno não é levado em conta por nenhum observador do passado colonial luso-brasileiro e principalmente do planaltino. Ninguém, ainda, se deu ao trabalho de verificar, à luz da imparcialidade, como repercutiu nos diversos núcleos coloniais luso-brasileiros, o fenômeno da Restauração lusa. Parece que a preocupação de querer forçar o estado de fato, tendo havido vários e heterogeneos núcleos coloniais luso-brasileiros, reduzindo-os a uma só colônia, vem sendo a cortina de fumaça, que tem impedido de, os nossos curiosos de cousas do passado verem a verdadeira situação. Raciocinam, como se todos os núcleos coloniais tivessem sentido a mesma reação! Escrevem, como se tudo fosse igual e como se todos os grupos luso-brasileiros fossem homogêneos, sob o aspecto social, sob o ponto de vista econômico! Ainda, se mostram, todos, apegados a velha e carunchada história política, não se importando com as cenas da história social ou os capítulos seivosos da história econômica.

O Planalto tinha que reagir de modo inteiramente diferente, pelo qual o faziam os demais grupos luso-brasileiros! Eis que, o Nordeste açúcareiro não conheceu certos interesses, que determinavam ao Planalto apresador a sentir o golpe, no cerne da sua vitalidade econômica e portanto social, etc.. Ao Nordeste pouco importava que, as fronteiras coloniais luso-espanholas fossem restabelecidas, ou que, as terras dos dois reinos ibéricos continuassem em comunhão! Ao Planalto, isso

afetava no mais profundo de sua estrutura econômica. Não seria possível, até me causa a mais viva admiração que, isso não tenha sido vislumbrado antes, que, ambas essas regiões, tão diversamente afetadas fossem reagir do mesmo modo! O Nordeste, saturado de espírito luso, empanturrado de aspirações restauradoras, sentiu grande alacridade, com a vitória do duque de Bragança. Alimentado no seu profundo lusitanismo, pelos laços que o prendiam a Portugal, pelo sangue que o filhava às casas reinóis lusitanas, pela economia, que obrigava à grossa exportação açúcareira nordestina se encaminhar toda ela à Lisbôa, que a distribuía, pela Europa, pelos laços de coração e pelos morais, bebidos pelo Nordeste, culto, que sorvia, com avidez, os ditirambos encomiásticos da literatura camoneana, respirada, com sofreguidão, pelos filhos dos ricos usineiros nordestinos nas arcadas coimbrãs, ou nas ruas alfacinhas de Lisbôa, o Nordeste sentiu, com a Restauração ao fim de um cativo, e, por isso, o Marquês de Montalvão, na Baía, em meados de fevereiro de 1641, não hesitou em aclamar ao duque de Bragança.

No Planalto foi tudo muito diferente! (1)

Havia verdadeiro fanatismo pelo apresamento, que era a base de toda a economia regional! Ao apresamento, sacrificavam-se os mais acarinhados motivos sentimentais e até a reli-

(1) Pode-se bem aquilatar o que esse acontecimento teria causado no planaltino!

Era, não pode restar a menor dúvida, um cerceamento à atividade apresadora do bandeirante. Era, indissolúvelmente, um onus, oposto pelas circunstâncias políticas, aos interesses econômicos dos planaltinos. Como teriam estes reagido, antes esse acontecimento, que tanto os feria, no seu utilitarismo? Para que, esclarecidamente, se responda a essa pergunta, deve-se rememorar como reagiram os planaltinos, quando, em idênticas circunstâncias se viram eles, profundamente religiosos, fanática e pitorescamente católicos, unguídos da maior devoção e entranhados pela fé a mais absoluta, obrigados, em bem de seus interesses econômicos, a se defrontar com os jesuítas, sacerdotes poderosíssimos da sua religião, travando contra a Companhia de Jesus, uma luta das mais encarniçadas. Então os planaltinos, sufocavam em seus corações piedosíssimos os prúridos mais salientes de profunda religiosidade e cuidaram utilitariamente de seus interesses econômicos, incrementando a sua faina de apresamentos, buscando na luta de extermínio, contra a Companhia de Jesus, o elemento econômico que deveria lhes proporcionar meios de vida. Isso quer dizer que, os planaltinos abandonavam os seus arraigados sentimentos, pelos seus interesses econômicos. Se estes prevaleceram, contra a forte religiosidade dos planaltinos, porque não continuariam a prevalecer, por ocasião da Restauração portuguesa, em 1641, contra os fragilimos sentimentos de lusitanafilia desses mesmos planaltinos?

giosidade, intensa entre êles, planaltinos, como se vê dos inventários da época.

A Restauração vinha prejudicar êsse apresamento, criando barreiras fronteiriças e portanto dificultando a penetração, daí obstaculizando o apresamento. Era como se tivessem surgido, de novo, as muralhas de Jericó! Por outro lado, o Planalto não tinha a o prender a Portugal os mesmos laços que faziam do Nordeste, uma verdadeira Nova-Lusitânia ou um prolongamento americano de Portugal. O Planalto, apenas, muito remotamente provinha de Portugal, pelo parentesco consanguíneo. Economicamente, o reino europeu não mantinha com a sua colônia vicentina, nenhum intercâmbio, sendo que o grande mercado de consumo, para o qual o Planalto exportava, era o Nordeste brasileiro, fabricante de açúcar e Portugal não absorvia quantidade alguma do que o Planalto exportava para se manter em civilização. Além disso, o cérebro e o coração do planaltino, igualmente como o seu estômago, não se prendiam relacionados a Portugal, pois, no Planalto, a cultura dos rudes planaltinos, que eram mais afeitos ao manejar da escopeta ou do arco, do que da pena ou do livro (os documentos dos inventários nos comprovam a indigência mental dos planaltinos, pela absoluta falta de livros, que se pode constatar em todos os arrolamentos), não permitia ser, por essa região, sorvido o espírito da lusitanidade.

O isolamento geográfico, cultural econômico e administrativo já tantas vezes aqui rememorado, cavava no planaltino, uma profunda e rápida americanização. Até a língua falada no Planalto, era o guaraní e o português, só era pronunciado oficialmente e aprendido nas escolas.

Assim, a Restauração lusa, fatalmente tinha que repercutir nas colônias luso-brasileiras, de modo, profundamente diferente! (2), (3).

(2) Quer me parecer que, em matéria de ligação política, a qual não passa de mero reflexo de laços econômicos e sociais existentes, em maior ou menor escala, pode-se aplicar em cada caso especial a seguinte equação algébrica, cujos valores variam segundo as hipóteses diversas:

$$\text{União} = \text{Similitudes étnico sociais} + \text{Interesses econômicos} \\ + \text{Massas demográficas} - \text{distâncias.}$$

Assim, tôda união varia de intensidade, segundo o valor dos fatores que resolvem a igualdade supra. Há uniões, nas quais os fatores positivos são fracos, pela pouca solidez dos interesses econômicos; pelo pequeno volume das massas demográficas ou ainda pelos laços delgados da similitude étnico-social, os quais compreendem os laços sentimentais, com a tradição de um passado comum os laços psicológicos de uma cultura

Foi o que aconteceu, por isso vemos que, quando a notícia da vitória da Restauração lusa chegou a S. Paulo, ao mais tarda em 17 de março de 1641, houve uma grande hesitação em efetiva-la, no Planalto, sem embargo das ordens severas nesse sentido, mandadas pelo lusitanófilo Salvador Corrêa de Sá e só depois de haver fracassado o movimento de aclamação de Amador Bueno, foi que a 3 de Abril (isto é, 18 dias depois da notícia da Restauração portuguesa no Planalto conhecida), se deu a aclamação de D. João IV. Não é estranha essa demora? Não é ela sintoma de qualquer cousa? *Porque essa demora?*

Não é o que eu penso, profundamente lógico? Custa a crer que, algum, ainda não tenha visto isso, antes!

* * *

Entretanto, por circunstâncias que advieram, na ocasião, o Planalto perdeu a oportunidade que se lhe ofereceu de se fazer independente, ao contrário do que aconteceu a Portugal, que em Dezembro de 1640, soube se aproveitar das circunstâncias, que eventualmente favoreciam a rebeldia contra Felipe

comum, os laços sociais de idioma, religião, costumes, ou formação social comum. Há uniões fracas, em razão do seu fator negativo ser elevado, não só pelas distâncias, em quilômetros serem muito longas, mas ainda pelas dificuldades de comunicações, (Oliveira Vianna, "*Evolução do Povo Brasileiro*", 234 a 237).

No caso do Planalto, em relação a Portugal, nós vemos, como seria fraca a união política, resultante da aplicação da equação supra elaborada, em boa parte, pela imensa influência causada em minha mentalidade pelos sapientíssimos ensinamentos de Oliveira Vianna, no seu livro citado, que é um precioso catecismo de sociologia política, e é dos livros ao qual mais devo a minha formação científica.

(3) Esse aspecto da situação planaltina já tinha ferido a observação de Rubens Borba Alves de Moraes, uma das inteligências mais lucidas que tenho conhecido. A esse respeito diz êle, no Prefácio, que escreveu no livro de Augusto de Saint-Hilaire 8, da Biblioteca Histórica Brasileira da Livraria Martins:

"Governada tanto tempo de longe e com displicência que inspirava uma terra sem a menor riqueza, não podia ser muito forte o vinculo que prendia Piratininga a Portugal e ao resto da Colônia.

Em nenhuma parte do Brasil a influência portuguesa, foi tão pequena. E foi nesse isolamento empobrecedor que exerceu e se desenvolveu — essa consciência de sua autonomia, tão característica da índole paulista

Que diferença dos ricações do açúcar, tão bem descritos pelos exploradores estrangeiros, que demandavam seus portos! "

IV. O Planalto, nessa ocasião vital para o seu futuro, man-tinha do sertão a grande bandeira, que foi batida pelos jesuítas em M' Bororé, tendo longe do palco planaltino a quase totali-dade de sua população masculina, (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II). Essa circunstância proveniente do meio externo, se correlacionava estreitamente, coadjuvada, por outra que advinha do seu meio interno, a qual consistia na frouxidão, de Amador Bueno, o fracassado.

Esta última circunstância, quase teve lugar, também, no drama português da Restauração, pois o duque de Bragança não era o homem para a situação. Ele afrouxou! Por mais esforços, que os fascistas, escritores portugueses contemporâ-neos façam para reabilitar o perfil moral desse rei amaricado, eu não me convenço, pois não foi apresentado nada que me fizesse mudar de ponto de vista. Para mim D. João IV nunca passou de um tíbio!

Mas, lá havia D. Luiza de Gusman, a que preferia ser rainha por um instante do que duquesa a vida toda! E esse vulto feminino, que não queria viver servindo, impoz a sua energia varonil, na tristíssima emergência em que o marido fraquejava, egoística e poltrônicamente.

Desgraçadamente, no Planalto, em 1.º de Abril de 1641, faltou uma Luiza de Gusman crioula!

Quando, em 1580 o cardeal-rei Do mHenrique morria, sugando ansiado os carnudou, peitos de Maria da Motta, a duquesa D. Catharina de Bragança acordou, com o outro pre-tendente à sucessão portuguesa, o rei da Espnha, a retirada de sua candidatura. Ela abandonava o páreo, tendo mesmo recu-sado o Brasil, como ficha de consolação, que lhe era oferecido, pelo rei espanhol. Só o Prior do Crato, o impávido Dom Antô-nio, permaneceu em campo, a impunhar solitário o lábaro da soberania lusa, que Felipe, embora não tivesse legitimamente herdado, havia comprado, por intermédio do renegado "*quinta coluna*", Christovam de Moura e ia conquistar, por intermédio do seu cão de fila, o duque de Alba.

Chegaram ao extremo de acoimar de bastardo, o Prior, afim de o afastar da sucessão legal, apesar de ter êle exibido a certidão de casamento de seu pai, o infante Dom Luiz, filho de Dom Manuel, com sua mãe, a Pelicana, Dona Violante Gome-s, (Mario Brandão, "*Coimbra e D. Antonio, Rei de Por-tugal*"). Dom Antônio continuou a lutar em prol da causa de Portugal e, a-pesar-de batido, foi o expoente do lusitanismo, que teimava em não morrer, contra a gulosa ambição castelhana dos Felipes.

Sem embargo de tudo isso, o duque de Bragança, então, em meados do seiscentismo, D. João, filho de D. Theodósio, primeiro par de Portugal, potentado de Vila Viçosa, foi elevado à suprema chefia da atmosfera de lusitanismo, que ainda pairava indômita na parte ocidental da península e ao mais alto nível de futuro rei de Portugal, caso vingasse o movimento, que ia ser concretizado, com o objetivo de restaurar a independência lusitana. Eu atribuo essa escolha, pouco acertada, ao fato de não poderem os portugueses contar com gente de mais valia, que fosse da estirpe do Prior do Crato, falecido em 1595, cuja descendência desapareceu em bastardias, as quais se afastaram de qualquer cogitação.

Assim, a “vis propulsiva” portugêsa foi encabeçada pelo duque de Bragança, que, tímido e homem de pouco arrojo, mas de muito egoísmo, queria se contentar com os gordos proventos de sua invejável situação de grande titular, imensamente rico, na sua magnífica quinta de Vila Viçosa. Parece, mesmo, que, o então duque de Bragança, pessoa que não fôra eletrizada pela centelha do gênio dos que preferem viver “perigosamente”, acumulava a nevropatia, distilada, em suas veias pela sua ascendência, a qual fazia dêle um individuo infra-normal, como provaram a sua pessoa e a sua progênie, toda ela composta de tarados e desequilibrados.

Se não fosse a energia máscula de D. Luiza de Gusmán, a esposa do duque de Bragança, o movimento de restauração lusa, levado a efeito em 1640, teria fracassado.

Em dezembro de 1640, explodiu o “barril de pólvora” português e a soberania do reino luso foi restaurada com a morte do judeu Miguel de Vasconcellos e com a deposição da duquesa de Mantua. A Espanha de Felipe IV e do conde duque de Olivares, nada pôde fazer contra a Restauração portugêsa, ocupada como estava a nação do Habsburgo, com o período francês da Guerra dos Trinta Anos, quando ela ofegante, lançava mão de sua decante força armada, composta desses, outrora temíveis “tércios”, de quando à frente dêles marchava invicto o famoso duque de Alba (falecido em 1582), vulto grandioso do taboleiro político da Europa, dos saudosos temps de Felipe II, quando a velha aguia bicéfala dos Habsburgo, ainda dispunha de dois devoradores e gulosos bicos recurvos de fôça rapínica.

O movimento da Restauração, vitorioso decisivamente logo a 3 de Dezembro, só em meados de Fevereiro de 1641, repercutiu na Baía, com a chegada das notícias reinóis, havendo, então o Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, aclamado

ao novo rei português, o duque de Bragança. Essa demora, entre a consolidação do duque de Bragança e aclamação do mesmo na Baía, me parece explicável, se bem que a travessia do Atlântico fosse realizável em 40 dias. E' possível, que essa travessia se tivesse demorado, alargando o período diferencial, entre a consolidação no reino luso e a aclamação na Baía, para mais de 60 dias.

O Rio de Janeiro teve a notícia da Restauração portugueza, a 10 de março seguinte, isto é, 23 dias depois que, na Baía o Marquês de Montalvão tivesse aclamado o novo rei português. Qualquer contratempo na travessia de Salvador ao Rio, ordinariamente feita em 10 dias, demorou a aclamação no Rio, por parte do lusitanófilo Salvador Correia de Sá. Mas a Restauração portugueza precisava, para ser completa, ser concretizada também nas capitâneas do extremo sulino. A esse respeito diz o ensigne prof. Taunay: (*"Hist. seiscentista da Villa de São Paulo"*, I, 239, citando Varnhagen, (*"História Geral"*, II, 629 e 693).

"De levar ás villas do sul a noticia da aclamação do novo rei foi incumbido o capitão Arthur de Sá, comandante da recente fortaleza da Ilha das Cobras.

Teve assim lugar a aclamação, alguns dias depois, nas villas de Santos e São Vicente; a de São Paulo NÃO SE APRESSOU...

Se Arthur de Sá sahio do Rio a 11, como diz Galanti, sem o documentar (*"História do Brasil"*, II, 233), é provável que em Santos estivesse a 15 ou 16.

A 18 podiam os paulistanos saber da grande noticia. Foi pois na segunda quinzena de março e no máximo até 3 de abril de 1641, que se pode ter dado a de Amador Bueno, a menos que ella não haja occorrido como reacção a proclamação de D. João IV, em São Paulo, a 3 de abril daquelle anno, em que vemos..."

Ora, em virtude de tudo isso, verifica-se que:

- a) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO NO RIO DE JANEIRO A 11 DE MARÇO DE 1641.
- b) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO EM SANTOS E EM S. VICENTE A 16 DE MARÇO DE 1641.
- c) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO EM S. PAULO A 3 DE ABRIL DE 1641, ISTO É, 18 DIAS DEPOIS.

Não é isso profundamente eloquente? Não ressoa isso como uma bronziça advertência de que alguma hesitação reinava nas altas esferas governativas de S. Paulo?

Sim, por quê essa inexplicável demora? Sabe-se que a noticia da Restauração e da aclamação de D. João IV, em San-

tos e em S. Vicente, teria podido chegar a S. Paulo no mesmo dia. Não é essa demora sintôma claro de que houve hesitação dos paulistanos, em embarcar na Restauração portugueza, a qual, como vimos, contrariava os interesses econômicos vice-raes dos planaltinos? Não está patente, desses elementos que a aclamação de D. João IV, e consequente adopção da Restauração do domínio lusitano, se deu depois da aclamação de Amador Bueno e que só depois de haver esta fracassado lamentavelmente, foi a outra adotada?

Tudo isso, não está gritando que, a tése, que defendo, com ardor é a verdadeira?

Sim, porque do Rio de Janeiro a Santos e a S. Vicente, poucos dias teriam bastado para que a notícia da Restauração portugueza, produzisse resultados. Por quê, então, teria essa notícia, de Santos para S. Paulo, cuja distância separadora, poderia ser vencida em horas, por um próprio veloz, que conduzisse uma comunicação de tanta importância, teria levado tanto tempo para produzir resultados?

Está claríssimo que, a visível hesitação do Planalto, em continuar atrelado ao carro portuguez, cousa que lhe contrariava os interesses, como vimos acima, só foi resolvida, com a quebra da indecição, depois do fracasso da sua independência, com a dolorosa falência do movimento, que aclamou Amador Bueno. Isso está tão evidente que, todos que não estejam saturados de preconceitos, ainda agarrados ao carunchadô "tabu", iniciado pelo genealogista e cronista Pedro Taques, ou ainda, acorrentado à mumificada ortodoxia conservadora, baseada nos lusitanófilos e censurados relatos do nobiliarquico-maniaco Frei Gaspar, concordarão comigo, (4).

Naturalmente, não foi sem motivo causal que, a aclamação de D. João IV, em S. Paulo, levou tanto tempo para ser concretizada. Também não foi sem que houvesse uma fortíssima razão a exigir com império que, a aclamação de Amador Bueno precedesse a de D. João IV. Só depois que, Amador Bueno enterrou, com a sua timidez acovardada, a causa do primeiro

(4) A êsse propósito é de ser lembrado o pensamento de Sergio Buarque de Holanda, no seu "*Raizes do Brasil*", 72, manifestado nas seguintes palavras:

"Não é mero acaso que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno se verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenes, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o portuguez nos colégios como as de hoje aprendem o latim".

movimento nativista americana, é que a Restauração se operou no Planalto, aliás a contrariar os interesses econômicos regionais.

Eis o por quê da hesitação! Eis o por quê da demora!

A objeção, que advinho, poderá ser atirada contra a tese que sustento, é de que, Amador Bueno, já deveria ser conhecido, no Planalto, como indivíduo fraco e a sua tibieza já deveria ser sabida por todos os seus coevos, de modo que, estes, ao intentarem um golpe da importância do da independência, não o iriam deixar ao sabor de uma individualidade, que não estivesse à altura do mesmo golpe.

A objeção, convenhamos, é forte e à primeira vista, ela se correlata bem com a versão inverosímil e descolorida de Pedro Taques e de Frei Gaspar, a propósito da aclamação de Amador Bueno.

Mas, isso acontece apenas, à primeira vista, porque é preciso se levar em consideração:

- 1.º) que quasi tóda a população masculina de S. Paulo estava no sertão, em luta ferocíssima e encarniçada contra os jesuítas, no território mesopotâmica de entre os rios Uruguai e Paraná.

Em março de 1641, ensina-nos o Prof. Tannay, se estava dando o combate de M'Bororé, (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, II, 302), no qual se empenharam com fúria, 400 brancos e uns 2.500 a 3.000 tupiás.

Ora, se no distante sertão do rio Uruguai, foram assinalados tantos planaltinos, seria natural que, no Planalto não tivessem ficado muitos, para nêles recair uma escolha de um indivíduo forte. E' preciso notar que, para a região mesopotâmica da luta contra os jesuítas, na qual o Planalto estava vivamente empenhado, seria natural que, tivessem partido os elementos mais másculos, mais enérgicos, mais arrojados, etc., da estirpe piratiningana, deixando no povoado, apenas uns poucos de homens amaricados, tímidos e fracos.

Entre êstes, naturalmente estaria Amador Bueno, pois êste era useiro e veseiro em não seguir seus companheiros e seus parentes para o sertão, preferindo o doce aconchego de um confortável e pacífico lar, no qual êle poderia continuar a sua inexpressiva vida vegetativa de comer, beber, dormir e criar filhos patriarcal e bonançosamente como tinha vivido até então.

Amador Bueno, então, com 50 anos reeditou o seu procedimento pacato de treze anos antes, em 1628-29, por ocasião da conquista do Guairá, quando êle preferiu ficar no macio Planalto, a acompanhar Raposo Tavares, aos sertões bravios do Guairá. Dentre os que haviam permanecido no Planalto, em 1640-41, juntamente com Amador Bueno, muito poucos homens seriam de se notar. Confirmando êsse seguro raciocínio, encontramos, apenas 40 homens subcrevendo a aclamação de D. João IV. Isso é bem significativo!

Assim, não poderia haver muita gente boa, isto é, valente, máscula, etc., para dentre ela ser escolhido o que seria aclamado rei. Por isso, a escolha teve que recair, precipitadamente em quem não possuía as virtudes requeridas para chefe de um movimento independentista, isto é, em algum que não fosse varonil, etc., etc.

- 2.º) Amador Bueno, sendo, desde 1616, assinalado como moleiro (Prof. Taunay, "*Hist. da Villa seiscentista de São Paulo*"), teria sido um rico burguez e assim destacado no nível econômico miuto baixo, no Planalto, e por isso, seria, no momento, eminente figura na região, de modo que, a escolha, por parte dos nossos antepassados, que tinham muito embotadas as suas acuidade e subtiliza de visão política, foi desculpável.

Em assim se raciocinando, levando em conta êsses dois postulados lógicos e facilmente compreensíveis, não só se explicarão, como ficará amplamente justifica a malfadada escolha de Amador Bueno, para ser o fulcro de um golpe importantíssimo que seria desferido. Houve, naturalmente, precipitação na escolha e portanto no golpe. Pensou-se que não poderia ser retardado, até que chegassem de volta do sul os expedicionários de M'Bororé. Caso o golpe pudesse ser desferido, com a presença no Planalto, de toda a população masculina da região, é claro que, a escolha poderia ter recaído em pessoas mais aquinhoadas de virtudes varonís! Desgraçadamente, porém, os homens planaltinos estavam muito longe, a cerca de 2.000 quilômetros do povoado paulistânico e seria impossível esperar pela volta dêles, o que só ocorreria em outubro ou em novembro desse ano.

A adesão do Planalto a D. João IV, já retardada de alguns dias, como vimos, não poderia demorar mais, sob pena de consequências, que se afiguravam graves para a região, então esvaziada de sua população masculina.

CAPÍTULO III

A GÊNESE DA ACLAMAÇÃO

Já tivemos ocasião de dizer repetidamente que, os povoadores reinóis traziam no cérebro e no coração um enorme apêgo à Ibéria, sua terra de origem, berço da sua etnia, essa que eles transplantavam para as plagas vicentinas do Novo Mundo. Repisamos, então que eles vieram, mas saudosamente se vol-



taram para a velha Europa, onde tinha ficado parte dos seus amores...

Eles se enchiam de ternura e seus olhos se afogavam úmidos, com seus sentimentos a transbordar de nostalgia, quando evocavam, nos seus cismares, aquelas aguas mansas e espelhan-tes do Minho ou do Douro, cujas margens se bordavam orladas de vergeis, que se alternavam com os olivais mais escuros; aqueles "suaves" campos do romântico Mondego, cujos erva-çais floridos lembravam a poesia camoneana e o trágico episó-dio da inditosa Inês de Castro; aquelas margens sombrias e florestadas do Guadiana; os pincaros, acavalados, em serras contínuas da Galiza; o ondular macio da morraria das Beiras; e as montanhas enrocadas de Trans-os Montes ou da Estrema-dura; as campinas formosas e tépidas do Alentejo; os espraia-dos quentes e resequidos do moreno Algarves. Essas imagens, que os povoadores traziam vividas nas retinas, se casavam bem com a lembranças das fisionomias dos entes queridos, que lá haviam ficado, em confusa mistura com os horizontes enqua-drados pelas azuladas serranias da Almada, da Arrabida, da Gata ou da Estrela, em que o enristado das elevações desorde-nadamente se alternava com os valados, ao fundo das quais, se plantavam as louças aldeias ou as ajardinadas quintas, a rodeiar os povoados maiores.

Era com o carinho lhes povoando as almas rústicas que, êsses colonizadores pioneiros dos quinhentos se recordavam dos parentes, lá no Reino, deixados na pobreza, os quais, os pedre-gais, que atapetavam o sólo sáfaro e desnudo da velha Lusi-tânia, não permitiam que evoluíssem para situações mais fol-gadas e abonadas. Com amargura, a lhes invadir as almas, eram, pelos povoadores, evocados os tristes dias de aperto e de miséria, passados no Além Mar, mas tambem com frequência lhes vinha à memória, os momentos jubilosos, vívidos nas fes-tas lisboetas, nas touradas algarvianas, ou nas cavalhadas gale-gas, como nas solenes procissões de todo Reino.

Êles, os povoadores dos quinhentos, haviam gravado nas retinas as arcadas de pedra manuelina, dos Jeronymos, ou o rendilhado gótico da Batalha, que lhes recordava o estrépito simbólico e maravilhoso de Aljubarrota, o poema imortal da liberdade lusa, para não falar na esbelta torre de Belém, que parecia mágica caravela de lioz, plantada na foz do Têjo, a lembrar a magnífica epopéia da navegação, com o seu vulto adamastórico, que capitulava tôda uma época de glórias, em-briagadas como o fumo da pólvora e com vapores capitósos, soprados do Oriente feiticeiro.

Os mais cultos, ou antes os menos incultos, traziam na memória, magnífica vista de Alcobaça, a das arcadas lendárias e universitárias de Coimbra, ou a das cores, que se alternavam com os esmaltes refulgentes da magestática sala dos Veados, na Cintra dominadora.

Com eles, os primeiros colonizadores da terra vicentina, vinham as sombras imensas dos que haviam feito grande o nome português. Lá estava, enfileirado o vulto de Afonso Henrique, todo vestido da parda lóriga, a empunhar o bojudo montante, ao lado de D. João I, glorioso Mestre, que salvara a liberdade augusta da pátria ameaçada!

Lá, se via a pesada figura de D. João II, o mais habil político, que Portugal jamais teve! Lá, estava o gordo perfil de Afonso V, o africano. Lá, estava o Infante Navegador, que arremessara Portugal atrás de uma róta econômica, que, por fim, fôra concretizada por Vasco da Gama!

Todas êssas imagens, cinematizadas nos cálidos pensares dos povoadores das terras vicentinas, tremeluziam-se baralhadas e sem nitidez, nos seus olhos marulhados. Elas se refletiam esfumagadas, nas copiosas lágrimas de saudade e de ternura, vertidas e a escorrer escaldadas pelas faces riscadas de rugas, que os sofreres e os desalentos haviam cavados nos rostos descarnados, dos que haviam deixado parte dos seus séres, no Além-Mar lusitano e buscado na emigração e no expatriamento um alívio para as suas misérias reinóis.

Aquí chegados, os povoadores logo compreenderam que, jamais volveriam ao reino, à essa Europa, avelhantada e mumificada em tradições, que se haviam cristalizado e as quais eles cantavam nas cordas plangentes de suas violas, acompanhados, pelo som dolente e abaritonado de suas vozes nostálgicas, que, pelas selvas ecoantes e soturnas da América vicentina, declamavam os versos camoneanos, as sátiras de Gil Vicente ou as fantasias dos Bernardim Ribeiro, ou ainda as poesias heróicas de Diogo de Teive!

Naqueles remotíssimos tempos quinhetistas as viagens demoradíssimas, exigiam um ano inteiro, para quem se dispuzesse a ir ao Reino. Os povoadores, paupérrimos, não poderiam arcar com a despesas.

— Aos poucos, a mentalidade dos povoadores lusos foi se modificando. As suas recordações, antes tão vivas e que haviam assinalado tantos sulcos profundos, se foram, paulatinamente empalidecendo! As sensações, que eles, os povoadores, haviam trazido, sedimentadas no âmago de suas almas, foram sendo, vagarosa mas seguramente, substituídas por novas

emoções e sentidas atribulações, colhidas em perigos, que haviam arrostado, com empolgada ansiedade, ou com angustiada intranquilidade, nas tristezas, que ensombrevam o núcleo de civilizados, ilhado nas selvas do exuberante Novo Mundo, ou ainda, nas alegrias, que coloriam de apreensões, de contrariedades, de desalentos, de entusiasmos, de trêfego e infantil arrebatamento, de lutas memoráveis e encarniçadas, de fadigas, de estaiamento embriagador, etc.! Tombavam vencidas, por força! Não eram aviventadas! Não se refaziam!

Depois, eram os perigos e as ameaças de vidas, constantemente debruçadas sobre a aventura e o estoicismo, casados no Novo Mundo em capítulos de epopeias, em que se sobressaíam o heroísmo, a audácia, etc.. Todos êsses sentimentos turbilhonavam, em cenas, que se desdobravam, cavando na psicologia dos povoadores européus, sulcos profundos, os quais iam substituindo aqueles, que foram trazidos de Além-Atlântico, de modo que, ao chegar ao fim, já aquelas memórias ibéricas estavam cobertas pela vegetação musguenta, ou enterados pela poeira acamada pelos sucessos, que se iam desenrolando.

Assim, ao morrer o povoador quinhentista, ele não deixava senão a remota imagem da saudade, que com êle, desaparecia, para não se renovar na segunda geração.

— Esta já era profundamente diferente!

Seus elementos constituidores jamais se haviam arredado da "terra mater".

A pátria dêle não podia ser a Europa!

Eles desconheciam o Reino metropolitano, com suas variadas lendas, suas solenes tradições, sua crônica majorada, etc.! Por isso, não iriam reverenciar as mesmas magestades, ou obedecer aos mesmos preconceitos, ou ainda seguir aos mesmos delineamentos sentimentais! Pois, não era diferente a respectiva estruturação social ou econômica dos reinóis e dos coloniais? Não eram diferentes os capítulos da trajetória vital de cada grupo humano, na Metrópole e nas colônias? Lá reinavam a segurança, o conforto, o sossego, a tranquilidade. Aquí, viviam os colonais em lutas, em perigos, que se alternavam com as ameaças, as alertas, as aflições, os desânimos, as interrogações, as tragédias, as alegrias, as agonia mortificantes das fatalidades, etc. Também não eram diferentes os horizontes, que os reinóis e os coloniais contemplavam? Lá, na Metrópole, era tudo acanhado, em torno da aldeia, comprimida nos pedregais dos valados apertados nas serranias, que se dobravam ao longo

da península. Aquí, nas regiões vicentinas, tudo se alargava em áreas enormes, que se estendiam, em sólo ondulado e manso e em horizontes que se dilatavam, limitados por azulada morraria, que se estendia, recortada por caudais imensos e torrentosos.

Assim, teria sido diferente também a sedimentação psíquica, sentimental e moral, a qual se ia depositando lentamente na formação da alma crioula. Foi-se estabelecendo, pois, uma camada colonial, a qual paulatinamente se engrossava, com o perpassar das gerações.

Os componentes dessa camada, ainda conservavam certos resaios do velho espírito reinol, ma a-pesar-disso, eles já representavam importante passo, no processo evolutivo da nacionalização.

Os novos “crioulos”, jamais tinham ido à Ibéria, vivendo sempre no isolamento geográfico, proporcionado pelas distâncias, separadoras da boca do Têjo, como pelas grandes dificuldades das ligações marítimas, ainda avelhantadas pela lentíssima e penosíssima navegação à véla, nas minúsculas, raras e inseguras embarcações dos quinhentos. Os “crioulos” do Planalto, ainda, estavam muitíssimo mais isolados, separados do litoral, pela bareira espinhosíssima das serranias marítimas, eriçadas de despenhadeiros e de insodaveis abismos como vestidas de impenetrável mataria, cortada de obstáculos e de antolhos, para cuja difícil e ingrátissima transposição, eram exigidos fenômenos de acrobacia e prodígios de agilidade ou de fortaleza física.

Esse isolamento, já de si causador de uma acelerada marcha nacionalizadora, era ainda mais salientado pela falta, em que se debatia a colônia vicentino-planaltina, de um motivo econômico qualquer, que imperativamente exigisse ligações permanentes e contínuas com a Metrópole, (1). Eis o Nordeste, em repetidas e perenes comunicações com Lisbôa, em

(1) V. Paulo Prado, (“Paulística”). O egrégio historiador do magnífico “Paulística” atribue ao “isolamento” o fato de terem os planaltinos as virtudes que ninguém lhes pode negar. Também é esse o meu pensamento. Entretanto, o elegante escritor pátrio crê que, o abastardamento dessas virtudes se deu no setecentismo, por ter sido desfeito o “isolamento” seiscentista, em virtude de terem sido feitos muitos caminhos ligadores do Planalto ao litoral. Sem deixar de atribuir a essa causa, grandes consequências, penso que, foram Portugal, o ouro, e a onda imigratória de Portugal os agentes responsáveis pela degenerência do planaltino, como tentarei demonstrar em outro estudo, que preparo.

A causa, à qual Paulo Prado atribue a decadência do Planalto, parece-me, ter sido méra consequência do ouro, como vamos verificar.

virtude do açúcar exportado e da importação reinol, causada pelo teor de vida, pelo elevado poder aquisitivo nordestino e pela demografia, a qual tendia a avolumar, na região, grande quantidade de concentração humana, à medida que a indústria-agrícola do açúcar se desenvolvia. As colônias vicentino-planaltina, sem fonte econômica, que outorgasse à região um comércio ligador com a Metrópole, exportava a única mercadoria, fruto de sua atividade, que se resumia no escravo ameríndio, mas para o Nordeste, apenas, e importava do Reino muito pouco, como se verifica dos documentos da época, (2). Com isso, houve mais uma determinante fatalizadora para uma muitíssimo mais apressada marcha para o acriolamento.

Além dessas forças assinaladas, que tendiam todas para a pronta formação da alma nacional, não podemos desprezar a seguinte, que se estatela ante os olhos do observador per-ciente:

Nas ondas povoadoras, que colmataram as terras da colônia vicentino-planaltina, nós sabemos, veio uma grande modéstia intelectual. Os primeiros troncos povoadores da terra paulista eram analfabeticamente incultos e roçavam com uma lamentável indigência de nível intelectual. Isso todos sabem, mas é bom se observar o grosseiro da caligrafia, da ortografia, da sintaxe, como da redação dos documentos quinhentistas e seiscentistas da região vicentino-planaltina, com isso, se poderá facilmente compreender, como eram impermeáveis às letras, aos panegíricos, às declarações e aos apaixonados relatos lusitanos, as cerebrações dos antepassados dos paulistas. Com isso, eles não puderam alimentar as suas recordações saudosas do Reino, sorvendo as notas apaixonadas da lira camoneana, ou bebendo os panegíricos das décadas de João de Barros, ou ainda se narcotizando nas crônicas declamatórias de Damião de Góes, aí aprendendo as proezas da aventura oriental ou das correrias dramáticas pelos mares, que tanta ufania instilavam aos lusos da época.

Paupérrimos, com a miséria a lhes bater às portas, os povoadores vicentinos, não puderam enviar os seus filhos a formar os seus caracteres e os seus espíritos, nos estabelecimentos reinóis, em estreito contato com a atmosfera coimbrã, a respirar a áura que aviventava o sentimentalismo patriótico luso. Assim, facilmente eles foram cocainizados pelas eventos trágicos e

(2) De fato, os documentos seiscentistas não mostram grandes cousas importadas do Reino. Pesquisamos em centenas de inventários e concluímos que, o Planalto, e economicamente isolado, vivia em regime autárquico.

emocionantes, que a intensidade da vida americana proporcionava. Os únicos casos de terem podido estudar em Coimbra, que a crônica planaltina nos relata, é de Pedro de Moraes Madureira, além do padre Manuel de Moraes.

Em virtude de tôdas essas circunstâncias apontadas, o Planalto principalmente, não produzia rendas fiscais de grande monta e assim era administrativa e politicamente relegado, pela Metrópole, sempre gulosa dos rendimentos, aos mais completo esquecimento, como abandonado a si mesmo, com muito poucos e frouxíssimos liames ligadores a essa Metrópole, madrastra.

Todas as crônicas, todos os relatos e todos os comentários se afinam, uniformes em atestar êsse fato. Washington Luis, em palavras lapidares, no seu "*Capitania de S. Paulo*", resume êsse estado de fato, ao dizer que, só no século XVIII, S. Paulo iria reconhecer a soberania portugueza e o prof. Taunay diz, mais ou menos, a mesma cousa, no seu "*História seiscentista da Villa de S. Paulo*", quando êle afirma que, o Planalto era quasi soberano, (3).

Assim, foi se constituindo, no Planalto, uma atmosfera de particularismo, de autonomia, de altivez, de arrogância, de independência, etc., a qual não foi outra cousa senão consequência das causas apontadas.

Com facilidade, pois, se compreenderá que, essa atmosfera, indeclinavel e, por todos, reconhecida como unanimemente proclamada, era de um forte colorido "crioulo", que ia progressivamente e cada vez mais acentuadamente, tingindo a alma nacional, que nascia (4).

(3) Eu não estou isolado em pensar assim, pois encontramos em "*Ensaes do Brasil*", 72, Sergio Buarque de Holanda dizendo o seguinte:

"Não é mero acaso que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno, verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenas, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim".

(4) Idêntica evolução psíquica se poderá constatar nas Treze Colônias Anglo-americanas! Essas colônias tiveram início em 13 de Maio de 1607, com a fundação de Jamestown, na Virginia e em 1620, com o estabelecimento no New England das 19 primeiras famílias dos famosos Pilgrims, sob o govêrno de John Craver.

Século e meio depois, os anglo-americanos, já em maioridade, com a sua alma própria, robustecida por mais de cinco gerações nativas, haviam se desligado da Metrópole reinol de George III, sedimentando camadas "crioulas" perfeitamente distintas, das que os emigrantes que a Europa anglo-saxônica continuava a generosamente lhes enviar.

Na evolução progressiva desse espírito, que crescia, foram se sucedendo as gerações.

O domínio espanhol fez com que, diminuísse e quase se extinguísse a emigração lusa, para o Planalto. Sucedeu-lhe uma onda de espanhóis aventureiros, os quais trouxeram outra mentalidade nacional, a qual se caldeou com a preexistente. Os poucos lusos, que, então, integraram o corpo étnico e social do Planalto, vinham com o moral abatido e em estado de grande depressão. Não seria menos, pois o fim da monarquia dos Aviz, com a derrota esmagadora de Alcacer-Kibir, a morte ridícula do Cardeal-rei de cérebro prematúramente amolecido, a sugar ansiado os peitos carnudos de Maria da Motta, ou a desordenada debandada de Alcantara, as torpes, vergonhosas e ignominiosas aclamações de Thomar, o jugo velípidioso dos Felipes, com a morte inglória da soberania lusa, varrida pelo miserável procedimento de Christovam de Moura, não podiam infundir muita ufania nos procedentes de troncos portugueses! Isso teria, como é curial, ascelerado o "acrioulamento" das gerações que se foram superpondo no Planalto, no fim dos quinhentos e no princípio dos seiscentos. Tão fraca se fez a influência portuguesa no Planalto que, então, nem a língua servia de liame luso-planaltino, pois, na região falava-se o guaraní, sendo que, o português era reservado unicamente para atos oficiais.

Por isso, é que, Capistrano de Abreu já dizia, em seus "*Capítulos de História Colonial*", 302:

"Cinco grupos ethnographicos, ligados pela communhão activa da lingua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas RI-QUEZAS NATURAES DA TERRA UM ENTÚSIASMO ESTREPITOSO SENTINDO PELO PORTUGUEZ AVER-SÃO OU DESPREZO, não se prezando porem uns aos outros de modo particular — eis em summa — ao que se reduziu a obra de tres seculos".

Com todos êsses elementos sabidos, é de facil compreensão, de se haver forjado aquí uma alma própria, ou uma mentalidade, que se não afinava com a dos reinóis, ou ainda, uma idéia de pátria, que não era a Metrópole, onde as causas básicas da superstrutura psicológica eram outras, ou antes, persistiam no que haviam sido, enquanto que, nas colônias vicentino-planaltina, tudo se estruturava em motivos, que a Metrópole não conhecia.

Assim, no Planalto foi-se sedimentando uma mentalidade “crioula”, exclusivamente baseada no apêgo à terra, essa terra, que eles haviam conquistado, à custa de seu esforço, suor, lágrimas, sangue; essa terra, que cobria os ossos de seus maiores queridos, e que haveria de os receber, no dia em que terminassem a sua jornada nesta vida; essa miraculosa terra, que os alimentava generosamente, lhes outorgando tudo quanto o seu teor vital exigia, para lhes mitigar a fome, a sede, os protegendos das intemperies, etc.; essa terra “mater”, que representava os cruciantes momentos de agonia, de aflições, ou de apreensões, como os doces encantos do presente e as mirificas promessas de um futuro risonho, que seria vivido esperançosamente pelos seus descendentes; essa terra policrômica, que se conformava em horizontes mágicos, que se sucediam, em suas ardentes imaginações; essa terra, que se envolvia no ar puríssimo, respirado por todos os capítulos de seu passado, aureolado de mil angústias de muitos sofreres e de alegrias sem conta, sintetizados em transes unicamente seus, e estranhos aos reinóis.

Isso tudo forrava a alma colonial do “crioulo” vicentino-planaltino de um rijo amálgama psicológico, que, em absoluto, não corria em paralelo, com que o reinol trouxera antes para cá.

Eis como se teria estabelecido no Planalto, a mentalidade “crioula”!!

Isso não é uma simples hipótese, mais ou menos verosímil e alicerçada em probabilidades ou em indícios, mas sim uma certeza, baseada na lógica, no senso comum, na inteligência e na observação!

Essa mentalidade “crioula”, foi a causa principal da aclamação de Amador Bueno, o qual não passou de ato material levado a efeito por circunstâncias inteiramente fortuitas exteriorizando um espírito da terra já formado e do qual tivemos inúmeros testemunhos, que já mencionamos, entre os quadros desenrolados em 1628, no início de ataque a Guairá, relatados pelo padre Montoya e reproduzidos pelo egregio prof. Taunay na sua portentosa “*História Geral das Bandeiras Paulistas*”.

Eis, em sintéticas idéias, a gênese do movimento da Aclamação de Amador Bueno!

CAPÍTULO IV

A ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO

Como vimos, deveria ter havido, com toda segurança, no Planalto, uma forte corrente nativista, a qual não seria mantida em sujeição mental, pela Europa.

Mas, paralelamente a esta corrente de idéias e de sentimentos, embora em minoria, devria ter havido outra, que se afinaria pela lusitanidade. Teria esta sido composta de portugueses recentemente emigrados, moradores do Planalto. Seriam saudosistas, que haviam trazido das aguas do Têjo, a lembrança fagueira da torre de Belém, ainda esmaltada nas suas retinas, que, ainda tinham a lhes ecoar nos ouvidos o estrugir confuso da triste debandada de Alcantara.

Ao lado desses velhos reinóis, estariam algumas famílias, que conservavam escrupulosamente suas linhagens sem mescla. Seriam os Leite Paes Leme, os Castanho Taques de Almeida Lara, etc..

* * *

Não me parece que a solução dada por Portugal, ao caso com a Espanha, tivesse sido a melhor. O duque de Bragança era, ainda que não queiram os portugueses um infra normal. Tímido, êle hesitara em aceitar a chefia da revolta contra a soberania espanhola. Foi preciso que sua mulher, a varonil D. Luisa de Gusman, assumisse uma energia desusada.

Os filhos de Dom João IV confirmaram meu diagnóstico, a propósito do "tyrano de Bragança", posto no trono português. Todos eles atestaram uma tara evidente. Dom Theodosio, o herdeiro, morrera antes de seu pai. Dom Afonso VI era um louco positivo, e foram varias as suas manifestações de desamparo mental, até ser internado. Seu desequilíbrio era tão grande, que causou sabida impotencia sexual. Dom Pedro II manifestou tambem um patente desequilíbrio, procedendo como um celerado, o qual não contente de tirar o trono ao irmão, roubou-lhe a esposa. D. Catharina, outra filha de Dom João IV, foi rainha da Inglaterra, esteril e com sintôma de degenerescência.

Os historiadores portugueses modernos, quase todos ungi-dos de flagrante partidatismo fascista, clerical, anti-democrático, totalitário, anti-liberal, intolerante, ultra-monarquico, etc., querem enaltecer vamente as memorias desses nevropatas e degenerados, que foram os monarcas bragantinos. Eu não me

convenção dessa tese, pouco inteligente, pois percebe-se que ela é escrita, mais com sentimento patriótico do que com a razão imparcial.

Não se sabe se Raposo tomou parte, ou não, no movimento de aclamação de Amador Bueno. Não ha documento a respeito, sendo que se pode ter a certeza absoluta do acontecimento, em virtude de ter o prof. Taunay, em estudo magistral, lançado por terra qualquer dúvida, que ainda pudesse pairar a respeito. A descoberta do apógrafo de Frei Gaspar, na Torre do Tombo, pelo Dr. Motta Alves, confirma os preciosos ensinamentos do Prof. Taunay.

Não pode haver contestação de que êsse movimento foi a manifestação patente de que já era viva a alma nacional, que depois atingiu sua maioridade com a separação política de 1822 e a social de 7 de Abril de 1831.

A aclamação, ainda que tivesse fracassado, por circunstâncias às quais me refiro em outro lugar deste trabalho, foi uma verdadeira fotografia da situação psicológica do Planalto, onde já pulsava vibratil e pujante uma consciencia nacional e onde já havia, nítida, uma sentimentalidade própria, a qual empolgava a maior parte da população piratiningana e a quase totalidade da juventude planaltina.

Não posse conceber por que o Planalto deveria se enternecer ante a restauração portugueza. Não lobrigo por que o Planalto, que tão afastado de Portugal se achava, devia forcejar por essa restauração! (1)

(1) A propósito disso, o sábio mestre e egrégio prof. Taunay, na sua "*Hist. Seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 166, tem uma observação verdadeiramente preciosa. Infelizmente, o Prof. Taunay, levado pela sua tendência exageradamente conservadora, não tirou dela as conclusões que se evidenciam com eloquência do seu espirito.

Diz o Prof. Taunay, *loc. cit.*:

"Tarefa entre parentesis nada facil, pois, do alto de suas montanhas RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES DOS BRAGANÇAS, recémpostos no throno e para elles letra morta".

Se os paulistas riam-se dos Braganças, então, por que haveriam de conservar "lealdade"? Como lealdade, para quem era ridículo? Êsse sentimento de submissão e de obediência, do qual nasce a lealdade, não poderia imbuir os paulistas, pois que êstes, como ensina o prof. Taunay, não acatavam os Braganças.

Que os paulistas não obedeciam ao rei de Portugal já sabiamos, pelo destino que deram ao ALVARÁ DE D. JOÃO IV, DE 3 DE OUTUBRO DE 1643.

Aos planaltinos, tudo nos leva a crer, teria sido sentimentalmente indiferente pertencer a Portugal ou à Espanha. Economicamente, aos apresadores, teria sido muito mais interessante que a restauração portuguesa não se fizesse, pois, sem ela, não teriam eles fronteiras a respeitar, nas suas correrias de caça ao índio. Com essa restauração lusa, as fronteiras coloniais seriam, naturalmente, restabelecidas e defendidas, com que os apresadores teriam novas dificuldades.

Eis por que suponho ter sido Raposo Tavares um dos principais fatores do drama fracassado da aclamação de Amador

Por esse alvará o monarca bragantino ordenava que os jesuítas fossem repostos no Planalto. Os paulistas não o obedeceram e riram-se d'ele, nos ensina o prof. Taunay.

Ora, esse procedimento dos moradores planaltinos não está a clamar um estado de ânimo? Quem não percebe logo qual seja esse estado?

Pois bem, apesar disso, ainda os ortodoxos da nossa história querem falar em lealdade! Seria o sentimento que animou Amador Bueno, ao recusar a aclamação!

Que bellissima lealdade a dos paulistas, não acatando uma disposição legal do antigo duque de Bragança!

Não seria esse desacato e o ridículo que atiravam sobre D. João IV, um índice magnífico do estado de alma predisposto à independência?

Nem por ser referente à reposição dos jesuítas, expulsos em 1640, esse alvará do rei de Portugal deveria ser desobedecido como o foi. E' bem verdade, como diz o prof. Taunay, na sua citada "*Hist. Seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 175:

"E' preciso notar, comtudo, que, em S. Paulo, desde muito, era o poder municipal ABSOLUTAMENTE SOBERANO".

Teriam sido essa soberania e esse desprezo absoluto pelos governantes extra-planalto, que fizeram com que, no fim do século, o admirável Pedro Ortiz de Camargo mandasse dizer a Arthur de Sá e Menezes, o representante desses Braganças no Rio de Janeiro:

"que era escusado querer elle (Arthur de Sá) vir a S. Paulo porque os paulistas se sabiam muito bem governar. Assim ficasse no Rio com a sua infantaria". (Taunay, "*Hist. Seisc. da Villa de São Paulo*", III, 207).

Teria sido possível que uma gente com tais atributos de altivez, de espírito forte, de audácia, de independência, etc., fosse se subordinar aos Braganças, sem haver formado um estado psicológico rebelde à dominação portuguesa? Não seria verosímil que um grupo humano tão altivo, tão insubordinado, etc., fosse se submeter tão pacificamente à dominação reinol, como quer nos impingir a lenda fantástica da "lealdade"?

O fim do século XVII e o ouro tudo modificaram, como se uma história nova em cujo paleo uma nova e abastardada psicologia coletiva, transformando o caráter dos velhos paulistas em pacíficos carneiros, tivesse tido lugar, obrigando nossos antepassados a representar a farça indigna do apaziguamento setecentista.

Bueno! Sim, porque se Raposo foi o principal dos caçadores de escravos índios, não iria ser contra uma medida que tinha por objetivo a sua facilitação! O fato de, posteriormente, Raposo haver aclamado o duque de Bragança, não obriga a ter como certa sua abstenção no movimento de Amador Bueno! Ele poderia ter idealizado a independência colonial e vendo-a fracassar dramaticamente, com a pusilanimidade de Amador Bueno, dois dias depois ter encabeçado seu velho ideal da restauração portuguesa, o qual ele trazia com carinho, desde que aqui aportou, em 1618.

Assim, não acho contraditório ou sequer incoerente, o fato de haver Raposo tomado parte em duas aclamações. Eu sou de opinião que, não sómente Raposo foi parte na aclamação de Amador Bueno, como também teria sido um dos cabeças desse movimento, que tanto significava, para mostrar o estado psicológico do Planalto, mas Raposo, vendo inútil a continuidade desse movimento "crioulo", assumiu a chefia da outra corrente, a qual, se não era oposta ou contrária a êsse movimento "crioulo", também não era paralela ao mesmo.

Raposo teria pensado que, se a independência planaltina tinha fracassado, ao menos que se fizesse a independência de Portugal.

Insisto em afirmar que não havia antagonismo, entre os dois movimentos.

* * *

Não é sem significação o fato de a aclamação de Amador Bueno precedido a de D. João IV! Esta só foi levada a efeito depois da outra ter fracassado! Porque? Nunca ninguém aguçou os seus olhos sobre êsse ponto! A razão é simples, pois nunca ninguém teve tempo, ou julgou de importancia, em realizar essas meditações. Nosso passado tem sido encarado por amadores e curiosos, que cuidam do assunto com muita rapidez, sem a preocupação de aprofundá-lo. Os que isso não têm sido e assim não fizeram, foram iludidos pela Nobiliarchia, de Pedro Taques, que como uma espessa e impenetrável cortina de fumo tem impedido, até agora, que, se veja claro no passado planaltino. Infelizmente, os verdadeiros pesquisadores, êsses que não se contentaram em escrever a história à custa de outros, repetindo as páginas já escritas, foram animados de espírito conservador em demasia, e se apegaram, em altas doses, nas lendas que Pedro Taques veiculou até nós.

Entretanto, não me parece que a verdade esteja nessas inverosímeis lendas!

Vejamos alguma cousa :

Sabemos que D. João IV fôra feito rei de Portugal, em Dezembro de 1640.

Por que, só quatro mêses depois foi êle aclamado em S. Paulo?

Por que, não o foi muito antes? Pedro Taques não nos diz uma só palavra, sôbre isso!

Não é estranho êsse fato? Não está essa demora nos dizendo qualquer cousa?

Nem se diga que, a noticia da restauração lusa havia demorado, na sua viagem transatlântica, em chegar ao Planalto.

Então, a viagem a Lisbôa ao Brasil levava, em regra 40 dias.

Assim, em Fevereiro de 1641, isto é, dois mêses depois da Revolução restauradora, em Portugal, a noticia chegou à Baía e Dom João IV foi aclamado, na cidade do Salvador, pelo Marquês de Montalvão. (2).

Eu me admiro, apenas, de que isso não tenha ferido a atenção de outro analistas, do successo que, no Planalto, operou a restauração da soberania lusa e fez com que o Sul do Brasil

(2) A êsse propósito diz o eminente Prof. Tannay, na sua "*Hist. Seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 239:

"A noticia da restauração portugueza foi sabida na Bahia sómente a 15 de fevereiro de 1641 e no Rio de Janeiro em 10 de março seguinte". Diz Varnhagen (cf. *Hist. Ger.*, II, 692 e 693):

"De levar ás villas do sul a noticia da aclamação do novo rei foi incumbido o capitão Arthur de Sá, commandante da recente fortaleza da ilha das Cobras.

Teve assim lugar a aclamação, alguns dias depois nas villas de Santos e S. Vicente; a de S. Paulo NÃO SE APRESSOU, para o que bastaria terem lhe sido as ordens comunicadas pelo governador Salvador Corrêa com quem estava em guerra aberta".

Se Arthur de Sá sahio do Rio a 11, como diz Galanti, sem documentar (*História do Brasil*, II, 233), é provável que em Santos estivesse a 15 ou 16. A 18 podiam os paulistanos saber da grande noticia. Foi, pois, na segunda quinzena de março e no maximo até 3 de abril de 1641, que se pode ter dado a aclamação de Amador Bueno, a menos que ella não haja como reacção à proclamação de D. João IV em S. Paulo, a 3 de abril daquelle anno, em que vemos reaparecer na primeira linha o nome de Antonio Raposo Tavares, logo após a assignatura do loco tenente do Conde de Monsanto, e governador da capitania, João Luiz Mafra (*Registo Geral da*

permanecesse atrelado ao carro português, do que advieram importantíssimas consequências!

Entretanto, se Dom João IV foi aclamado em Fevereiro na Baía, a noticia levou da Baía ao Planalto dois meses para causar consequências?

Seria possível isso?

Esse indício não é precioso, para dele se oncluir alguma coisa?

E' preciso que, se faça a verdade, fira a quem ferir.

Não importa que isso vá de encontro ao que ensina Pedro Taques. *Amicus Plato, sed magis amica veritas!*

Assim, o movimento em torno de Amador Bueno, teria sido inteiramente desvirtuado e apresentado a nós, como uma árvore de Natal multicolorida, onde se vêem pendurados os mais vistosos "tabús", habilmente dispostos, em magnífica coleção das mais descabidas e descabeladas fantasias e vestidos com as roupagens das mais enganadoras e inverosímeis falsidades, as quais se desfazem ante o menor sopro da mais leve parcela de raciocínio, que tenha a mais insignificante partícula de lógica e que não seja impulsionado por um cérebro infantil. Só um espírito português, ou orientado para um decidido lusi-

Camara de S. Paulo, VII, 251). (Os comentários entre parêntesis são meus).

Do texto do Prof. Taunay, se verifica, o seguinte:

- 1.º) A noticia da restauração lusa chegou na Bahia em tempo normal, isto é, em dois meses.

Por isso, a aclamação, pelo Marquês de Montalvão, se fez em meados de fevereiro de 1641, (sessenta dias depois de estar D. Pedro IV firmado no trono português).

- 2.º) A mesma noticia para ir da Bahia ao Rio, demorou quasi um mês, o que é de difficil admissão, pois essa viagem, em tempos médios, poderia exigir, quando muito, uma semana. Por que essa demora? Teria o Rio de Janeiro, também escravocrata, hesitado a embarcar na Restauração portuguesa?
- 3.º) A aclamação de D. João IV, feita no Rio de Janeiro, em 12, foi feita em Santos e em S. Vicente a 16 de março de 1641. (Quatro dias na demora, me parecem razoáveis).
- 4.º) S. Paulo teria tido conhecimento da noticia a 17 de março de 1641 (pois do litoral para o Planalto, se admite que a noticia tenha levado 1 dia para chegar).
- 5.º) Apesar disso entretanto, D. João IV só foi aclamado em S. Paulo meio mês depois!

Por que essa esquisita demora, que não houve em nenhum ponto de escala, por onde a noticia passou?

Não pode restar dúvida que essa demora foi devida à hesitação.

tanismo, poderá conceber a aclamação de Amador Bueno, lendaria como vinha sendo até há pouco, vestido com multicolorido tecido de inverosímeis "tabús".

Preliminarmente, o movimento é mascarado, como tendo sido elaborado por espanhóis, que não desejavam a restauração portuguesa. Segundo o "tabú" do espanholismo, o genro de Amador Bueno, Dom Francisco Rendon de Quevedo o teria inventado, exploradoramente, em abono de suas idéias espanholas, as quais teriam recebido o apoio de outros elementos espanhóis no Planalto, que abusariam da população atordoadada.

Entretanto, o depoimento de Montoya, no processo de Dom Luiz de Cespedes, reproduzido pelo prof. Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162, que eu data venia, já mencionei, destróe completamente esse enganador "tabú" (3).

De fato, por esse precioso depoimento comprobatório, o movimento, longe de ser uma reação espanhola à elevação do duque de Bragança, foi precisamente uma fase de um movimento anti-espanhol, o qual vinha sendo preparado em pleno domínio espanhol e dele se tem sinal, no documento citado durante mais de dez anos, antes da sua deflagração, em 1641.

E' preciso se saber interpretar os documentos, tirando dele tudo quanto os mesmos podem oferecer em beneficio do esclarecimento de qualquer ponto sombrio.

(3) Na "*História Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162, o insigne Prof. Taunay reproduz um trecho do depoimento do padre Montoya, no processo contra Dom Luiz de Cespedes, infeliz governador do Paraguai: Dizia o padre peruano:

"Quanto a Antonio Pedroso e D. Francisco Rendon de Quevedo (genro de Amador Bueno) estes ao proprio depoente afirmaram estar em campanha, POR MANDADO DEL REY QUE TENIAN EN EL BRASIL".

Surprezo lhes retrucara Montoya, arguindo-os de traidores.

"SOLO NUESTRO REY DOM PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERAM TRAYDORES".

Esse documento precioso, além de denunciar a gênese do movimento de Amador Bueno, gritando que no Planalto já havia um estado de alma nítido e patente, que caminhava célere para uma explosão, que o separaria de Portugal, mostra também que o fidalgo espanhol Dom Francisco Rendon de Quevedo, já tinha em mente separar o Brasil, em plena vigência do domínio espanhol.

Esse fidalgo espanhol tinha se acrioulado, e sua alma era espanhola. E' que prova esse documento.

Não é isso eloquente?

Ora, êsse que o prof. Taunay oferece do Padre Montoya, é, na verdade, precioso, para se estudar a gênese do movimento da aclamação de Amador Bueno, o qual tem imenso valor, porque é uma manifestação completa de uma alma popular de uma época; porque fotografa o espírito nacional, no seu primeiro estagio, mostrando, com clareza e evidencia, sua origem e seu desenvolvimento, (4).

Outro "tabú" que faz o movimento de Amador Bueno mentir, aos que o estudam, é o consistente em se dizer que êsse fenômeno foi uma rebeldia repentina, improvisada e sem outra significação de um pequeníssimo grupo de descontentes exploradores.

Entretanto, o documento do padre Montoya patenteia que, em 1628, isto é, 13 anos antes, já se cuidava em S. Paulo, da independência, nessa ocasião contra a Espanha.

(4) Outro documento precioso, para a história do movimento de aclamação de Amador Bueno, existe na "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 79, do inclito prog. Taunay. Trata-se de um trecho do "*Relacion de los agrabios*", que testemunha:

"Levantaron sus capitanes q otros officiales de guerra
con VANDERAS, COMO SI FUERAM LEVANTADOS Y
AMOTINADOS CONTRA SU REAL CORONA.

Facto pittoresco affiançam os ignacinos: "LAS VANDE-
RAS QUE LEVAVAN NO TENIAN LAS ARMAS DEL
REY, SI NO OTROS SEÑALES DIFFERENTES".

Infelizmente, o sábio mestre, o egrégio prof. Taunay, levado pela sua tendência conservadora e seu extremado culto por tudo quanto vem de Pedro Taques, não observou que êsse fato traduzia a existência no Planalto de um estado psicológico, cuja evolução iria surgir mais tarde, como evidencia o caso da aclamação de Amador Bueno. Que êsse documento mostra o muito pouco apêgo à Ibéria, por parte dos paulistas, não pode haver dúvida.

Que êsse movimento nadá tinha de espanhol é o padre Crespo, quem evidencia em um memorial a Felipe IV, citado pelo prof. Taunay, na sua brilhante e insubstituível "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 124, em que existem as seguintes palavras do padre Crespo: "sin conocer a. la divina y umana vuestra magestad".

Ora, se os paulistas manifestavam tanto desamor aos Felipes, não os tendo em conta, como iriam tentar em 1641, um movimento de reação em favor dêles?

Eis que nem ao menos, em suas bandeiras, tinham, em 1628, os signos espanhóis dos Felipes, como iriam reagir em 1641, a favor dêsses Felipes?

Isto quer dizer que o Planalto, já na primeira metade do século, pensava em se emancipar da Europa, (5), fosse contra quem fosse.

O prof. Taunay, ao comentar o documento citado, do padre Montoya, diz que o mesmo trata de "dos mais graves, essa

(5) Nos Estados Unidos, país formado pelas velhas Treze Colônias anglo-americanas, houve idêntica evolução da psicologia dos moradores, de modo que se podem comparar os sucessivos acontecimentos aí, com os que se desenrolaram no Planalto.

Lá, o povoamento teve início nos primórdios do século XVII, com a colonização da Virgínia, ou em 1620, com a imigração dos puritanos, no famoso "Mayflower".

Os primeiros povoadores, evidentemente, eram ingleses psicológica e sentimentalmente, tudo nêles, recordando a pátria, que haviam deixado do outro lado do Atlântico.

Seus filhos, porém, já tinham a sua psicologia e a sua sentimentalidade modificadas, pelo ambiente americano. Seus netos tiveram acentuada essa modificação, que se foi ampliando, na proporção em que as gerações se sucediam.

Cerca de século e meio depois que o povoamento das Treze Colônias se tinha iniciado, os americanos apareciam com uma alma própria e a manifestavam com sua independência, que se fez pela guerra de 1775-1781. Cinco gerações de coloniais, deram aos norte-americanos uma alma própria, graças à qual puderam se libertar da Inglaterra. No Planalto, fatalmente, a mesma coisa deveria se ter passado. O povoamento tendo-se iniciado, praticamente, em 1532, com a expedição martinhalonsina, cerca de um século depois, uma autonomia espiritual imperiosamente se devia fazer sentir. Eram cerca de quatro gerações de coloniais, que haviam formado ambientes próprios, na vastidão da América sulina.

O próprio prof. Taunay, em muitos dos seus trabalhos, reconhece a existência desse espírito, o qual chega a ser elevado a própria soberania. Eu mesmo, neste trabalho, já citei trechos do prof. Taunay, nesse sentido. Washington Luís, no seu muitas vezes citado *Capitania de S. Paulo*, assinala esse espírito, que encontra também a sua confirmação em passagens de viajantes que estiveram na região planaltina, e em cartas que governadores portugueses no fim do século dirigiram a Portugal, (Basílio de Magalhães, *Expansão Geographica*).

Porque, no Planalto tivemos quatro gerações, em século e meio, desde o início do povoamento até a deflagração do movimento de Amador Bueno; enquanto que, nas Treze Colônias foram precisas cinco gerações, desde o início do seu povoamento, até a deflagração do movimento independentista?

Por que, em outras palavras, o Planalto precisou de menos tempo que as Treze Colônias anglo-americanas, para a formação da sua alma nacional?

O raciocínio, o bom senso, a lógica e a razão natural das cousas estão nos respondendo. O Planalto estava muitíssimo mais isolado e esquecido da Metrópole que as Treze Colônias, que estavam muito mais ligadas à Inglaterra, do que o Planalto a Portugal. Lá, a distância era muitíssimo menor. Lá, o índice cultural dos colonos era muito mais alto, de modo que fazia com que o espírito metropolitano alimentasse com muitíssimo mais eficiência a mentalidade colonial. Lá, havia muito mais

questão de lesa magestade, de lesa patria", (6), (que patria? O que seiscentistas entendiam por patria?).

apêgo, não só das colônias para com a Inglaterra, mas também desta para com as colônias. Aqui, no Planalto tudo isso era oposto!

Assim, o espírito autônomo planaltino evidenciou-se, com muito mais rapidez do que lá.

Amador Bueno tem o seu correspondente, lá em George Washington, com a diferença que, o norte-americano possuía um perfil psíquico-moral que fez com que sua decidida ação revertesse em benefício da causa sacrosanta que defendia, enquanto que Amador Bueno enterrou a causa da gente planaltina, com seu perfil psíquico moral de individuo frouxo e amaricado.

(6) Em todo caso, mesmo admitindo o absurdo de que, então, o conceito de pátria, tivesse sido o mesmo que hoje se lhe atribue é preciso convir que os planaltinos emprestavam muito pouco amor e diminuta atração por essa pátria, por essa forma, tão menosprezados.

Se Dom Francisco de Quevedo, o genro de Amador Bueno, não se mostrava muito fiel à pátria espanhola, à qual no momento pertencia o Planalto, como se poderia admitir que iria chefiar um movimento de reação a favor dessa mesma pátria, que êle menosprezava!

Vê-se como é fragil a lenda da aclamação de Amador Bueno, seguindo nos veiculou Pedro Taques. Eis uma versão que se desmorona inverosimil, ante o menor exame da lógica e do raciocínio!

Sim, por que, quando nada, êsse documento mencionado pelo egrégio prof. Taunay, nos mostra uma fotografia da psicologia de Dom Francisco de Quevedo, o fidalgo espanhol, genro de Amador Bueno. Não pode haver dúvida de que êsse estado psicológico era contrário à nação espanhola.

Como se poderia, então, conceber que êsse mesmo fidalgo que havia se mostrado tão anti-espanhol, ou anti-patriota, como quer o prof. Taunay, tenha se posto à frente de um movimento de reação espanhola? Não é isso profundamente ilógico? Não está essa versão contrariando o senso natural das cousas?

* * *

A fantasia de ter sido a aclamação de Amador Bueno uma reação espanhola, ou antes produto dos elementos espanhóis do Planalto não passa de lenda! Se já não bastassem os muitos argumentos que acima mencionei e que derruem completamente essa fantasia, bastaria que fosse feito um atento exame nos nomes das pessoas postas em foco pelo 3 de abril de 1641. Na nominata mencionada no Registro Geral, VII Suplemento, 251, encontra-se uma série de nomes de espanhóis. Assim, dentre os que aclamaram D. João IV, figura o nome de Francisco Martins, que era natural de Sevilha, vindo em 1583 na armada de Diogo Flores de Valdez. (Silva Leme, "*Genealogia Paulistana*"; Padre Pablo Pastelles, "*El descubrimiento del Estrecho de Magallanes*", Madrid, 1920, vol. II, 141). Além do velho Francisco Martins, na lista dos aclamadores de D. João IV, figura Balthazar de Godoy, castelhana, que na segunda metade do século XVI, portanto em pleno domínio espanhol, passou a S. Paulo.

Como é que espanhóis haviam de participar de uma aclamação que se tinha levado a cabo, contra o movimento que êles espanhóis teriam provocado! Vê-se como é fantástica a idéia de que a aclamação de Amador Bueno tenha sido uma reação espanhola.

Data venia, engana-se o mestre!

Não era lesa patria, por que a Europa e a Espanha não eram absolutamente a patria dos planaltinos.

Uma das maiores curiosidades desse documento de Montoya, consiste e mque, ele registra um acontecimento, do qual era protagonista principal um espanhol, precisamente o genro de Amador Bueno, Dom Francisco Rendon e era outro figurante o planaltino Antonio Pedroso, filho do português Antonio Rodrigues de Alvarenga e da planaltina Ana Ribeiro, esta filha ds dois portugueses, Estevam Ribeiro Bayão Parente e Magdalena Feijó de Madureira, (Silva Leme, "*Genealogia Paulistana*", V, 214).

Ora, isto confirma admiravelmente a serie dos meus raciocínios, acima expedidos, em que devemos conceber a aclamação de Amador Bueno, não como um fato isolado e de mínima importância, mas sim com sinal evidente do início vital da alma nativa, que independente da mentalidade de reinol, manifestava sua vida e fazia escoar os seus primeiros vagidos.

Comparem-se as linhas gerais do movimento de Amador Bueno com os do de Tiradentes e verificar-se-á a absoluta identidade de ambos.

A conjuração mineira não teve um só requisito, que não se apresentasse no outro, em estado rudimentar, às vezes. Estas eram duas fases diversas de um processo evolutivo, em que se elaborava, através de mil vicissitudes, o espírito da nação.

A história, que com êsses dois moimentos está a nos mostrar duas fidelíssimas fotografias da impressionante gênese da alma nativa, é patente.

A aclamação de Amador Bueno foi o prólogo do movimento de Tiradentes, cuja continuação teve lugar em 1822, "nas margens plácidas" do Ipiranga, e cujo epílogo teve lugar a 7 de abril de 1831 (7).

(7) A Inconfidência Mineira, que nós comemoramos como tendo sido uma das páginas mais fulgidas de nosso passado de povo, que possui uma alma própria, deve ser homenageada merecendo amplamente todos os louros, que se lhe tributa, pelo que representa a respeito do estado de alma do povo brasileiro, sendo uma fotografia fidelíssima da maturidade em que se achava, naquele fim do século XVIII, a consciência da nossa gente.

Nós, ao render o nosso preto às figuras imortais dos heroes mineiros de 1789, naturalmente o fazemos evocando um movimento da nossa formação nacional e não apenas as figuras que então foram martirizadas pelos governantes exóticos ou reinóis.

Essas personalidades, por certo, nos significam muito, pelo que fizeram, mas elas representam mais para nós, pelo que elas significam, pois

Dir-se-á que o movimento de Amador Bueno teve o cunho reginal e que não objetivava a independência do Brasil todo, como o país é hoje. Mas, por acaso, isto também não se dava com a Conjuração Mineira? O que era objetivado pelos Inconfidentes, também não era a independência de um país muito mais resumido do que o Brasil é hoje? Ou, antes, o movimento de Tiradentes era absolutamente idêntico, nos seus anhelos geográficos, o que venceu nas “margens plácidas” do Ipiranga em 1822? (8).

É claro que, o movimento de Amador Bueno, como o de Tiradentes, ou outros quaisquer, sonhava com a criação de um país independente, limitado unicamente à sua região. Se o movimento de Amador Bueno, entretanto, não visava unicamente a independência do Planalto, abrangia toda a região similar a esse Planalto, como o Rio de Janeiro e Sul, que faziam parte da região vicentina, ou tinham com ela muitas afinidades, de ordem social, étnica, psíquica, econômica, cultural, etc. Mais tarde, com o descobrimento do ouro, as Gerais se integrariam no novo país. Isso seria fatal! Com a decadência acelerada do açúcar, na segunda metade do século XVII e principalmente no XVIII, o Nordeste, já sem o vulto, o prestígio, o valor, etc., do início, nos dois primeiros séculos, também seria incluído no novo país. Era provável!

O movimento de Tiradentes, também, a princípio, não objetivava senão o território de seu interesse imediato, isto é, as minas de ouro, com S. Paulo e o Rio de Janeiro, pois, era dessa região que a Metrópole auferia suas gordíssimas rendas, prejudicando a população (os demais brasileiros não eram vitimados, pelo menor prejuízo em virtude da ação gulosa da Metrópole) brasileira. Assim, o Nordeste, por exemplo, é possível

refletem em nós, todo o estado de alma da nossa gente já, então, perfeitamente diferenciada do elemento reinol.

O movimento da aclamação de Amador Bueno deveria ser para nós igualmente significante. As personalidades nele envolvidas representam para nós, muito menos do que o movimento popular, que está traduzindo um estado de alma de todo o agregado humano de Piratininga, que já nessa época distante, se mostrava perfeitamente diferenciado dos seus dominadores políticos europeus.

(8) O movimento de 1822 objetivava a separação do Brasil, tal qual êle é hoje?

E' possível que a idealização tivesse sido essa, mas na prática o que se viu foi coisa diversa, pois apenas os núcleos carioca, fluminense, mineiro e paulista encartaram-se inicialmente no movimento. O Norte, só mais tarde, quando a separação já havia sido solidificada, se englobou no todo. O extremo Sul também esteve afastado dos pródromos do movimento, ao qual aderiu depois de uma forma vigorosa e cheia de ânimo.

que, mais tarde, viesse a fazer parte do país, que os Inconfidentes teriam tornado independente de Portugal, (9).

Assim foi, também, o movimento de 1822!

Este, a princípio, foi nebuloso, quanto aos territórios, englobados pela separação; pois o sucesso absoluto, só coroou o movimento, em relação a Minas, S. Paulo, e Rio de Janeiro, além da Côrte. Só depois, é que as outras partes do Brasil de hoje, ainda muito aporuguesadas, se foram desprendendo de Portugal, ligando-se ao novo país, que se constituía.

Nos casos de Amador Bueno, e de Tiradentes, a mesma cousa teria sucedido!

Vê-se, pois, uma perfeitíssima paridade de linhas mestras, entre os movimentos de Amador Bueno e os mais. Apenas, um conservatorismo retrógrado, ainda indesculpavelmente apegado ao secular lusitanismo, censurado dos velhos cronistas coloniais e, portanto, ainda engolfado no raçosismo de D. Maria I, pode negar a luz meridiana do meu raciocínio.

Dir-se-á, ainda que, Amador Bueno teria agido bem, recusando a independência, porque o movimento não ofereceria perspectivas de sucesso. Também, não tem razão os timoratos e tíbios, que assim pensam, emprestando gratuitamente sensatez e prudencia a Amador Bueno, pois o caso, bem analisado, vem demonstrar exatamente o contrário e essas virtudes com as quais o aclamado surge engalanado, não passam de disfarces mascarados da covardia de sua mente apavorada.

Senão vejamos:

Vitorioso no Planalto, o movimento de Amador Bueno, que poderia fazer Portugal, em oposição? Atormentado, pelo pavor da Espanha, que poderia, em golpe de força, anular o sucesso da restauração lusa, Portugal estava manietado e impotente. A atmosfera reinante na côrte lisboeta, em 1641, era de terror o mais intenso, para com a reação espanhola. Uma verdadeira guerra de nervos lavrava terremótica nas mentes apavoradas dos dignatários de Lisbôa.

(9) O Nordeste açucareiro ainda estava aporuguesado, pois o açúcar ainda atraía grandes correntes imigratórias da Ibéria. Além disso, o estado mais aprimorado, sob o ponto de vista cultural, da gente nordestina, permitia que o espírito metropolitano dominasse com mais intensidade. Tivemos a confirmar esse raciocínio e longo letargo setecentista da psicologia nordestina, durante o qual a região dormiu calmamente, sob o domínio luso, sem haver manifestado grandes desejos de emancipação. Só, depois, no início do século XIX, o Nordeste teve uma alma própria, a qual se uniu à que vinha de ser elaborada no centro fluminense, carioca, mineiro e paulista.

Então, tivemos o movimento vitorioso de 1822.

A Espanha, envolvida na guerra dos Trinta Anos, que estava no seu período francês, o mais ingrato, para as armas decadentes dos inertes Habsburgo espanhóis, mal podia fazer um trôpego esforço, o qual Portugal desbaratou, em Montijo e depois em Ameixial, em Elvas e em Montes Claros, etc..

Mas, apesar desse notório estado anêmico e albuminúrico das forças espanholas, Portugal sentia a espada damocliana, em ameaça contra sua restauração.

As demais partes luso americanas, ocupadas com a invasão flamenga, não podiam desviar recursos, para reprimir uma rebelião, na qual elas não tinham interesses contrários. E, para que haveriam êles, brasileiros do Nordêste, de enfrentar tão duros antolhos, contra brasileiros do sul? Portugal que ameaçava o valente Nordêste com a política ambígua do "papel forte", mereceria um esforço tão grande, para lhes conservar as posses?

Além do mais, o Planalto fazia jús a qualquer esforço, para o reter à comunidade lusitana? Valeria a pena? O Planalto seria uma região rica, que rendesse à Metrôpole gordos proventos fiscais ou de qualquer outra natureza? Não, nada disso! Então, para que se importar com o desgarrar dessa região?

Vê-se, por aí, que o Planalto se faria separado da Metrôpole européia, mais suavemente do que qualquer outra região americana.

* * *

Dir-se-á que o sucesso do movimento aclamatório de Amador Bueno, não teria sido vantajoso ao Brasil. Para isso responder, bastaria considerar que cinquenta anos depois do fracasso do movimento de aclamação de Amador Bueno, os paulistas descobriram nas Gerais mananciais auríferos e anos depois o fizeram outros em Goiás, em Cuiabá e em Coxipó, etc.. O ouro recolhido dessas minas teria somado cerca de 170 milhões de £ £.

Essa quantia total pode ser decomposta em três parcelas:

100 milhões de £ £ teriam ido para a Inglaterra, em virtude do tratado de Methuen, que com êsse capital pôde mecanizar seu parque indústriar e mover concorrência esmagadora à França, que, em miséria, viu os germes revolucionários proliferarem enormemente, até o ano fatídico de 1789 e daí a Revolução Francesa, que só teve lugar devido a essa situação econômica que lhe deu uma base.

50 milhões de ££ teriam ficado em Portugal, para os esbanjamentos nevróticos de Dom João V, que demonstrou, com evidência, as taras que nele se encasulavam.

20 milhões de ££, apenas, teriam ficado no Brasil, ou aproveitado ao Brasil.

Caso a aclamação de Amador Bueno tivesse sido bem sucedida, o total dessas parcelas mencionadas teria sido retido aqui, ou na peor das hipóteses, as parcelas teriam variado, com maior proveito para o Brasil. Isso é evidente!

CAPÍTULO V

CAUSAS DO INSUCESSO

Então, com tantos elementos de sucessos, por que fracassou o movimento de Amador Bueno? A meu ver porque concorreram as seguintes causas:

Causas do insucesso da aclamação de Amador Bueno

Liberdade de fato do Planalto



Fraqueza moral
de Amador
Bueno



Ausência da
população
masculina

- a) Fraqueza moral de Amador Bueno.
- b) Viver o Planalto, em tal estado de liberdade de fato, que não seria interêsse, para os moradores, obterem, também, uma liberdade de direito. O Planalto já era soberano, (ensina-nos Taunay), não havia, pois, premência, em ser essa liberdade sancionada por uma independência política.
- c) Estar fóra do Planalto, no Rio Grande do Sul, com a bandeira de Jerônimo Pedroso a que foi a M'Bororé, no momento dos sucessos das aclamações, a maior e a melhor parte dos elementos "crioulos-nacionalistas" do Planalto, onde só chegaram em 1642, (Ellis "*O Bandeirismo Paulista e o Eecuo do Meridiano*").

Essas três causas, concomitantes, fizeram com que, o movimento de aclamação de Amador Bueno não tivesse sucesso e a segunda das causas, persistindo, até o fim do século, narcotizou, de tal maneira, a população planaltina, que ela não mais se manifestou, senão com pouca energia, como no caso de Salvador Correia de Sá, (1).

Com o século XVII, desapareceu a arrogancia paulista, mencionada por Froger e destacada por muitos outros cronistas, e evidenciada por varios documentos da época, entre os quais a famosa carta de Lencastre, cousa quevem mencionada por Basilio de Magalhães, na sua citada "*Expansão Geographica*", e com êsse desaparecimento, tambem morre a independência de S. Paulo, mencionada por Washington Luís, na "*Capitania de S. Paulo*", tambem anotada por Taunay, na "*História Seiscentista de Villa de S. Paulo*".

Por que isso tudo? .

O ouro, que trouxe, entre suas consequências, o apertuguesamento do Planalto, com a avalanche da intensa imigração reinol, tambem foi o responsavel por tudo isso.

§ ÚNICO

CONSIDERAÇÕES VÁRIAS

Verificamos que, Amador Bueno, só por circunstâncias ocasionais, foi o escolhido, dentre os pouquíssimos planaltinos, então em povado, para ser o aclamado. Foi o fato de estar fóra, no longínquo sertão de M'Bororé, a maior parte da população varonil do Planalto, que levou a minúscula parcela de indivíduos do grupo crioulo a escolhê-lo, para a sua aclamação. Vimos como foi pouquissima a gente, que, no Planalto, aclamou

(1) Contra o lusitanófilo Salvador Correia de Sá, os planaltinos tiveram um proceder único, em arrogância, pois se recusaram a recebê-lo avisando-o de que, se tivesse ordens a mandar provenientes do rei, que as enviasse de Santos. (Azevedo Marques, "*Chronologia*", 237). Essa resposta dos planaltinos a Salvador Correia de Sá, foi mais uma faceta da lenta elaboração da alma nativa. E' verdade que, mais tarde, foram feitas muitas manifestações de agrado a Salvador, por parte do legislativo municipal paulistano, mas isso foi feito por haver Salvador compreendido o caso, procedido com habilidade e empregado no Caminho do Mar trabalho, dinheiro, atividade, satisfazendo aspirações dos moradores planaltinos, que não foram enganados pelo meloso "prato de lentilhas" que o sorrateiro governante reinol lhes ofereceu, conforme se vê de "*Actas*", VI, Anexo, 228.

D. João IV, em 3 de Abril de 1641. Apenas, poucas dezenas de nomes proclamaram o duque de Bragança, obedecendo às ordens do Marquês de Montalvão, enquanto que, em relação a outros assuntos muitíssimo menos importantes, os planaltinos subscreviam com centenas de nomes de pessoas em evidência, como dando o assentimento da gente, que morava nessa região brasileira, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*").

O movimento sob exame fracassou, em virtude de três causas, que se conjugaram:

- a) Estar no sertão de M'Bororé a maior parte da população masculina do Planalto do grupo dos crioulos, só ficando na região, um diminuto número de membros dessa gente, além de maioria do grupo dos reinóis, que fez prevalecer a sua vontade de que o Planalto ficasse jungido à causa portuguesa.
- b) Amador Bueno, indivíduo fraco, pusilânime, tíbio, e timorato, ter se acovardado no momento em que era guindado ao supremo nível de rei.
- c) Ter o Planalto, até então, ou antes, até o fim do século, por abandono da Metrópole, devido a sua insignificância econômica, atingido à quasi soberania de fato. Pouco ou nada interessaria à região, ter a soberania de direito, se a já go-sava de fato.

Com a sincronização, correlata dessas três eventualidades, aconteceu o doloroso e irremediável fracasso.

Entretanto, este não deveria ter sido efetivado, em virtude de algum perigo, pelos seguintes motivos:

- a) A Espanha, ocupada no período francês da Guerra dos Trinta Anos, não poderia intervir no sentido de subjugar a região que tivesse se separado.
- b) Portugal, aterrorizado com uma possível, mas não provável, invasão, espanhola, a tremer, repelindo com dificuldades as hostes inimigas em Montijo, não poderia pensar em tentar reprimir as suas colônias rebeldes.
- c) As colônias luso-americanas do Nordeste, às voltas com os holandeses, até 1654, ou até 1661, quando foi a paz feita com a Holanda, teriam de deixar em calma a região planaltina. Depois dessas datas seria possível uma tentativa, por parte do Nordeste em reconquistar a região rebelde. Mas, valeria a pena isso, dada a insignificância econômica e fiscal do Planalto despovoado e facilmente defensável, pelas arestas geográficas, que o faziam inexpugnável aos recursos apoucados da época?
- d) As colônias fluminense, espírito-santenses e litorâneas de São Vicente, seriam naturalmente abrangidas pelo novo reino, o qual naturalmente não se circunscreveria ao Planalto, muito pequeno e muito fracamente povoado, mas naturalmente, com-

preenderia outras regiões, principalmente a colônia do Rio de Janeiro, igualmente com os mesmos objetivos que o Planalto e que em 1661, por ocasião de se rebelar contra Salvador Correia de Sá, procurava o apoio paulista.

Assim, não haveria perigo algum, para o novo reino, na efetivação de ser levada a efeito a separação de Portugal. Tudo augurava ao novo reino, uma farta messe de venturas.

De fato, a Espanha, preocupada pela tremenda guerra dos Trinta Anos, no seu período francês, que foi o mais crítico para as decadentes armas espanholas, de Felipe IV, e empolgada pelas cenas desastrosas de Rocroi, de Noordlingen, de Friburgo e mais tarde de Lens, não podia se desviar para dirigir a sua atenção para uma região desvaliosa, como era o Planalto, ou o sul do Brasil. Pudesse a Espanha distrair uma parte de sua atenção da guerra contra a França de Luiz XIII, de Richelieu, de Mazzarino, de Turenne, ou de Condé, dirigiria suas forças sobre o rebelde de Bragança, isto é, sobre Portugal metropolitano.

Foi aliás o que aconteceu, tendo Portugal sido invadido, e só com a batalha de Montijo, na qual o Marquês de Alegrete, o velho Mathias de Albuquerque, foi o comandante português, ponde o Bragança, isto é, D. João IV, se consolidar no trono.

E foi essa a norma de ação da Espanha. A guerra dos Trinta Anos, a absorvendo, impediu-a de prestar mais atenção ao Brasil, ocupado, em boa parte, pelos holandeses.

Como, pois essa Espanha, que não pode repelir do Brasil, os holandeses, iria fazer algum esforço para se ocupar do Planalto! Mas, ainda há um ponto importante a notar. O Nordeste era opulentíssimo, enquanto que o Planalto era paupérrimo. Valeria a pena fazer esforços no sentido de restaurar o Nordeste, enquanto que o Planalto, pelo insignificante do seu valor econômico e fiscal, não justificava senão a mais absoluta indiferença. Além disso, há ainda um ponto a ser considerado. É que a Espanha pouco se havia preocupado com o Brasil Nordeste, para o livrar dos holandeses, (2). Nessa época a Espanha ainda, não enfrentava a poderosíssima França, na

(2) De fato a Espanha, preocupada, com a guerra dos Trinta Anos, a qual durou de 1618 a 1648, justamente quando do domínio batavo no Brasil, não realizou grandes esforços para libertar o país de invasor e não deixou que Portugal os fizesse, o que foi, ainda pior. Foram muito poucos os capítulos de reação, contra o holandês, devidos ao poder espanhol. Vejamos resumidamente, como agiu a Espanha dinata da invasão holandesa.

Em 1624, quando a Bahia se achava ameaçada, a Espanha, às voltas com o segundo período da guerra dos Trinta Anos, o dinamarquês, ne-

Guerra dos Trinta Anos, a qual só no último período foi eficiente.

Portugal, logo depois da sua Restauração, teve de atravessar um período de impotência e de terror, pois a paz com a Espanha só teve lugar, depois das batalhas de Ameixal em 1664 e de Montes Claros em 1665, no ano de 1668. Foi tal o terror de Portugal do que a Espanha lhe fizesse qualquer cousa no sentido de militarmente o esmagar que, D. João IV

gligenciou a sua defesa, só em 1625, enviando uma armada, a de D. Fradique de Toledo Osório, que aqui chegou, quando a sorte dos flamengos já estava selada. Foram os coloniais os autores da expulsão dos flamengos da Bahia, pois à chegada de D. Fradique, êle se resumiu a apressar o desfecho.

D. Fradique, apenas deu o golpe de misericórdia nos flamengos, já feridos de morte pelos coloniais. A Espanha mandou forças, porque estava aliviada na Europa.

Criminosamente os espanhóis repetiram em Pernambuco, em 1630 a sua incúria de 1624, na Bahia. Abandonaram o infeliz Mathias de Albuquerque, que nada ponde fazer, em matéria de resistência. E' que ela, Espanha, então estava preocupada com Richelieu, Bernardo de Weimar e o último período da guerra dos Trinta Anos.

Em 1631, a Espanha mandou a esquadra de Oquendo, mas ela, apenas roçou no Brasil. Nada fez para expulsar os invasores e se teve contrariedades nos Abrolhos, isso não dependeu de sua vontade; a iniciativa foi dos flamengos, que também tiveram o seu objetivo atingido, o qual era a sua manutenção na região conquistada. Enfim a esquadra de Oquendo não se destinava ao Brasil e só acidentalmente foi empenhada, pois o seu destino era o Golfo do México.

Em 1635, com as forças de Rojas y Borja, a Espanha dispendeu mais um esforço em prol de Restauração, mas foi um esforço ineficaz, pois foi batido na Matta Redonda.

Em 1639, veio mais uma expedição, que foi a do conde da Torre, a qual também fraca, foi espetacularmente derrotada.

Logo em 1640, se deu a Restauração portuguesa e a Espanha ficou libertada do fardo de ter que fazer força contra os flamengos, no Nordeste brasileiro.

Assim, em resumo, a Espanha, em 16 anos, só mandou, para a obra da Restauração do Nordeste, 3 expedições, tendo duas delas resultado em fracasso e mesmo a única vitoriosa, só chegou, depois de a luta se ter resolvido.

Com facilidade se verifica, como foi pouco o esforço dispendido pela Espanha, em favor do Nordeste. O mesmo se poderá dizer de Portugal, embora em menor escala do que a Espanha. Seria natural que, Portugal se esforçasse mais, em se tratando da libertação de região diretamente a si pertencente. E' explicável, assim, a indiferença da Espanha.

Creio que, a Inglaterra, com a guerra anglo-holandesa de 1651-1655, fez mais pela Restauração do Nordeste do que a Espanha, a quem se deviam as invasões holandesas, pois, a Holanda não era inimiga de Portugal, e sim da Espanha, e só invadiu o Brasil, porque êste passou a ser um domínio da corôa espanhola.

esteve pronto para realizar a transmigração do Reino para o Brasil, e o padre Antônio Vieira imaginou a política do “papel forte”, de aproximação com a Holanda, a custa do sacrificio do Brasil nordestino, a qual, só não pude ser ultimada favoravelmente, para a nova dinastia dos Braganças, por que os crioulos coloniais-brasileiros, a isso se opuzeram e promoveram eles a expulsão do invasor flamengo. (Calogeras “*Política Exterior do Imperio*”, (3). Além disso, a região planaltina era tão fraca, sob o ponto de vista econômico e fiscal que, no momento, não se justificava o menor esforço, no sentido de a reter na comunidade portuguesa. Penso que, Portugal metropolitano, não só não se importaria com o fato do Planalto abandonar a comunidade portuguesa, como até daria graças, por êsse successo.

As colônias nordestinas, no momento, estavam assoberbadas com a guerra de expulsão dos flamengos, a qual só teve termo em 1661, quando a Holanda reconheceu o fato da derrota, mediante a indenização de 4 milhões de cruzados. Elas, no momento, nada poderiam fazer. Depois dessa data, teria sido possível a elas, um esforço, contra o Planalto.

Isso, porém não era de se justificar, pois o Planalto além de ser imensamente pobre, vinha de se privar em boa parte, da sua única fonte de receita econômica, a qual era o apresamento, tão duramente golpeado, como vemos deste trabalho, em outra parte. Além disso, o Planalto era uma região, para a qual a Natureza fôra pródiga em proporcionar meios de defesa. Situada na crista de uma serra eriçada de rocas e de abismos, a região planaltina era inexpugnável às armas da época, de modo que, não é crível que os nordestinos fossem arriscar uma campanha mortífera e difficilima, apenas pelo amor de conservar o Planalto na sua comunhão política.

Não seria de se pensar que, o novo país, resultante da separação do Planalto, fosse se resumir unicamente à sua região. Pensar isso, seria dar mostras de pouco atilamento mental.

Todo início é sempre minúsculo, e só com o tempo, êsse mínimo se iria tornando grande. O conceito, encasulado na

(3) Eu sou dos que estão arraigados ao pensamento de que foram os crioulos os grandes autores da expulsão dos flamengos, por isso a revolução do Nordeste, contra o domínio batavo, durou de 1645 a 1654. Tivessem os reinóis a auxiliado mais, ela não teria durado tanto tempo. Foi longa demais a agonia dos flamengos no Recife e não teria sido assim se os coloniais tivessem sido auxiliados. Portugal, porém, tinha outros interesses! Daí a recuperação de Angola em 1648!

história da bola de neve, rolando pela montanha, é de se aplicar ao caso. Aliás, já temos capítulos na história brasileira, que nos forecem campo de observação. A conjuração mineira, de início, só teve em mira libertar a região do ouro, isto é, as Gerais, que era a única afetada pela ganancia reinol que a esmagava de impostos, etc.. O resto do Brasil, se não vivia bem sob o regime reinol, entretanto suportava com maior dose de paciência o seu infortúnio. Mas, naturalmente, os conjurados mineiros sabiam que, uma vez realizada a independência da região das Gerais, o resto viria depois. O Planalto, ao lado das Gerais e com as minas tão ligado que, seria forçado a as acompanhar. O Rio de Janeiro, fazia parte economicamente das Gerais, sendo sua porta de exportação e de importação, já sendo seu entreposto mercantil, além de ser seu mercado de braços. Dessa maneira, o Rio de Janeiro estava condicionado a acompanhar as Gerais no seu movimento de 1789. O Planalto arrastaria todo o sul. O Nordeste aderiria mais tarde, como fez depois de 1822, em que foi preciso a luta da Baía, contra Madeira, além dos esforços do Cochrane, no Maranhão, etc..

Em 1641, aconteceria o mesmo, pois o Planalto não sairia só!

O Rio de Janeiro, região interligada ao Planalto, atravessava uma evolução pesicológica semelhante. Sua população se acrioulava, como a do Planalto. Ela percorria as mesmas etapas nacionalizadoras, que as populações planaltinas. Seria de se esperar que, ela, a gente do Rio de Janeiro, seguisse o mesmo destino que, fosse reservado aos planaltinos.

Só quem conhece as afinidades, que ligavam os planaltinos aos fluminenses e cariocas, evidenciados na solidariedade demonstrada pelos habitantes do Rio de Janeiro, em 1640, aos planaltinos, por ocasião da expulsão dos jesuítas e só os que sabem que em 1661, os habitantes do Rio de Janeiro, pediram aos planaltinos o concurso destes, contra Salvador Correia de Sá, (Prof. Taunay, "*Hist. seicentista da Villa de S. Paulo*"), no sentido nacionalizador, mostrando que marchavam paralelamente aos planaltinos, na direção do acrioulamento brasileiro, podem fazer idéia de que, o movimento de 1641, tinha por objetivo uma área bem mais dilatada do que o Planalto. Sabemos, além disso que, Minas Gerais foi descoberta dos planaltinos, assim como Goiás e Mato-Grosso. Seria, pois de lógica que, essas enormes regiões fossem acrescentadas ao Planalto, à medida que, os planaltinos as fossem trazendo a descoberto. O memo se dirá do território do Paraná, de Sta. Catarina e do Rio Grande do Sul. O Nordeste, depois, seria incorporado por

adesão, tão natural, que seria inútil recorrer à força, para conseguí-la, uma vez que o ouro tivesse, como seria de acontecer, revelado o imam atraidor da imigração nortista para as minas.

Em 1822, não foi assim?

Como se procedeu ao movimento da Independência, em torno de Pedro I?

Tudo foi realizado, entre a Corte, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo. O resto veio depois! Sabemos bem, como se passou o movimento! Nas cortes portuguesas, muitos deputados do Norte, proferiram ficar ao lado dos lusitanos reinóis e contra os coloniais! Os canhões de Labatut e de Cochrane, entretanto, realizaram a união.

Por que não se daria a mesma cousa em 1641?

Quem pode garantir?

Quem poderia garantir, ainda, que ao proclamar a Independência, nas "margens plácidas", em 1822, o grupo independista contava já, com um país idêntico ao que é hoje?

Deixemos de lirismo falso! Em 1822, D. Pedro I ao gritar a famosa frase da independência, ainda não tinha em mente fazer a libertação de todo o território brasileiro, para o que foi preciso o emprego da força, em 1823.

Onde o indicio longiquo de que isso não iria acontecer em 1641 e depois?

O que teria resultado, se o movimento de 1641 tivesse tido sucesso?

Portugal nunca teria tido forças para reprimir a rebeldia e, pela violência, acorrentar ao seu domínio a região, que se separara. Pois, êsse mesmo Portugal, não foi capaz de expulsar os flamengos da terra nordestina e, se não fossem os homéricos esforços dos denodados crioulos da região do Nordeste e da Bahia, os holandeses se teriam radicado no Brasil. A eliminação do invasor holandês foi obra quase exclusiva do nordestino. O reinol concorreu para isso, com muito pouco. Estava a corte lisboeta, até disposta a entregar o Nordeste aos holandeses! A política do padre Vieira, imaginando o "papel forte", não determinava outra cousa! A ação rápida e enérgica dos rebeldes pernambucanos de 1645, não obedecendo à Portugal, à sua corte e à sua torva e aterrorizada política, foi a causa de haver essa região escapado dos judas de Lisboa. Sabem-se, quais os esforços dos reinóis, no sentido de fazer com que o Nordeste se subordinasse aos holandeses.

Mas além desse argumento, já de si esmagador, no sentido de não se admitir que Portugal de 1668, isto é, depois de ter sido a sua soberania reconhecida pela Espanha, pudesse obrigar

o Planalto a voltar ao aprisco lusitano, temos ainda outros, que igualmente são irresponsáveis.

Iria Portugal realizar um gigantesco esforço militar para dominar o Planalto?

Valeria a pena, no momento?

O Planalto e as regiões, que fossem com êle formar o Brasil independente em 1641, justificariam um esforço bélico, que não seria barato nem facil, na situação estratégica, em que estava o Planalto?

A Inglaterra, a poderosa Inglaterra, anos depois, quando quis domar os seus coloniais de Washington, o que aconteceu? Lexington, Saratoga e Yorktown, respondem a essa pergunta. Portugal poderia fazer o que fez a Inglaterra, a rainha dos mares recensaída, como grande vitoriosa, da guerra dos Sete Anos pelo tratado de Paris, que lhe tinha outorgado imenso poderio? Não. Portugal se conformaria com a perda! Isso teria sido fatal!

Uma consequência, para o Brasil, teria sido importantíssima.

O fisco e a economia reinol não se teriam associado à mineração!

O pacto das gerais não teria sido recambiado para Lisboa, para aí serem realizados os conhecidos desperdícios arquitetônicos de D. João V ou de Pombal, além de alimentar a devotice exagerada e mórbida do quarto soberano de Bragança, de tão funesta memória para o Brasil!

* * *

Sabendo bem o que havia significado a conjuração mineira, eu homenageava, com todo o calor da minha sinceridade, o papel representado pelos brasileiros, na horrorosa tragédia, em que o proto-martir fôra o aureolado protagonista. Odiei, com vigor, as soturnas figuras de Silvério dos Reis, de Barbacena, de Luiz de Vasconcellos e de outros portugueses! É inutil dizer que foi com paixão incontida, que admirei os consagrados Claudio, Thomaz e Alvarenga, etc.. Estudei, com avides a tragédia imortal de Felipe dos Santos! Aprendi a abominar a causa horrenda dos Assumar e da que, em S. Paulo, era representada por D. Rodrigo Cesar! Entronizei os irmãos Leme e não pude deixar de relacionar essas vitimas, que na minha mentalidade eram mártires de uma psicologia que era a da causa crioula, a do nativismo, essa que eu havia perflhado, com entusiasmo contra a dos reinóis, que se resumiam na des-

pótica opressão e na tirania sangue-suga. Então, um jorro de luz se projetou no meu cérebro! Era uma contradição! A causa, que nós homenageávamos na pessoa de Amador Bueno, era a mesma, que abominávamos com Silvério dos Reis, com os Emboabas, com os Assumar, os Caldeira Pimentel e outros, que representavam o Reino hematofago e tirânico, enquanto que o povo, que aclamava Amador Bueno, gritava à voz colonial, este, com a sua recusa, se afinava pela causa, que os governantes lusos, fizeram sua, desde o famoso Salvador Correia do Sá, que em 1648, desertando, no Nordeste, a causa brasileira, ia se bater pelo interesse português, em Angola, até Gomes Freire, Luiz do Rego, Miranda Montenegro, Conde de Arcos e Oyenhausen, o reacionário.

Como se poderia encarecer o gesto de Amador, ao lado da diretriz traçada pela causa reinol? Ao se engrinaldar a lealdade de Amador Bueno, não estávamos nós a endeusar a causa do Reino, contra a mesma linha, mais tarde sustentada no campo da tragédia horrenda pelos massacrados no Capão da Traição, ou pelos olindenses, na sua luta, contra os mascates reinóis, ou ainda, por Tiradentes, no alto da forca, onde foi arrastado pelos áulicos e apaniguados de D. Maria I, ou ainda pelos portugueses brandindo as garrafadas contra os crioulos, na famosa noite de que resultou a abdição?

Além dessa contradição, a qual crescendo da minha cerebração, me fez pesquisar, analisar e me aprofundar na reconstituição desse episódio, buscando furiosamente a verdade que viesse satisfazer a minha curiosidade atormentada pela dúvida, ainda uma interrogação, que suplementava a avidez, que eu duvidava e que completava a incerteza que eu vinha trilhando no processo da formação da alma nacional.

Eu me fazia a seguinte pergunta?

Por que se deu a nossa independência de Portugal? Foi por que havíamos adquirido uma alma, uma consciência ou uma mentalidade própria, crioula, diferente da de Portugal.

Isso seria curial!

Uma série de circunstâncias, vigentes através de anos, havia concretizado a alma nativa, já bem diferente da de Portugal. Quando êsse processo psicológico, moral, sentimental, etc., se havia completado, determinou êle a separação política, a qual só teve lugar, depois que, a formação referida se fez. Nenhum povo proclama a sua separação política, sem que haja ultimado previamente, a formação da sua consciência nacional

constituída do complexo moral, psicológico, sentimental, etc., que é a sua alma, ou o seu espírito, etc..

Se, porventura, um agregado humano qualquer realizar política e teatralmente a sua independência, sem possuir previamente uma alma, êsse movimento fatalmente fracassará, quando faltar a força, que tiver servido de base, para que essa independência aparente tenha tido lugar.

Sendo assim, naturalmente houve uma prévia elaboração de uma alma nativa brasileira, a qual antecedeu a famosa jornada das "MARGENS PLÁCIDAS". Quando teria tido início a formação dessa alma brasileira? Teria tido o processo formador da mentalidade nacional, separada da de Portugal começado em 1789, com a conjuração mineira? Mas então, a alma nacional teria demorado 250 anos, ou dois séculos e meio, para se formar! Por quê essa lentidão, quando vemos, sentimos e podemos observar nos processos de assimilação dos elementos estrangeiros, que, ingressaram no nosso corpo étnico, que em uma geração apenas, isto é, em menos de meio século, essa assimilação se dá? Por que, então, o mesmo não se teria sucedido com o elemento português colonizador, nos dois primeiros séculos? Sim, por que afinal, o processo de acrioulamento, ou de nacionalização não se teria dado ainda, uma vez que se tenha dado já a assimilação, isto é, transformação psicológica, sentimental, moral, etc., do elemento europeu em americano, do português, em brasileiro, do reinol, em colonial ou crioulo? A assimilação do exótico, em nossos dias, não é outra cousa. Então, porque aplicar ao reinol dos primeiros séculos, o que podemos ver, sentir e observar, nos nossos dias? Se o fizermos, vamos verificar que, o acrioulamento, ou a nacionalização do elemento português, não teria levado tanto tempo, pois o que hoje nos ensina a observação, é que isso exige apenas algumas décadas. Igual conclusão nos fornece uma observação do que aconteceu às Treze Colônias, anglo-americanas. Lá, a colonização inglesa se iniciou em 1607, na Virginia e em 1620, na Nova-Inglaterra, isto é, 75 e 88 anos, depois que, Martim Afonso começou a colonizar o Brasil. Entretanto, lá a independência se realizou em 1776, isto é, 169 anos, em relação à Virginia e 156, em relação à Nova Inglaterra, depois que, teve início a colonização. Isso quer dizer que, para a formação da alma nacional norte-americana, foi preciso, apenas, um século e meio. Não seria curial que, o mesmo fenomeno tivesse tido lugar aqui, com pequenas alternâncias, em razão de diversidades? Entretanto, o que nos mostram os cronistas, sob

as luzes dos quais formamos, os da minha geração e eu, a nossa mentalidade? Esses cronistas, nos mostram que, o Brasil levou, não, apenas século e meio, como as Treze Colônias anglo-americanas, mas sim quase três séculos, isto é, o dobro. Por quê essa disparidade tão acentuada? Não seria muito mais natural que, tivéssemos demorado, mais ou menos, o mesmo lapso de tempo para nos acrioularmos, ou formarmos a nossa mentalidade nativa que os anglo-americanos? Por que levamos muito mais tempo que os anglo-americanos, no processo da nossa independência? Sim, pois eu me recuso a admitir que, os anglo-americanos sejam superiores a nós, a ponto de passar pela vida colonial a metade do tempo do que nos foi exigido. Os hispano-americanos também, em regra, se fizeram independentes antes que nós. Será que êsse atrazo, em relação a todos, significa qualquer cousa de inconfessavel? Não. Prefiro admitir que, os nossos capítulos históricos não têm sido bem vistoriados e temos sido mistificados, pelos intérpretes do nosso passado, que nos tem levado a concluir uma cousa, quando foi outra muito diversa muito mais lisonjeira, para a nacionalidade brasileira.

Daí, a necessidade absoluta de uma retificação na interpretação dos capítulos da nossa história.

Essa situação interrogativa veio se sobrepor à que eu havia chegado, na reflexão inicial acima e daí eu conclui que, o nosso passado estava sendo muito mal contado, dando uma idéia muito pouco verídica do que se tinha passado. Deveria haver qualquer cousa torta no que me haviam ensinado os cronistas do nosso passado.

Foram êsses raciocínios, que fizeram me aprofundar no estudo da elaboração da consciência nacional e deram corpo à suspeita de que a aclamação de Amador Bueno havia sido um acontecimento muito diferente, cheio de muito mais importância histórica, reveladora de um estado psicológico popular muito sério, do que faziam crer os escritos de Pedro Taques e de Frei Gaspar.

O que as simples lendas, veiculadas até os nossos dias, pelas penas dos dois cronistas setecentistas, era muito diverso do que se vinha pensando, pois tudo nos levava à convicção de que, em abril de 1641, a psicologia do povo planaltino vinha evidenciar um estado de alma que atingia a maturidade e bem separado do que teria existido em Portugal. Não teria sido possível a ocorrência do que nos relatam Pedro Taques e Frei Gaspar. De fato, um simples raciocínio nos determina êssa

conclusão, que se faz, cada vez mais arraigada no meu cérebro (1). Vejamos: O movimento da aclamação de Amador Bueno, êsse que eu considero como o primeiro sinal de vida do nosso acrioulamento nativo, ou da elaboração do processo da nossa independência psicológica, sentimental, moral, etc., que sempre deve anteceder a independência política, teve lugar 109 anos, depois de ter Martim Afonso, em 1532 iniciado aquí a colonização. Isso quer dizer que, o processo de acrioulação ou de transformação do reinol em nacional, ou ainda da assimilação do português, exigiu, entre nós, no Planalto, 109 anos de gestação. Na Nova Inglaterra, onde havia muito menos isolamento do que no Planalto e portanto o acrioulamento devia se fazer com muito mais lentidão, a separação psicológica, sentimental, moral etc., da Inglaterra se deu em 156 anos.

Eis que, o movimento da aclamação de Amador Bueno surgia, aos meus olhos, sob nova feição, dotado de muito mais significação, satisfazendo a curiosidade científica dos que buscam no passado, explicações para certos acontecimentos, etc., dando uma solução muito mais lógica e lisongeira para a trajetória do povo brasileiro, pelos séculos, como encontrando uma situação, que se enquadrava muito mais, no nosso raciocínio, sempre ávido de soluções engenhosas, mas racionais, para os diferentes problemas, que a História nos obriga. Com isso, eu mais me aprofundi no assunto, chegando, com imensa facilidade, a obter novas achegas confirmatórias do meu raciocínio.

(1) Sôbre o reinolismo de Pedro Taques e de Frei Gaspar, Paulo Prado, no seu "*Paulistica*", 95, diz; confirmando o que penso dêsses dois vultos:

"Os dois vultos de cronistas paulistas que se destacam nesse período de crassa ignorância e atraso provam de sobejo a inferioridade intelectual da época, com as suas preocupações nobiliarchicas e cortezans a que tudo subordinavam".

Ora, se êsses dois escritores setecentistas subordinavam tudo às suas preocupações cortesans e nobiliarquicas, os seus relatos sôbre a vida planaltina, não merecem a fé cêga, que os nossos ortodoxos conservadores a êles dedicam. Ao interpretarmos êsses legados dos dois cronistas planaltinos, precisamos dar o necessário desconto, que compense as tendências e preocupações, que faziam com que Taques e Frei Gaspar adulterassem a verdade histórica, pois êles tinham em mente a idéia de serem agradáveis à Metrópole. O prof. Taunay não ensina que, o linhagista era português até o íntimo do coração? ("*Informações sôbre as minas de S. Paulo*", 50).

E' exatamente o que eu afirmo!

Ve-se, por aí que, nada inovol!

Outros, de muito mais coturno e autoridade, já isso ensinavam. Eu aprendi e aplico.

A lenda romântica de Pedro Taques, a propósito da aclamação de Amador Bueno, obrigava a ser o povo planaltino um agrupamento extremamente leal a Portugal.

Entretanto eu encontrei prova documental, exatamente do contrário. Eis a famosa carta de D. João de Lencastre, dirigida, a 7 de janeiro de 1700, da Baía, a D. Pedro II, rei de Portugal (*“Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo”*, V, 295), em que se vê um pedacinho de ouro, como este:

“...MORADORES, POIS ESTES TEM DEIXADO, EM VARIAS OCASIÕES, SUSPEITOS A SUA FIDELIDADE, NA POUCA OBEDIENCIA COM QUE OBSERVAM AS LEIS DE V.Mde...”

Isso só, já não seria bastante, para evidenciar a pouca devoção, que os planaltinos dedicavam ao monarca português? Há mais, porém, a confirmar o pensamento da carta acima:

Em 1643, a 3 de Outubro, mandava, por um alvará, D. João IV, que, os jesuítas fossem reintegrados no Planalto e seus bens lhes fossem restituídos, êsses que lhes haviam sido confiscados, com a expulsão deles do Planalto.

Entretanto, essa medida legal não foi obedecida pelos planaltinos!

Bela lealdade!

Em 1647, o mesmo D. João IV baixa novo alvará concedendo o perdão para os que haviam tomado parte na expulsão dos jesuítas em 1640. O povo planaltino não se importou com essa medida real, não realizando de modo algum a condição para o perdão, a qual consistia na reintegração jesuítica que o rei português desejava obter por meios suasórios.

Entretanto, os planaltinos não acataram nem esta segunda medida real em relação aos jesuítas.

Belíssima lealdade, a dos planaltinos!

Já anteriormente, de haver eu chegado a essa conclusão, isto é, que não havia nenhuma lealdade do povo do Planalto para, com Portugal, eu tinha estudado os sapientísimos ensinamentos do Professor Taunay, que é um dos intelectuais a quem mais devo na formação da minha mentalidade e quem eu considero como o “*primus inter pares*” dos que nos oferecem preciosos relatos da vida seiscentista de S. Paulo. O eminente mestre ensina, no seu magnífico livro: *“Hist. seiscentista de Villa de S. Paulo”*, I, 166, que:

...DO ALTO DE SUAS MONTANHAS RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES DO BRAGANÇA, RECEM-POSTO NO TRONO E PARA ELES LETRA MORTA”.

Óra, que bela lealdade a dos planaltinos para quem D. João IV, o rei português, era ridicularizado!

Mas, não era êsse mesmo Professor Taunay, quem nos ensinava na sua citada "*Hist. Seiscentista da Villa de S. Paulo*", 175. I, que:

"...DESDE MUITO, ERA O PODER MUNICIPAL
ABSOLUTAMENTE SOBERANO"?

A êsse respeito, dizia anteriormente Washington Luís, na sua "*Capitania de S. Paulo*", que, só no século XVIII, o Planalto iria reconhecer a soberania de Portugal.

Por que isso tudo? Será, que para isso, teria interferido a bellissima lealdade dos paulistas a Portugal?

Não está se vendo, logo, a evidente contradição de tudo isso, com a decantada lealdade do Planalto a Portugal?

A conclusão lógica, que tudo isso me ensina, é que, não havia lealdade alguma do Planalto para com o rei e que, êsse sentimento do Planalto em relação à Metrópole, só começou a existir no século XVIII, isto é, do ouro, quando a multidão reinol infrene invadiu as minas instituiu novo ambiente psicológico, o qual presidiu os escritos de Taques e do beneditino, determinando a estes a inconciente deformação do sucedido e a alteração dos perfis psicológicos dos planaltinos. Assim, eu passei a compreender os escritos do linhagista e do monge e verifiquei que êles erram e por quê erraram (2).

(2) Que houve modificação dêsse ambiente, em virtude de um acontecimento, que tudo subverteu, o qual foi a descoberta do ouro nas gerais, pelos planaltinos, em fins do século XVII, não deve restar mais dúvida.

Atesta-o um precioso documento setecentista, o qual é um escrito do governador Martim Lopes, que, em 1777, dirigiu ao Marquês do Lavradio:

"...os paulistas de hoje já não tem o mesmo valor, e resolução, que tinham os seus antepassados; que gostão de viver mais regaladamente o que já não se expoem a passarem pelos trabalhos e desconodos que tiverão seus avós".

Devemos essa transformação no caráter e na psicologia paulista ao ouro, que foi um chamariz da avalanche imigratória do Reino. Por isso, o governador Luiz Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, escrevia ao Conselho Ultramarino:

"...são os paulistas grandes servidores de Sua Magestade; no seu real nome fazem tudo que se-lhes manda".

Isso se referia ao setecentismo, quando o planaltino, reinolizado differia profundamente do planaltino seiscentista, já acrioulado, do qual falava o D. João de Lencastro, segundo vimos e ao qual se referia Froger, bem como se aplicam os dizeres de Taunay ("*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*") e de Washington Luís.

Depois de haver raciocinado de acôrdo com o que vai singelamente acima exposto, eu, estudando os ensinamentos do Professor Taunay, no seu monumental trabalho, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, lá, fui encontrar cousas preciosíssimas, concernentes, ao que se me tinha sido imposto analisar, isto é, a evolução lenta e progressiva da alma nacional, que se elaborava.

Quando se deu o assalto a Guairá, em 1628, relata-nos o mestre eminente, citando os depoimentos, por êle, encontrados no processo, contra o infeliz governador do Paraguai, Dom Luiz de Céspedes y Xeria, acusado de ter servido aos interesses dos apressadores paulistas, contra os jesuítas, houve um evento digno de nota, testemunhado pelo padre Montoya. Os paulistas, mostraram, por intermédio justamente do fidalgo espanhol, Dom Francisco de Quebedo, estarem gozando de soberania, embora isso ferisse a situação da monarquia espanhola, pois êles afirmam obedecer unicamente ao rei, que tinham no Brasil. Ora, êsse evento curioso não tem, para com o episódio da aclamação de Amador Bueno, grande semelhança de linhas gerais, a ponto de parecer que, nessa ocasião já estava em embrião a aclamação de um rei próprio, no Planalto? Tudo faz crer que sim?

Eu focalizo êsse depoimento do padre Montoya, invoco outros testemunhos jesuíticos, citados pelo eminente Professor Taunay, sempre no seu precioso volume 2.º da "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", e os correlaciono com a aclamação de Amador Bueno, daí concluindo que, o planaltino sempre muito afastado, sob todos os pontos de vista de Portugal, revelou, com o episódio da aclamação de Amador Bueno, o seu estado psicológico, de modo que, se pode afirmar, sem medo de erro, que, foi êsse o primeiro sinal de vida da alma brasileira, a qual, em 1641, mostrou um suficiente gráu de maturidade, a ponto de manifestar acentuada tendência para a separação de Portugal.

Assim, teria sido ele, a primeira manifestação de nativismo, havida na história brasileira. Circunstâncias, que eu estudo no trabalho, as quais eu procuro aprofundar, fizeram com que o movimento não tivesse sucesso, mas êle revela, entretanto que, o povo planaltino estava, no século XVII, maduro para uma vida separada de Portugal. Nesse século, porém, não se apresentou outra oportunidade de, os moradores da região sacudirem o jugo lusitano, o qual não se fazia imperioso que fosse destruído, pois que os planaltinos, em muito pouco, dependiam do reino. No século seguinte, a evolução progressiva

do nativismo planaltino foi subitamente paralizada, pela superveniência da intensíssima imigração reinol, a qual como uma avalanche esmagou tudo e apertuguesou tudo. (3).

^ Não se va concluir, pelos meu pensamentos e pelas expressões, que consagrei neste trabalho, que, eu sou antagonônico ao português. Pelo contrário! Tenho Portugal e os portugueses em grande conta, no meu sentimentalismo. Ninguém mais que eu acarinha as tradições lusitanas, pois tenho a maior parte dos meus antepassados originários nesse país, que conservo bem elevado no altar da minha devoção. Sem embargo disso, entretanto, para que eu pudesse reconstituir um capítulo histórico, referente ao regime colonial luso-brasileiro e à paulatina emancipação psicológica dos crioulos, tive que me colocar na esfera de pensamento, que faz parecer ser eu contrário a Portugal. E' que êste, segundo o seu interesse, procurava impedir os surtos de nativismo nas colônias brasileiras. Aliás, essa linha da conduta é de todas as metrópoles. A Inglaterra assim procedeu, em relação às Treze-Colônias. A Espanha teve igual norma de ação no tocante às colônias hispano-americanas, etc..

Portugal, como as outras nações colonizadoras, procedeu no sentido de proteger os co-nacionais reinóis, contra os crioulos, que eram elaborados na suas colônias brasileiras, pela paulatina assimilação. Eu naturalmente, como seria humano, não posso ocultar que, sou favoravel à causa dos crioulos.

(3) Que o planaltino tinha, no decorrer da prosperidade reinolizada do século XVIII, perdido a sua tèmpera, a arrogância, a belicosidade altaneira, o espírito rebelde e amante da independência e da liberdade, etc., nos ensinava Paulo Prado, no seu tão citado "*Paulística*", 104:

"Os diversos movimentos de revolta contra o poder portuguez, como o da inconfidencia mineira, o de João de Deus na Bahia e da revolução Pernambucana de 1817, não encontravam nem adhesão nem sympathia no Paulista degenerado".

O paulista crioulo seiscentista, arrogante e nacionalizado, pouco fiel à Metrópole, como dizia D. João de Lencastre, tinha se abastardo no individuo sem verticalidade, que a avalanche reinol tinha substituído a alma, reinolizando o caráter, como Paulo Prado admiravelmente retrata, dizendo mais:

"A maioria da população era reaccionaria e favoravel à consolidação da monarchia una, pela reunião das duas coréas. Só tres ou quatro familias, e — para honra do nome paulista algumas camaras do interior acceptavam e se batiam pelas ideas de liberdade e independencia".

Nesse ambiente pútrido, é que Pedro Taques e Frei Gaspar escreveram os seus relatos! Como emprestar a êles grande autoridade!

Certo, procurei a imparcialidade rígida, mas, apenas mostrando os fatos e os comentando, sem "parti-pris" e sem paixão; entretanto, posso parecer haver tomado partido. Eu fui sereno e imparcial, mas não fui gélido no comentário, que pode parecer forte, mas que tomou essa aparência, por que eu quiz buscar a clareza.

* * *

Não há dúvida que, derroquei um tabú, êsse estabelecido por Pedro Taques e por Frei Gaspar, que se enraizava nas páginas do nosso passado, como a era serpenteante e rasteira se fixa amortecedora no tronco de uma grande e altaneira árvore.

A verdade deve ser estabelecida, custe o que custar e uma procedência, que possa ocorrer à hipótese, pois nem todos os quadros do passado aparecem amparados por documentos escritos e oficiais e, às vezes temos precisão de os suprir. A interpretação do documento tem muita importância e o historiador que tem ante si um documento e dêle não extrai tudo quanto êle significa, já por não interpretá-lo com percuciência, já por não dar valor ao mesmo, não está realizando a verdadeira função de historiador.

A História é um complexo de ciências, isto é, ela representa um conjunto de elementos científicos, tirados de vários ramos de conhecimentos humanos, os quais são invocados com o objetivo de resolver pontos obscuros, que a documentação inexistente ou deficiente não pode, só de por si, resolver. Por isso é que, acho que, para se poder tentar reconstituir dentro da verdade, capítulos do nosso passado, é preciso que, se disponha de ampla, embora pouco profunda, cultura geral. Quem não se dispuser a lançar mão de vários ramos de conhecimentos científicos, afim de reconstituir algum quadro do passado, que uma certa documentação ainda não tenha iluminado, não conseguirá grande cousa.

É essa a concepção, que faço do que seja História e do que se faz necessário, para que se possa refazer o que não está certo, ou não está afinado com a verdade.

Eu tenho como princípio que, Portugal tinha no Brasil não, apenas uma colônia, mas, sim colônias, espalhadas ao longo de uma grande área territorial, separadas por distâncias não pequenas, as quais só podiam ser vencidas pelas comunicações marítimas, cercadas de condições ambientais as mais diversas, que pressionavam os moradores de forma diferente e engolfadas em ambientes econômicos dos mais variados matizes. Esses agrupamentos heterogêneos de colonização, recebendo os in-

fluxos tão diferentes, tiveram, com o seu complexo de circunstâncias, as suas linhas próprias, a sua constituição social diferente, a sua tonalidade econômica particular, etc.

O estudo da História do Brasil, ainda, não tem sido compreendida assim, por que todos os trabalhos realizados sobre o passado brasileiro o têm encarado politicamente e sob o ponto de vista da sua administração. Um trabalho de história social ou de história econômica, só agora vem sendo feito, com o aparecimento de livros como o de Roberto Simonsen, e outros (4).

Quer me parecer que, só quando se tiver em vista o passado brasileiro, encarado sob os seus aspectos sociais ou econômico, poder-se-á compreendê-lo. Antes disso, é inútil e teríamos fatalmente a repetição dos erros, que vemos enraizados no estudo do passado desta parte do continente sul-americano. Além disso, só agora se vem fazendo luz sobre a História do Planalto, pois, ainda, há muita ignorância sobre as páginas do passado desta parte da capitania vicentina. Não se poderia escrever a História do Brasil, sem um conhecimento verídico da His-

(4) Faz exceção à regra geral, Oliveira Vianna, no seu magnífico livro "*Evolução do Povo Brasileiro*", 235, que a esse propósito ensina:

"Desde o momento em que o governo português, para iniciar o povoamento do seu domínio americano, estabeleceu o seu systema das capitanias, distribuídas por toda a costa brasileira, e cria, dest'arte, VARIOS CENTROS DE COLONIZAÇÃO a distancias extraordinarias uns dos outros, elle, implicitamente, cria aqui as condições de inviabilidade a qualquer governo unitario. O governo geral de Thomé de Souza repousa apenas numa ilusão, aliás rapidamente dissipada. Chegadas aqui, e entrado em contacto com a terra, os velhos estadistas coloniais comprehendem lucidamente a originalidade da situação americana e, obedecendo á fatalidade geographica, resignam-se a essa conclusão inevitavel:

FRAGMENTAÇÃO DO PODER COMO MEIO DE DEFESA E ADMINISTRAÇÃO".

Aliás já Capistrano de Abreu, antes havia se manifestado similarmemente e com mais profundidade Euclides da Cunha. Infelizmente as premissas de Oliveira Vianna, acima citadas, não têm sido seguidas, parecendo que há um certo receio em se firmar conclusão. Esta, entretanto, não será de se receiar uma vez se a estabeleça com justeza, isto é, buscando o principio descentralizador já entrevisto, no século passado por Tavares Bastos. O contrario é que seria perigoso, isto é, esconder uma circunstância de fato, não ministrando a exata terapêutica a ela.

Essa terapêutica é aconselhada por Oliveira Vianna, que justamente por ser uma exceção, dentre os escritores e sociólogos que se tem manifestado, é tanto mais de ser encarado, o seu livro citado que é um verdadeiro Evangelho, doutrinator das realidades brasileiras.

tória do Planalto, tão entrelaçadas são elas. É preciso, préviamente situar a História planaltina na História brasileira. Esta não pode ser estabelecida, sem que, aquela, em suas linhas gerais, esteja feita. Exemplificando, temos que, para haver a indústria-agrícola do açúcar no Nordeste pernambucano, foi preciso que, tivesse havido apresamento de índios, que fornecesse mão de obra barata e abundante ao plantador da cana e usineiro do açúcar. Ora o apresamento foi de realização planaltina e só agora vem se fazendo luz, sobre o que foi êsse grande capítulo do passado planaltino e mesmo assim ainda, há muito indivíduo cheio de empáfia a pensar que, o apresamento foi mera epopéia aventurosa, que apenas salientou a audácia, etc. dos seus autores. Seria preciso que, a ignorância fosse varrida que, a má fé fosse abandonada, para o apresamento ser compreendido como atividade econômica e só, então, a História planaltina poderia ser bem enquadrada na História brasileira, a qual, como está, não passa de mera soma de Histórias regionais, na qual a História do Nordeste tem muito mais valor e merece muito mais atenção.

CAPÍTULO VI

O ANONIMATO DE AMADOR BUENO E O DECLÍNIO DO APRESAMENTO

Não se sabe, com precisão, quando tenha morrido Amador Bueno. Êle desaparece do cenário planaltino, não se tendo mais notícias a seu respeito, na segunda metade do século.

Penso conjecturalmente que Amador Bueno, tendo nascido em 1591, o que é certo, deveria ter morrido, mais ou menos em 1651 a 1652, quando êle atingiu os 60 a 61 anos, (1).

(1) Apesar dessa conjectura, realizei extenuantes pesquisas, nos documentos do tempo, encontrando as últimas referências a Amador Bueno, no ano de 1651.

Nesse ano, êle, que havia sido Juiz Ordinário em 1650, entregou a vara, "por empedimento que tinha de enfermidade", conforme se vê de "Actas" V, 457, cousa confirmada por outras referências a êle, como Juiz Ordinário, contidas em "Registo", II, 221.

Depois disso, não mais se encontra o nome de Amador Bueno, sem embargo haver eu vistoriado milhares de nomes de pessoas identificadas no Planalto, na enorme documentação que cuidadosamente examinei.

Penso ter Amador Bueno morrido em 1651, pois o seu nome desaparece absoluta e bruscamente do Planalto, não obstante ter essa região,

É excusado repetir que, o seu nome não aparece em nenhuma nominata de bandeira, a-pesar-de, ainda, podermos assinalar expedições, de apresamento, cujo movimento não se extinguiu por completo, na segunda metade do século, (2).

Por certo, houve sensível declínio no apresamento, que então, era o grande alimentador do bandeirismo, pois a Restauração da soberania portuguesa criou a separação, entre as terras hispano-americanas e as luso-americanas, por meio de fronteiras erigidas como barreiras, mais ou menos sólidas, entre as colônias ibéricas na América. Isso, naturalmente dificultou a penetração apresadora, em terras diretamente pertencentes à Espanha, (3).

então, passado por capítulos bem turbilhonantes, na sua evolução histórica e seria de se pensar que, Amador Bueno parte mais saliente nêles. Assim em 1653, os paulistas readmitiram os jesuítas no Planalto, tendo sido assinado muitos termos de composição. Muitos dos paulistas de nomeada subscreveram, como seria natural, os arranjos e as acomodações com a Companhia. Entretanto, o nome de Amador Bueno, continúa desaparecido!

Nessa ocasião desenrolava-se bravia, a luta entre os jesuitófilos e lusitanófilos Pires contra os Camargos, ardorosos representantes do espírito crioulo da terra.

Muitos foram os documentos subscritos, então. Mas o nome de Amador Bueno continúa na mais absoluta escuridão!

Que tipo foram os paulistas escolher, em 1641, para aclamar!

Fôsse êle, um homem que se destacasse, teria aparecido, ao se cuidar, no Planalto, de assuntos tão sérios! Explica-se que, é provável, nessa data já Amador Bueno tivesse morrido. Se essa hipótese for confirmada, a idade, com a qual teria morrido o aclamado, não foi muito avançada. E' preciso, entretanto, convir, que nesses tempos recuados dos primeiros séculos, com o atraso das condições sanitárias, e com o pouco adiantamento da medicina, a média da idade comum era muito restrita.

Seja ou não verdadeira essa probabilidade, que aventei, o que se pode afirmar, entretanto é que, Amador Bueno desapareceu, como viveu, isto é, mansa e pacificamente, sem deixar vestígios da sua passagem pelo mundo. Ele não teria vivido, mas sim vegetado! Comera, bebera, dormira criaria filhos e morrerá, sem que a posteridade ficasse sabendo da sua passagem por êste mundo e se não fôsem as penas fantasiosas de Pedro Taques e de Frei Gaspar, êle teria sido um anônimo. Entretanto, êle foi o alvo central do primeiro movimento nativista nas Américas!

(2) Azevedo Marques foi menos feliz que eu, pois a última referência que encontrou sobre o aclamado, foi de 18 de outubro de 1649, como se verifica de "Apontamentos", 9, enquanto que eu consegui o localizar em 1651.

Isso, entretanto, não tem importância alguma, a não ser para mostrar que, Amador Bueno viveu mais um ano!

(3) A ereção de fronteiras nas partes lusas e espanholas na América, determinada pela infausta Restauração lusa, foi como se tivesse acontecido, para o Planalto, fenômeno inverso, ao das trombetas de Josué,

Além desse impecilho natural ao apresamento, devemos constatar mais três fenômenos, os quais, como concausas, atuaram, no sentido de diminuir a fúria do apresamento. Foram êles:

- 1.º) A diminuição dos estabelecimentos jesuíticos ao alcance das razias apresadoras, as quais já haviam se cevado nas províncias jesuíticas mais facilmente atacáveis pela atividade bandeirantística planaltina. As províncias restantes do grande império guaranítico e teocrático, se achavam mais defendidos, mais distantes, etc., do alcance planaltino.
- 2.º) A grande diminuição da procura de braços, pelo Nordeste açucareiro, o qual com a Restauração contra o belga, tinha podido importar africanos, principalmente de Angola, de novo na soberania portuguesa, livre da hegemonia flamenga no Atlântico sul.
- 3.º) A decadência na produção açucareira no Nordeste brasileiro, o qual, então tinha a enfrentar a concorrência vitoriosa das regiões anglo e franco americanas, principalmente das Antilhas, muito mais perto dos centros consumidores e das colônias anglo-americanas, onde havia magnífico consumo de mercadorias tropicais, entre as quais o açúcar. Isso naturalmente teria concorrido para a diminuição da procura da mão de obra indígena, antes fornecida pelo Planalto.

Essas concausas reunidas à que ficou acima mencionada, por força, agiram no apresamento, que assim teve a sua atuação fortemente diminuída. Mas êle não foi extinto, entretanto.

Pode-se comprovar isso, que aí fica asseverado, pela análise da documentação paulistana. Esta, que já não era abundante

nos muros de Jerichó, os quais caíram para que, os israelitas pudessem entrar na cidade. O Planalto, com a Restauração lusa, viu se erigirem barreiras fronteiriças, através das quais os seus bandeirantes-apresadores não poderiam incursionar, pelo sertão espanhol, com a mesma facilidade de antes.

Dir-se-á que, essas fronteiras teriam existido apenas no papel e que teriam existência formal, apenas, pois que de fato elas não eram defendidas.

Entretanto, só a existencia delas já constituia uma dificuldade para a penetração planaltina. Tanto mais que o governador espanhol do Paraguai sempre se dispunha a agir e se alguns eram frouxos, como Dom Pedro de Lugo y Navarro, outros eram mais iracundos, sendo que, o próprio D. Luiz de Céspedes, acusado pelos jesuítas de haver sido comprado, ao se defender, menciona vários atos em que teve, de usar a violência contra os paulistas. O episódio de Andino, governador do Paraguai, é de se mencionar, em abono do ponto de vista que sustento, além dêsse há muitos outros casos, mencionados pelo Prof. Taunay, na sua tão recorrida, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*", pela qual se pode verificar o obstáculo criado ao apresamento, pela Restauração portuguesa, tão funesta para o Planalto e tão condizente com os interesses reinóis e nordestinos!

e não era farta em esclarecimentos, a propósito do bandeirismo, tornou-se de um mutismo quase que absoluto, de modo a não se poder obter grandes cousas em matéria de cronologia apresadora.

Apesar desse declínio, evidênte, pela deficiência de notícias do mesmo, só subsistindo, sôbre o apresamento, até 1648, o pouco que é relatado pelos cronistas da Companhia de Jesus, (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, III, do Prof. Taunay).

Muito pouca cousa se sabe sobre o bandeirismo de então, que exercia a sua atividade apresadora, na região norte do Paraguai e sul de Mato-Grosso, o Maracajú, como era chamado, em vista de se haverem exgotado o Guairá, o Tape e o Uruguai, ficando muito longe do Planalto, a parte mesopotâmica, isto é, a provincia jesuítica do Paraná. Parece que, com a extinção dos ataques dos apresadores aos estabelecimentos jesuíticos, não se teve mais notícias, sôbre a continuação do bandeirismo, mas a verdade é que, este sofreu um acentuado declínio. Sim, por quê as causas, que eu mencionei, acima, sôbre a queda de apresamento, são claras e evidentes, e se acham ao alcance de qualquer cerebração infantil!

Mas, o declínio do apresamento é de fácil compreensão, entretanto, não se pode constatar a sua extinção. Êle continuou, muito atenuado, unicamente para satisfazer a pequena procura de braços, para a diminuida lavoura nordestina, que havia sido golpeada pela América espanhola, na segunda batalha do açúcar e que realizou, ao inverso da América portuguesa, pois, só ao findar a sua extração mineradora, se entregou à agricultura, enquanto que, a América portuguesa, só teve mineração, depois da agricultura ter existido, em dois longos séculos.

Mesmo nesse apresamento diminuido e unicamente realizado, através das muitas dificuldades, com as novas fronteiras hispano-portuguesas na América, o nome de Amador Bueno, não surge, em nenhum rol de sertanistas, escapo ao esquecimento. Alguns dêstes subsistiram, sem embargo, da queda do sertanismo. Ê que o planaltino, tendo sido, pelas circunstâncias, privado do exercicio, em grande escala do apresamento, como vimos repetidamente, buscou na atividade pastoril, um meio para acomodar a sua economia.

O ambiente climatico do Planalto emprestava ao morador um tal dinamismo que, não havia lugar para ócio, sossêgo, ou vagabundagem, etc., por parte do individuo, que recebia o "stimulus", proporcionado pelas variações termométricas na região do altiplano vicentino (Ellis, *"Raça de Gigante"*: *"Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano"*;

“*Evolução da economia paulista e suas causas*”). Diminuída a atividade bandeirante-apresadora, o planaltino buscou uma base para a sua economia no pastoreio. Como nas imediações do Planalto, não houvesse extensão em quantidade de área territorial apropriada para o pastoreio, os planaltinos tiveram de procurar bem ao longe, em grandes rotas, no Piauí, no R. Grande do Norte, em Sta. Catarina, no Paraná, ao longo do rio S. Francisco, no Rio Grande do Sul, etc.. O Planalto é pequeno demais, para o exercício de uma atividade, para a qual grandes áreas planas e vestidas de vegetação herbácea, são necessárias. Daí as grandes migrações patriarcais, testemunhadas pela segunda metade do seiscentismo, as quais levaram do Planalto, os Dias Velho, os Brito Peixoto, os Jorge Velho, os Matias Cardoso, etc..

Por êsse motivo, o pastoreio foi exercido, tão longe do Planalto.

Seria muito mais comodo e fácil e muitíssimo menos trabalhoso, se o pastoreio se tivesse realizado nas imediações planaltinas, ou a uma distância curta dessa região, mas não foi o que se deu e a causa desse fenômeno (mesmo por que, todos eventos tem causa e o mistér do historiador é buscá-las, desvenda-las).

Pois bem, mesmo nessa fase do passado planaltino, o nome de Amador Bueno permanece no mais absoluto anonimato e no mais completo e sepulcral silêncio, pois não surge, emprestando destaque especial a qualquer capítulo do magno episódio da expansão paulista, tão celebrada, como ignorantemente chamada de marcha para Oeste (como se o Piauí, o Rio Grande do Norte, ou o vale do rio de S. Francisco, como se Laguna ou os pampas do Rio Grande do Sul, fossem Oeste)!

Até ao fim do século, a história planaltina empaturrou-se de episódios de expedições povoadoras de paragens longínquas. Eram caravanas imensas, formadas pelas famílias volumosíssimas, que o patriarcalismo planaltino havia constituído com sua abundante escravaria, que demandando as planuras distantes, aí se afazendavam, povoando enorme área, com a profligidade de sua formação social, no qual o velho “pater familias” chefiava numerosas famílias de seus descendentes ou colaterais, com as dos apaniguados, gentes de servir, etc..

Mas não se limitou a êsse quadro a vida planaltina, da segunda parte do seiscentismo. Então, no Planalto, comprimida tanta belicosidade dinâmica, sem que pudesse se espalhar, como no apresamento da primeira metade do século, sem a válvula de

expansão, que nas éras primeiras do seiscentismo, fazia com que o vigor e o ardor da estirpe se manifestassem fóra da região, esta se transformou em foco de desordenada agitação e de tumultuosa seriação de acontecimentos trágicos, em que o sangue tingia de rubro as ruas da vila de Anchieta e em que o rumor das desordens se alternava belicoso com o estrépito ensurdecedor da multidão enfurecida, ou com o entrecocar de armas carnicieras, vibradas em motins, que ululantes perturbavam o silêncio das ermas paragens do Anhembi, ou o mistério da sombra majestática e adamastórica do Jaraguá.

Tivemos, em alucinantes quadros, que, galópeantes, perpassavam como trágédias, que se sucediam, cinematizadas no Planalto, a guerra civil dos Pires contra os Camargos; tivemos a luta infrene, teimosa contra o caviloso Albernaz; tivemos em 1660 os tumultos agitantes contra o jesuitófilo o lusitanófilo Salvador Correia de Sá e Benevidos; tivemos os motins desordenados, em que a população, dominada pelos governantes lusos, se prejudicava, crucificada aos interesses reinóis, nos casos da alteração do padrão monetário, ou do monopólio do sal, etc.; tivemos por fim, os ardores vigorosos, manifestados contra o governante reinol Arthur de Sá e Menezes, pela impressionante figura de másculo, altivo e arrogante, que foi Pedro Ortiz de Camargo, que em terremótica tirada, lembrava o filho de Ramalho, que queria acabar a Inquisição a flechadas. Isso emoldurava o teatro planaltino, o qual como um renovado acrópelo projetava cênas, nas quais facilmente se lobra, a existência de um espírito próprio que se desenvolvia.

Entretanto, em nenhum desses abraçados capítulos do passado seiscentista do Planalto, se encontra o nome de Amador Bueno! O que significa êsse silêncio em torno do nome do Aclamado? Não está isso a gritar que, Amador Bueno, não era homem para agitações? Não está isso a clamar que, o Aclamado vivia em doce e pacífico sossêgo na sua patriarcal perigrinação, pelo vilarejo planaltino a qual burguêsmente se resumia em dias, que se vegetavam, sucedendo em uma monótona sequência de comer, beber, dormir e criar filhos?

Além dessa vida febril e congestionada, que tumultuava os dias planaltinos, tinham os moradores seiscentistas da região de, atentamente cuidar do litoral, constantemente ameaçado pelas piratarías flamenga, francesa ou inglesa, as quais recrudesciam, quando os dirigentes reinóis, em Portugal inclinavam o timão da sua política internacional, contra os Hanover, os Bourbons, ou os Habsburgos, ou ainda contra os mercadores de Antuérpia de Haya, ou de Amsterdão.

Em 1640, houve necessidade do Planalto enviar, às pressas, uma expedição de socorro, ao litoral ameaçado, (Taunay, "*Grande Vida de Fernão Dias Paes*"). Essa expedição de socorro ao litoral em situação grave, pelas tentativas flamengas, parece ter tido lugar em fins de 1640.

Dessa ação, o documento, que no-la revela é uma certidão, passada, a 16 de dezembro desse ano, por João Luiz Mafra, capitão mor de S. Vicente, e mencionado pelo Prof. Taunay, "*Grande Vida de Fernão Dias*", 37. Eu suponho que, essa expedição, a qual deveria ter sido numerosa, permanecesse, no litoral, a ponto de, seus membros não terem podido assistir ao movimento fracassado de Amador Bueno e à consequente aclamação de D. João IV. É preciso que se recorde que, a aclamação de D. João IV foi apenas por algumas dezenas de indivíduos, pois a vila estava despejada de seus moradores, em luta longínqua contra os jesuítas, no combate de M'Bororé, nas margens distantes do rio Urugai, a cerca de 2.000 quilômetros do Planalto. É de se estranhar que, D. João IV tenha sido aclamado por uma parte mínima da população piratiningana, pelo fato de que, as decisões graves costumavam sempre ser tomadas por grande número de moradores! Assim a expulsão dos jesuítas, em junho de 1640, foi subscrita por 280 assinaturas. Compare-se esse magnífico atestado de unanimidade de pensar com a minguada ata, que proclamou o titular de Bragança, (Azevedo Marques, "*Apontamento*")! Em 1647, o povo planaltino, a propósito do Vigário Albernaz, dirigiu uma publicação assinada por 300 pessoas ("*Registo*", VII, Suplemento, 295). Isso me convida a supor que, os companheiros de Fernão Dias tenham feito falta na aclamação do Bragança, tão fraca teria sido ela, pelo mínimo número de pessoas que assinaram a ata da proclamação.

Parece que, a vila, tendo sido esvaziada, pelos seus moradores, que estavam bandeirando, em sertão distante, ficou momentaneamente entregue aos lusitanófilos, como Lourenço Castanho Taques, Antonio Pompeu de Almeida e outros, bem como aos reinóis, e estes, com a maioria ocasional, determinaram, não só o fracasso do primeiro movimento nativista, em torno de Amador Bueno, como também a proclamação do duque de Bragança, fazendo com que, o Planalto continuasse atrelado a Portugal. Sim, porque a aclamação do Bragança, só reuniu 34 assinaturas de moradores, além de mais 10 de sacerdotes e frades de várias congregações. Isso faz figura ridícula diante das três centenas de assinaturas de planaltinos, que realizaram

a expulsão dos jesuítas e que deliberaram a propósito do vigário Albernaz.

Por que um total tão apoucado de nomes a aclamar o novo rei português?

Não está isso gritando que, os reinós e os lusitanófilos se aproveitavam de eventual maioria, causada pela expedição, que prosseguindo no apresamento, foi até a margem direita do rio Uruguai, deixando o Planalto esvaziado de crioulos?

É justamente, por que me impressionei pela pequeníssima quantidade de assinaturas, que subscreveram a aclamação de D. João IV, que acreditei que, além de estarem os planaltinos afastados na longínqua região sertaneja de M'Bororé, parte deles estaria no litoral, com Fernão Dias Paes. Entretanto, contrariando esta hipótese, ve-se que, Fernão Dias Paes foi precisamente um dos que encabeçou o movimento reinól e foi contra o crioulisto, que fez aclamar Amador Bueno! Era natural que, isso se desse, pois, Fernão Dias foi precisamente um dos elementos vanguardeiros do lusitanismo, no Planalto. Jesuitófilo, um dos que promoveu a Reintegração dos jesuítas, êle deveria ter sido lusitanófilo!

Seu tio Luís Dias Leme foi o obediente cumpridor das ordens de, ser o aclamador em S. Vicente do titular de Bragança, as quais haviam sido mandadas, por intermédio de Arthur de Sá, pelo Marquês de Montalvão. Ele, mesmo, foi dos elementos, que mais fez pela reintegração dos jesuítas no Planalto, (Azevedo Marques, "*Chronologia*"). Tudo nos leva à crença de que, Fernão era dos antagonistas mais temerosos do crioulisto, o qual fatalmente teria existido, como deixamos evidenciado. Entretanto, aqui fica a hipótese, que levantei. Pode ser que ela não tenha tido lugar, mas isso, em nada afeta a tésse que sustento sôbre o movimento nativista, com convicção e com grande cópia de argumentos, baseados na lógica e no raciocínio, bem como em vários documentos, que lembrei, dentre os muitos que oferece o genial trabalho sôbre a crônica bandeirante do Professor Taunay.

Mas em 1641, ainda não se havia dado a Restauração do Nordeste brasileiro!

Este teria de permanecer, ainda mais de uma dezena de anos sob o poder flamengo. Assim, o apresamento ainda não tinha contra si a totalidade das causas, que, mais tarde determinaram o seu acentuado declínio. O apresamento, se bem que golpeado, ainda estava de pé e só tinha, nessa ocasião, contra si, a conjugação das seguintes causas:

- a) As provenientes da Restauração de Portugal, ocorrida, no Brasil, em 1641.
- b) As decorrentes da rareação dos estabelecimentos jesuíticos, dentro do raio de ação das bandeiras paulistas, agindo em ofensiva de apresamento.

Causas do declínio do apresamento



Só, mais tarde, os planaltinos deveriam ver acrescer à essa seriação de motivos, que determinariam a queda do apresamento, mais algumas decorrentes da Restauração do Nordeste que seriam :

- a) Provenientes da restauração do tráfico africano, importador de escravos pretos, o que viria suprimir o monopólio destruído, até então, pelo ameríndio.
- b) Proveniente da decadência mais ou menos acentuada da lavoura de cana e do fabrico de açúcar, no Nordeste, que perdia, em favor das colônias inglesas e francesas, a segunda batalha do açúcar.

Como eu dizia, só mais tarde deveriam interferir as causas do segundo grupo de modo que, o apresamento continuava, embora êle já estivesse sofrendo o resultado de forças adversas. Tivemos, em 1642, a bandeira chefiada por Vicente Bicudo, além de outra que se organizara, em fins de 1641. Não se sabe, por onde tenham andado êsses magotes de planaltinos (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 129).

É de supor que, índios bravios tenham sido apresados, então. Creio, porém que, em 1644, já a região do sul de Mato-Grosso ou do Norte do Paraguai, deveria estar sendo trilhada, pela gente planaltina. Pelo menos, Pedro Taques, o inefável linhagista, atribue, essa data a destruição da bandeira de Jerônimo Bueno. É verdade que, o sabio Prof. Taunay duvida da

veracidade do relato, no tocante à data. É bem certo que, Pedro Taques errou muito, pois como eu disse, êle foi um méro coletor de tradições verbais, que se transmitiam de geração em geração e assim eram adulteradas. Mas, por ocasião desse milésimo, era de se crer que, os planaltinos, esgotadas as possibilidades das outras províncias jesuíticas e se situando algumas delas fóra do raio ofensivo bandeirante, a gente do Planalto se tenha voltado sôbre a região de Maracajú, bem próximo do Paraguai, onde os jesuítas enfrentavam as perseguições do bispo Cardenas. Era preciso aproveitar a ocasião, pois a atuação do bispo Cardenas foi um excelente auxílio recebido pelos planaltinos. Eu atribuo, pois o proceder dêsse bispo, contra os jesuítas, a reatividade apresadora dos planaltinos, no Maracajú-Itatí. Então, já os estabelecimentos jesuíticos haviam sido aliviados da penetração apresadora. Parece que, as causas do primeiro grupo tinham paralizado a atividade sertanista, quando em 1644, diz Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 146, reproduzindo o que relata Chalevoix, a respeito da luta entre jesuítas e o Bispo.

Note-se o tom desabrido e violento, com que se manifestam os cronistas da Companhia, contra o bispo frei Bernardino de Cardenas. Isso prova que, a fúria dos suaves sacerdotes da religião de Cristo, não se desacadeciava unicamente sobre os apresadores, mas a sua paixão se patenteiava, contra todos que lhes contrariavam os interesses.

O bispo-governador do Paraguai, desse médio seiscentismo, foi uma das vítimas da paixão e da evidênte falta de imparcialidade jesuítica. Eles não podem ser livres de suspeita, pois eram partes. Não obstante isso, êles têm logrado suggestionar muitos dos nossos cronistas, que baseados nos seus abraçados relatos, tomam partido por êles.

O bispo Cardenas, entretanto, parece que, foi muito violento, contra os inacinos, pois a 6 de março de 1649 os expulsou, segundo ensina nos o Prof. Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 148.

Distraídos os loiolanos, não puderam evitar que, o Maracajú-Itatí fosse assaltado pelos paulistas, que, em 1644 são assinalados, com Jeronymo Bueno e, em 1645 surgem com uma expedição, comandada por João Mendes Geraldo. Eu poude identificar essa bandeira, graças ao inventário de Antonio Gomes Barbosa, procedido no sertão ("*Invent. e tests.*" XI, 347 a 370), com 14 companheiros assinalados, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 132 da 1.a edição). No inicio, eu não soube identificar o sertão, percorrido por essa

empreza, mas agora vejo claro que, foi o do norte do Paraguai. Aproveitando-se da diversão, que o Bispo Cardenas exercia sobre os jesuítas o apresamento continuou, por esse lado. Era essa a única região, que os planaltinos estavam assaltando, nessa ocasião, diz-nos a razão, que a solução teria sido essa, ainda que, nos falte uma documentação mais concreta, para que, os ortodoxos da história se façam convencer. Entretanto, outra não deveria ter sido a região alvejada pelos botes planaltinos. O procedimento do bispo Cardenas os teria atirado para aí. Em 1646, houve uma grande expedição de assalto, saída de S. Paulo, reunindo a quase totalidade dos moradores, sob as suas bandeiras e estandartes, que tinham signos próprios, diz-nos o Prof. Taunay, na sua "*Hist. Geral*", II, e não os da coroa, a cuja soberania estavam, de direito, os planaltinos submetidos. (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista*", 1a edição). No ano seguinte houve atividade na provincia de Maracajú-Itatí, conta-nos o Prof. Taunay, ("*Hist. das Bandeiras Paulistas III*, 167). Talvez a bandeira de Antonio Domingues, que encontrei nos documentos, ("*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Merid.*") fosse a mostra dessa atividade.

Foi, entretanto, em 1648 que, se deu a arrancada rãposiana, a qual foi chefiada por André Fernandes e pelo grande sertanista, vulto máximo do apresamento, na primeira metade do século.

Em 19 de outubro de 1649, ensina-nos o erudito Prof. Taunay, ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 169), o bispo Cardenas, foi apeiado do governo Paraguai, sendo nomeado interino D. André Garavito de Leon.

Foi a porta, que se trancou herméticamente para a avançada planaltina.

Estava o apresamento barrado por esse lado, como o fôra para o sul, em virtude do infeliz combate de M'Bororé.

Daí temos que, a quêda de Cardenas teria determinado com que o apresamento planaltino se paralisasse e assim não assinalamos mais nenhuma empreitada apresadora nessa região do norte paraguaio ou do sul mato-grossense. A causa está evidente!

Mas em 1651, o apresamento, ainda que golpeado rijamente, como vimos, teimava em resistir. A Restauração lusa estava feita, mas ainda não tinha sido suficiente para golpear de morte o ciclo econômico dos planaltinos. Os holandeses ainda não haviam sido expulsos, ainda que estivessem na eminença de o ser, pois já haviam perdido as duas batalhas de

Guararapes, além da das Tabocas e da da Casa Forte, etc.. Salvador Correia havia, em 1648, reconquistado Angola, seus efeitos ainda não haviam se projetado e a guerra anglo-holandesa, ainda não havia tido lugar, portanto o tráfico de pretos africanos, ainda não havia sido restabelecido. Por tudo isso, ainda havia na indústria-agrícola açúcareira, uma certa fome de braço americano, a qual haveria de se extinguir, na segunda metade do século XVII, quando todas as forças contrárias ao Planalto estivessem incidindo sobre a decadência e a quase paralização do apresamento.

Assim, nesse ano de 1651, continuando no apresamento ameaçado, golpeado impiedosamente, mas, ainda não paralizado, se aprestou nova expedição planaltina. Como vimos, M'Bororé barrára, em 1641 o caminho do sul, aos apresadores e a queda do bispo Cardenas, no Paraguai, fechára, para os planaltinos o celeiro de escravos, que os jesuítas tinham reunido nessa região. Assim, os planaltinos resolveram, então tentar, mais uma vez, o sul mesopotâmico, corrientino, pois talvez pudessem realizar alguma cousa aí.

Por isso, teria Barbosa Calheiros, em 1651, tomado essa região por objetivo de sua arrancada. Essa teria sido a última avançada planaltina, contra os jesuítas, no cielo moribundo da caça ao índio. Este continuou periclitante e quase que em definitivo por terra, baqueado pela conjunção que o devia fazer em declínio acentuado, como vimos. O seu fim decisivo deveria ter lugar no fim do século, com o advento do ouro, que entre as suas consequências pôde enfileirar esta, isto é, do fim do cielo de apresamento, o qual, portanto, só terminou quando a centúria atingia ao ocaso.

Nesse apresamento diminuído, os planaltinos viveram longas décadas, continuando o exercício do apresamento, com muitas dificuldades. Sim por que não havia, então, um celeiro comodo, onde os apresadores se fossem abastecer, como era antes, nos estabelecimentos jesuíticos. O Paraguai estava, para os apresadores barrado pela queda de bispo Cardenas, e a província do Paraná, situada na região mesopotâmica, entre os rios Uruguai e Paraná, tinha-lhes sido vedada, não só pelo combate infeliz de M'Bororé, mas também pelo "raid" aventureiro de Barbosa Calheiros, a distância tal da base planaltina que o apresamento seria anti-econômico.

Então o apresamento, durante cerca de 25 anos, viveu mediocremente, em incursões anônimas em sertão ignoto, buscou-ndo índios bravios, nas selvas. Seria natural que, desse mediocre

apresamento tivesse somado um total de resultados muito baixo, pois o apresamento, já não era exercido nas grandes massas concentradas dos adensados estabelecimentos loiolanos e sim em grandes áreas dispersas, pelas quais se espalhava a ralíssima população aborígene. Assim, o apresamento realizado, não podendo contar com as grandes massas facilmente apresáveis, como nas reduções inacinas, na primeira metade do século XVII, foi declinando com as dificuldades antepostas pelas fronteiras hispano-lusitanas na América. Também não se fazia necessário que o apresamento produzisse muitos escravos ameríndios, pois o Nordeste, antes, na primeira metade do século, tão faminto de braços, para a sua próspera indústria agrícola do açúcar, com o restabelecimento do tráfico africano e com a diminuição da lavoura açucareira, já não era um mercado, que imperiosamente exigisse grandes porções de homens preados. Daí, não terem havido grandes esforços dos planaltinos, no sentido de apresarem maior quantidade de gente.

Os mercados de consumo, existentes, então, se satisfizeram no exercício do diminuto apresamento, que é fácil prever tenha havido, em razão de terem sido, restabelecidas as fronteiras hispano-portuguesas na América e terem se esgotado os gordos mananciais das reduções jesuíticas, que no decorrer da primeira metade do século foram tão pródigas, em fornecer tanta gente escravizada, já dotada de relativo grau de civilização e já cristianizada, etc..

Com essas condições imperantes, o apresamento foi evoluindo, até que em 1675, saiu no Planalto uma expedição chefiada por Francisco Pedroso Xavier, tendo em 1676, caído sobre o Paraguai, voltando com inaudito sucesso ao Planalto.

Era uma tentativa de ressurreição do apresamento, a qual talvez, fosse o resultado de uma momentânea e precária revivência do ciclo do açúcar no Nordeste, que, assim, solicitava mais mão de obra ao Planalto, o qual para satisfazer a êsse súbito e momentâneo aguçamento da voracidade nordestina, se viu na obrigação de tentar ressuscitar o apresamento sobre os estabelecimento jesuíticos. Também seria possível que, os planaltinos, sabendo das aflições que os índios guaicurús estavam causando ao Paraguai, delas tenham querido se aproveitar para o assalto de 1676. Depois disso o apresamento continuou alternadamente, sobre os estabelecimentos loiolanos, com Manuel de Campos Bicudo e outros, ou sobre os índios bravios, com os Domingues e os Leme da Silva, em 1682, no sul de Mato Grosso. E' o que os documentos e a crônica nos mostram!

Eis o apresamento nos ultimos estertores, já no fim do seiscentismo!

A última tentativa mencionada de revivescência do apresamento. Este recebeu, por fim o golpe de morte com o descobrimento do ouro.

Como vimos, o apresamento declinou sensivelmente, depois que cessaram as causas, que o haviam exacerbado. Com o término do domínio holandês no Nordeste, ou antes com a extinção da supremacia de Cromwell, que havia, então adotado uma política nacionalista, com o famoso "Navigation Act", restabeleceu-se a corrente importadora de escravos pretos da África, o que se tornou possível, em razão da reconquista de Angola, em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides, que para o serviço da metrópole portuguesa sacrificava de bom grado os interesses coloniais. Concomitante com êsse grande e profundo golpe, desferido impiedosamente contra os magnos interesses planaltinos, que, mais uma vez se sacrificavam, pela comunidade lusa, sobreveiu a decadência da lavoura açucareira do Nordeste, em razão de terem as colônias anglo e franco americanas, principalmente as antilhanas, iniciado a produção açucareira. Estabelecida a concorrência econômica entre o Nordeste brasileiro e essas regiões coloniais americanas, ambas se dedicando ao mesmo gênero de produção, houve, como é fácil de se imaginar, uma grande diminuição na indústria-agrícola açucareira, pois essas colônias americanas, situadas a distâncias muito menores dos centros de consumo ou dos centros de distribuição comercial, poderiam produzir em condições excepcionalmente mais baratas, em razão de terem de arcar com um transporte mais curto e portanto muitissimo menos oneroso. Venceram elas a segunda batalha do açúcar. O Nordeste que vencera a primeira, perdera a segunda. Daí, a natural diminuição da procura da mão de obra indigena, com o que o Planalto ficou seriamente afetado.

Ao lado desses sucessos dolorosos, para a economia planaltina, temos a assinalar o encarecimento do apresamento, devido à duas causas, que se acumularam, na mesma ocasião.

Foram elas:

1.º) *O natural esgotamento dos celeiros jesuíticos de ameríndios já domesticados, nas reduções da Companhia.* Isso obrigou a um alongamento grande do raio das penetrações planaltinas, para a busca da matéria prima de sua indústria, que consistia na escravização do ameríndio das reduções jesuíticas. Em 1641, os planaltinos tiveram de ir além do território, hoje,

ocupado pelo Estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 2.000 quilômetros do centro planaltino, para encontrar a matéria prima da sua indústria. Em 1648, a região do Norte do Paraguai e a do Sul Mato-grossense, foram trilhadas por expedições apresadoras, (Taunay, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*"). Foi uma espasmódica e precária revivescência do apresamento, já golpeado rudemente. Com a extinção desse foco de abastecimento, que havia sobrado das razias anteriores, o apresamento ficou, sem ter onde se abastecer econômica e viavelmente de matéria prima para a sua indústria, que morria. Ainda, em 1651, Domingos Barbosa Calheiros tentou, segundo nos ensina o Prof. Taunay, na suas tantas vezes recorrida "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, alongar o raio da penetração apresadora, indo até Corrientes, na região mesopotâmica dos rios Paraná e Uruguai, a cerca de 3.000 quilômetros do Planalto. Esse rasgo de audácia e de inaudita intrepidez, ainda que, tenha lavrado profundíssimo sulco para a história epopéica das bandeiras, o qual embriaga de entusiasmo os que se deixam embalar por grandes feitos de bravura, bélica, ignorando lamentavelmente a infraestrutura econômica, essa parte magna do feito esplendoroso não aparece, senão, ante uma análise mais profunda. Ele, aprofundado, com mais percuciência e meditação, nos leva a compreender o fenômeno, em suas causas fatalizadoras ou determinantes. O homérico empreendimento de Barbosa Calheiros, em 1651, se internando, aloucadamente, na aparência em terras castelhanas, teria sido, economicamente um lancinante e agônico recurso de que lançava mão o apresamento em declínio. Só quem estuda as causas desse declínio do apresamento, pode compreender a tirada magestática, que representa na história dos grandes feitos do sertanismo, o "raid" fantástico de Domingos Barbosa Calheiros, aparentemente um desgarrado e insignificativo feito, dentre os muitos realizados pela gente indômita do Planalto.

Era o supremo recurso, com que a gente planaltina, no afan de salvar o apresamento em decadência acentuada, arrostava os perigos do alongamento dos "raids" bandeirantes, mesmo depois da trágica amostra dos combates infelizes no rio Uruguai, entre os quais o desgraçado e lamentável M'Bororé.

2.º) *O fim do domínio espanhol.* Esse evento, para a economia planaltina, foi esmagador. Lamentavelmente, os nossos intelectuais, que estudam o fenômeno da Restauração portuguesa, ainda, não tiveram os olhos voltados para essa face do problema! A Restauração portuguesa tem sido vistoriada,

sob o ponto de vista exclusivamente português, além da sua repercussão no Nordeste.

Ninguém, ainda, se importou com a profundíssima significação dessa transformação política, na economia planaltina. Eu explico êsse descaso patente, tendo em vista a ignorância e o desprezo pela história planaltina, ao lado do profundo abandono pela história econômica brasileira.

A evolução brasileira, só preocupou a geração, que se finda, no seu aspecto de história política, com as suas cartas régias, alvarás, nomes de governadores, titulares, generais, batalhas, etc., ao lado de uma fastidiosíssima e desinteressante crônica, que procura interferir, mais com a memória do curioso, do que o seu raciocínio. Entretanto, paralelamente com o estudo da crônica e da história política, devemos estabelecer os problemas da história social e da história econômica. Ao lado do estudo da história das colônias do Nordeste brasileiro, é preciso se analisar, também, o passado das colônias do Sul do Brasil, entre as quais a do Planalto, que em tudo, profundamente diferia das demais.

Infelizmente isso não tem sido feito, nem mesmo pelos intelectuais novos, ou pelos que se julgam uns "sabichões", disqueteando, superficialmente, sobre tudo, bem como querendo, sobre todos os assuntos dar o seu "palpitezinho errado". Essa falsa cultura de uns, o conservadorismo ortodoxo de outros e o regionalismo de outros ainda, tem constituído a barreira opaca, para impedir que, a clara visão de um nítido panorãma seja bem observada.

Com essas duas eventualidades, que originaram, com uma clareza e uma nitidez espantosas, um encarecimento da produção do braço amerindiano, o Planalto teve, em concomitância que, enfrentar a queda da procura. Daí, a crise aflitiva, que assoberbou o apresamento, o qual ante essas circunstâncias, entrou em acentuado declínio, originando, por sua vez, uma série enorme de consequências para o Planalto, as quais têm sido observadas, mas muito mal compreendidas, não se fazendo sentir o menor nexo de causa e efeito. Essas decorrências da queda do apresamento têm sido apenas constatadas, mas não diagnosticadas, no concernente às suas causas e aos efeitos, consequentes desses fenômeno, como se porventura, tivessem podido as manifestações se gerar por si, sem causa, como também nada fazer resultar! A missão do historiador é reconstituir êsses fenômenos, aplicando a lógica implacável de um raciocínio seguro, se socorrendo de todos os recursos, que o saber

humano outorga, como correlacionando o observado aqui, com os acontecimentos constatados alhures.

Infelizmente, isso não tem sido feito! Outras conveniências militam, para que não se proceda assim. Mas, além disso a história planaltina tem sido relegada ao olvido e à indiferença, pelas razões econômicas apontadas.

Os acontecimentos do passado planaltino tem sido muitíssimo mal diagnosticados e tidos como capítulos de aventuras e heroica disciplicência, sem lógica, sem base econômica e sem verosimilhança!

Com êsse procedimento pouco ciêntifico, não tem sido possível se apurar a verdade!

Mas o declínio do apresamento, na segunda metade do século, logo começou a apresentar as suas conseqüências. A primeira delas foi a melhoria das relações, entre planaltinos e jesuítas. Isso é de facilíma compreensão, pois cessado o motivo, que fazia com que, houvesse cenas de violências, entre os planaltinos e jesuítas, uma vez que, a causa deixou de existir, não mais houve motivos para que o antagonismo perdurasse, entre os dois grupos, que se haviam virulentamente degladiado, na primeira metade do seiscentismo. "*Sublata causa, tolitur efectus!*"

Isso é de tal modo diafano que me parece difícil de como não tenha sido entrevisto antes! E' realmente difícil de se atinar, não tenha sido o fenômeno bem diagnosticado antes, em suas causas e conseqüências!

Deante desse quadro econômico, isto é, de uma situação de miséria em perspectiva, o Planalto, imprimindo, pelas circunstâncias excepcionais de seu clima, um dinamismo, que tem sido sempre evidenciado, em sua população, tinha, fatalmente que recorrer à outra norma de atividade, que lhe proporcionasse uma fonte de renda, a qual substituisse a que vinha de perder, com o declínio do apresamento, como já tivemos ocasião de ver. Daí essa nova forma de atividade, que teve lugar, apenas, na segunda metade do século! Admira que, isso não haja chamado a atenção dos intelectuais, amantes de cousas do passado planaltino, em ocasião muito anterior!

Com o pastoreio, o resto do exercício do apresamento, o qual não teve fim, mas apenas acentuada diminuição, o planaltino ponde dedicar a sua atividade dinâmica às pesquisas mineralógicas de riquezas, executando longa série de buscas, em expedições, que tinham mais o colorido de "entradas" do que de "Bandeiras". Por isso é que, no decorrer da primeira metade do seiscentismo, não encontramos, em número, as expe-

dições de pesquisas mineralógicas. (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*"; Basilio de Magalhães, "*Expanão Geographica*"; Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*"). Estas só se fizeram sentir, em número, na segunda metade do século.

De fato, nos primeiros cinquenta anos do seiscentismo, os planaltinos, só se preocupavam pelo apresamento, que lhes proporcionava lucros imediatos e diréto, se bem que, não muito grandes, mas seguríssimos. Depois, uma vez que, essa segurança diminuira e quase se extinguiu, os planaltinos se teriam voltado para os misteres menos certos, mas mais promissores em maiores lucros, ainda que, mediatos e demorados.

Dáí, terem os planaltinos se deixado embalar, pelos cânticos promissores da lendária Sabarabuçu e obedecido aos acicates, que a gulosa ambição da côrte lisboêta, lhes movia, prometendo títulos e mercês e organizando expedições, que eu disse acima eram mais "entradas" do que "bandeiras", com as quais não devem ser confundidas.

As "entradas" seriam pequenos grupos de indivíduos armados, mais de ferramentas do que de recursos bélicos. Elas agiam, em absoluta defensiva e procuravam as riquezas de um sub-sólo, no qual possivelmente ou provavelmente, podiam encontrar o que buscavam. Eram essas pequenas e diminutas expedições defensivas ou organizadas oficialmente, ou a mandado, ou, ainda, a incentivo das autoridades. Elas tiveram lugar, principalmente no Norte, onde a Governança Geral sediada na cidade de Salvador ávida de conhecer as possíveis, ou prováveis riquezas do nosso sub-sólo, não descansava em ordenar partidas de grupos esclarecedores desse sub-sólo. Seriam as "entradas", oficiais e expedições de pesquisas mineralógicas, perfeitamente distintas das "bandeiras", grupos bojudos e volumosos de homens armados em ofensiva, constituídos militarmente, por particulares, que exerciam uma indústria econômica de escravização de ameríndios.

As bandeiras, segundo diz Paulo Prado, no seu magnífico "*Paulística*", só tiveram lugar no Planalto paulista-vicentino. Foram elas os instrumentos de um ciclo econômico, só conhecido pelos planaltinos, pois estes eram os únicos luso-americanos a não possuírem uma fonte de rendas, que lhes garantisse a subsistência. Por isso foram obrigados a recorrer ao apresamento. Os colônos do Nordeste não tinham precisão de recorrer ao apresamento, pois que tinham uma fonte de renda, proporcionada abundantemente pela indústria agrícola do açúcar, a qual lhes empregava os modos de vida, de tal modo que, eles

não podiam se preocupar, com o que não estivesse diretamente ligado a êsse ramo de atividade, (1).

Como querer que, essa parte do Brasil se fosse preocupar com um gênero de economia, que era muitos menos remunerador e muito mais rude, em proporcionar desconfortos e sacrifícios, para os que nesse genero econômico secundário se engolfassem?

Assim, no Nordeste açucareiro, ninguém iria abandonar a lucrativa indústria-agricola do açúcar, para se entregar ao apresamento que exigia muito mais esforço e produzia muito menos lucro! Isso é lógico e claríssimo, só não cabendo em cérebros apaixonados, saturados pela má fé, em querer fazer o Nordeste, tomar parte em um capítulo histórico, unicamente realizado pelo Planalto. Só não vê e não percebe êsse raciocínio simples, quem não quer!

Entretanto, se o açúcar empolgava todas as energias produtoras do Nordeste, ao Governantes restava promover as pesquisas, de lucro incerto, possível, provável mesmo, mas remoto e indireto. Isso era feito por meio de "entradas", que visavam a exploração de riquezas mineralógicas. Só, mesmo, os Governos podiam promover essas "entradas", que riscaram as regiões possivelmente opulentas em jazidas preciosas.

Os planaltinos, preocupados, também pelo seu gênero econômico, o qual lhes proporcionava um lucro pequeno, mas imediato, rápido e dirêto, não queriam ter as suas atenções desviadas do apresamento, ao qual deviam tudo da sua civilização e da sua economia, ainda que, êsse gênero de vida fosse desconfortavel, cheio de sacrifícios, exigente em virtudes varonís, etc., e pouco remunerador. Enquanto durou o ciclo do apresamento, o planaltino só teve as suas vistas voltadas para as "entradas", quando havia um Governador, como D. Francisco de Souza, que havendo o sertão misterioso lhe acenado com as mirificas riquezas de uma Sabarabuçu lendária, pro-

(1) A prova mais evidente e significativa de que no Nordeste, não houve apresamento e, portanto, bandeirismo é que lá não houve o antagonismo, entre moradores e jesuítas. Se êsse antagonismo se fez sentir no Sul e no Maranhão, é que nessas regiões havia o índio a apresar. Este era o pomo de discórdia. O morador queria realizar a escravização e o jesuíta queria impedir essa ação. Daí a luta de estermínio entre o colôno e o jesuíta, luta essa que no Planalto se extremou em atos de violência inauditos.

Mas, no Nordeste não houve êsse antagonismo!

Não é eloquente e significativa essa inexistência!

Tivesse havido apresamento, escravização, bandeirismo, etc., teria havido fatalmente antagonismos, luta, malquerenças, etc. entre os habitantes da região e os padres da Companhia.

movia, à custa dos cofres públicos, uma série de expedições de pesquisas, como as de André de Leão. Essas expedições foram unicamente defensivas, eram compostas de, apenas, algumas dezenas de expedicionários e visavam unicamente o lucro remoto, mediato e indireto. O exame dos documentos planaltinos, publicados pelo eminente historiador e estadista Washington Luís, nos dá sólidamente essa convicção.

Só, quando o apresamento em declínio, já na segunda metade do século XVII, isto é, quando ciclo do apresamento já não remunerava, senão com poucas migalhas, os seus empregados, é que os planaltinos, sem objetivo, para as suas dinâmicas atividades, resolveram obedecer, acatar e acolher as ordens e as diretrizes governamentais metropolitanas, no sentido de ser o sub-sólo centro-brasileiro pesquisado, objetivando, com isso um lucro remoto, que só poderia ser empreendido pelos Governos e dificilmente por particulares.

Por isso é que, nunca poderíamos confundir o movimento bandeirante, com o entradismo. Eu bem sei que essa minha distinção irá provocar sensações desagradáveis em muita gente, mesmo de ultra-modernas gerações, mas eu recorro, para realizar o raciocínio acima à lógica fria de premissa indeclinável e não à paixão regional de querer estender o movimento bandeirante ao Nordeste, já aquinhoado com a vitória na batalha do açucar, o que lhe impediria de buscar em méras possibilidades remotas, à custa de enorme soma de esforços e de sacrifícios, aquilo que o sedentarismo das casas grandes já lhes outorgava gordamente.

Eu aprendi êsse sábio ensinamento com o mestre, professor Basílio de Magalhães, a quem me liga um sentimento de grande admiração, todo unido do mais profundo respeito e da mais proclamada reverência.

Estabelecida essa diferença profunda e relevante, entre as duas formas de penetração no sertão, temos que, uma vez constatado o acentuado declínio de apresamento, o planaltino pode distrair a sua atenção, então em sobras, para o entradismo.

Só, então, podemos constatar o grande acatamento e mesmo a profunda ufanía produzida no planaltino, pelas ordens dos dirigentes metropolitanos, e pelos autógrafos reais.

Estes passaram a ter um prestígio imenso (2), contradizendo aparente e superficialmente, as ordens e disposições

(2) A interessante coincidência de terem recebido autógrafos reais os sabidamente lusitanófilos, explica admiravelmente essa superficial e aparente contradição. E' que enquanto os crioulos ridicularizavam os

régias, as quais os planaltinos ridicularizavam, na expressão felicíssima do egregio Prof. Taunay, quando o ilustre pesquisador diz, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 166:

"...do alto de suas montanhas RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES DO BRAGANÇAS, recemposto no throno e para elles letra morta".

É que, nessa segunda metade do século XVII, os planaltinos podiam distrair de suas atividades diminuidas, pelo declínio do apresamento, o suficiente para se dedicar mais profundamente ao movimento entradista. Como vimos, o próprio Fernão Dias Paes, para a realização de seu prodigioso feito de entradismo, buscando a prata de Sabarabuçu e as pedras verdes do Sumidoro, recebeu em 1663, um acicate de Afonso VI, rei bragantino de Portugal, segundo Pedro Taques na sua "*Nobiliarchia*", reproduzida pelo Prof. Taunay, na sua "*Grande Vida de Fernão Dias Paes*", 117. É preciso, porém não se esquecer que, Fernão Dias era o mais rico dos paulistas, como dizia, em informação o Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, e além disso que, Fernão era profundamente lusitanófilo e avesso, em absoluto ao crioulismo, que era o responsável pelo ridículo, em que os planaltinos tinham os degenerados Braganças. Talvez, tivesse sido este o motivo de haver o insigne entradista recebido o real autógrafo (3), mesmo por que, essa marca de especial agrado dos monarcas lusos, parece, terem sido deferidas só aos lusitanófilos e estes, pela pena, registradora das tradições, do autor da "*Nobiliarchia*", foram encarecidos como, tendo sido, os escolhidos pelos monarcas reinóis, para receberem essas condecorações.

Só, por intermédio de Pedro Taques, na sua "*Nobiliarchia*", (escrita no ano de 1765), êsses motivos de galardão, absolutamente idiotas e despídos de mínima significação, foram

soberanos bragantinos, como nos ensina o prof. Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 166, os lusitanófilos ou reinóis recebiam autógrafos e outros agrados dos monarcas ridicularizados, segundo o mesmo Prof. Taunay, na sua "*Grande Vida de Fernão Dias Paes*", 117. O lusitanófilo, do grupo Pires, bisavô do cronista Pedro Taques, já havia, diz êste, recebido um autógrafo do Príncipe Regente D. Pedro!

(3) Pelo raciocínio expendido o empreendimento de Fernão Dias Paes não foi uma bandeira e sim uma entrada. Penso assim, embora não tivesse havido uma ação mais destacada da governança em organizar a empresa. A expedição deveria ter sido pouco volumosa, pois seria mais fácil peregrinar, assim, em grupo mais mingüado, por entre os obstáculos naturais, demandando riquezas minerais, para cujas pesquisas não havia mister de grande volume da expedição.

encarecidos. Não devemos perder de vista que, foi Pedro Taques, com a sua melosa mania e genealogias, de nobrezas, de "purityte sanguinis", de linhagem "livres de qualquer mistura com mouros, judeus, ou com outra qualquer infecta nação", etc., o inventor das aristocracias planaltinas, com os seus ouropéis, douraduras, brazões, lambrequins, etc., em absoluto desacôrdo com a verdade democrática, que teria imperado no Planalto. Essas aristocracias, evidentemente só sonhadas, pelo cérebro imaginoso do linhagista, constelando a nobreza miserável, que reinava no Planalto, de nomes de antepassados do linhagista, positivamente não existiram e a publicação da ampla documentação oficial nos permite retificar todos os bordados, grudados pela "*Nobiliarquia*", na História do Planalto.

Essa cincada do linhagista, hoje felizmente retificada pela verdade, revelada pelos documentos de publicação oficial, é imperdoável, pois intoxicou todos os que quizeram reconstituir cenários planaltinos, sob váriados pontos de vista.

É bem certo que, o linhagista não operou com dolo, mas nem por isso deixa de ser oportuno se retificar, por meio de análises e de pesquisas, as afirmações do velho e suave cronista dos setecentos!

CAPÍTULO VII

O OURO E O FIM DO APRESAMENTO

Há acontecimentos na história humana, que, pelas consequências, que acarretam são verdadeiros traços separados de duas épocas diversas, na história do agrupamento humano, nas quais êles se tenham registrado. Esses traços separadores são, as vezes, tão profundos e tão marcados que, as épocas, que êles, separam, se diversificam de modo completo, a propósito de todos os aspectos, em que elas forem encaradas.

Entre êses acontecimentos decisivos, na história humana, podem se apontar, por exemplo, a quêda do Império romano do ocidente; o fim da Idade média, marcada pela tomada de Constantinopla, a Renascença, assinalada pelas grandes invenções; a revolução indústrial, no século XVIII; a revolução francesa, evidenciando o fim do primado de uma classe social e o fim de uma organização; etc..

Na História do Brasil, tambem há acontecimentos decisivos, pelas suas consequências, que se projetam, de um modo

consideravelmente ampliado, no cenário da nossa evolução pelos séculos.

Esses acontecimentos básicos e decisivos, por certo, não têm passado incólumes aos olhos dos perscrutadores do passado brasileiro, mas eles, ainda não tem sido marcados como merecem, pelo muito que deram causa. Eu os enfileiro alguns, apenas, de entre outros, do modo seguinte :

- 1.º) *As duas batalhas do açúcar.* A primeira travada entre o Nordeste e S. Vicente, tendo sido o Nordeste vencedor, pelo que desfrutou da opulência, durante vários séculos. De fato, se o resultado tivesse sido, ao contrário, isto é, vitorioso para S. Vicente, teríamos tido os eventos históricos, completamente modificados. A segunda batalha do açúcar, foi a silenciosamente travada entre o Nordeste brasileiro e as colônias anglo e franco americanas, mais próximas do consumo, na segunda metade do seiscentismo, tendo a vitória sorrido, desta vez, às colônias inglesas e francesas, as quais venceram o Nordeste, na concorrência estabelecida, acarretando o declínio da nossa civilização do açúcar.
- 2.º) *O pastoreio.* O apresamento, tendo sido limitado, por causas várias, o planaltino, dinâmico e necessitando de uma atividade qualquer, foi constrangido a buscar no pastoreio isso que lhe era imposto pelas circunstâncias e o que lhe era necessário pelo império de suas precisões.
- 3.º) *O apresamento.* O Brasil, dos dois primeiros séculos, vem sendo considerado unicamente o que se limitava à zona do açúcar, isto é, a estreita faixa litorânea do Norte! Não se tem ligado importância ao resto! Entretanto, sem o apresamento planaltino, não teria sido possível a existência da indústria agrícola açucareira, por que ela não teria sido possível, sem mão de obra e era o apresamento, quem lhe proporcionava, em parte, esse fator importantíssimo, sem o qual, ela não teria havido e vivido, como prosperado e implantado no Brasil uma importantíssima cultura.
- 4.º) *O ouro.* Esse capítulos, referente ao ouro foi a modificação, sob os mais variados aspectos de toda a estrutura brasileira, fazendo transformar-se todas as colônias luso-americanas, sob todos os pontos de vista em que forem encaradas, repercutindo mesmo e macontecimentos históricos concernentes a outros povos.

Desse quatro pontos capitais e decisivos na história brasileira, dou a primazia às batalhas do açúcar, pois desses importantíssimos capítulos do nosso passado, especialmente da primeira balha do açúcar, foi que tivemos as maiores e as mais importantes consequências, essas que, por sua vez, se projetaram como causas, no cenário da nossa evolução histórica. De fato, se outros houvessem sido os resultados das batalhas do açúcar, teríamos a alteração profunda de todas as linhas básicas da evolução brasileira.

Assim, por exemplo, se a capitania vicentina tivesse vendido a primeira batalha do açúcar e localizado em suas praias a produção açucareira e a lavoura de cana, teríamos as páginas do nosso passado inteiramente mudadas, com a fixação na capitania vicentina de fortes contingentes de reinóis; talvez o Planalto nunca fosse atingido; o bandeirismo, possivelmente, não teria tido lugar; as guerras holandesas teriam ocorrido, em S. Vicente; o ouro não teria sido descoberto; as suas consequências não teriam se projetado, as fronteiras brasileiras não teriam sido as atuais, pois não teria havido penetração, possivelmente, elas iriam coincidir com a linha tordesilhana; etc.

Entre os acontecimentos decisivos, para a nossa história, a orientando, por linhas evolutivas constatadas, mas que teriam sido profundamente diferentes do que, se êsses acontecimentos não se tivessem verificado, capitulamos e destacamos o ouro, o qual teria correspondido ao efeito de uma brusca e súbita guinada, que teria feito alterar o curso da evolução econômica, social, demográfica, moral, sentimental, cultural, psicológica e política das colônias luso-americanas.

De fato, a descoberta das jazidas auríferas, principalmente as situadas nas Gerais, modificou profundamente a estrutura das colônias, alterando a composição étnica de algumas, desviando e dosando as massas humanas de outras, bem como, as que provinham de fóra, fazendo com que se transformasse a coloração social, mental, sentimental ou moral de outras, concentrando, em algumas, grandes volumes humanos, que eram deslocados de outras, aumentando o nível de vida, ou o poder aquisitivo de uns, para diminuir os de outros, adulterando o gráu de civilização de alguns, para cima, ou para baixo e como isso modificando o nível cultural, ou as necessidades vitais de alguns dos grupos coloniais, bem como lhes dosando diferentemente o "quantum", de absorção pelo ambiente físico, ou pelo social crioulo, isto é, nacional, regional, ou o reinol, etc.. Naturalmente, êsses sucessos vários, consequentes do achado e da mineração do ouro, projetados no cenário do nosso passado, proporcionaram, por sua vez, como causas de importantes eventos da mais variada natureza, entre os quais os políticos, os quais traçaram a orientação das linhas evolutivas aparentes do grupo colonial luso-americano.

Todas as regiões, isto é, todos os grupos coloniais luso americanos sofreram em gráu, maior ou menor, a intensidade da projeção neles da descoberta do ouro; mas, creio que, de todas, a que mais foi alterada por êsse sucesso, foi a capitania vicentina, ou antes o Planalto.

Esta região foi terremóticamente alterada e ela, sob todas as suas facetas, recebeu, com intensidade de irreprimível furação o bafejo da descoberta do ouro, que nela se foi projetar com a violência dos grandes sucessos.

Modificações benéficas e malélicas repercutiram sobre o Planalto, obrigando-o a trajetória pelo século XVIII, inteiramente diferente do que vinha sendo palmilhada pela gente planaltina, no decorrer do século dos seiscentos.

Penso que, do balanço de consequências benéficas e malélicas, para o Planalto, estas sobrelevaram aquelas, sob o ponto de vista brasileiro, que é o que mais nos deve interessar. Vejamos:

Entre as consequências benéficas para o Planalto figuram duas, que, eu penso, tenham sido as mais importantes:

- 1.º O grande aumento do poder aquisitivo do planaltino.
- 2.º O grande aumento demográfico da população quantitativa do Planalto, (1).

A respeito da primeira consequência, é preciso ponderar que, durante o século XVII, a região planaltina vivia, economicamente, sob o império da única fonte de renda, a qual se resumia no apresamento, que era realizado em beneficio da economia açucadeira. Se esta ascencionava economicamente, isto é, progredia, produzindo mais, vendendo mais, e realizando um lucro maior, etc., também o Planalto, indiretamente se

(1) Paulo Prado é um dos que descreve, com maior relevo a triste situação planaltina depois do ouro. Assim, diz elle; a pág. 83 do "*Paulistica*":

"Era a confirmação official da decadencia da gloriosa Piratininga, que a tyrania estúpida dos capitães generaes e a voracidade do fisco iriam completar de modo lastimavel".

Esse mesmo historiador, no "*Paulistica*", manifesta, em outros períodos, igualmente marcantes, a concepção que faz, com brilho invulgar, do panorama planaltino.

Isso estriba, como premissas sólidas, as minhas conclusões.

Com o ouro, o Planalto, embora tenha melhorado demograficamente, isto é, quantitativamente, e economicamente, além de culturalmente, sofreu forte albuminuria, isto é, um acentuado empobrecimento qualitativo de suas populações, pois os seus melhores elementos foram sorvidos pelas minas. Além dessa decadência e talvez motivado por ela, o Planalto passou, então, ao jugo férreo do Estado português, voráz e carniceiro, que fez recair, sobre a região paulista, enfraquecida qualitativamente, pela emigração de sua melhor gente para as minas, a nuvem de gafanotos de seus "gualeiters", satrapas famintos, que montaram as forcas caudinas de um reinolismo hematofago, sob aos quais passaram os planaltinos acarneirados, que tal seria o estado em que deviam ficar sempre.

beneficiava dessas circunstâncias benéficas e por isso melhorava proporcionalmente na sua situação econômica. Desgraçadamente a indústria agrícola nordestina do açúcar, no decorrer da segunda metade do seiscentismo, sofreu a concorrência das colônias européias na América, com o que perdeu a segunda batalha do açúcar e com êsse evento, começou a paulatinamente, declinar. Com isso, a procura da mão de obra, fornecida pelo Planalto, diminuiu e daí, em parte, a quêda do apresamento. Por outro lado, isto é, concomitantemente, se davam as duas Restaurações, isto é, a de Portugal, creando as fronteiras luso-espanholas na América, veio dificultar a penetração do apresamento e a do Nordêste, com a expulsão do belga invasor. Esta última Restauração, reintegrou a corrente importadora do africano, com o que, o Planalto sofreu um acentuado declínio, pois perdeu o monopólio do fornecimento de braços. Com êsse declínio evidente, o Planalto passou a se desengorgitar de sua gente, que, no Pastoreio, realizou a expansão. O resto da população planaltina continuou a viver na mais absoluta autarquia, premissa pelo seu hermético isolamento geográfico, que separava o Planalto do litoral, por meio da rudíssima e difficilima serra marítima e mais, ainda da Metrópole, pela distância imensa e pela navegação difficilima e precaríssima dessas eras longínquas.

Com isso, o isolado Planalto viveu, durante a segunda metade do século seiscentista, sem poder aquisitivo, que não fosse o minguado proporcionado pelo diminuto apresamento de índios bravios, os quais eram vendidos a Nordêste açucareiro, que tinha bem declinada a sua prosperidade açucareira, a qual, assim, exigia menos mão de obra.

Como se vê, pois, era uma situação de extremada pobreza a que imperava no Planalto, durante essa segunda parte do século. Não havia então, fonte de renda! A exportação tinha diminuído, por força das razões que, acima, expús (2).

(2) A propósito da miséria vigente no Planalto paulista, a qual, eu considero como extrema, em virtude da absoluta falta de riqueza econômica nessa região, o ilustre e erudito historiador português Jayne Cortezão, insigne professor atualmente entre nós em virtude da sua incompatibilidade com o odioso e negregado facismo, desgraçadamente imperante em Portugal, acha que tem sido exagerada. Em torno da sua opinião, o Professor Cortezão, em artigo publicado no jornal "Estado de S. Paulo", cita uma carta de um morador do Planalto Manoel João, dirigida em 1636 a Felipe 4.º, rei da Espanha e então também rei de Portugal. Essa carta contém um tópico precioso, para a reconstituição da situação econômica do Planalto, pois ela diz que a produção anual de trigo no Planalto subia ao total de 120.000 alqueires. Resta-nos verificar o que representava êsse total. Sob o ponto de vista de valor em dinheiro da época, eu, depois de muitas pesquisas nos inventários do

Nesse ambiente de pobreza, nessa situação basilar, foi edificada uma determinada estrutura social, foi constituída uma economia, foi realizada, uma demografia foi estratificada uma mentalidade, foi alicerçada uma sentimentalidade, foi acrioulada uma consciência nacional, foi arcabouçado um grupo humano, que se nacionalizava progressivamente etc.. Esse foi o caldo de cultura, que teria servido para alimentar um nacionalismo, que despontava, vibrante, arrogante, vigoroso, arrojado, ardoroso, qixotesco, etc., como nos denuncia o indômito o bravo procedimento do planaltino, em vários episódios, visto-riados pela pena do Professor Taunay, no seu "*Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*", em cujo trabalho de cronica

século XVII, conclui que, o trigo valia 200 réis cada alqueire. Com esses dados, eu estabeleci que, a safra anual de trigo no Planalto, isto é os 120.000 alqueires valiam 24:000\$000 réis, ou sejam 50.000 cruzados. E' muito? E' pouco? Para se fazer idéia dêsse total é preciso recordar que Fernão Cardim e Gabriel Soares nos contam que, Pernambuco de meio século antes, isto é do fim do quinhentismo, tinha fortunas individuais, que subiam de 60 a 80 cruzados.

Com isso, temos que Pernambuco apresentava um quadro econômico em que as fortunas individuais eram quase o dobro do que valiam o total da produção de trigo no Planalto, durante um ano.

Seria o mesmo que os nossos ricos tivessem o duplo da nossa produção anual de café. Pasmem pois os leitores, ante isso! Assim, pelo argumento apresentado pelo Prof. Cortezão, considerada a safra anual planaltina de trigo, a miséria planaltina era ainda maior do que eu pensava. Vejamos agora outra face da questão. Quantos litros seriam 120.000 alqueires de trigo? Devemos, para isso, verificar quantos litros tinha um alqueire. De acôrdo com o que ensina Costa Lobo ("*Hist. da Sociedade em Portugal no seculo XV*", 268/269), no tempo do rei D. Sebastião (1557-1578), o alqueire tinha 13.8 litros.

Disso resulta que, a safra anual de trigo no Planalto era de 1.656.000 litros. Como, para se fazer farinha, de ordinário temos que 3 medidas de trigo em grão, dão 2 de farinha, temos que o Planalto produzia anualmente 1.104.000 litros de farinha, que tinham de ser consumidos in loto, porque não havia exportação. A serra do Mar, hostil e intrafegável tornava impossível a exportação. Mas, além disso não havia mercado para ser exportado o trigo planaltino. O Rio de Janeiro era muito pequeno em 1636, para absorver qualquer parcela apreciável do trigo planaltino. Só, com o ouro, no século XVIII, essa atividade teve vulto. Nordeste não deveria ter consumido o trigo planaltino, porque êste chegaria em Salvador ou em Recife por preço muito caro para poder suportar concorrência com o trigo metropolitano que não tinha que suportar o onus do transporte através da serra do Mar.

Destarte, o ilustre Prof. Jayme Cortezão, querendo nos mostrar que a situação econômica do Planalto não era de miséria tão grande, nos ofereceu um documento que demonstra justamente o contrário, isto é que a miséria do Planalto era ainda muito maior do que eu pensava, pois a miséria planaltina não era apenas franciscana, mas além disso era vicentina.

documentada, e portanto seguríssima, se pode buscar o raciocínio expendido.

Assim vivia o planaltino, isto é, o pequeníssimo grupo humano mameluco do Planalto, o qual falava o idioma guaraní e se acrioulava, com incrível rapidez, pois, de todos os grupos coloniais lusitanos, semeados na vastidão territorial do Brasil, o do Planalto era o que se vinha nacionalizando o mais rápidamente.

Eram cerca de 6.000 almas, nesse total, sendo computados os escravos índios, os componentes do grupo humano planaltino, segundo se pode verificar de diversas fontes, (Ellis, tésse de concurso, Boletim n. IX da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras). Esse pequeníssimo total adquiria, com grande rapidez uma alma própria, com todo os seus atributos, da mesma maneira que haviam tomado uma conformação anatómica particular, diferente da do lusitano reinol.

Até o fim do seiscentismo, isto é, durante duzentos anos, desde a descoberta cabraliana, o Planalto havia conseguido uma coloração crioula, que colocava os seus elementos moradores em flagrant antagonismo com os reinóis, todas as vezes que êles eram obrigados a se defrontar com a gente metropolitana. O futuro iria se incumbir de comprovar, principalmente com a guerra dos emboabas, o passado e virulento antagonismo inicialmente verificado na conquista do Guairá, como vimos, pelo que nos ensina o Prof. Taunay, no 1.º volume de sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", nos apresentando alguns episódios testemunhados pelos Reverendos da Companhia, como o que foi protagonista o fidalgo espanhol Dom Francisco de Quebedo, assistido pelo Padre Montoya, etc..

Quando os bandeirantes paulistas Bartholomeu Bueno de Siqueira, Antônio Rodrigues de Arzam e Carlos Pedroso da Silveira descobriram e manifestaram as suas descobertas auríferas, no fim do seiscentismo, ficou assinalado, também o termo de um período sociológico, econômico, demográfico, étnico e por conseguinte psicológico, sentimental, cultural, moral, etc..

Foi, como que, se um imenso e desnivelado degráu tivesse sido galgado pelo grupo humano planaltino, que, então, foi profunda e essencialmente transformado. A sua constituição anatómica sofreu uma súbita mudança, no sentido da europeização. Perdeu ela as características já adquiridas de uma adaptação ao ambiente físico.

Foi ela deixando, ao longe, a conformação amamelucada, que havia imposto a sua marca no planaltino, o fazendo "ma-

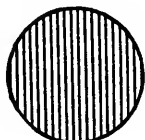
meluco atrevido y belicoso”, como lamuriavam os cronistas jesuítas.

O isolamento geográfico, que havia gerado a autarquia, a policultura, a pequena propriedade e a democracia, foi profundamente alterado, deixando, em boa parte, de produzir seus efeitos. A cultura lusitana, antes completamente desconhecida no Planalto, começou a se infiltrar e, afinal dominou a região, fazendo nela predominar as suas consequências morais, psicológicas, sentimentais, mentais, artísticas, literárias, etc..

O Planalto, economicamente, então religado ao centro reinol, por força de um intercambio mínimo, só diminutamente realizado por meio de uma navegação pouco aperfeiçoada e pouco rápida, foi social, psíquica, moral, sentimental, econômica, politicamente, etc., absorvido pela voraz Metrópole, que, só então, se lembrou de que havia uma região vicentino-planaltina.

Até o idioma, antes o guaraní, marcando um sulco profundamente americano no planaltino, foi suplantado pela introdução do português, que só nos seiscentos, com a época do ouro, foi conhecido e adotado na região, pois antes êle era falado no Planalto, só como idioma oficial.

O Planalto durante o apresamento no século XVII e durante o ciclo do ouro, no século XVIII.



O Planalto no século XVII



O Planalto no século XVIII

Esquemáticamente podemos assinalar as seguintes consequências do descobrimento do ouro:

- 1.º) *Cessação da expansão geográfica.* Desde que o ouro proporcionou uma gorda fonte de renda ao planaltino, êle não mais foi obrigado a buscar na expansão pastoril a táboa de salvação. O nomadismo pastoril cessou e com êle a busca aflita de local geográfico apropriado, ao longe, para o exercício do

pastoreio e, com isso, cessou o exódo do planaltino, para as regiões distantes do Piauí, do Rio Grande do Norte, do vale do rio de S. Francisco, do Paraná, de Sta. Catarina, etc. A expansão iria tomar outra forma, com as descobertas dos ricos mananciais auríferos de Goiaz, de Cuiabá, do Coxipó, ou do Camapuam, etc. (V. nota 2 deste capítulo).

- 2.º) *Cessação do apresamento do gentio.* Esta norma de atividade do planaltino, já estava em acentuado declínio, como vimos. A partir do médio seiscentismo, já as forças contrárias ao apresamento haviam determinado nessa atividade econômica uma notória decadência. O apresamento, entretanto, ainda se evidenciava em exercício em índios bravios ou selvagens. Esse capítulo brilhante, do passado planaltino, que tanta fama nos acarreta, só se exercitava nas selvas.

O advento do ouro, portanto de um motivo econômico muitíssimo mais lucrativo foi o golpe de morte, misericordiosamente desferido no apresamento, que agonizava. As massas ameríndias, não sendo mais trazidas do sertão, deixou de existir no Planalto a força que americanizava as populações, e que as corria de uma marcada nuance acrioulada ou nacionalista, com o que o reinol, metropolitano, pode exercer mais influência, sob todos os pontos de vista.

- 3.º) *Afluxo imigratório da Europa.* O ouro e os seus opulentíssimos mananciais nas riquíssimas jazidas que se foram descobrindo nas Gerais, em Goiaz, em Cuiabá, fizeram com que fosse enorme a atração na população portuguesa, que se tomou de verdadeiro furor coletivo e em avalanche incoercível, arrastada por movimento intensíssimo e por força psicológica empolgante emigrou em massa, inundando as minas, se colmatando sobre a da população preexistente uma espessíssima e dominante camada de reinóis, que pela sua imensa superioridade numérica tudo arrasava e carregava de roldão. Naturalmente essa avalanche que se precipitou incontinente sobre as regiões mineiras veio saturada de espírito reinol e se colocou em antagonismo virulento contra o espírito crioulo, representado pelo elemento colonial, fraco em número.

Essa avalanche consolidou o espírito português, que matava esmagando o espírito nacional, que a fixação e a perpetuação de várias gerações de brasileiros haviam gerado e desenvolvido para a maturidade.

Esse fenômeno fez com que abortasse o movimento nacionalista-crioulo da guerra dos emboabas, o de Felipe dos Santos, em 1720, e determinou que, só no fim do século, em 1789, explodisse outro movimento nacionalista-crioulo que foi o de Tiradentes. Então, as Gerais, ainda estavam tão cheias gente reinol que não foi possível a vitória do crioulo sobre o reinol e tivemos que testemunhar todos os dolorosos capítulos que marcaram o fracasso da nossa terra, ainda não livre de espírito lusitano. Só quando este arrefeceu, em 1831, pudemos ficar em ponto de realizar a nossa verdadeira independência.

Esse afluxo de reinóis, não só, inundou as minas das Gerais, em além Mantiqueira, como ainda teve imensa in-

fluência no Planalto, pois esta região era capital-entreponto mercantil das minas situadas em Goiás, em Cuiabá, em Camapuam, no Coxipó, etc., além de receber o bafejo candente das Gerais, pelas proximidades de sua localização e por ser passagem para muitos lugares semeados de catas auríferas.

A tal ponto foi a reinolização do Planalto, causada por êsse afluxo luso que, a população paulista subiu de cerca de 6.000 almas que era com escravos índios, no seiscentismo (Ellis, Boletim n. 9 da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras) para cerca de 116.000 indivíduos no secentismo, segundo Machado de Oliveira (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo). Com êsse aumento, que em um século, multiplicou de tal modo o total planaltino, também se processou, com igual intensidade o imenso aumento do espírito reinol ou metropolitano no planaltino, cuja acrioulização não foi apenas paralizada, mas ainda sufocada e a reinolização foi feita impiedosamente, como veremos mais adiante.

A velha população planaltina, antes tão indômita e arrogante, irrequieta e bravia foi transformada em submissa, tímida, apaziguante, covarde, rasteira, etc.

A causa foi êsse ouro, que nem ao menos ficou retido aqui. A nossa capitania, desmembrada, não pode nem mesmo receber a paga, pela qual havia vencido a sua masculinidade!

Eu, calculo a avalanche reinol, então precipitada, nas primeiras décadas, unicamente nas Gerais, em cerca de 80.000 almas, total êsse que mais se avulta se o formos tomar em relação aos 800 ou mil paulistas atraídos pelo fulgor aurífero das Gerais.

- 4.º) *Decadência qualitativa das populações planaltinas.* Já em períodos acima tocamos vagamente nessa consequência fácil de se imaginar. Descoberto o ouro, naturalmente os melhores elementos do Planalto, os mais ambiciosos, os aventureiros, os mais arrojados, os mais dinâmicos, os mais audaciosos, os mais empreendedores, etc., foram atraídos para as regiões das lavras auríferas não só das Gerais, mas também de Goiás, etc., aí se fixando, como sabemos. Ficaram no Planalto, a vegetar na pobreza, os menos providos daquelas qualidades! Foi uma verdadeira seleção regressiva a proporcionada ao Planalto pelo infausto advento do ouro! Sim, infausto, porque só se perpetuaram, da velha estirpe planaltina, no Planalto, os elementos fracos e desprovidos de Eugenia e de eficiência, uma vez que os outros haviam abandonado o Planalto. Esta região, sem os seus elementos mais varonís, foi fácil preza dos sarpas reinóis que a luzitanizaram com virulência e sobretudo com injustiça. Foi a tal ponto, o modo cruel e mavórtico, pelo qual a Governança portuguesa tratou o Planalto que, de 1750 a 1765, em "*curto período*" de 15 anos, a capitania vicentina foi suprimida, depois de haver sido dolorosa e imperdoavelmente desmembrada. Isso só poderia ser conseguido por uma metrópole carnicreira, graças a uma decadência qualitativa, acima apontada.

Foi nesse tempo desfibrado e profundamente descrioulizado que escreveram os seus relatos os cronistas Pedro Taques e Frei Gaspar.

5.º) *Afluxo imigratório para as minas das demais capitanias.*

Desde que, o ouro se constituiu em incoercível chamariz econômico a brilhar, como um irresistível fanal atraidor, do alto do Itacolomi, a materializar o mistério, enfim desfeito da lendária Sabarabuçu, da Lagoa Doirada de Vapabuçu, etc., tôdas as populações das demais capitanias, alucinadas pela cobiça, mordidas pela gula irreprímível, abandonaram tôda a sorte de atividades a que se entregavam e àvidamente buscaram nas minas os velocinos de seus sonhos e os Pactolos de suas escaldadas imaginações. O rio de S. Francisco, teria sido o caminho comodo aproveitado pelos que preferiram ao labutar nas lavouras canavieiras da Bahia e de Pernambuco, o trabalho mais remunerado nas catas da Mantiqueira. Calculo os elementos de outras regiões brasileiras, emigrados para as Gerais, computando a escravaria, em cerca de 8 a 10.000 pessoas só nas primeiras décadas.

Essa gente fãcilmente se misturou com os reinóis, pois trazia o espírito reinolizado, pois era composta de filhos e netos de reinóis, com quem estavam, por via do comércio açucareiro, sempre em íntimo contato, mas em relação aos crioulos planaltinos, ela se colocou em antagonismo, como consequência de heterogeneidade das mentalidades. Eis a guerras dos emboabas, em cujo capítulo significativo, os coloniais de outras capitanias extranhamente se ligaram aos reinóis, contra os planaltinos, que, como êles eram coloniais. Entretanto, tão diferentes eram os atributos sociais, morais, psicológicos, sentimentais, etc. dos nordestinos, que êles encontraram mais afinidades com os seus parentes reinóis do que, com os planaltinos! A prova disso é a guerra dos emboabas!

Só quando, êsses nordestinos emigrados para as minas, tiveram filhos e netos enraizados nas Gerais, houve uma marcha anti-reinol, entre êles. Mas isso, só ocorreu no fim do século XVIII. Eis, o caso da conjuração mineira!

Mas, então, o elemento luso, ainda era numerosos e o ambiente, ainda respirava a mentalidade reinol, em suas idéias contra os coloniais. Vejam-se os termos constantes do processo contra os conjurados. Por êles, vê-se bem o grau em que dominava o espírito reinol.

Foi nessa época, a refletir essa mentalidade exótica que escreveram as suas crônicas Pedro Taques e Frei Gaspar! Faça-se idéia como estavam emperdenidos de reinolismo!

6.º) *Decadência definitiva da lavoura açucareira do Nordeste.*

A lavoura açucareira nordestina já estava fortemente abalada e em acentuado declínio, causado pelo resultado, desfavorável para essa região brasileira, da segunda batalha do açúcar, vencida pelas colônias anglo e franco americanas, muito melhor situadas, nas proximidades dos mercados consumidores da América espanhola e da América inglêsa, na concorrência estabelecida no decorrer da segunda metade do seiscentismo. Já abalada, pois, com o advento do ouro, a indústria-agrícola do açúcar recebeu o seu golpe de misericórdia, entrando, então, em mais vertiginoso declínio. Para se conceber bem essa situação em que ficou a lavoura canavieira e a indústria açucareira, veja-se o quadro da produção açucareira constante

do trabalho de Roberto Simonsen, "*História Económica do Brasil*" I.

Por aí verifica-se que a indústria-agrícola da cana-açúcar, só teve uma revivescência no século XIX, nas suas primeiras décadas.

O brocardo popular de que "cessa tudo quanto a antiga musa canta, desde que um valor mais alto se alevanta" da lira camomeana encerra um conceito muito applicável ao caso ouro-açúcar. Por isso, o ciclo do açúcar foi interrompido pelo ciclo do ouro, que teve vigência quando aquele já vinha em linha descendencial.

- 7.º) *Fim do abandono político no Planalto.* Como se sabe, o Planalto vinha sendo, no decorrer dos dois primeiros séculos, completamente abandonado pela Metrópole, pois não havia intercâmbio económico entre a Metrópole e o Planalto, que isolado geográficamente, com um rebaixado poder aquisitivo, e com infimo complexo de necessidades vitais, pouco produzia e pouco consumia, pois vivia em regime autárquico. Com isso, o Planalto nada rendia à gananciosa Metrópole, que, além do mais não auferia grandes rendimentos fiscais dessa insignificante e deficitária colônia, perdida como sentinela avançada e engolfada em uma arestosíssima região. O Planalto não dispunha de fonte de riqueza económica, que interessasse ao reino. Daí, o abandono, em que viveu, nos dois primeiros séculos! Descoberto o ouro, em região tão aproximada desse esquecido Planalto, passou a gulosa Metrópole a dedicar atenção à região, antes tão insignificante mas repentinamente tornada importante. Continuasse o abandono do Planalto, por parte de Portugal, muitos perigos seriam de afligir essa Metrópole. (V. nota 2, deste capítulo).

Assim, os planaltinos arrogantes, altivos, audaciosos, bellicosos e atrevidos poderiam se insurgir e formar novo país, como já haviam tentado com a sabida aclamação de Amador Bueno, a qual, em parte, não vingou, por acaso estar a vila despejada da sua população masculina, afastada no longínquo sul nas reduções jesuíticas. Além disso, que representava um sério perigo, para essa egoística Metrópole poderia algum país estrangeiro, a exemplo da Holanda no Nordeste, no século seiscentista, se deixar tentar pelo ouro das minas e imaginar uma conquista, com a cumplicidade dos planaltinos que sempre se haviam mostrado pouco amigos dos reinóis bem como pouco fiéis à Portugal.

Comprova isso, a carta que em 1700, dirigiu ao rei de Portugal, D. João de Lencastro, a qual se acha reproduzida pelo egrégio historiador Basilio de Magalhães, no seu livro "*Expansão Geographica*", 169:

"...Tambem me parece muito conveniente que se levante outro terço de infantaria e um esquadrão de dragões, para se metter na villa de S. Paulo com o pretexto de que é para assegurar a mesma villa e della se poder soccorrer facilmente a de Santos; sendo o fim particular deste negocio segural-a de seus mesmos moradores, pois estes tem deixado, em varias occasiões, suspeitosa a sua

fidelidade, na pouca obediencia com que observam ás leis de V. Mgde e ser gente por sua natureza absoluta e varia e a maior parte della oriminosa; e sobretudo amantissima da liberdade, em que se conservem ha tantos annos quantos tem de creação a mesma villa; e vendo-se hoje com opulencia e riqueza que a fortuna lhes ofereceu no descobrimento das ditas minas, me quero persuadir sem o menor escrupulo, são capazes de apeteoer sujeitar-se a qualquer nação estrangeira, que não só os conserve na liberdade e insolencia com que vivem, mas de que supponham mas de que podem ter aquellas conveniencias que a ambição costuma facilitar a semelhantes pessoas, sendo a principal e a que elles mais suspiram a escravidão dos índios”.

Como se vê, com clareza, os portugueses temiam os planaltinos. Descoberto o ouro, passaram êles, os reinóis, a cuidar da sua antes abandonada colônia. Mandaram para aqui os “gauleiter”, que tão tirânicamente agiram em nome dêsse jugo reinol, que tão pesado passou a ser. D. Rodrigo Cesar de Menezes foi o primeiro cão de fila, que Portugal mandou para oprimir o generoso Planaltino! Os principais vultos planaltinos, foram aos poucos exterminados como, os irmãos Leme e depois os outros que haviam sobrado da seleção regressiva que o ouro determinou à região.

Por isso o que Washington Luís, na sua “*Capitania de S. Paulo*”, diz que, só então S. Paulo reconheceu a soberania portuguesa.

Pensamento lapidar! Êle tudo resume, mostrando com nitidez o quão pesado era o jugo dos reinóis sobre uma região que êles antes desprezavam e que, então violentamente impunham o seu pesadíssimo domínio.

- 8.º) *O advento do ouro aumentou, sem dúvida, o poder aquisitivo, do brasileiro em geral e em particular do minerador!*

Os documentos planaltinos, concernentes ao século XVIII, nos atestam isso no que diz respeito à nossa região, mas é curial que, o mesmo fenômeno haja ocorrido em relação às demais regiões do país.

Percorrendo-se, em análises êsses documentos, verifica-se que a riqueza aumentou muito, como também pode se ter a sensação de que houve um acréscimo imenso de poder aquisitivo, surgindo em inventários ou arrolamentos muitos objetos, antes inexistentes no Planalto.

- 9.º) *Substituição, no Planato, do idioma guaraní, falado pelo povo, como prova a toponímia regional, pelo português.*

- 10.º) *Identificação do tráfico africano.*

Já, com a Restauração do Nordeste e expulsão dos flamengos, com a reconquista de Angola e com a perda pelos batavos da hegemonia no Atlântico, em meados do século XVII, o tráfico africano (importação de escravos pretos), foi reiniciado; com o ouro êle teve renovadas forças.

Com a descoberta do ouro, como seria natural, da queda da indústria agrícola do açúcar resultou um exôdo de escravos

do Nordeste açucareiro para os centros mineradores de Goiás, das Gerais, etc.

Houve, com o advento da mineração, um súbito aumento do poder aquisitivo com o que a capacidade de compra do minerador entrou em ascensão e com isso, foi possível a compra de grandes massas de escravos, antes servindo na lavoura de cana e no fabrico do açúcar. Com a decadência desta, os seus proprietários, emigrando para as minas, locomoveram igualmente as suas massas de escravos, que, ou foram vendidos ou acompanharam essas migrações.

Mas, além dessa massa humana de escravos trazidos do Nordeste açucareiro, por via rio de São Francisco, houve necessidade da importação directa da África, pois o apresamento de escravos índios havia cessado. Com isso, ficou, fatalmente muito aumentado o teor africano na constituição das populações mineiras, havendo diminuído proporcionalmente o "quantum" de sangue ameríndio, nas mesmas. Os novos escravos africanos foram importados para as Gerais, por intermédio do porto, entreposto mercantil das Gerais, do Rio de Janeiro, que se ligava às minas pela estrada de Garcia Rodrigues Paes.

Não se pode calcular quantos africanos entraram nas Gerais, nessa ocasião, mas o seu total não deveria ter sido pequeno e, em razão da grande quantidade de ibéricos entrados nas Gerais, como vimos acima, formou-se, na região, uma gigantesca condensação de mestiçamento euro-africano, do qual, até hoje, restam vestígios nas estatísticas demográficas regionais.

- 11.º) *Aumento do pastoreio.* Com a localização de grandes massas humanas nas regiões das Gerais, houve, como seria natural, uma necessidade de aprovisionamento dessa gente, que precisava ser alimentada. A carne, por força foi um género, que mais se fazia preciso, para servir o excelente mercado consumidor, dotado de alto poder aquisitivo, que eram as lavras auríferas.

Contando, pois, com um grande mercado de consumo, nas proximidades, a criação de gado teve uma época de máximo desenvolvimento. Daí o povoamento do vale do rio de São Francisco, que então, reuniu a grande quantidade dos currais de gado da época, fazendo disso resultar o povoamento da região. Foi um ralo povoamento no sentido euro-americano, atendendo que, o pastoreio não proporcina grandes densidades e atrai o euro-americano, repelindo o euro-africano, que mostra tendências preferenciais para o sedentarismo agrícola.

- 12.º) *Aumento do poder aquisitivo e do nível de vida do brasileiro em geral.* O ouro determinava maiores aquisições e as que se favoreciam com o magnífico mercado de consumo existente nas minas, naturalmente viam-se bafejados por bons negócios, que se foram sucedendo ao longo de todo o século XVIII e foram extensivos a todos os brasileiros.

Todos os habitantes da América lusa se beneficiaram directa ou indirectamente do ouro.

13.º) *Aparecimento de uma cultura típica setecentista.*

Tôda prosperidade material, fruto de umá favorável situação econômica, tende a gerar uma cultura, que é proporcional à economia causadora de sua origem. Assim, o ciclo do açúcar gerou no Nordeste uma magnífica cultura, aprimorada pelo lusitanismo, em razão, da proximidade com Portugal e das ligações econômicas que a opulenta região era obrigada a manter, porfôrça de seu intercâmbio econômico, entre a produção e o consumo, etc. Eis que, o ciclo do ouro, também, deveria fatalmente originar fenômeno semelhante! Foi o que se deu, sendo as Gerais a região na qual êsse fenômeno foi mais notório, com a evidência, nessa região de poetas, literatos, artistas, arquitetos, escultores, etc. Eis os poetas da Arcádia mineira, o Aleijadinho, etc.!

Outras regiões, as beneficiadas indiretamente, com o ciclo do ouro também, apresentam melhorias culturais. Eis, o Rio de Janeiro, com o Mestre Valentim e o Planalto com Pedro Taques e Frei Gaspar, etc.

14.º) *Aguçamento da cubiça das nações estrangeiras.* E' regra da sociologia-política internacional, observada sempre na vida histórica das nações, que, as regiões ricas exercem sôbre as nações poderosas, uma atração proporcional ao seu gráu de riqueza. Eis, que, no seiscentismo, pode-se observar que, foi a riqueza do Nordeste açucareiro, o iman atraidor do Holandês!

A prosperidade, causada pelo ouro, deveria fatalmente produzir fenômeno semelhante. Com a guerra da sucessão da Espanha, a França sofreu a tentação de se apoderar da região aurífera das Gerais, exatamente em similitude à Holanda, que, no século anterior, quisera se apoderar da região do açúcar.

Eis, em 1710. Duclere e, em 1711, Duguay-Trouin! Essas tentativas, entretanto, não foram sucedidas por outras, porque houve a paz de Utrecht, em 1713 e a resistência colonial, experimentada pelos franceses não os convidou à outras empresas. A Inglaterra era, no século XVIII, a única nação que estava em estado militar, econômico ou político de poder organizar expedições poderosas que conquistassem a região das minas, já suficientemente povoadas para oferecer séria resistência. A Inglaterra, porém, era a amiga, aliada e protetora de Portugal. Por êsse motivo, além de ser fácil a resistência colonial-mineira, em região muito montanhosa, deveu Portugal, o fato das tentativas fracassadas de Duclerc e de Duguay-Trouin não se reproduziram.

15.º) *Deslocação do eixo político-administrativo colonial para o Sul.*

O ouro não teve o seu efeito circunscrito, apenas ao campo econômico e demográfico, mas, também, o administrativo, pois em 1763, houve mudança da séde do Governo Geral, para o Rio de Janeiro que era a porta de saída e de entrada, o respiradouro, enfim das Gerais.

16.º) *Formação de uma mentalidade livre e homogênea, distinta da lusitana,* o que determinou, para a região e suas limitrofes, grande incremento na marcha para a emancipação.

A prosperidade deu aos seus agentes, interesses econômicos semelhantes, os quais isolados e profundamente diferenciados da metrópole cada dia se tornavam mais separados. O mesmo fenômeno evolutivo era de se constatar na mentalidade, a qual progressivamente ia se tornando diferente da reinol.

Eis que, no início, os imigrantes reinóis se defrontaram, no começo do século com a mentalidade crioula. Daí a guerra dos Emboabas, em 1708-1709 e a rebelião de Felipe dos Santos. Depois, esses imigrantes do início do setecentismo, foram envelhecendo e morrendo, não sendo refeitos por ondas migratórias reinóis proporcionais ao número deles. Seus filhos e netos já tinham sido assimilados pelo espírito da terra, pois eles eram crioulos, sob todos os pontos de vista. Foram com o seu número engrossar as hostes vencidas dos nacionais-crioulos dos planaltinos de 1708-1709, ou de Felipe dos Santos. Daí a conjuração mineira de 1789! Ela, lamentavelmente, fracassou porque o elemento reinol, estava em número, mas com o correr do tempo o desequilíbrio numérico se fez, a favor dos nacionais-crioulos e daí a independência, que se processou naturalmente nas regiões das Gerais, do Planalto e do entreposto carioca. O resto veio depois!

17.º) *Aumento polimórfico da metrópole portuguesa.*

Não obstante o famoso tratado de Methuen de 1703, ter canalizado para a Inglaterra, grande parte do ouro arrecadado pelo fisco português, ou pelo intercâmbio reinol, ainda assim, Portugal se enriqueceu enormemente, com os períodos dos monarcas D. João V e D. José I, que realizaram, desperdícios notáveis no Reino, à custa dos gordos proventos sugados nas minas.

Muito desse ouro brasileiro ficou em Portugal.

18.º) *Desenvolvimento do Rio de Janeiro.*

Com a deslocação do eixo econômico, demográfico e político para o Sul, o Rio de Janeiro, então entreposto, porto do riquíssimo Hinterland das Gerais, teve um crescimento vertiginoso, passando pelas seguintes etapas:

1711	12.000 habitantes
1745	24.397 "
1808	47.000 "
1820	80.000 "

19.º) *Influência na evolução do mundo.*

O ouro enviado para a Metrópole era, pelo tratado de Methuen, desviado, em grande parte, para a Inglaterra, que, com isso, teve enorme surto de desenvolvimento, justamente na época da revolução industrial. A Inglaterra, graças a esse ouro, pôde mecanizar a sua indústria e com ela nesse estado e portanto muito mais eficiente, pôde fazer concorrência esmagadora à indústria francesa, que foi vencida e relegada à miséria, levando consigo grande parte da população fran-

cesa, que assim, foi servir de excelente caldo de cultura para nêle ser inoculado o vírus dos escritos dos filósofos, daí sobre-vindo a Revolução Francesa.

20.º) *Centralização político-administrativo das colônias luso-americanas em torno do Rio de Janeiro.*

Tendo o centro das colônias, sob o ponto de vista político administrativo, se fixado no Rio de Janeiro, também essa região se fez o eixo econômico demográfico, cultural, etc., de modo que, a fragmentação se fez impossível dada a influência que esse centro carioca exerceu sobre os extremos pobres.

O centro, tendo ao seu redor um bloco denso, rico e culto, irradiando cultura e influência, tomou tal solidez, que se fez indivisível.

Desde que, em 1693, Antonio Rodrigues de Arzão, saindo de Taubaté, descobriu o ouro, no rio da Casca, manifestando no Espírito Santo a sua descoberta e transmitindo o roteiro da mesma a seus concunhados Bartholomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira, que oficializou a descoberta, em 1695 (Basílio de Magalhães, "*Expansão Geographica*", 158 e 159), perante Sebastião de Castro Caldas, que se encerrou, para o Planalto uma época histórica, dando causa ao início de outra.

Há acontecimentos na evolução histórica dos grupos humanos, que os modificam de tal maneira, alterando de tal modo a sua consistência, a sua coloração, a sua dubilidade, a velocidade e a orientação de sua marcha pelos séculos, a sua morfologia, a sua projeção no cenário da vida, etc., que devem ser considerados como marcos assinaladores de épocas, que se sucedem, com modificações completas da vida humana, nos locais, onde tem lugar esses acontecimentos. Assim, por exemplo, a Revolução Francesa, as descobertas da pólvora, da imprensa, do papel, da caravela, da bússola, etc., a época industrial com o coque metalúrgico, o vapor, a mecanização da atividade humana, etc., estão assinalando marcas tão profundas na vida do homem, que pela importância das suas consequências, merecem ser tidos como sinais, que encerram uma época e iniciam outra.

Assim foi o ouro, na história do Planalto!

Ele teve o efeito da descoberta do fogo, da roda, da canôa, da mineração de metais, ou da domesticação de animais, no início da civilização humana, do arco, de cimento ou de uso do ferro, na civilização clássica, etc.

O planaltino, com o advento do ouro, sofreu similar transformação!

Era uma população, que tinha uma determinada feitura racial; havia, vivido em secular e completo isolamento, durante

o que tinha adquirido certo perfil sociológico e econômico, que tinham servido de base para ser realizada certa evolução, por linhas absolutamente inconfundíveis. O seu estado intelectual, moral, ou sentimental, bem como o idioma usado pelos componentes de seu grupo, o seu adensamento demográfico, a nuance da coloração da dermocrómia de seus membros, estado de maior ou menor, radicação à terra de sua gente, o seu maior ou menor apêgo às instituições metropolitanas, à gente reinol, ou às famílias da velha aristocracia européia, etc., tudo isso foi alterado pela época do ouro, que teve lugar precisamente a coincidir com o século XVIII.

A história colonial do Planalto pode ser dividida em duas partes nítidas:

- 1.º) Uma, que vai até o fim do século XVII, desde o início do XVI, isto é, que teve uma duração de duzentos anos.
- 2.º) Outra, que vai desde o fim do século XVII, até o fim do século XVIII, quando o ouro teve o seu declínio.

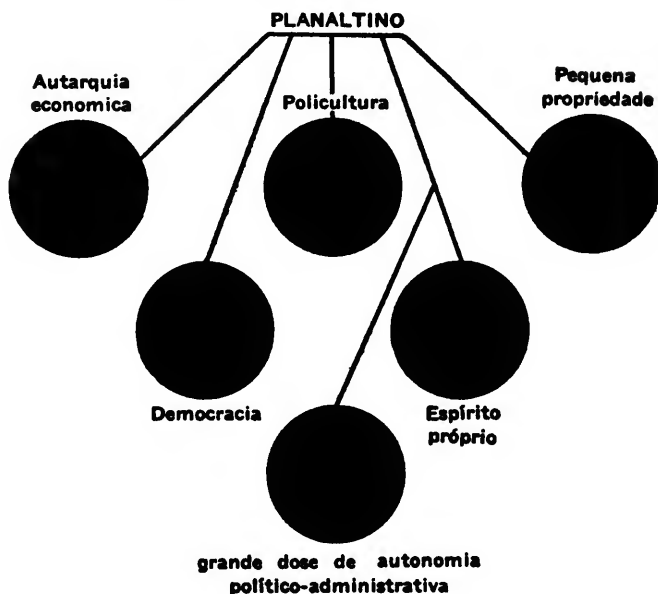
Essas duas épocas coloniais se assinalam, pelas características, que perfilam o mesmo grupo planaltino. Assim, as características podem ser assinaladas da seguinte maneira, resumida e esquemáticamente:

As da primeira época:

Pequena propriedade, policultura, autarquia, democracia, pobreza, tudo em alta dose, modéstia, incultura, arrogância, audácia, belicosidade, mistura acentuada euro-americana, assimilação perfeita já realizada, espírito próprio, particularismo, idioma guaraní, feição profundamente americana, índice de independência muito elevado, isolamento geográfico, quasi que absoluto, isolamento econômico, isolamento cultural, abandono político da Metrópole, etc.

As da segunda época:

Democracia pouco acentuada, espírito de submissão, psicologia apasiguadora, maior índice cultural, maior adensamento demográfico, crescimento enorme do teor europeu na constituição do grupo, infiltração do africano, perda da assimilação já realizada, aumento imenso do espírito europeu-reinol-português, perda do índice de independência, grande apêgo às instituições, às famílias aristocráticas reinóis, diminuição do isolamento geográfico, com o aumento das comunicações com o litoral (caminho de Garcia Rodrigues) e com o Reino (progresso na navegação transoceânica), cessação do isolamento cultural (aperfeiçoamento mental do planaltino), atenuação do isolamento econômico planaltino (aumento do poder aquisitivo do

CONSEQUÊNCIAS DO ISOLAMENTO

morador, com o que houve um aumento do intercâmbio mercantil com o Reino), fim do abandono político da Metrópole, que para a região enviou régulos de incrível ferocidade e de cupidéz desconhecida.

Todas essas alterações tiveram como determinante o ouro. Foi êsse ouro, que reboando, como um imenso e terremótico tufão, pelo Reino, atraiu para as regiões das Gerais, de Goiaz, de Cuiabá, do Planalto ou do Rio de Janeiro, que eram as que recebiam, mais ou menos diretamente, das catas auríferas a influência marcante, das grandes massas migratórias de reinóis, que como um gigantesco rolo compressor, ou uma avalanche incontida, precipitaram-se de Portugal, tudo avassalando e subvertendo, esmagando e deglutindo, em sua carreira incoercível e fatal, causando um séquito mavórtico de consequências dolorosas, que se estereotipam na modificação assinalada acima.

O Planalto, passagem forçada, e capital econômica das zonas goianas e matogrossenses, recebeu, no decorrer do século

XVIII, imensa quantidade de reinóis, que fizeram a sua diminuta população seiscentista de 10.000 almas, subir para 116.000. Isso aconteceu, sem que o influxo de ameríndios concorresse, pois o apresamento havia cessado. Foi um aumento devido exclusivamente ao elemento euro-africano.

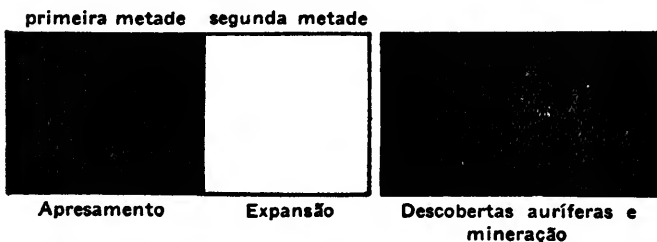
A velha estirpe do paulista seiscentista ficou esmagada e, mais ou menos, anulada, com o seu delineado espírito, suplantado pela avalanche desencadeada, que, como uma tromba imensa, tudo esmagava, na sua invasão incoercível.

Os elementos mais eficientes, mais eugênicos, mais arrogantes, etc., da velha estirpe planaltina, os seus expoentes mais marcados e perfilados em seus sulcos mais profundos, estavam ausentes, nas minas, quando se deu a invasão reinol, de modo

HISTÓRIA PLANALTINA

Século XVIII

Século XVII



que esta não encontrou grande resistência dos elementos da terra e talvez, por isso, não teve grande éco, não causou grande estrondo a sua invasão, etc. Esta foi mais uma infiltração subretícia, anônima, surda, sem causar rumor, mas teve o efeito de um abrir de comportas de uma represa. A sua inundação rápida e esmagadora arrastou os apoucados ramos da velha estirpe, que haviam ficado no Planalto, não se deixando morder pela ambição, mascarando com facilidade o seu espírito próprio e diluindo o seu particularismo, bem como o seu acentuado crioulismo. O que restava do individualismo planaltino, da sua altivez, do seu amor à independência, da sua belicosidade, do seu espírito atrevido e arrogante, da sua tendência indisfarçável para a separação, do seu colorido americano, etc., foi esmagado impiedosamente pelos satrapas reinóis, que D. João V, o tarado monarca luso, enviava para nos oprimir. Enfim o ouro foi o doloroso calvário da velha estirpe planaltina,

crucificada nos altos da Mantiqueira, que se rendilhava de picos corcoveantes pelas serranias, eriçada de abismos, a formar a moldura, em que se enquadrava o fim trágico da via sacra da velha estirpe, inciada com João Ramalho e com a longinqua expedição martimafosina, sacrificada no altar da gala reinol.

A linha de conduta dos Rodrigo Cesar, dos Caldeira Pimentel, se retrata com traços nítidos, no modo como foram exterminados os heróicos irmãos Leme, ou humilhado Bartholomeu Paes de Abreu; ou ainda no carnicheiro Assumar a esquartejar o aureolado vulto de Felipe dos Santos, o verdadeiro precursor do proto-martir.

Até o velho isolamento geográfico seiscentista tinha sido rompido pelo caminho que Garcia Rodrigues Paes, inconcientemente, rasgava como um suicida da sua gente.

Por êsse caminho o nativismo nas minas, iria ser sufocado!

Só, daí a mais algumas décadas se desfez por fim, o equilíbrio, entre reinóis e crioulos e se procedeu a verdadeira independência nacional.

PARTE V

Epilogo



CAPÍTULO I

A DESCENDÊNCIA DE AMADOR BUENO ⁽¹⁾

Amador Bueno, patriarcal, pacífico, sedentário, bem enraizado à terra planaltina, como verificamos, nunca mostrou pendores às ocupações aventurosas e belicosas, em que se engolfavam os seus coévos. Nunca se pode assinalar o nome de Amador Bueno, em empreitada de apresamento. Isso requeria um temperamento todo forrado de traços psicológicos especiais, os quais o aclamado, jamais deixára evidenciado, em qualquer documento.

Não só o bandeirismo aventuroso, belicoso, másculo, arriscado, tempestuoso, bravio, incômodo, desconfortável, etc. não o seduzia, como também êle não encontrava atração pelas expedições bélicas, que o Planalto costumava enviar, para auxiliar outras regiões ameaçadas das colônias brasileiras.

Eu passei em revista milhares de nomes de planaltinos apresadores, arrolados em centenas de expedições, localizadas em dezenas de diferentes regiões, talando muitos territórios, realizando muitas funções bandeirantes, tôdas elas a exigir virtudes varonís para serem levadas a efeito. Em nenhuma ocasião, eu achei o nome de Amador Bueno.

Mas, não fui eu apenas a constatar essa marca de ausência de Amador Bueno, nas nominatas bandeirantes. Ninguém, cronista ou historiador, jamais pode citar documentalmente o nome de Amador Bueno, como atuando no sertão. Não seria crível que, se porventura Amador Bueno tivesse participado do movimento apresador, o seu nome não tivesse aparecido em algumas dessas empreitadas vistoriadas, algumas das quais empolgaram a quasi totalidade da população varonil do Pla-

(1) A propósito da descendência de Amador Bueno, existem alguns livros publicados, entre os quais o do Revmo. Padre Maciel Vidigal, "*Amador Bueno o Aclamado na Família Lagoana*", mas só diz respeito aos descendentes de uma filha de Amador Bueno, cousa que também acontece com o livro de Aureliano Leite.

nalto, tendo sido quasi tôdas bem pesquisadas, em suas minúcias, por um número não pequeno de analisadores.

Mas, além de não se ter a mínima notícia de Amador Bueno, figurando em qualquer arrolamento de bandeirantes, não se sabe, igualmente, de qualquer indício, por mais remoto ou insignificante, que êle pudesse ser, a respeito da participação de Amador Bueno, em qualquer expedição, que o Planalto tenha enviado em auxílio, a qualquer outro ponto brasileiro. A êsse respeito não há nada seguro e concreto.

A única referência de cronista a respeito de ter sido Amador Bueno bandeirante é de Pedro Taques, que muito vagamente se limita, sem a menor documentação básica, à frase vazia e sem a menor significação, a respeito, com uma parolagem ôca, que eu penso tenha sido méra formalidade, pois que os dizeres de Taques, sôbre a pretensa qualidade de apressador, a Amador Bueno, são semelhantes aos que êle atribue indistintamente a todos os seus biografados!

De fato, quando Pedro Taques quer enaltecer alguma personalidade das muitas que constelam as suas linhagens, êle emprega os mesmos qualificativos, que usou para biografar Amador Bueno. Disso, se conclui que não tem o mínimo valor as palavras vagas empregadas por Pedro Taques, para emprestar as virtudes exigidas pelo apresamento a Amador Bueno.

Se, porventura tivesse o linhagista proferido alguma alegação concreta a respeito do bandeirismo concernente à Amador Bueno, poder-se-ia emprestar mais valor aos dizeres da "*Nobiliarchia*", mas o que êsse trabalho, de pura genealogia, assevera, é absolutamente vago e inteiramente aéreo. Caso, o que o linhagista se refere a Amador Bueno, fosse não só concreto, positivo e em termos tais, que não houvesse dúvidas, como documentadamente, então não seria possível qualquer interpretação no sentido da tése que sustento. Nada disso, porém acontece. Pedro Taques é ôco e vazio em documentar as suas chapas e palavras feitas, ao se referir a Amador Bueno. Aliás, essa impotência do linhagista em particular qualquer ato concreto de bandeirismo ao se referir a Amador Bueno, já autorizaria convicção a respeito da psicologia acomodada do aclamado.

Sim, porque se Pedro Taques, tendo vivido apenas um século, depois que os sucessos rumorosos de 1641, cawassem o fundo sulco na crônica planaltina e menos de um século que Amador tivesse podido praticar algum ato de bandeirismo, parece impossível que, êle linhagista, não pudesse concretizá-lo como bandeirante, apresentando Amador Bueno com algum capítulo positivado e documentado no apresamento!

Teria a tradição de família, grande manancial, do qual se serviu imensamente Pedro Taques, para escrever a sua "*Nobiliarquia*", esquecido de colocar no ativo de Amador Bueno, algum ato notável de apresamento?

Seria difícil semelhante hipótese!

Muito mais natural, seria a admissão do que eu afirmo, isto é, de que, as palavras de Pedro Taques, referentes ao pretenso bandeirismo de Amador Bueno, fossem meras formalidades e simples adjetivação, semelhante às que êle usava em relação às várias personalidades, pois do contrário, êle poderia ter sido muito mais positivo, concreto e absoluto, documentando a sua afirmativa. Aliás, para o linhagista, todas as figuras seiscentistas do Planalto, teriam sido sertanistas apesadores e no exagero evidente, com que êle marca os traços dos biografados, todas as virtudes imagináveis são acumuladas nos indivíduos de suas simpatias. Eis o caso do padre dr. Guilherme. Taques andou longe da verdade, fazendo com que muita gente de boa fé, se iludisse a respeito do Planalto!

Aliás toda obra de genealogia tem que ser mais ou menos uma reconstituição histórica, precisa ser rigorosamente imparcial, justa, despida de exageros, fria e absolutamente livre de ditirambos.

Infelizmente nós sabemos que a "*Nobiliarquia*", a grande obra genealógica de Pedro Taques, escapa a essa norma. E' que, ela tem sido mal qualificada. Como obra genealógica o legado de Pedro Taques é monumental, mas como crônica histórica, ela só tem valor relativo e erra dolorosamente, quem quizer nela repousar, com cega confiança.

Assim, temos que, o patriarca Amador Bueno teria sido pacífico, vivendo como um burguês apatacado, pois relativamente ao meio pobre em que êle vivia, se destacava pelas suas posses, auferidas das labutas, em que êle se empenhava, como moleiro de farinha de trigo, que era a fonte de sua ocupação, além das que lhe preocupavam, como fabricante de chapéus de feltro. Vivendo patriarcalmente, nas redondezas da "acrópole" planaltina, que era a vila anchietana, afazendado, em uma das pequenas propriedades, em que se retalhara a velha sesmaria Patuahy, que fora de Salvador Pires (linhagem a que pertencia a mãe de Amador Bueno), Amador Bueno, seguindo Pedro Taques, deixou nove filhos, legítimos.

É de se notar o volume patriarcal da família de Amador Bueno, tendo-se em vista que, quase todos os grandes figurões do sertanismo deixaram poucos filhos. É que êles, quase sempre no sertão, não tinham muito tempo, para, sedentariamente,

viverem no conforto dos respectivos lares, em contato com as famílias. Essa seleção regressiva pode ser observada, ainda, em muitos capitulos espetaculosos da história humana. Eis, por exemplo, os heróis da epopéia da navegação portuguesa, (Ellis, "*Raça de Gigantes*")!

Os elementos em que me baseio para afirmar que Amador deixou nove filhos são os colhidos na "*Nobiliarchia*", pois em matéria de genealogia os dados de Pedro Taques são muito seguros e merecedores de fé. Ainda não encontrei grande falhas nesse trabalho do linhagista, ao contrário do que se deu em matéria de crônica histórica, em que os desvios da verdade da "*Nobiliarchia*", são incontáveis, além de serem de gravidade inimaginável.

De seu casamento com Bernarda Luiz, ocorrido, mais ou menos, em 1610, Amador Bueno, de acordo com Pedro Taques, deixou 9 filhos:

- 1.º Amador Bueno, o moço, nascido mais ou menos em 1611, casado, em 1638, com Margarida de Mendonça. Faleceu Amador o moço em 1683, (2).
- 2.º Catharina de Ribeira, casada com Antonio Preto, filho do famoso Manuel Preto. Faleceu Catharina em 1677, (3).
- 3.º Antonio Bueno, casado em 1639, com Maria do Amaral, filha do sertanista Paulo do Amaral.
- 4.º Izabel de Ribeira, casada em 1642, com o português Domingos da Silva dos Guimarães. Suponho que ela haja nascido em 1628, para se casar aos 14, (4).
- 5.º Maria Bueno da Ribeira, casada em 1631, com o fidalgo castelhano D. Juan Matheus Rendon, com o que eu suponho que ela haja nascido em 1616, mais ou menos.
- 6.º Anna de Ribeira, casada com o fidalgo castelhano, irmão do supra mencionado, D. Francisco Rendon de Quebedo. Pelos dizeres de Taques, na "*Nobiliarchia*", êsse casamento, se deu

(2) Amador Bueno o moço, nascendo em 1611, morreu em 1683, com 72, cousa que coincide bem com a verosimilhança.

(3) Catharina de Ribeira, tendo nascido em 1612, morreu com 65 anos em 1677, o que é bem verosimil.

(4) Antonio Bueno, não tendo feito parte da bandeira, que em 1628, levou a efeito em parte a destruição do Guairá, só casou em 1639. Isso nos leva a crer que êle tenha nascido em 1614 ou 1615. Isabel, tendo se casado em 1642, deveria ter nascido pouco antes de 1628. Em todo o caso o que chama a atenção é que todos os filhos de Amador Bueno, dos quais se tem notícias, se casaram entre 1628 e 1652, isso obriga a se firmar o nascimento dêles, entre 1611 e 1630. Daí se vê que, Amador Bueno, em 1628, ainda era muito moço, pois a sua vida de homem no máximo de sua capacidade física decorreu na primeira metade do seiscentismo.

depois de 1630, (*“Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo”* XXXIX, 249) entretanto a filha dêsse casal, D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca, se casou em 1642, segundo diz o mesmo Taques. A se crer na primeira asserção do linhagista, D. Magdalena teria se casado com 11 anos o que é absurdo, onde se vê mais um erro de Taques. Quando teria nascido Anna de Ribeira? E' provável que em 1615 mais ou menos.

- 7.º) Diogo Bueno, casado com Maria de Oliveira, filha de Pedro Leme do Prado. Diogo faleceu, afirma Taques, em 1700. Quando, pois teria êle nascido? E' provável que, em se tendo em conta a média da vida humana, então, Diogo tenha nascido aproximadamente entre 1620 e 1630, devendo ter falecido com 70 ou 80 anos, o que é uma longa vida. Seu filho mais velho, Manuel Bueno da Fonseca, faleceu em 1722, segundo Taques (*“Rev. do Inst. Histórico Brasileiro”* — tomo especial da *“Nobiliarchia”*, 40). Ora, essas datas se acordam bem com a probabilidade que admito.
- 8.º) Marianna Bueno, tendo se casado com Sebastião Preto Moreira, faleceu em 1682, com o que se conclue haver ella nascido, mais ou menos em 1630, para ao morrer contar cerca de 57 anos. O casamento devia se ter dado em 1652, aproximadamente, pois os filhos do casal nasceram depois de 1653. Isso leva a crer que, Marianna Bueno nascera depois de 1630, o que é verosimil.
- 9.º) Francisco Bueno Luiz — Não há nenhum informe a respeito dêste, na obra de Pedro Taques.

Amador Bueno, o moço, designado supra com numeração de 1.º, se casou em 1638, com Margarida de Mendonça. Sabemos que este segundo Amador tomou parte na bandeira da qual faziam parte vários membros da sua familia, que em 1637-1638, esteve assaltando a provincia de Tape, no Rio Grande do Sul.

Deixou êste segundo Amador Bueno, ao falecer em 1683, cinco filhos:

- 1.º) 1 Maria Bueno, casada com Balthazar da Costa da Veiga e falecida em 1709. Caso ella tenha nascido em 1639-40, como é provável, sendo ella a filha mais velha do casal, supra, que se casou em 1638, deveria ter ao morrer cerca de 70 anos.
- 1.º) 2 Bartholomeu Bueno de Mendonça.
- 1.º) 3 Francisco Bueno de Mendonça, casado com Anna de Siqueira de Albuquerque.
- 1.º) 4 Domingos Luiz Bueno, falecido em 1721, com que se pode imaginar a hipótese de que haja nascido em 1650, mais ou menos, para que, ao morrer, tivesse mais de 70 anos.
- 1.º) 5 Amador Bueno, o neto, que tendo falecido solteiro não se encontra elementos sôbre êle, na obra de Taques.

Maria Bueno de Mendonça, n. 1.º — 1 supra foi casada com Balthazar da Costa da Veiga, provavelmente, como ensina Aureliano Leite, no seu empolgante "*Cabo maior dos Paulistas na Guerra dos Emboabas*", 28, em 1655, pois ela, tendo nascido em 1639-40, deveria ter em 1655, atingido a idade de se casar. Em 1656 deveria, pois ter nascido o seu primeiro filho, que foi Amador Bueno da Veiga, o futuro cabo maior dos paulistas na guerra dos Emboabas, segundo, afirma, ainda o citado Aureliano Leite, loc. cit. (É verdade que, mais adiante êste intelectual modifica o seu pensamento para dizer que a data provável do nascimento do Amador Bueno da Veiga é de 1665 e não 1656, como assegurara antes. Entretanto, confesso, prefiro ficar com a primeira data, por não me ter convencido pelas razões apresentadas em abono da segunda). Assim, segundo penso, ao comandar os paulistas, em 1709, contra os emboadas, Amador Bueno da Veiga estaria com cerca de 53 anos, mais ou menos.

Isto é hipotético, mas, o que é certo é que, Amador Bueno da Veiga, o cabo maior dos paulistas na guerra dos emboabas, era bisneto de Amador Bueno o aclamado.

É também certo que, as marcas morais, psíquicas e sentimentais, se transmitem por hereditariedade, passando de geração em geração, de modo que, o descendente ao evidenciar certo perfil moral, psíquico, sentimental, etc., êle não o faz deliberadamente e sim reflete os caracteres recebidos, por via da herança de seu maiores. As marcas psicológicas etc., afirma-nos Le Bon (*L'evolution des peuples*'') se transmitem de ascendente à descendente, da mesma maneira que os caracteres físicos.

Com Amador Bueno, se daria êsse fenômeno, o qual é de fácil observação, pois seu bisneto, teve ocasião de revelar o seu perfil psicológico-moral e, segundo penso, mostrou, então, a mesma timidez de caracter, a mesma linha de covardia moral, evidenciada pelo seu bisavô, sacrificando os interêsses da causa da nossa terra, em beneficio dos que representavam a causa reinol.

• • •

Quantos descendentes teria Amador Bueno, se fossemos contar todos, sem levar em conta o gráu. Eu calculo que o número suba a mais de um milhão e meio de descendentes. Êsse número, à primeira vista pode parecer *exagerado*, mas se le-

varmos em consideração que medeiam entre nós e Amador Bueno, nada menos que doze gerações (5) e que estas se multiplicam em progressão geométrica, êsse total é judicioso. Vejamos:

Amador Bueno deixou 9 filhos e 54 netos, conhecidos e identificados, mencionados por Silva Leme. Isso quer dizer que cada geração deve, em média ser multiplicado por 6 (que seria a razão, pela qual se faria aplicar a progressão geométrica) para se obter o total da geração seguinte.

Mas, se em vez de 6, adotássemos a razão de 3, teríamos o seguinte:

1. ^a Geração —	Amador Bueno e Bernarda Luiz
2. ^a ”	9 filhos
3. ^a ”	54 nétos
4. ^a ”	162 bisnétos
5. ^a ”	486 trinétos
6. ^a ”	1.358 tetranétos
7. ^a ”	4.074 pentanétos
8. ^a ”	12.222 hexanétos
9. ^a ”	36.666 heptanétos
10. ^a ”	109.998 octanétos
11. ^a ”	329.994 nonanétos
12. ^a ”	989.982 decanétos

TOTAL 1.487.005 descendentes

Com um total tão grande de descendentes, seria natural que fossem muitos os personagens ilustres procedentes de Amador Bueno, como também seria natural que essa personalidade do nosso primórdio tivesse muitos infra normais.

Assim, não me parece que seja motivo de grande ufania proceder de Amador Bueno. Foram tantos os descendentes...! Ascendentes, todos devemos ter, por força. — Não pudemos escolher êsses ascendentes! Não fomos consultados, sobre isso, antes de nascermos...!

(5) Um número de 12 gerações, entre Amador Bueno e nós é perfeitamente razoável. Silva Leme as consigna, além de a Sociologia as determinar, pois essa ciência nos ensina que devemos calcular, em média 3 gerações e pouco por século como temos 3,½ séculos, desde o nascimento de Amador Bueno até nós, chegamos facilmente a estabelecer 12 gerações até hoje (Ammon, "L'ordre social", trad. Muffang, Fontenoing ed., Paris).

CAPÍTULO II

SINTESE FINAL

Sintetizando tudo quanto ficou evidenciado, temos que, estão firmados os seguintes postulados:

- 1.º) Logo na primeira metade do quinhentismo, houve surda branca e anônima batalha do açúcar, entre S. Vicente e o Nordeste, que venceu o prélio, daí resultando as mais espetaculosas consequências, nas quais se resume todo o evoluir histórico do Brasil.
- 2.º) O bandeirismo de apresamento foi um ciclo eminentemente econômico, do qual restaram inúmeras consequências interessantes não só ao Planalto paulista, mas a todo o país e principalmente ao Nordeste açucareiro, que deve a sua existência à mão de obra fornecida pelo apresamento, o que foi um laço

O poder aquisitivo do planaltino, do nordestino e do minerador

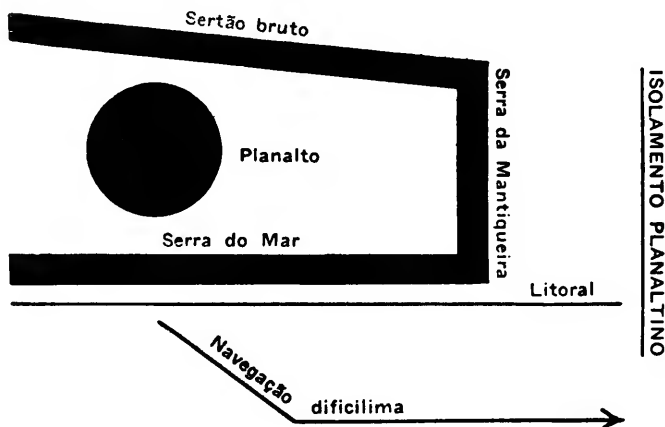


econômico a unir o Planalto ao Nordeste, o qual, por sua vez, tendo sido um excelente mercado de consumo para o apresamento, associou o Planalto ao ciclo açucareiro, pela divisão de trabalho. Com isso, segue-se que, o apresamento foi também determinado pelo Nordeste.

- 3.º) Só no Planalto houve apresamento, para exportação, pois em outras regiões salvo no Maranhão não houve antagonismo, entre jesuítas e moradores.
- 4.º) O tráfico africano, abastecedor de mão de obra do Nordeste, esteve em declínio durante o domínio flamengo no litoral dessa região e em Angola na África.
- 5.º) O apresamento é muito caluniado e a crueldade do apressador muito exagerada pelos cronistas jesuítas, que são muito apai-

xonados, não devendo os seus relatos serem erigidos em dogmas, mas tidos unicamente como informações.

- 6.º) Não devemos confundir entradas com bandeiras, pois aquelas são expedições oficiais e semi oficiais e de buscas de mananciais preciosos, enquanto que, estas são empreendimentos particulares, de caça ao ameríndio promovendo lucro imediato aos seus autores. As bandeiras pertencem a um ciclo econômico e as entradas a outro. As bandeiras existiram no Planalto e as entradas no Nordeste, de preferência.
- 7.º) O Planalto, em virtude da sua economia, era uma região extremamente pobre, dotada de fraquíssimo poder aquisitivo e de ínfimo nível de vida.



- 8.º) O Planalto era uma região geográfica nitidamente delimitada, perfeitamente isolada da Metrópole, sob os pontos de vista geográfico, econômico, cultural e administrativo, em vista da sua situação geográfica, da sua pobreza econômica, bem como da sua fraqueza fiscal e da sua fraqueza comercial, não exportando, senão mercadoria humana, que se locomovia por si e não importando senão muito pouca coisa, que não podia ser produzida in-loco.
- 9.º) Dessa situação econômica e comercial, o Planalto sempre viveu em rígida autarquia, durante os dois primeiros séculos, e em razão disso, seria necessário que, a região produzisse tudo quanto fosse preciso, para suprir as necessidades dos consumidores planaltinos. Daí a policultura, a pequena propriedade e democracia, como conseqüências diretas daquelas formas econômicas de vida que teriam prevalecido no Planalto.
- 10.º) De tudo quanto ficou dito, além de outros postulados seguros, no Brasil, não existiu uma só colônia, mas sim colônias em pluralidade, tendo cada grupo delas coloração social, étnica,

econômica, moral, sentimental ou psicológica diferentes, o que projetava consequências diversas, ainda que essas colônias fossem unidas política e administrativamente em uma só unidade luso-americana.

- 11.º) O domínio espanhol, período de tempo, durante o qual Portugal esteve incorporado à Espanha, o qual teve lugar entre 1580 e 1640, produziu muitas consequências no Brasil, entre as quais a de suprimir as fronteiras entre as áreas americanas dos dois reinos ibéricos, o que veio facilitar a penetração dos moradores do Planalto em terras castelhanas. Daí haver o apresamento encontrado mais facilidades durante o período chamado domínio espanhol e haver tomado o máximo incremento justamente no meio século de 1590 a 1640.
- 12.º) Amador Bueno, filho de Bartholomeu Bueno, nasceu em 1591, pois o casamento de seus pais foi, segundo Pedro Taques, que se baseiou em documento, em 1590. A sua psicologia era a de um indivíduo tímido, paeato e moralmente fraco, não tendo, jamais, participado do bandeirismo, ou de qualquer outro gênero de esforço bélico. Não há uma só peça documental ou um só autor que concretize o contrário, isto é, que afirme haver Amador Bueno tomado parte em um só ato de apresamento, cuja vida, no seu período de energia máxima, coincidiu com o que o apresamento no seu auge. Ele não tomou parte na grande bandeira, de 1628-29, contra o Guairá, pois encontramo-lo em São Paulo nessa data.
- 13.º) Em razão do seu isolamento, o Planalto estava em tal estado de indigência mental, que esta projetava consequências sobre a evolução da alma própria, a qual fatalmente animava a população amestiçada da região. Esta, sem notícias do Reino metropolitano e sem nada, que lhe lembrasse o mundo exterior, tomava uma diretriz evolutiva, que fatalmente a fazia divergir da mentalidade lusitana, originando uma alma própria. Os poucos portugueses vindos do Reino, trazendo um nacionalismo diferente e europeu, com dificuldade se misturavam a essa atmosfera crioula, formando uma outra corrente apartada e aproximada da lusitanidade. Daí duas correntes a animar dois grupos, que viviam no Planalto paralelamente mas sem se confundir e visíveis em várias manifestações, durante o século XVII.
- 14.º) Os depoimentos jesuíticos citados pelo professor Taunay, no volume 2.º da "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", reproduzindo, palavras dos Padres Montoya, Mazzeta, Mansila e outros, ficaram atestando o elevadíssimo índice de espírito de independência, que existia em S. Paulo, que já tinha rei próprio, etc., o que confirma a mentalidade reinante no Planalto, como ficou afirmado no item anterior. Esse espírito de rebeldia e de independência se manifestavam nitidamente, mesmo contra o rei da Espanha, por intermédio de um fidalgo espanhol, que era precisamente o genro, ou o futuro genro de Amador Bueno.

Esses eventos, que se afinam em surpreendente e impressionante unanimidade, retratadas pelo prof. Taunay, são de

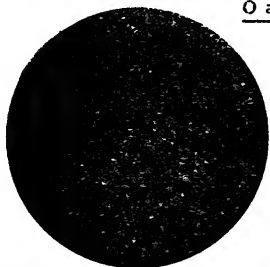
tal maneira, semelhantes ao que iria acontecer com o futuro movimento de Amador Bueno, que, é impossível não os relacionar com este, que assim, recebe luzes novas, para a sua elucidação, bem como para que o seu conhecimento fique livre das fantasiosas roupagens que o desvirtuaram.

- 15.º) A Restauração lusa, página fulgurante, épica, significativa, bem como altamente condizente com os interesses sentimentais, morais, psicológicos, do mundo lusitano, era manifesta, nítida e facilmente compreensível contrária ao Planalto, pois ela lhe iria mortalmente dificultar o apresamento, que se exercia, sem os obstáculos de fronteiras. Daí o Planalto reagir, mais ou menos violentamente contra essa Restauração, que se fazia no Reino e nas colônias do Nordeste, muito mais lusas e muito mais interessadas por essa Restauração que o Planalto, o qual devia fatalmente ser contrário a ela. Por isso a aclamação de Amador Bueno e a demora na aceitação de D. João IV.
- 16.º) A Restauração do Nordeste, contra o flamengo, era muito contrário aos interesses planaltinos, pois com o domínio flamengo no Nordeste e a hegemonia flamenga no Atlântico sul, ficava interrompido, o tráfico de escravos africanos, com o que o apresamento planaltino gozava de um monopólio do mercado consumidor de sua mercadoria. Com a Restauração, com a reconquista de Angola pelos portugueses de Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648, e a perda da hegemonia flamenga no Atlântico sul, o Planalto seria golpeado economicamente, com a perda do monopólio do fornecimento de mão de obra para a indústria agrícola nordestina.
- 17.º) Graças ao item acima, se explica o indiferentismo fenomenal, por parte dos paulistas em relação ao Nordeste, em luta contra os flamengos, assinalado nos documentos, bem como marcado pelo professor Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", cousa que causa escândalo ao sentimentalismo, acostumado a considerar com muito ânico hostil o domínio holandês.
- 18.º) Logo depois da expulsão do flamengo, ocorreu, no Nordeste o declínio da lavoura canavieira, com a consequente, diminuição da fabricação do açúcar, golpeada pelo resultado da segunda batalha do açúcar, vencida pelas Antilhas inglesas e francesas, muito mais próximas dos mercados consumidores da preciosa mercadoria, que consistiu na sólida base econômica da imensa riqueza nordestina, durante mais de um século.
- 19.º) O movimento da aclamação de Amador Bueno, ocorrida em 1.º de abril de 1641, foi uma manifestação nascente da alma nacional, que protestava contra Portugal, cujos interesses prejudicavam economicamente a região. Foi esse movimento a primeira manifestação de nacionalismo na América, havendo antecipado de 43 anos o de Bekman, no Maranhão, de cerca de 134 anos o de Washington, nas Treze Colônias anglo-americanas e de 181 anos o de Pedro I, nas "margens plácidas" do Ipiranga, bem como de 190 anos o de 7 de abril de 1831, na Abdicação e eliminação do Brasil da mentalidade lusa, ainda existente aqui.

- 20.º) O combate de M'Bororé, em março de 1641, não só delimitou o máximo da expansão lusa no sul, na luta contra os jesuítas, mas foi a maior causa para o insucesso do movimento da aclamação de Amador Bueno, em abril de 1641. O fato de estarem no sul, combatendo em M'Bororé, os melhores elementos do Planalto, constituiu a maior derrota paulista nesse prélio, cujas consequências maléficas para o Planalto, não foram ainda devidamente apreciadas.
- 21.º) Como índice do grande espírito crioulo, que havia no Planalto, temos que, nem sequer havia comunidade de língua com as demais colônias lusitanas, pois, no Planalto, a língua popular era o guarani.
- 22.º) A região planaltina era debilmente povoada e grande pobreza reinava na região, com o que dos núcleos coloniais portugueses, era o Planalto um dos que menos rendia fiscal e comercialmente, com o que resultava o indiferentismo reinol para com a região, constatado, mas não explicado.
- 23.º) D. João IV, pertencia à estirpe dos Bragança, uma das mais responsáveis pelo domínio espanhol, pois o procedimento de D. Catarina, em 1580, foi positivamente contra D. Antonio prior do Crato, o representante legítimo da soberania portuguesa ameaçada e afinal destruída por Felipe 2.º de Espanha. Ele era um indivíduo pusilânime e fraco, que não merecia qualquer dedicação e muito menos um sacrifício de interesses econômicos em benefício de sua elevação a rei e assim não se explica, nem muito menos se justificaria que tivesse tido lugar no Planalto, uma aclamação, como nos fizeram crer as fantasiosas crônicas de Pedro Taques e de Frei Gaspar.
- 24.º) Dos motivos conhecidos, em análises verdadeiras, a respeito da economia planaltina bem como da história do apresamento, não se pode explicar satisfatoriamente, nem muito menos justificar verosimilantemente a apregoada lealdade de Amador Bueno à D. João IV.
- 25.º) A aclamação de D. João IV, no Planalto, foi feita com grande atrazo de quatro meses depois da vitoriosa revolução de dezembro de 1640; foi levada a efeito, por um reduzidíssimo número de pessoas, que assinaram a sua proclamação, em comparação com o número de pessoas, que subscreveram, por exemplo a expulsão dos jesuítas, o qual era cerca de seis vezes maior, que os aclamadores de D. João IV. A causa disso é que a maioria dos planaltinos estava no sul, combatendo em M'Bororé, na luta contra os jesuítas.
- Disso tudo, tira-se as seguintes conclusões:
- a) Houve hesitação dos planaltinos ao aclamar D. João IV e só o fizeram obrigados pelas circunstâncias.
 - b) Os lusitanófilos do Planalto teriam aproveitado da ausência dos másculos moradores do Planalto, para o incorporar na soberania portuguesa, tão contrária aos seus interesses.

- 26.º) O procedimento anti-jesuíta do Bispo Cardenas, do Paraguai, durante a última década da primeira metade do seiscentismo, teria feito adiar o declínio do apresamento, que fôra duramente golpeado pela efetivação da Restauração lusa e pela extinção dos mananciais fartos de índios mansos e já civilizados das reduções. Daí as expedições planaltinas até 1648, no Maracajú, ou sul de Mato Grosso atual.
- 27.º) O apresamento, ainda que continuasse, foi muito menos acentuado no decorrer da segunda metade do século XVII, quando êle se exerceu entre os índios bravios, que não haviam sido incorporados aos estabelecimentos jesuíticos, os quais no decorrer dessa segunda metade do século estavam ou esvaziados de gente amerindiana à apresar ou situados fóra do raio de penetração do planaltino preador, que viu, por várias circunstâncias, declinar o apresamento.

O apresamento no século XVII



O apresamento na primeira metade do século.



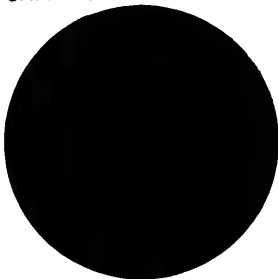
O apresamento na segunda metade do século

- 28.º) O grande ciclo econômico do apresamento planaltino declinou, na segunda metade do século XVII, em virtude das seguintes causas:
- a) Restauração portuguesa, que dificultou a penetração em terras hispano-americanas.
 - b) Restauração do Nordeste, com a expulsão do flamengo e restabelecimento do tráfico africano e supressão do monopólio do fornecimento de braços ameríndios pelos apressadores planaltinos.
 - c) Diminuição e extinção dos estabelecimentos jesuíticos dentro do raio de ação da gente bandeirante de S. Paulo. Os estabelecimentos restantes ficavam muito distantes do Planalto, com que o apresamento resultava muito caro e difícil.
 - d) Declínio da indústria agrícola açucareira no Nordeste, com o que, a procura de mão de obra se fez muito menor. Esse declínio da lavoura canavieira e do fabrico do açúcar, se verificou, em virtude da segunda batalha do açúcar, na qual foi vencido o Nordeste brasileiro e vencedoras as colônias espanholas, situadas a uma distância menor dos centros consumidores, ou dos entrepostos comerciais.

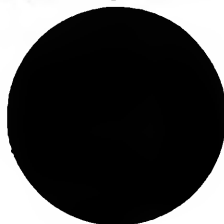
- 29.º) Com o declínio do apesamento, o planaltino viu se abrir, ante si, para nesse ciclo empregar as suas atividades, determinadamente obrigatórias, uma nova esfera de ação, a qual foi o pastoreio, que não podendo se realizar nas proximidades planaltinas, pela manifesta falta de espaço apropriado, teve que ir se exercitar a uma distância grande da região, com o que se deu a expansão povoadora paulista, localizando núcleos de povoamento em zonas afastadíssimas.
- 30.º) O resto da população planaltina, que não se entregou ao pastoreio, ficou na região mantendo acesa a luta entre Pires e Camargo.
- 31.º) Os Pires seriam os elementos constituidores do grupo lusitanófilo e jesuitófilo, enquanto que, os Camargos seriam os representantes das idéias crioulas e nativistas.
- Aqueles readmitiram os jesuítas, que em 1653 foram reintegrados e eram do seu grupo, os que recebiam constantemente acicates das cartas autógrafas dos soberanos portugueses, no sentido de realizarem buscas de metais preciosos.

Grupos heterogêneos que teriam existido no Planalto no
século XVII

CAMARGOS crioulos



Pires : Lusitanófilos jesuitófilos



Eram os Camargos ou os do seu agrupamento, os que se mostravam rebeldes, arrogantes e sobranceiros, ante Salvador Correia de Sá, em 1660 e ante Arthur Sá e Menezes, no fim do século. Eles é que, ridicularizavam os Braganças, os desobedecendo em 1643 e em 1647, se mostrando rebeldes, pouco fiéis e pouco leais, como afirma em carta o Governador Lencastro. Essas duas mentalidades, se entrechocando, na segunda metade do seiscentismo, foram o espelho do que aconteceu à região nessa época. Pedro Taques e Frei Gaspar os cronistas do passado planaltino, escrevendo em época de intenso lusitanismo e de arroçamento intelectual, pela censura, então, existente, não quiseram e não puderam nos transmitir os quadros dessa luta, que só agora é reconstituída com extrema dificuldade.

- 32.º) Os planaltinos, ora se mostrando intratáveis, arrogantes, rebeldes e pouco leais aos monarcas lusitanos e ora figurando como recebendo cartas autógrafas dos soberanos e procedendo, com carinhos admiráveis, como em 1661, em relação ao lusitanófilo Salvador Correia de Sá, como readmitindo os jesuítas, em 1653, parecem apresentar uma linha contraditória de proceder. A explicação lógica está no item acima, pelo qual se verifica que, haviam duas correntes de idéias, de sentimentos, e de procedimento no Planalto, sendo uma a lusitanófila, que faço coincidir com o grupo dos Pires e a outra a dos crioulos, que eu faço ser encampada pelo grupo Camargo, que eram precisamente os mais altivos, arrogantes e sobranceiros.
- 33.º) No fim do século XVII, ocorreu no Brasil, um acontecimento, que alterou, por completo, a constituição social, econômica, étnica, demográfica, psicológica, sentimental, moral, linguística, etc., do Planalto, marcando uma mudança de situação para uma transformação completa no regime social, uma elevação do nível de vida, como do poder aquisitivo do morador, uma imensa lusitanização e modificação absoluta no complexo étnico do planaltino que antes tendia a se americanizar a partir do século XVIII, foi submergido por uma inundação de influência reinól. Esse acontecimento foi a descoberta do ouro.
- 34.º) O ouro não acarretou apenas a lusitanização do Planalto e a completa submersão da velha estirpe seiscentista, que se acrioulava com rapidez, mas o Planalto foi tirado do velho isolamento, com as seguintes consequências principais:
- a) Aumento da massa reinól e diminuição dos crioulos, que cessaram a sua evolução nativista.
 - b) Paralisação da americanização, com a cessação do apresamento e a imigração reinól.
 - c) Criação no Planalto de grande massa demográfica, dotada de teor de vida mais elevado do que no seiscentismo e de poder aquisitivo maior, devido ao ciclo do ouro, cujas consequências atingiam o Planalto, entreposto das minas de Goiaz de Mato Grosso ,etc.
 - d) Daí, o estabelecimento de ligações fatais com a Metrópole, tanto sob o ponto de vista comercial, com exportação e principalmente importação, como sob o ponto de vista cultural, administrativo, etc. Isso teria sido importante impulso na lusitanização de uma região, que se acrioulava.
 - e) O ouro acarretou uma substituição do braço escravo ameríndiano, cujo apresamento teve termo, pelo braço escravo africano, cuja aquisição foi possível por ter aumentado o poder de compra do planaltino, em virtude da mineração.
 - f) A mineração aurífera determinou, no Planalto, um grande aumento de nível de vida, de cultura em geral e de poder aquisitivo, com o que os inventários da época começaram a revelar mais abundância e cousas que denunciam maior elevação de teor vital.

- g) A mineração determinou um tratamento crudelíssimo, prepotentíssimo, draconiano, tirânico e bárbaro, da Metrópole para com o Planalto, que passou a ser encarado como região escravizada a uma Metrópole egoísta e contrária aos interesses regionais, enviando para governar a colônia planaltina verdadeiros satrapas, que procederam aqui com uma ferocidade incrível, eliminando covarde e torpemente os expoentes mais representativos da velha estirpe seiscentista do Planalto.
- 35.º) A imensa riqueza trazida pela mineração determinou uma invasão de lusos, que foram portadores de mentalidade, sentimentalidade, formação moral, etc., reinóis, e que fez com que fosse adiada a separação das colônias brasileiras, as quais permaneceram ligadas a Portugal, por mais um longo século, até que os filhos e nêtos desses emigrados reinóis fossem, por sua vez acrioulados, o que só aconteceu no século XIX.
- 36.º) O nome de Amador Bueno desaparece, na segunda parte do século, anonima e imperceptivelmente da documentação, não deixando de si o menor vestígio que não seja a sua grande próle.
- O fim anônimo que teve este homem confirma as minhas idéias sobre ele: A não ser a próle, nada deixou que o fizesse notar.

Todos esses postulados, encontrando base na evolução histórica das colônias brasileiras, formam uma cadeia seguríssima, estudada nos capítulos anteriores. Por certo, muitos deles deruem idéias estabelecidas, que, como "tabús", se achavam já cristalizadas no pensamento geral. Mas, já é tempo que, se faça jorrar a luz da verdade imparcial, fazendo entrar em colápsio essas mentiras, que vêm envenenando o nosso passado, deformando os juízos, que se tem feito, a respeito das nossas realidades.

O mais importante desses postulados é, por certo, o concernente ao movimento de aclamação de Amador Bueno. Este foi o primeiro sinal de nacionalismo em toda a América.

Não é a pessoa de Amador Bueno, que merece as nossas homenagens, mas sim o que fez com que ele fosse aclamado. Esse movimento popular, que arrastou uma idéia, é que deve merecer a ternura de uma grande homenagem da posteridade.

Prestemos essa homenagem, uma vez que, a sombra da dúvida e da fantasia, está varrida com o aparecimento da cristalina verdade.

IMPRIMIU:
INDÚSTRIA GRÁFICA SIQUEIRA S/A.
SÃO PAULO

